



ELIZABETE MARIA DA SILVA

**DIAGNÓSTICO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO:
MIGRAÇÕES, ASSENTAMENTOS, SEGURANÇA
ALIMENTAR E OUTROS FATORES DE BASE PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**BOLSISTA CAPES
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA EM PÓS GRADUAÇÃO E EXTENÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL -
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE -MS
2009**



ELIZABETE MARIA DA SILVA

**DIAGNÓSTICO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO:
MIGRAÇÕES, ASSENTAMENTOS, SEGURANÇA
ALIMENTAR E OUTROS FATORES DE BASE PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Defesa do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - *Mestrado Acadêmico*, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Prof. Marney Pascoli Cereda.

**BOLSISTA CAPES
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA EM PÓS GRADUAÇÃO E EXTENÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL -
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE -MS
2009**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Pesquisadora responsável: Elizabete Maria da Silva

Título: Diagnóstico no município de São José do Povo: migrações, assentamentos, segurança alimentar e demais fatores de base para o desenvolvimento local.

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de pesquisa: Desenvolvimento local em territorialidades de micro e pequenos empreendimentos.

Exame de Qualificação submetido à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação defendida e aprovada em: 12 / 03 / 2010 pela:

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Dra. Marney Pascoli Cereda

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Professor Doutor Olivier Vilpoux

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Professora Doutora Patrícia Campeão

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMS

Dedico esse trabalho:
A meus pais, Sonia e Adão, pelo dom da vida,
em especial a minha mãe, pelo cuidado com a “vida”.
A Glenda e Estevão, pelo aprendizado sobre solidariedade.
Aos meus amados sobrinhos e sobrinhas, pelo amor verdadeiro e gratuito.
Aos meus irmãos, Elizete e Eliezer, pelo amor, companheirismo e aventuras da infância.
As minhas coo irmãs, em especial aquelas que desde o início me incentivaram e apoiaram.
A todos/as aqueles e aquelas com quem sou na luta por “Um Novo Mundo Possível”!

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu a vida através de meus pais;

A minha família, pela escola que foi.

A Província Santa Teresa do Menino Jesus, da congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, por todo apoio e investimento.

A Professora Marney Pascoli Cereda, amiga, companheira e orientadora, por todo incentivo e confiança;

Ao professor Olivier F. Vilpoux, por toda contribuição prestada em conjunto com a professora Marney.

A Professora Maria Augusta de Castilho, primeiro pelo grande ser humano que é, e segundo pela arte de verdadeiramente ser professora;

Ao Professor Vicente Fideles de Ávila, pela contribuição da teoria de Desenvolvimento Local, que norteou novos horizontes;

A Professora Cleonice Alexandre Le Bourlegat, a visão de Territorialidade e pelo exigente trabalho de coordenação do mestrado;

Ao Professor Josemar de Campos Maciel, pelas contribuições na formação do pensamento crítico e filosófico;

Em suma, a todo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, representado pelo seu corpo docente e funcionários.

Aos/as colegas, companheiros/as do mestrado, por toda auto ajuda, apoio, estímulo e camaradagem construída.

Aos quatro alunos/as do curso de graduação em agronomia, pela colaboração na aplicação do questionário no Assentamento padre Josimo Tavares.

Aos moradores/as do município de São José do Povo, da sede do município e do Assentamento Padre Josimo Tavares, as minhas coo irmãs, amigos e amigas, as/os que foram capazes de compreender a extensão da presente pesquisa, aceitando meu pouco tempo livre e contribuindo solidariamente pelo seu desenvolvimento.

Enfim, a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para a execução deste trabalho.

“Aquilo que a lagarta chama
de fim de mundo, o resto do
mundo chama de borboleta”.

(Autor desconhecido)

RESUMO

A pesquisa surgiu da preocupação da pesquisadora com a questão de que a posse da terra deveria garantir a Segurança Alimentar da família. Entretanto apesar dos programas e projetos para garantir a auto - sustentabilidade, o meio rural continua a apresentar grande mobilidade por parte das famílias, em todos os níveis de propriedades, entre esses estão os jovens. Para responder a essas preocupações as ações de pesquisa foram implantadas tendo como base a sede do Município de São José do Povo e o Assentamento Padre Josimo Tavares, onde a pesquisadora desenvolve ações junto à comunidade buscando o bem estar e desenvolvimento sustentável. Os resultados obtidos foram divididos em cinco artigos, tendo como núcleo a sustentabilidade das comunidades no meio rural, enfocando a preocupação com o êxodo, principalmente dos jovens. O primeiro artigo, **DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO E DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO TAVARES**, caracteriza e compara o local e a comunidade com outras descrições da literatura com foco na sustentabilidade do município e do Assentamento, buscando verificar a sustentabilidade. As informações foram obtidas de documentos e diretamente da comunidade por entrevistas e questionários. Procurou-se contextualizar o município e o Assentamento quanto a Segurança Alimentar, Educação, Saúde e Lazer, bem como elencar as expectativas dos jovens moradores do município e das famílias moradoras do Assentamento. No segundo artigo, **MIGRAÇÕES, POSSE DA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR: ESTUDO DE CASO DO POVOAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO, MATO GROSSO, BRASIL**, é abordada a polêmica distribuição de terras no Brasil. Entre os anos 40 e 50 muitos foram os movimentos migratórios no Brasil, sendo os mais relatados aqueles do Nordeste em direção as grandes cidades do Sudeste. O povoamento de São José do Povo, Município ao Sul do Estado do Mato Grosso, localizado na região Centro Oeste do país, foi uma das regiões que recebeu migrantes. Uma dessas migrações em particular se deu de Jampruca, Minas Gerais para a região onde hoje se encontra o município de São José do Povo, MT. A hipótese estabelecida foi de que essa migração se deu em razão da necessidade de garantir Segurança Alimentar, em seu conceito mais abrangente. A pesquisa partiu da experiência da pesquisadora responsável,

cuja família tomou parte dessa migração. Para resgatar as informações necessárias foram usados documentos e informações diretas obtidas por entrevistas. Muitos dos entrevistados enfatizam os problemas enfrentados para acesso a alimentos por insuficiência de renda e terra no município de origem. Foi também constatado o uso inadequado dos recursos naturais que ao se exaurirem obrigaram os moradores a buscarem novas terras. A hipótese de que a Segurança Alimentar foi o eixo responsável pela migração da comunidade de Jampucra para São José do Povo foi confirmada, mas deixou em aberto a questão de porque uma vez de posse da terra as comunidades não atingem a necessária sustentabilidade. Desta pesquisa ficou claro que a questão do uso inadequado dos recursos naturais havia criado condições de insegurança alimentar no local de origem e que esse fenômeno poderia se reproduzir no novo local. A pesquisa mostrou também a importância da organização social para chegar a sustentabilidade. No artigo a CONTRIBUIÇÃO DA RELIGIÃO PARA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DAS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO “DANDO AS MÃOS” foi dado ênfase na atuação das Irmãs Catequistas franciscanas, da Província Santa Teresa do Menino Jesus, junto aos assentados na região da Diocese de Rondonópolis, MT. Entre os assentamentos em que as Irmãs atuam, está o Assentamento Padre Josimo Tavares, um dos que constitui a “Dando as Mãos”, Organização solidária dos assentados e Empreendedores em Geral, organização gestada e acompanhada pelas irmãs, na preocupação com as lutas políticas e compromisso com a transformação social. Apesar de ser notória a participação de alguns setores da Igreja Católica na luta pela terra, a metodologia usada para atender a comunidade ainda é uma questão em aberto. Em resposta a essa questão, as irmãs (assim como outros setores da Igreja), desde o final de 1999 vem desenvolvendo ações no sentido de se aproximar mais dos assentados e construir alternativas conjuntas para o desenvolvimento local. Para isso é necessário contar com a confiança da comunidade em um ambiente de desestabilidade social das comunidades rurais, uma vez esgotada a ligação existente no início da luta pela terra. Os resultados identificaram as ações das irmãs como capazes de gerar confiança entre os participantes do projeto, o que pode se traduzir em mais sustentabilidade. Uma vez identificada a necessidade do “agente de desenvolvimento”, no caso as Irmãs Catequistas franciscanas, se aproximar da comunidade para entender seus problemas, surgiu a preocupação da pesquisadora em relação a evasão do campo após haver conseguido, (a duras penas), a posse da terra. A juventude na área rural do Brasil vem recebendo notória atenção tendo em vista a sua importância para sustentabilidade no meio

rural, identificada como a continuidade dos projetos sonhados pelos pais. O artigo, **ESPECTATIVA DOS JOVENS QUE HABITAM O MEIO RURAL EM S. J. POVO, MT, COMO FATOR DE ESTABILIDADE SOCIAL E CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** surgiu do fato detectado, no meio rural brasileiro, de que os jovens estão deixando o campo e indo para a cidade. A questão que se coloca então é de que se os jovens abandonam a terra, qual a perspectiva para a agricultura familiar? Portanto a pesquisa se preocupou com a necessidade de compreender esse setor, seus sonhos e esperanças, bem como as perspectivas para o desenvolvimento humano na zona rural, aspecto primordial para que ocorra o desenvolvimento local. Para realização da pesquisa foram selecionados quatro pontos básicos para que ocorra o desenvolvimento local: Segurança Alimentar, Educação, Saúde e Lazer e realizada uma pesquisa por amostragem junto aos alunos do ensino médio da escola estadual da sede do município de São José do Povo, Escola Ludovico Vieira de Camargo, analisando a estrutura e organização do município, seus assentamentos e as expectativas dos jovens moradores. A hipótese estabelecida foi de que a insustentabilidade pode decorrer de falha em um ou mais de um destes fatores. Os resultados obtidos foram de que os jovens estão indo para a cidade, principalmente em busca de empregos, o que põe em dúvida a sustentabilidade a partir do lote. Também foi identificada insegurança pelos jovens nos quatro fatores elencados como base para que ocorra o desenvolvimento local. Diante dessa realidade, de que os jovens, embora considerem o campo bom para morar e se divertir (Lazer) a cidade continua a atraí-los, a pesquisadora procurou investigar até que ponto esses mesmos 4 fatores já utilizados para avaliar a sustentabilidade dos jovens, poderiam explicar o abandono do campo pelas famílias. Seria a fuga do jovem consequência ou resultado da falta de condições básicas no meio rural? Neste caso, quais as perspectivas para o desenvolvimento local? O artigo **DIAGNÓSTICO DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO TAVARES, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, DOS ASPECTOS DE BASE QUE ANTECEDE O DESENVOLVIMENTO LOCAL: A SEGURANÇA ALIMENTAR, EDUCAÇÃO, SAÚDE E LAZER** retomou a questão já abordada com os jovens, com a proposta de analisar o conjunto formado pela Segurança Alimentar, Educação, Saúde e Lazer, como fatores de base para alcançar o Desenvolvimento Local, enfocando a comunidade como um todo, tendo como território o assentamento Padre Josimo Tavares do Município São José do Povo, MT. A Metodologia utilizada foi de natureza exploratória. A pesquisa de campo se deu através da coleta de documentos locais, observação

da comunidade e aplicação de um questionário em cinquenta e cinco famílias em um dos assentamentos do município, o Padre Josimo Tavares. Os resultados obtidos comprovam a falta de sustentabilidade já vislumbrada no artigo anterior, dos jovens. A subsistência imediata está garantida no assentamento, através de uma alimentação rica e variada, mas os pilares imprescindíveis para o Desenvolvimento Local, a Segurança alimentar, Educação, Saúde e o lazer, se encontram ameaçados a partir da sobrevivência no lote, gerando insegurança e novas migrações nos moradores do assentamento, apesar do “enamoramamento” das famílias, que ainda resistem, pela terra conquistada.

PALAVRAS CHAVES: Sustentabilidade, Migração, Segurança alimentar, Desenvolvimento local, Agricultura familiar, Êxodo rural, Assentamento.

ABSTRACT

The research comes from the researcher's concern with the question of the land possession must ensure the food safety of the family. However despite the programs and projects to ensure the self - sustainability, Brazil continues to show high mobility among households at all levels of properties, including young people. To answer that concern the research activities were implemented based on the São José do Povo municipality headquarters and the “assentamento” Padre Josimo Tavares, where the researcher is developing activities with the community seeking the welfare and development. The results were divided into six chapters, with the core sustainability of communities in rural areas, focusing on the exodus concern, especially among young people. The first chapter DESCRIPTION OF SÃO JOSE DO POVO MUNICIPALITY AND PADRE JOSIMO TAVARES “ASSENTAMENTO” features and compares the local community and with other descriptions of the literature focusing on the sustainability of the municipality and “assentamento”. The information was obtained from documents and directly from the community by interviews and questionnaires. In the second chapter MIGRATION, LAND AND FOOD SECURITY: STUDY CASE OF SÃO JOSE DO POVO MUNICIPALITY, MATO GROSSO, BRAZIL, deals with controversial land distribution in Brazil. Between 40 and 50th years there were many migratory movements in Brazil, most often from the Northeast toward the big cities of the Southeast of the country. The population of São José do Povo municipality headquarters, on Mato Grosso Brazilian State, located in the Midwest region of the country, was one of the regions receiving migrants. One of these migrations in particular, was from Jampucra, Minas Gerais State for the region where today is the city of São José do Povo, MT. The hypothesis established that this migration took place due to the need to ensure food safety in its main concept. The research started from the experience of the researcher, whose family took part in this migration. To retrieve the information has been used documents and information obtained by direct interviews. Many of those interviewed emphasized the problems faced with food access due to insufficient income and land in the county. Was also noted the misuse of natural resources that are depleted and forced residents to seek new lands. The hypothesis that food security

was the axis responsible for the migration of Jampucra community to São José do Povo was confirmed, but left open the question of why the land possession was to able assure necessary sustainability to the communities. From this research it became clear that the misuse of natural resources was created insecurity conditions in the origin place and that this phenomenon could recur in the new location. The research also showed the importance of social organization to reach sustainability. In second chapter CONTRIBUTION OF THE RELIGION FOR LOCAL DEVELOPMENT: A CASE STUDY OF THE ORGANIZATION "Handshake" ACTIONS was given emphasis on the role of the Catechist Franciscan Sisters from Santa Teresa do Menino Jesus county, with the community of the Diocese of Cuiaba, MT. Among the “assentamento” people that the sisters act, is the “assentamento” Padre Josimo Tavares, one of which is the "Handshake" Organization engendered and following by the sisters, with the concern with the political struggles and commitment with social transformation. Although it is known the participation of some sectors of the Catholic Church in the struggle for land, the methodology used to meet the community is still an open question. In response to this question since late 1999 the sisters (as well as other sectors of the Church) have been taking action to get closer to the settlers and build together the alternatives for a local development. To do this when once exhausted the link at the beginning of the land struggle it is necessary to have the confidence of the community in an environment of social destabilization of rural communities. The results identified the actions of the sisters as being able of generating confidence among the project participants, which may be produces more sustainable. Once it is identified the need for "development agent" in the case the Franciscan Sisters Catechists approaching the community to understand their problems, there was a concern of the researcher in relation to land exodus after the land posses. In the rural area of Brazil the youth has been received notable attention in view of their importance for sustainability in rural areas, identified as the continuity of the projects dreamed by his parents. Chapter SATISFACTION EXPECTATIONS OF HIGH SCHOOL YOUNG STUDENTS, ON THE RURAL POPULATION SÃO JOSE DO POVO MUNICIPALITY, MT, come from the fact detected in the Brazilian countryside that young people are leaving the field and going into town. The question that arises then is that if young people leave the land, what will be the future for family farms? So the research was concerned with the need to understand this sector, their hopes and dreams, and the prospects for human development in rural areas, key aspect to arrive for local development. To conduct the study were selected four key points for

local development occurs: Food Security, Education, Health and Leisure and conducted a survey sample with the high school students from the José do Povo municipality headquarters' School "Ludovico Vieira de Camargo", analyzing the structure and organization of the municipality, the several assentamento and the expectations of young residents. The hypothesis was established that the unsustainability may be due to failure in one or more of these factors. The results showed that students are going to the city, mainly to search jobs, which puts in doubt the sustainability from the land. It was also been identified by young people the insecurity in the four factors listed as a basis for local development. Faced this reality that young, ever consider the field as good to live and leisure, the city continues to attract them. The researcher tried to investigate to what extent these same four factors already used to assess the sustainability of youth could explain the abandonment of the field by their families. The question would be the escape of young consequence or result of the lack of basic conditions in rural areas? In this case, what are the prospects for local development? Chapter DIAGNOSIS OF PADRE JOSIMO TAVARES ASSENTAMENTOT, SÃO JOSÉ DO POVO MUNICIPALITY- MT, BASED ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT FOR FOOD SECURITY, EDUCATION, HEALTH AND LEISURE returned the issue already analyzed with the young people, with the proposal to review the set for Food Safety, Education, Health and Leisure, as basic factors for achieving sustainable local development, focusing on the community as a whole, with the nesting territory Tavares Center of the City of São Jose do Povo Municipality, MT. The methodology used was of exploratory aspect one. Field research was made by analyze the collection of local documents, observation of the community and a questionnaire used on fifty-five families in the assentamento. The results confirm the lack of sustainability already seen in the young previous Chapter. The immediate survival is guaranteed in the assentamento through a rich and varied food, but the essential pillars for Local Development, Food Security, Education, Health and leisure, are under threat, leading to insecurity and dissatisfaction in residents of the assentamento, despite the "enchantment" of the families on the conquered land.

KEY WORDS: Sustainability, Migration, Food security, Local, Small producer, Rural Exodus

LISTA DE SIGLAS

COMAJUR: Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CCGG: Constituições gerais: Forma de vida da Irmã Catequista Franciscana

CPT: Comissão Pastoral da Terra

EJA: Educação de Jovens e Adultos

EMPAER: Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

FPM: Fundo de Participação dos Municípios

FUNASA: Fundação Nacional de Saúde

GRUPAL: Empresa de projetos prestadora de serviço de Assistência Técnica

IBAMA: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

MTA: Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MZF: Missão Central Franciscana

PAA: Programa de alimentação escolar

Pet: (Plástico) Politereftalato de etileno

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PAT: Programa de alimentação do Trabalhador

Pnae: O Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNLCC: Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes

PRODEA: Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos do governo federal

PNUD: Atlas de Desenvolvimento Humano

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

FIGURAS

Figura 1 - Município de São José do Povo.	71
Figura 2 - Roteiro da migração entre Jampruca, Minas Gerais, e São José do Povo, Mato Grosso.	145
Figura 3 - Informações sobre local de origem dos jovens de S. J. do Povo, MT.	195
Figura 4 - Informações sobre moradia dos jovens de São José do Povo, MT em 2008.	196
Figura 5 - Informações sobre como se deu o acesso ao lote das famílias dos jovens de São José do Povo, MT.	196
Figura 6 - Informações sobre a origem das famílias dos jovens de São José do Povo, MT.	197
Figura 7 - Finalidade do lote no assentamento como expresso pelos jovens de São José do Povo, MT.	198
Figura 8 - Quais os membros da família que possui vínculo empregatício como expresso pelos jovens de São José do Povo, MT.	198
Figura 9 - Opinião sobre a situação da maioria dos assentados da região.	199
Figura 10 - Opinião dos jovens entrevistados em relação ao melhor lugar para cada atividade.	199
Figura 11 - Como os jovens de São José do Povo, MT usam o tempo livre.	200
Figura 12 - De que atividades do Município os jovens de São José do Povo, MT costumam participar.	201
Figura 13 - Escolaridade dos pais dos jovens de São José do Povo – MT.	202
Figura 14 - Motivos pelos quais 35 jovens de São José do Povo, MT pretendiam continuar morando onde residem atualmente.	204
Figura 15 - Atividades de que gostam de realizar no lote.	205
Figura 16 - Faixa etária dos entrevistados.	233
Figura 17 - Tempo na propriedade.	233

Figura 18 - Participação nos movimentos sociais.	234
Figura 19 - Objetivo principal da propriedade.	235
Figura 20 - Na implantação do assentamento as instituições de que se lembram.	237
Figura 21 - Atualmente no assentamento as instituições que participam.	238
Figura 22 - Segurança alimentar.	239
Figura 23 - Uso da Madeira.	240
Figura 24 - O que costumam fazer com o lixo?	241
Figura 25 - O que fazem com as garrafas PET.	241
Figura 26 - Tipos de mudanças percebidas:	243
Figura 27 - Considerando o salário mínimo como R\$ 460,00 a renda familiar dos assentados.	244
Figura 28 - Pessoas que vivem da produção da propriedade.	244
Figura 29 - Complemento da produção da propriedade.	245
Figura 30 - Nível de escolaridade dos entrevistados.	246
Figura 31 - Dos 25 entrevistados que responderam que gostariam de voltar a estudar, o que gostariam de fazer:	247
Figura 32 - Para ser bem sucedido na agricultura numeração de 1 a 10.	249
Figura 33 - Qual o percentual do tempo livre em relação ao tempo de trabalho no lote.	250
Figura 34 - Opções de lazer existentes no assentamento	251
Figura 35 – Nível de Confiança das famílias entrevistadas.	252
Figura 36 - Os problemas de saúde mais comuns na região:	254
Figura 37 - Opinião sobre onde às pessoas vivem melhor.	256
Figura 38 - O melhor lugar para...	256
Figura 39 - Avaliação da situação da família após a chegada ao assentamento.	257
Figura 40 - Problemas mais sérios do assentamento Padre Josimo.	257

Figura 41 - Expectativas em relação ao futuro no assentamento.	258
Figura 42 - O futuro dos assentados depende ...	259

TABELAS

Tabela 1 - Informações sobre local de origem dos jovens de S. J. do Povo, MT em dezembro de 2008.	78
Tabela 2 - Informações sobre moradia dos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.	79
Tabela 3 - Informações sobre como se deu o acesso ao lote das famílias dos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.	79
Tabela 4 - Informações sobre a origem das famílias dos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.	80
Tabela 5 - Finalidade do lote no assentamento como expresso pelos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.	80
Tabela 6 - Quais os membros da família que possuem vínculo empregatício como expresso pelos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.	81
Tabela 7 - Opinião sobre a situação da maioria dos assentados da região, em dezembro de 2008.	82
Tabela 8 - Opinião dos jovens entrevistados em relação ao melhor lugar para cada atividade, em dezembro de 2008.	83
Tabela 9 - Como os jovens de São José do Povo, MT usam o tempo livre, em dezembro de 2008.	83
Tabela 10 - De que atividades do Município os jovens de São José do Povo, MT costumam participar em dezembro de 2008.	85
Tabela 11 - Escolaridade dos pais dos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.	85
Tabela 12 – Motivos dados pelos jovens de São José do Povo, MT que pretendiam continuar morando onde residem atualmente, em dezembro de 2008.	87

Tabela 13 - Atividades que gostam de realizar no lote, em dezembro de 2008.	88
Tabela 14 - Faixa etária dos entrevistados do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	91
Tabela 15 - Nível de escolaridade dos entrevistados do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	92
Tabela 16 - Motivos pelos quais muitos não voltam a estudar no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	93
Tabela 17 - Dos 25 entrevistados que responderam que gostariam de voltar a estudar, o que gostariam de fazer no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	94
Tabela 18 - Tempo de permanência na Propriedade do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	95
Tabela 19 - Como se deu o acesso ao lote pelos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	96
Tabela 20 - Número de moradores que participou da luta pela terra da posse da terra do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	96
Tabela 21 - Respostas a questão sobre quais as instituições de que ainda se lembram da época de implantação do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	97
Tabela 22 - Atualmente no assentamento as instituições que participam do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	98
Tabela 23 - Número de pessoas que vivem da produção da propriedade no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	99
Tabela 24 - Resposta quanto ao objetivo principal da propriedade no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	101
Tabela 25 - Frequência com que consumiu os alimentos nos últimos 3 meses no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	102
Tabela 26 - Alimentos que são plantados por quem o faz no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	103
Tabela 27 - Quais são as frutas cultivadas no pomar no assentamento Padre Josimo Tavares	

em julho de 2009.	106
Tabela 28 - Exemplos de cultivos que os moradores consideram que produzem melhor no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	107
Tabela 29 - Plantas típicas locais para as quais se conhece aproveitamento no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	108
Tabela 30 - Criação de animais no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	109
Tabela 31 - Quais os animais nativos da região que poderiam ser aproveitados no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	110
Tabela 32 - Uso da madeira no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	111
Tabela 33 - Respostas relativas a falta de madeira no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	111
Tabela 34 - Destino do lixo no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	112
Tabela 35 - Destino das garrafas PET no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	113
Tabela 36 - Mudanças no meio ambiente percebidas pelos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	113
Tabela 37 - Renda familiar dos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	114
Tabela 38 - Complementação da renda familiar dos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	115
Tabela 39 - Como os moradores do assentamento Padre Josimo Tavares entendem que a atividade agrícola poderá se tornar bem sucedida, em julho de 2009.	116
Tabela 40 - Formação técnica dos assentados dos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	116
Tabela 41 - Respostas a opções de lazer no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	118
Tabela 42 - Respostas dos moradores a questão sobre o que costuma fazer nas horas de folga	

ou e domingos no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	120
Tabela 43 - Respostas dos moradores a questão confiança no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	120
Tabela 44 - Respostas dos moradores a questão os problemas de saúde mais comuns na região no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	122
Tabela 45 - Respostas dos moradores a questão plantas medicinais mais usadas no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	123
Tabela 46 - Respostas dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 a questão sobre onde às pessoas vivem melhor.	124
Tabela 47 - Respostas dos moradores a questão situação da maioria dos assentados do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.	125
Tabela 48 - Respostas dos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 sobre o melhor lugar para atividades específicas.	125
Tabela 49 - Avaliação dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 a questão da situação da família após a chegada ao assentamento.	126
Tabela 50 - Avaliação dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 a avaliação da política atual do governo Federal para os assentados.	127
Tabela 51 - Avaliação dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 à política atual do governo Estadual para os assentados.	127
Tabela 52 - Opinião dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 sobre de que depende o futuro dos assentados.	128
Tabela 53 - Expectativas, sonhos, esperança dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 em relação ao futuro.	128
Tabela 54 - Opinião dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 sobre qual é o problema mais serio.	129

SUMÁRIO

TABELAS	17
1 INTRODUÇÃO GERAL	24
2 PROBLEMA	26
3 HIPÓTESE	26
4 OBJETIVO GERAL	26
4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
5 REFERENCIAL TEÓRICO	27
5.1 FATORES DE BASE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	27
5.1.1 Segurança alimentar	27
5.1.2 Educação	31
5.1.3 Saúde	33
5.1.4 Lazer	35
5.2 DESENVOLVIMENTO	37
5.2.1 Desenvolvimento sustentável	37
5.2.2 Desenvolvimento Local	41
5.2.3 Economia Solidária	43
5.2.4 Religião e sustentabilidade	46
5.2.5 O Agente de Desenvolvimento Local: Irmãs da Província Santa Teresa do Menino Jesus	49
5.3 TERRITORIALIDADE	52
5.3.1 Migrações e Desterritorialização	53
5.4 AGRICULTURA FAMILIAR	55
5.4.1 Jovens	58
6 METODOLOGIA	62
6.1 MÉTODO DA PESQUISA	62
6.2 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA	63
6.2.1 O universo	64
6.2.2 A amostra	64
6.2.3 Coleta de dados	65
7 ARTIGO 1: DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO E DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO TAVARES	67
7.1 RESUMO:	67
7.2 INTRODUÇÃO	67
7.3 OBJETIVO	69
7.4 METODOLOGIA	69
	21

7.5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
7.5.1	Caracterização de São José do Povo, MT	70
7.6	CONCLUSÕES	130
7.7	REFERÊNCIAS	132
8	ARTIGO 2: MIGRAÇÕES, POSSE DA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR: ESTUDO DE CASO DO POVOAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO, MATO GROSSO, BRASIL.	135
8.1	RESUMO	135
8.2	INTRODUÇÃO	137
8.3	REVISÃO DA LITERATURA	138
8.3.1	Fome e Segurança Alimentar	138
8.3.2	Programas Governamentais de combate a fome	139
8.3.3	Fome e fenômenos migratórios	141
8.4	METODOLOGIA	142
8.5	RESULTADOS ALCANÇADOS:	143
8.5.1	Fenômenos de migração no estado de Minas Gerais	143
8.5.2	A migração para São José do Povo	144
8.5.3	Conseqüências da migração	147
8.5.4	Sustentabilidade do município de São José do Povo	148
8.6	CONCLUSÕES	151
8.7	REFERÊNCIAS:	152
9	ARTIGO 3: CONTRIBUIÇÃO DA RELIGIÃO PARA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DAS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO “DANDO AS MÃOS”.	155
9.1	RESUMO	155
9.2	INTRODUÇÃO	156
9.3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	158
9.4	OBJETIVO	168
9.5	METODOLOGIA	168
9.6	DESENVOLVIMENTO	169
9.7	CONCLUSÕES	175
9.8	REFERÊNCIAS	176
10	ARTIGO 4: EXPECTATIVA DOS JOVENS QUE HABITAM O MEIO RURAL EM S. J. DO POVO, MT, COMO FATOR DE ESTABILIDADE SOCIAL E CONDIÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	180
10.1	RESUMO	180
10.2	INTRODUÇÃO	181
10.3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	182
10.4	OBJETIVO	192
10.5	METODOLOGIA	192
10.6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	193
10.7	CONSIDERAÇÕES GERAIS	207
10.8	BIBLIOGRAFIA	209
		22

11	ARTIGO 5: DIAGNÓSTICO NO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO TAVARES, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, DOS ASPECTOS DE BASE QUE ANTECEDE O DESENVOLVIMENTO LOCAL: SEGURANÇA ALIMENTAR, EDUCAÇÃO, SAÚDE E LAZER	214
11.1	RESUMO	214
11.2	INTRODUÇÃO	215
11.3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	219
11.4	OBJETIVO	230
11.5	METODOLOGIA	230
11.6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	232
11.7	CONCLUSÃO	259
11.8	REFERENCIAS	261
12	CONSIDERAÇÕES GERAIS	266
13	REFERENCIAS GERAIS	273
14	- ANEXOS	286

1 INTRODUÇÃO GERAL

Por ser filha de agricultores, migrantes, que gastaram a vida na luta para realizar o sonho de “possuir um pedaço de chão” e assim garantir o autossustento da família, mas que viram o sonho de desfazer no cotidiano da cidade grande, a pesquisadora sempre se questionou pela não realização dos anseios, que leva milhares de pessoas a um “vai e vem constante”, sem conseguir estabelecer elos e contribuir de forma relevante para com o desenvolvimento local. Fenômeno observado em assentamentos propostos pelos diversos movimentos e instituições governamentais desde 2000, quando a pesquisadora se envolveu em uma equipe voluntária, um grupo religioso, de apoio aos assentados do MST no interior de Mato Grosso. Para compreender o processo de “esvaziamento” dos lotes, foram organizados grupos de estudos e debates, nos diversos seguimentos locais. A participação no Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, surgiu como uma forma de dar continuidade a pesquisa de um modo mais sistemático.

Na disciplina de Segurança Alimentar, ainda como aluna especial, surge o segundo artigo, MIGRAÇÕES, POSSE DA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR: ESTUDO DE CASO DO POVOAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO, MATO GROSSO, BRASIL. Nesse artigo foi feito um estudo de caso das migrações que deram origem ao município de São José do Povo, sob a ótica da segurança alimentar, município onde a pesquisadora residia na época. Do trabalho surgiram muitas perspectivas, pois o município de São José do Povo é formado por uma população predominantemente migrante e de zona rural, mas foram identificados muitos conflitos entre esses e os assentados da região. Foi possível verificar que os moradores da sede do município possuem características de moradores de cidades grandes, mesmo sendo filhos de agricultores ou mesmo tendo parte de sua subsistência em sítios nos arredores da sede do município. A reforma agrária surgiu com o intuito de diminuir estas desigualdades e estabelecer princípios de justiça social. No entanto, esses diversos conflitos, que resultam em constantes êxodos observados nos assentamentos, da reforma agrária, leva a questionar a eficácia na forma como tem sido implementada e a analisar o Desenvolvimento sustentável como “empoderamento” local para solucionar os problemas causados pela falta de soberania alimentar, entre esses as migrações, que ainda assolam o país. Dessa preocupação surge o artigo CONTRIBUIÇÃO DA RELIGIÃO PARA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DAS AÇÕES DA

ORGANIZAÇÃO “DANDO AS MÃOS”. Nesse artigo é feito um estudo sobre a ação de religiosas junto aos assentamentos do município, contribuindo com o Desenvolvimento local por ser fator agregador da confiança dos fiéis e não fiéis na região, contribuindo na resolução dos conflitos causados pelas dificuldades de se criar espaços de solidariedade nesse contexto. Mas essa atuação é pequena, frente a amplitude dos assentamentos, não atingindo a maioria. Continua o debate sobre o modelo de Reforma Agrária que se fundamenta na distribuição de terras, e não resolve o problema de manter o agricultor na terra. Também foi verificado que as migrações que deram origem ao município continuam, principalmente entre os jovens, tanto da sede do município como dos assentamentos. Mas da metade dos alunos das escolas, do município pesquisado, são jovens dos assentamentos. Assentamentos que nasceram de medidas do governo, a Reforma Agrária, que “visa a melhor distribuição das terras mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento de produtividade”, conforme o estatuto da terra. Surge, portanto, a necessidade de fazer um estudo junto a esses jovens para compreender tal fenômeno, nascendo o artigo ESPECTATIVA DOS JOVENS QUE HABITAM O MEIO RURAL EM S. J. POVO, MT, COMO FATOR DE ESTABILIDADE SOCIAL E CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. No capítulo fica comprovado que a grande maioria dos jovens do município, tanto os moradores da sede quanto os dos assentamentos, vão para a cidade, no caso Rondonópolis, em busca de melhores condições de trabalho e possibilidades de dar continuidade aos estudos. Surge a preocupação com o futuro do município, especialmente dos assentamentos que foi a esperança de revigoramento local, pois existem grandes distorções políticas, sociais e econômicas na distribuição da terra no Brasil. Desta reflexão, nasce a necessidade de realizar uma pesquisa especificamente em um assentamento, sendo proposto o Padre Josimo Tavares para fazer uma análise dos fatores de base que dão origem ao processo de desenvolvimento, a Segurança Alimentar, Educação, Saúde e Lazer. Assim, para responder a questão, surge o artigo DIAGNÓSTICO DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, TENDO POR BASE PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A SEGURANÇA ALIMENTAR, EDUCAÇÃO, SAÚDE E LAZER, onde fica efetivamente comprovada, a falta de sustentabilidade das famílias a partir da posse da terra.

2 PROBLEMA

As migrações causadas por insegurança alimentar ou outra inquietude e a posse da terra como solução para essas inquietudes.

3 HIPÓTESE

A posse da terra deveria resolver a questão de segurança alimentar, Educação, Saúde e Lazer e as demais inquietudes.

4 OBJETIVO GERAL

Caracterizar o Município de São José do Povo - MT, o assentamento e a comunidade do Padre Josimo Tavares, do citado município como forma de estabelecer os motivos de instabilidade, que levaram os moradores a se estabelecer no local e o abandono da terra e do meio rural.

4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar fatores de insatisfação, suas causas, bem como os conflitos que levam a constante mobilidade da zona rural.

2. Levantar dados existentes no assentamento, referentes a segurança alimentar, educação, saúde e lazer como fatores de base que iniciam o processo de Desenvolvimento.

3. Observar o nível de desenvolvimento humano e dignidade alcançada pelos moradores dos assentamentos, suas expectativas, esperanças e sonhos, bem como as dificuldades encontradas para a sua realização.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura familiar é um grande desafio para o Brasil, os fatores, Segurança alimentar, Educação, Saúde e Lazer foram selecionados como a base necessária para a satisfação das “necessidades humanas fundamentais”, e conseqüentemente a efetivação do desenvolvimento local e estão interligados entre si. Desenvolvimento que deve ser sustentável e ter uma base territorial definida, que pode ser comprometido pelas constantes migrações que assolam as regiões agrícolas, especialmente os jovens de assentamentos promovidos pela reforma agrária.

5.1 FATORES DE BASE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para compreender as perspectivas para o desenvolvimento sustentável nos projetos de assentamentos implementados pela reforma agrária, foi analisado o conjunto formado pela Segurança Alimentar, Educação, Saúde e Lazer como fatores de base para alcançar o Desenvolvimento Local.

5.1.1 Segurança alimentar

Silva e Cereda (2007) descrevem o povoamento do Município de São José do Povo, pela ótica da Segurança Alimentar, concluindo que um dos fatores que atraiu os pioneiros para a região foi a necessidade de satisfação imediata para a subsistência das famílias.

Fome e Segurança Alimentar

Segundo Castro (2003a, p.37), a fome pode ser definida como,

[...] “a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de starvation, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais”. O autor complementa que “a fome é um fenômeno geograficamente universal, a cuja ação nefasta nenhum continente escapa. Toda a terra dos homens foi, até hoje, a terra da fome (CASTRO 2003a, p.56).

Para o autor, os efeitos destruidores da fome atingem de forma endêmica ou epidêmica, pelo menos um terço da humanidade (CASTRO, 2004b). A fome já existia antes da explosão

populacional ocorrida no pós-guerra, ou seja, não pode ser atribuída a superpopulação, e já dizia as populações do terceiro mundo (CASTRO, 2003c).

Fome é a sensação fisiológica que o corpo dá ao perceber que precisa de alimentos para manter suas atividades inerentes a vida. É um termo comumente utilizado para se referir a casos de má nutrição ou privação de comida entre as populações. Pode ser devida a pobreza, condições agrícolas adversas, razões culturais, religiosas, entre outros (KANTO, 2003).

Os alimentos são essenciais para a vida. Para estar saudáveis e bem alimentados, necessita-se de uma variedade de alimentos seguros e de boa qualidade em quantidade suficiente. Sem uma nutrição adequada, as crianças e os jovens não podem desenvolver seus potenciais plenamente e os adultos experimentam dificuldades em manter ou aprimorar esse potencial. Os alimentos proporcionam a energia necessária para crescer, para realizar atividades físicas e para as funções corporais básicas (respirar, pensar, controle da temperatura, circulação sanguínea e digestão). Também proporcionam as substâncias necessárias para desenvolver e manter o corpo e para reforçar a resistência às enfermidades. Estas diferentes funções são possíveis graças aos nutrientes contidos nos alimentos. São eles os carboidratos, as proteínas, as gorduras, as vitaminas, os minerais e a água. Todos os alimentos contêm um ou mais desses nutrientes em distintas quantidades e cada tipo de nutriente desempenha funções específicas. Esta é a razão da importância de uma dieta variada para gozar de boa saúde (BELIK, SILVA & TAKAGI, 2001).

Os autores indicam que a força de uma nação depende da força do seu povo. Quando as pessoas são saudáveis, fortes e bem alimentadas, têm energia, criatividade, segurança, coragem e valor necessários para solucionar problemas, criar grandes obras artísticas, contribuir para os avanços científicos e levar uma vida digna e alegre, ou seja, colaborar para a evolução da civilização para níveis mais altos de desenvolvimento. Os cidadãos bem alimentados são cidadãos produtivos que contribuem para sua sociedade.

Programas Governamentais de combate à fome

Belik, Silva e Takagi (2001) relatam que alguns programas compensatórios voltados para o combate à fome e a desnutrição têm longa tradição no Brasil. Há um conjunto importante de programas federais criados desde os anos 40, tais como o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e renovados por muitas décadas, cujo intuito é reduzir os

riscos de fome e desnutrição. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental, inclusive das escolas indígenas, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis. Outro Programa, já desativado, foi o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC), criado na década de 80. O sistema de distribuição era controlado pelo governo, os cupons, conhecidos como "tíquetes do Sarney" eram distribuídos às famílias carentes previamente cadastradas em entidades de base, na proporção de um litro de leite por criança.

Até 2004 existia também o Programa Bolsa-Escola, que tinha sido inspirado em experiências bem sucedidas, desenvolvidas por Estados e Municípios em diversas regiões do Brasil, a partir de 1995 (BELIK, SILVA & TAKAGI, 2001). Em 2004, esse programa foi juntado ao programa bolsa alimentação e foi criado o programa bolsa família, programa de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza, com renda mensal pessoal inferior a R\$ 120,00 (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2008).

O programa Bolsa Família integra o programa Fome Zero, cujo objetivo principal é assegurar o direito à alimentação adequada, através a segurança alimentar e nutricional. Para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2008), o programa Bolsa Família possui três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação;
- coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias para superar a situação de vulnerabilidade e pobreza, tais como programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

O PRODEA - Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos do governo federal,

atual programa Cestas Básicas, criado em 1993 em caráter emergencial com a finalidade de socorrer a população carente atingida pela seca no norte de Minas e no Nordeste e atuou na distribuição de cestas de alimentos. Em 1995, o PRODEA passou a fazer parte do Programa Comunidade Solidária, atual Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), responsável por sua execução em nível nacional, juntamente com a CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento (BELIK, SILVA & TAKAGI, 2001). A CONAB também operacionaliza a compra direta da agricultura familiar para a merenda escolar, através do PAA, Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, sendo uma das ações do Programa Fome Zero que tem como objetivo garantir que a população em situação de insegurança nutricional tenha acesso à alimentação na quantidade e regularidade necessárias (FOME ZERO, 2009).

Muitos outros programas de combate à fome foram criados nos últimos anos, mas ainda não conseguem resolver o problema real, que é proporcionar sustentabilidade as famílias carentes. No início da década de 60, esses programas eram ainda mais restritos, não abrangendo todo o território brasileiro. As medidas de combate à fome, até os anos 30, se limitavam aos problemas de abastecimento que estavam associados à questão da oferta de alimentos para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles, fugindo do meio rural. Entre as medidas de combate à fome adotadas pelos camponeses sem perspectivas em sua região de origem, a mais drástica incluía as migrações.

Fome e fenômenos migratórios

Migrar pode ser definido como a saída de um espaço para outro, mudando seu contexto social político, econômico e cultural. Impulsionado por algum motivo, o migrante rompe com os laços, mais não totalmente, leva consigo experiências que guarda no espaço da memória, podendo ser lembradas e recontadas. Muitas vezes a memória faz o migrante sentir que o que foi deixado era mais atrativo do que o novo conquistado.

A fome e a busca de segurança alimentar são fatores principais que levaram, e ainda levam, ao deslocamento em massa. Goettert (2004, p.112) analisa as migrações e os diversos sonhos que a impulsionam, *“sonho da melhoria das condições de vida, sonho do estudo, sonho da profissão, sonho da terra. O sonho acordado, acordado também no novo lugar...”*.

Os sonhos podem incluir a busca pela segurança alimentar na forma de terra para garantir

o auto-sustento da família. Os sonhos também incluem a garantia de emprego, que por sua vez melhorará as condições de vida da família e, conseqüentemente, garantirá

[...]alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em praticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, se realizado em bases sustentáveis” (YASBEK, 2004, p.104-112).

Esses termos definem o que modernamente se entende por segurança alimentar.

Os dados sobre os fluxos migratórios no período 1940/1960 confirmam a existência das trajetórias migratórias mais dominantes, que tinham como origem os dois grandes reservatórios de força de trabalho, o Nordeste e Minas Gerais, tendo como destino os Estados com maior crescimento urbano e industrial e as regiões de expansão da fronteira agrícola, onde era gerada a grande maioria de empregos no Brasil (BRITO, 1994).

A atração migratória nas fronteiras agrícolas da região do Centro Oeste foi também estimulada pela construção da nova Capital da República do Brasil, em 1960.

5.1.2 Educação

Segundo Figueiredo Neto (1998), uma série de fatores mostra que o nível da educação tem uma relação direta com a produtividade, isso no nível individual, correlação entre escolaridade e renda, quer no nível macroeconômico, na importância do fator escolar na explicação de níveis de taxa de crescimento econômico.

A educação é fundamental para que as pessoas possam se reconstruir e construir o seu entorno no novo local de moradia, promover a sustentabilidade, se empoderarem de seu desenvolvimento pessoal, grupal, formando o que é comum, construindo uma coesão solidária, que conforme Ávila (2003, p.35-36),

[...] deve ser constantemente educável, no sentido que a comunidade se atualize e impregne, ininterruptamente, do hábito cultural da incessante pesquisa e discussão de nova forma para se unir, cooperar e agir em direção à consecução de seus próprios rumos de

desenvolvimento e concernentes meios de viabilização”.

É notória a reflexão sobre a responsabilidade educacional para com as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, o que faz necessário uma rearticulação sobre os sentidos da educação ambiental. Essa dimensão configura-se crescentemente como uma questão que diz respeito a um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o envolvimento dos diversos sistemas de conhecimento, levando a comunidade a assumir o compromisso com o próprio desenvolvimento, mas mantendo a consciência da necessária proteção do ambiente para as gerações futuras (JACOBI, 2003).

Segundo Kant (1996), o homem não chega a ser plenamente humano a não ser através da educação, com essa afirmação, o mesmo está confirmando o papel social da educação na transformação social. Para Caldart (2000), a educação exige acompanhamento, que quer dizer ir junto ou caminhar junto. Que quer também dizer estar em movimento junto com alguém. Segundo a autora, quando usamos essa palavra, acompanhar, em relação as tarefas da educação, estamos nos referindo ao movimento ou ao caminho da formação humana. Portanto, acompanhar em educação é estar junto no processo de formação ou de humanização de outras pessoas. O processo de formação do outro também não é conduzir o outro por um determinado caminho. Se considerar a teoria do Desenvolvimento Local como um desabrochamento das capacidades locais, individuais e coletivas, através de uma educação-formação com ênfase em uma mudança cultural, para que os atores possam assumir seu próprio desenvolvimento, através de uma ação solidária e comunitária em um dado território, a educação é extremamente necessária para a efetivação dessa concepção.

São muitas as propostas educativas sistematizadas e colocadas em prática para a região campestre, no intuito de garantir o desenvolvimento local. Com ênfase na Pedagogia da Terra, que vem sendo desenvolvida em articulação ao Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), “Sua perspectiva é a formação *omnilateral*, tendo por eixo a relação entre produção/socialização/transmissão do conhecimento e a realização do trabalho produtivo, de caráter social, contrapondo-se a uma instrução unilateral para um trabalho abstrato, decorrente da divisão social do trabalho no capitalismo” (RIBEIRO, 2004, p. 2). A resolução número 126/03 CEE/MT, institui as diretrizes Operacionais para a Educação de Mato Grosso. A mesma tem papel importante na consolidação das políticas públicas e sociais

de assentamento agrário, pois contribui para implantação de novas técnicas de produção no campo - onde, se tem praticado apenas a produção de matéria prima, sem o controle da comercialização - passando a beneficiar a produção e dando-lhe um valor agregado antes de inseri-lo no mercado consumidor. A perspectiva é ampliar a concepção de trabalhador/a rural, gerando novos postos de trabalho que darão suporte ao desenvolvimento e aplicação de novos conhecimentos na agricultura tradicional: noções de agropecuária, de administração rural, de cooperação, agroindústria, projetos produtivos e noções de mercado. Além de estar resignificando a agricultura camponesa.

5.1.3 Saúde

Outro aspecto de base para o desenvolvimento é a saúde. Os autores Belik, Silva e Takagi (2001) lembram que a força de uma nação depende da força do seu povo. Quando as pessoas são saudáveis, fortes e bem alimentadas, tem energia, criatividade, segurança, coragem e valor necessários para solucionar problemas, criar grandes obras artísticas, contribuir para os avanços científicos e levar uma vida digna e alegre, ou seja, colaborar para a evolução da civilização para níveis mais altos de desenvolvimento.

A saúde é também uma conseqüência da segurança alimentar, que envolve necessariamente uma educação nutricional, como um conjunto de estratégias para impulsionar a cultura e a valorização da alimentação, surgidas da necessidade de respeitar, mas também modificar crenças valores, atitudes representações, práticas e relações sociais que se estabelecem em torno da alimentação (BOOG, 2004).

Há estudos de que desde a constituição de 1988, o Ministério da Saúde assume o compromisso da saúde como direito de cidadania, o que pressupõe a oferta de serviços cada vez mais resolutivos, integrais e humanizados. Para descentralizar e facilitar o acesso do individuo a esse bem, a estratégia é que os municípios assumam a responsabilidade, contando com a cooperação técnica da União, objetivando “promover a qualidade de vida e o bem estar individual e coletivo por meio de ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde” (SOUZA E CARVALHO, 2003, p. 515).

A forma de utilização de serviços de saúde de um determinado grupo da população é principalmente explicada por seu perfil de necessidades em saúde (HULKA & WHEAT,

1985). Está condicionado, também, por inúmeros outros fatores, interno e externo ao setor, relacionados tanto à forma como está estruturada a oferta de serviços (WENNERBERG, 1985) quanto às preferências e escolhas do usuário.

A disponibilidade, o tipo, a quantidade de serviços e recursos (financeiros, humanos, tecnológicos), a localização geográfica, a cultura médica local, a ideologia do prestador, entre outros, são aspectos da oferta que influenciam o padrão de consumo de serviços de saúde. Por outro lado, as escolhas individuais também são cruciais, embora nem todas as necessidades se convertam em demandas e nem todas as demandas sejam atendidas. Inversamente, por indução da oferta, existe o uso de serviços não relacionados com as necessidades. Na verdade, segundo a Lei de Hart (1971), os diversos mecanismos que interferem na oferta de serviços fazem com que os recursos sejam distribuídos inversamente às necessidades. Conforme Travassos, Viacava, Fernandes, e Almeida (2000),

As desigualdades no uso de serviços de saúde, isto é, na atitude de procurá-los, obter acesso e se beneficiar com o atendimento recebido, refletem as desigualdades individuais no risco de adoecer e morrer, assim como as diferenças no comportamento do indivíduo perante a doença, além das características da oferta de serviços que cada sociedade disponibiliza para seus membros. Em outras palavras, o uso de serviços de saúde é função das necessidades e do comportamento dos indivíduos diante dos seus problemas de saúde, assim como das formas de financiamento, dos serviços e recursos disponíveis para a população, incluindo a estrutura administrativa e os mecanismos de pagamento.

Assim, vários municípios têm organizado a política de atendimento à saúde através dos PSFs (Programa de Saúde da Família), que deveriam apresentar ações referenciais não apenas de atenção pontual, mais também para as condições de vida da população, tendo em vista a amplitude do conceito de saúde atual (SOUZA E CARVALHO, 2003). A falta de estrutura e preparo dos Municípios dificulta tais ações, limitando o atendimento de qualidade à população, especialmente na área rural.

Diante da inoperância do Estado há propostas de saúde comunitária, mas muitas vezes esta tem sido vista de forma ambígua. Para alguns, são formas de organização e politização populares, que podem até apontar para reivindicações diante do poder público, enquanto, para

outros, são formas de desenvolver trabalhos que seriam da responsabilidade governamental, e, neste sentido, ajudam os governos a reduzirem os seus gastos. Quanto a este último ponto, tal crítica ajuda a entender por que muitos tendem a ver os trabalhos de saúde comunitária como um serviço de saúde de segunda classe, para os pobres, que, no fim, permite que mais dinheiro público sobre para atender parcelas da sociedade de melhores condições de vida (VALLA, 1999). No entanto, na área rural é muito comum a utilização da saúde comunitária, seja pela inoperância do estado, alternativa para reivindicações, ou simplesmente pela preferência do usuário.

5.1.4 Lazer

Segundo a Associação Mundial de Recreação e Lazer (WLRA, 2002).

[...] lazer se refere a uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual, social, artística ou espiritual.

Percebe-se que o lazer é um dos meios para o desenvolvimento pessoal, social e econômico, como também, um aspecto importante de qualidade de vida, o que leva a questionar que tipo de lazer o morador do campo tem acesso. Segundo Marcellino (1996), o lazer é uma oportunidade de socialização, de encontro e estreitamento de laços entre os vizinhos, de desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social livre, o ápice da atividade criativa humana. É um momentos onde se desenvolve o processo de socialização, do aprender a fazer junto (MARCELLINO, 1996). O autor continua, escreve que as barreiras socioeconômicas e o baixo nível educacional criam todo um clima favorável para a opção de lazer passiva, como a televisão, sem a interação do autor, que é apenas um espectador. Portanto o lazer pode se tornar uma atividade passiva, um assimilador de tensões, algo que ajuda a conviver com as injustiças (MARCELLINO, 1996). É muito bom que isso ocorra, mas perde a sua característica de desenvolvimento pessoal e social que também enseja.

Segundo o Ministério da Educação (2000), ao se referir sobre a educação profissional, relata que a situação global exige profissionais que atuem na área de lazer, ligando o mesmo ao Desenvolvimento Social. Esse profissional deverá procurar educar a população para uma mudança nos padrões de produção e consumo; como também realizar um trabalho preventivo para redução da incidência de doenças, levando em conta a necessidade de um meio ambiente saudável, uma alimentação e nutrição adequada; deverá promover a melhoria de vida da criança e do adolescente carentes, garantindo-lhes a condição de cidadãos de direito; e ainda atuar, entre os idosos, institucionalizados ou não, propiciando-lhes uma velhice ativa, produtiva, com participação efetiva na família e na comunidade. Trabalhando na organização de grupos de interesses coletivos, associações, cooperativas, o profissional da área de Lazer e Desenvolvimento Social deverá promover a integração e facilitar os processos de inclusão social, desenvolver atividades de geração de emprego e renda, ou ainda de práticas físico-desportivas, artístico-culturais, recreação, entretenimento e folclore (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000). A atuação desse profissional na área rural poderia redimensionar as práticas de lazer, colaborando para que as mesmas sejam assumidas de forma a promover o desenvolvimento local.

O lazer é um direito cidadão, garantia de acessibilidade de toda a população às condições básicas de qualidade de vida, é um direito social garantido pela constituição federal de 1988 e direito do trabalhador, definido pela consolidação da lei do trabalho (CLT), desde que foi criada em 1943. O lazer também está na declaração dos direitos humanos desde sua proclamação em 1948 (RAMALHO, 2008). Conforme Pinto (2002), o Lazer é imprescindível para que sejam melhoradas as condições básicas de vida das pessoas (desenvolvimento humano), da sociedade (desenvolvimento social) e das gerações futuras (desenvolvimento sustentável), o que prescinde uma articulação dos fatores econômicos, políticos e de conhecimento para a garantia de políticas de ação nesse campo.

O lazer é, também, um aspecto importante para a constituição da identidade do jovem. Para Barral (2004) a identidade do jovem é construída social e simbolicamente, através das diversas práticas de lazer. O autor continua comentando que o lazer e as manifestações culturais estão assumindo, cada vez mais, o papel antes destinado a família, o trabalho e a escola na formação da identidade do jovem, principalmente pela identificação com o “grupo”.

Percebe-se que o lazer é um dos meios para o desenvolvimento pessoal, social e

econômico, como também, um aspecto importante de qualidade de vida. E preciso questionar se essa questão tem sido considerada nos assentamentos e projetos de assentamentos, uma vez que não foram encontrados relatos na literatura.

5.2 DESENVOLVIMENTO

Segundo alguns autores, entre esses, Cavalcante (2001), sabe-se que é impossível que todas as nações tenham condições de alcançar o mesmo nível de desenvolvimento das potências atuais. Para o autor o desenvolvimento é um mito, pois as potências atuais não passaram pelo sub/desenvolvimento, como hoje é caracterizado. Tais potências se desenvolveram em uma época diferente, arrancaram na frente, impulsionadas pela revolução industrial. Ainda segundo Cavalcante (2001), a população dos países sub/desenvolvidos, dificilmente poderá alcançar o nível de bem estar dos países desenvolvidos, isso porque a alocação de recursos para obter vantagens comparativas, no comércio internacional, permitirá a geração de excedente, devido ao processo histórico de acumulação de renda, isso beneficia apenas a elite que tende a copiar os padrões de consumo dos países ricos, aumentando, assim, o fosso entre ricos e pobres nos países sub/desenvolvidos. A destruição do meio físico é uma tendência dessa forma de desenvolvimento mitológico, conforme Cavalcante (2001). Isso para justificar formas de dependência que reforçam o caráter exploratório do meio ambiente do sistema produtivo atual. Ainda segundo o autor, essa idéia de desenvolvimento está baseada apenas no crescimento econômico, que não produz um desenvolvimento social, humano, que é caracterizado por menor concentração de renda, aumento do bem estar para toda a população, causada por melhoria no saneamento básico, menor taxa de mortalidade, etc. Desenvolvimento centrado na pessoa humana, para a pessoa humana, com a participação da pessoa humana.

5.2.1 Desenvolvimento sustentável

Elizalde (2000) lista “nove necessidades humanas fundamentais: subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade”. Todas elas estariam no mesmo patamar quanto à importância. O autor contradiz a teoria já conhecida sobre as necessidades humanas apresentada por Abraham Maslow (1975), que divide as necessidades em cinco categorias principais de forma hierárquica, e a de Marcusse e Heller (1978) que relativiza o caráter das necessidades humanas, introduzindo a noção de

necessidades falsas ou verdadeiras. Ainda segundo Elizalde (2000), essas teorias correm o risco de estabelecer prioridade de uma necessidade sobre a outra, o que implica uma visão de mundo reducionista e fragmentada do universo.

Elizalde (2000) continua afirmando que as “necessidades humanas fundamentais”, são essenciais e nenhuma delas é menos importante que a outra. Todas as necessidades têm importância similar.

Essa teoria pode explicar porque, para a maioria das pessoas, o sonho da ocupação de terras está ligado a motivos muito concretos, relacionados também à sobrevivência imediata. Essa pode ser traduzida, entre outras, pela necessidade de subsistência, considerada como urgência em satisfazer as necessidades humanas fundamentais, mas que não podem ser resolvidas sem o caráter sustentável necessário ao desenvolvimento. Para Le Bourlegat (2008, p.2)

[...] o desenvolvimento humano é de natureza endógena e relacional e leva em consideração o protagonismo, a solidariedade sinérgica – no local e fora do local - e o aprendizado constante dos atores locais, para se dar respostas adequadas ao território vivido, detectando e potencializando recursos disponíveis para esse fim. Para isso, há necessidade não só de uma melhor conscientização da condição sistêmica do mundo, como de respostas com ações mais complexas, integradas e flexíveis capazes de empoderar as coletividades locais.

O desenvolvimento humano requer também desenvolvimento das bases materiais e a preocupação com o todo, o cosmo. Uma transição para o conceito de desenvolvimento que requer uma mudança de paradigmas, uma educação/formação que exige a transformação do “eu” em “nós” e estabelece a preocupação com o todo, o destino do planeta Terra. Os estudos e diagnósticos ambientais demonstraram que a degradação ambiental, que hoje o mundo vivencia, é resultado principalmente do uso inadequado dos recursos naturais e das relações desequilibradas entre a sociedade e a natureza, características da ausência do desenvolvimento humano sustentável. A partir da segunda metade do século XIX começou-se a perceber em nível planetário a intensificação da degradação ambiental e de suas conseqüências em termos de impactos ambientais, o que originou estudos e as primeiras reações internacionais no

sentido de se conseguir soluções para o controle e a minimização dos danos ao ambiente. O amadurecimento das idéias ambientais ao longo do século XX resultou na consolidação da noção de desenvolvimento sustentável, no qual haveria uma integração entre preocupações sociais, econômicas e ecológicas, uma meta buscada em nível internacional (MAGALHÃES, 2009).

Segundo Veiga (2005, p.214) o desenvolvimento sustentável deveria se desdobrar “em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”. Portanto, o desenvolvimento sustentável depende da cultura, da educação da satisfação das necessidades humanas de uma determinada sociedade. Mas não pode se limitar unicamente a necessidade social, sendo necessário incluir também as bases econômicas que garantirão a subsistência, com a necessária preocupação com a relação das sociedades com a biosfera (VEIGA, 2005). Para Sachs (2002) as dimensões do desenvolvimento sustentável são: a ecologia, sociedade e economia. O que da importância à utilização de meios flexíveis, negociados e contratuais – que representam a economia política em superação à economia tradicional – para atender, ao mesmo tempo, clamores econômicos, ambientais e sociais. O economista Sachs (1986) denomina esse desenvolvimento como ecodesenvolvimento, que é

[...] um caminho promissor tanto para países ricos como para países pobres. Para estes mais do que nunca, a alternativa se coloca em termos de projetos de civilização originais ou de não-desenvolvimento, não mais parecendo possível nem, sobretudo, desejável a repetição do caminho percorrido pelos países industrializados... (SACHS, 1986, p.10)

O Desenvolvimento Sustentável é comprovadamente uma alternativa para o desenvolvimento global. Jared Diamond, (2005) analisa “como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso”, relatando um importante conjunto de problemas ambientais que as sociedades modernas enfrentam, traçando um panorama catastrófico, para mostrar o que acontece quando os recursos não são utilizados de forma sustentável. Segundo este autor (p.17) “até mesmo as sociedades mais ricas e tecnologicamente mais avançadas de hoje em dia enfrentam problemas ambientais e econômicos crescentes que não devem ser subestimados”. E Diamond (2005, p. 19), ainda acrescenta que muitas vezes as pessoas são

forçadas

[...] a adotarem meios de produção agrícolas intensificados, e a expandir a agricultura das terras inicialmente escolhidas para áreas marginais, de modo a alimentar o número crescente de bocas famintas. Práticas não sustentáveis levam a danos ambientais, resultando em terras marginais de cultivo novamente abandonadas. Para a sociedade, as consequências incluem escassez de comida, fome, guerras onde muita gente luta por poucos recursos, e a derrubada de elites governantes pelas massas desiludidas. Afinal a população diminui por causa da fome, da guerra, ou das doenças, e a sociedade perde algo de sua complexidade política, econômica e cultural que desenvolveu em seu auge.

O progresso é o anseio de toda nação. Seus cidadãos desejam usufruir de todo o conforto e bem estar possível, porém o progresso sem sustentabilidade tem desgastado o meio ambiente muitas vezes de forma irrecuperável. A consciência desse fato é que fez surgir a noção do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável ocupa posição central dentro do movimento ambientalista desde a publicação, em 1987, do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas, presidida pela primeira ministra norueguesa Gros Brundtland, intitulado “Nosso futuro comum”. Segundo o Relatório: “é sustentável o desenvolvimento tal que permite satisfazer nossas necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas” (RATTNER, 2002).

Segundo Antonio Elizalde (2003, p.123), a alternativa para uma sociedade sustentável é a educação dos desejos humanos, que controlados atualmente pela mídia a serviço do capital, só produz lixo e dejetos. Para o autor, o grande desafio é:

[...] entender y desentranhar la dialéctica entre necesidades, satisfatores (formas culturais de satisfazer as necesidades) y bienes económicos. Esto, a fin de pensar formas de organización económica em que los bienes potencien satisfatores para vivir las necesidades de manera coherente, sana y plena. La situación obliga a repensar el contexto social de las necesidades humanas de una manera radicalmente distinta de como há sido habitualmente pensado por planificadores sociais y diseñadores de políticas de desarrollo.

O relatório Brundtland, de 1987 e a Agenda 21, resultada da Conferência das Nações

Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 ressaltam a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável para a salvaguarda do planeta. Mas sem o atendimento dos fatores considerados como base para o desenvolvimento, esse, o desenvolvimento sustentável está comprometido.

Segundo Silva (2006, p.17) o desenvolvimento sustentável é

[...] resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais "cultivadas" no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente.

O desenvolvimento sustentável, quando acontece em um local definido, onde os agentes se empoderam através das próprias potencialidades existentes no local do processo, isso em conexão solidária entre si e com o entorno, caracteriza o desenvolvimento local.

5.2.2 Desenvolvimento Local

Entende-se desejável o desenvolvimento sustentável, que enseja um processo de mudanças sociais, tanto políticas econômicas e institucionais, que assegure a “satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem estar econômico que além do mais sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo” (JARA, 1998, p. 34). Esse Desenvolvimento tem que envolver o ser humano, na satisfação de suas próprias necessidades. Quando esse desenvolvimento é fomentado por atores locais, aproveitando as potencialidades existentes no local, desenvolvendo a solidariedade e a cooperação na busca de maior bem estar próprio e para o entorno, partindo daí para o global, o desenvolvimento é definido como desenvolvimento local (JARA, 1998, p. 34).

O Desenvolvimento Local segundo Gehlen (2004, p.), é entendido como aquele que,

Fundamenta-se, sobretudo, nas potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais que compõem o patrimônio sociocultural ou

também chamado capital social. Parte-se de diagnósticos para identificar potencialidades e gargalos até a formulação de uma proposta global de desenvolvimento, como antecipação do futuro a ser atingido e as escolhas de estratégias operacionalizadas em planos integrados de desenvolvimento. Este é o cenário em que políticas públicas de desenvolvimento se fundem com o social para valorizar as diferenças e conquistar qualidade de vida e ambientes sustentáveis.

O Desenvolvimento Local não depende necessariamente dos recursos (financeiros ou humanos) externos a comunidade. Para ter sustentabilidade é necessário que a comunidade assuma os rumos concernentes a seu próprio desenvolvimento, respeitando o meio ambiente e as gerações futuras. Tem como elemento principal a participação local, através da solidariedade, cooperação, ajuda mutua, ou seja, um processo de organização e planejamento em torno de objetivos comuns. Essa, segundo Ávila (2000, p. 68), consiste no

[...] efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida' - portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica, - no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade-, assim como a 'metabolização' comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

A visão de Desenvolvimento, Local, procura ajudar a comunidade em uma forma mais integradora, para que a mesma tenha condições de assumir o seu próprio desenvolvimento, desenvolvimento que tem como centro a pessoa humana, que encontra eco em Ávila et alii (2000, p.23),

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio do meio ambiental. Portanto, não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico.

O desenvolvimento é importante, é o anseio de toda sociedade que almeja melhor qualidade de vida, mas é preciso que seja sustentável, que seja empreendido pela própria comunidade, pois segundo Jará (1999, p. 73) quando se fala do caráter sustentável do desenvolvimento local, especificamente na zona rural, se esta falando de

[...] agricultores organizados e capacitados, ou seja, dotados de conhecimento, habilidades e destreza para que eles mesmos saibam e possam gerenciar e orientar seus assuntos, partindo dos recursos que realmente possuem. Estamos falando de um modelo mais endógeno, autogestivo, participativo eficiente e mais sustentável do ponto de vista ambiental.

O que os torna capazes de criarem novos espaços de deliberação, de diálogo, de controle por meio dos quais se processam as alianças e os confrontos, o empoderamento, as parcerias e o associativismo.

5.2.3 Economia Solidária

A Economia Solidária é entendida como uma das mais características forma de cooperativismo, capaz de gerar novas oportunidades de inserção social, permeada pelos valores éticos da honestidade, transparência e responsabilidade social. Segundo Gaiger (2004) os empreendimentos solidários são enraizados na comunidade e por isso promovem a participação local, dinamizam redes e fomentam a democracia política. Possibilitam, portanto,

que se cruze o espaço territorial e social, do micro ao macro, do local ao mundial. Tais empreendimentos estão ligados ao trabalho, às pessoas que vivem, residem e se relacionam vinculados a um território e a um sentimento de pertença. Pela prática de autogestão, formam um espaço de proximidade, onde é permitido aos que dele participam tomar a palavra, debater, decidir, e construir projetos econômicos em resposta aos problemas sociais que encontram no local, contribuindo para o empoderamento local e seu consecutivo desenvolvimento.

A Economia Solidária Ganhou espaço, nas últimas décadas, junto aos movimentos sociais e instituições religiosas ou não, pela proposta em promover o desenvolvimento com sustentabilidade e geração de renda. A Rede Amazônia Solidária (2005) destaca o surgimento da economia solidária como uma opção ao desemprego corrente das últimas décadas. Assim como nos países europeus a economia solidária ressurgiu no Brasil como defesa da classe trabalhadora, fazendo-os se organizarem em seus próprios negócios, inserindo-os no mercado e conseqüentemente na sociedade. A inserção social, na Economia Solidária, se dá “por meio do trabalho, ajuda mútua, responsabilidade, equidade e solidariedade, domínio do “know-how” produtivo, distribuição equitativa da renda obtida e fortalecimento do desenvolvimento local de forma auto-sustentável. Baseia-se na auto-gestão dos empreendimentos” (CALDEIRA, 2008, p. 143). É um processo lento, onde a educação é um fator preponderante. Essa proposta remete-nos ao conceito original de economia defendido por Jandir Pauli (2006, p. 33):

O modelo de economia proposto no *óikos* grego carrega um conceito que significa organização econômica como gestão da casa e da vida dos cidadãos. Neste caso, a economia é sempre um exercício coletivo voltado à promoção das condições de subsistência e de provisão das condições materiais para o exercício da cidadania.

A Economia Solidária, portanto, oriunda do Cooperativismo, é uma forma de Economia Social, que nasceu como reação ao desemprego decorrente da Revolução Industrial e a opressão exercida sobre os trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção em meados do século XIX. No Brasil, a Economia Solidária teve início em 1847, no Paraná, com a colônia Tereza Cristina e fixou-se na memória coletiva como marco inicial do cooperativismo brasileiro. Está fundamentada nos valores de compaixão e solidariedade é

regida por um alto grau de conscientização, motivação e movida por princípios éticos. Além de exigir um desenvolvimento de base material (CALDEIRA, 2008).

Segundo COELHO (2006, págs. 01 e 02) a Economia Solidária

[...] vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do *modus operandi* da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo [...] não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas ao contrário, busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis”.

Guérin (2005) escreve sobre as novas práticas advindas da economia solidária, práticas que segundo ele “contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária” (Guérin, 2005, p. 79). Essas práticas revelam o novo modelo econômico que busca converter as pessoas envolvidas em sujeitos autônomos do seu próprio desenvolvimento social e econômico, levando em conta o meio ambiente. Portanto, a Economia Solidária, baseada nos princípios de cooperação, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade ambientais se desdobra em propostas e ações práticas, “superando a economia tradicional para atender, ao mesmo tempo, clamores econômicos, ambientais e sociais” (SACHS, 2002, p. 60).

Uma das iniciativas para fomentar a produção local, dentro da Economia Solidária, é o microcrédito ou crédito solidário. Criado como alternativa para suprir a burocracia do sistema financeiro formal, que exige formas de garantia de devolução do que se tomou emprestado, muitas vezes inexistente entre os que estão desempregados ou possuem uma baixa renda. Essa experiência, de microcrédito, teve início em Bangladesh, na Ásia, onde o economista Muhammad Yunus criou o banco Grammeen, voltado para atender a população de baixa renda, que tinha dificuldade de conseguir empréstimos pelas instituições tradicionais. A experiência de Yunus provou que o microcrédito pode constituir numa estratégia eficaz de promoção da produção, sem grandes riscos para o financiador e com grandes benefícios para os grupos envolvidos. O sucesso foi tão grande que em poucos anos a iniciativa se expandiu para outros países e atualmente favorece milhões de pessoas do planeta (SINGER, 2008).

Existem, hoje, muitos projetos governamentais criados para implementar a produção, especialmente na zona rural. O diferencial do microcrédito dentro da Economia Solidária é a relação de proximidade com os beneficiários, a confiança estabelecida pelos princípios humanistas, ou seja, a marca distinta dos bancos informais, que operam pelos princípios de economia solidária é a relação com a clientela, conforme Gaiger (2005, p. 810)

A marca distintiva do banco, a exemplo de experiências internacionalmente consagradas, é a relação com a clientela, personalizada no agente comunitário de crédito. Ao banco incumbe aproximar-se do cliente, avaliar a solvabilidade do seu negócio, calcular suas condições de pagamento e monitorar as atividades financiadas, instituindo um relacionamento com base no conhecimento pessoal e na transparência. Trunfo decisivo é a aceitação de distintas modalidades de garantia para os empréstimos contraídos: fiador ou avalista, reserva de domínio das aquisições ou bens alienáveis, “avais solidários” e fórmulas mistas. São premissas do trabalho valorizar a autonomia e a iniciativa própria dos beneficiários, operar com eficiência e estabelecer vínculos duradouros com a clientela. Esse método de avaliação do crédito e de relacionamento com o cliente é um patrimônio importante [...].

A economia solidária, portanto, apresenta um caminho alternativo e sustentável de desenvolvimento local, onde a pessoa não é um número e a natureza não é um bem privado, onde a riqueza gerada é humana e universal em detrimento da material e individual.

Coelho (2006, p. 13) escreve sobre a experiência de Economia Solidária no Rio Grande do Sul, que ela é uma ferramenta ao desenvolvimento rural,

[...] uma ferramenta muito importante (consenso entre os entrevistados), pois a produção agrícola individual não tem força para contrapor o modelo atual. É um campo mais aberto ao cooperativismo / é (um ambiente) mais propício para a cooperação em relação a cidade, sendo que muitos grupos são ligados ao sistema da igreja.

5.2.4 Religião e sustentabilidade

A Religião desde os primórdios dos tempos ocupa certamente um lugar de destaque na história da humanidade e especificamente do Brasil. Em muitos períodos da história foi utilizada como instrumento de dominação e coerção, mas em outros, fez a opção pelo dominado, defendendo a dignidade e a vida humana (CARVALHO, 2008). Contrariamente a

visão histórica de resolver problemas da realidade local, como o famoso caso da catequização indígena pelas primeiras congregações religiosas que vieram para o Brasil, como missionários da Coroa de Portugal, a visão mais atual procura ajudar a comunidade em uma forma mais integradora, para que a mesma tenha condições de assumir o seu próprio desenvolvimento, desenvolvimento que tem como centro a pessoa humana, que encontra eco em Ávila et alii (2000, p.23),

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio do meio ambiental. Portanto, não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico.

Não existe registro de qualquer estudo em qualquer parte da história, de algum grupamento humano em qualquer época que não tenha professado uma religião. Portanto, pode-se afirmar que a religião é um fenômeno inerente à cultura humana, apesar de todo avanço científico (CARVALHO, 2008).

Na atualidade o fenômeno religioso esta bem vivo e apresenta um expressivo crescimento, desafiando as previsões de seu fim. A maioria das pessoas professa, direta ou indiretamente, uma crença religiosa. Na sociedade contemporânea a religião é um fator tão importante quanto ambivalente no ponto de vista do desenvolvimento quando da emancipação humana com um importante fator agregador, que passa pela confiança dos fiéis. Para Alves (1993) a religião, através de seus elementos constitutivos, gera elementos que despertam esperança nas mudanças sociais, na criação da “nova terra”. Segundo o autor, os sonhos religiosos das pessoas se transformam em fragmentos utópicos da construção de uma nova ordem. Muitos estudiosos dos movimentos sociais no Brasil concordam com essa teoria de Rubens Alves (LEMOS, 2008).

Historicamente a missão da Igreja, tem sua ação condicionada a força carismática de

seus pastores. Em certos momentos da história a atuação da Igreja popular é mais progressiva, em outras ocorre uma retração nessa atuação. Sua influencia é grande na sociedade brasileira, pois o país esta inserido em uma cultura fortemente marcada pelo pensamento cristão. Alguns setores da Igreja, especialmente da Igreja Católica, estão profundamente envolvidas com o trabalho de formação da consciência política da população, influenciado, segundo Lowy (1996, p.77) pelo,

[...] cristianismo da libertação que moldou várias gerações de cristãos engajados, cuja maioria dificilmente vai abandonar suas convicções éticas e sociais profundamente enraizadas. O grão que ele semeou na terra fértil da cultura religiosa e política na América latino-americana continuará a germinar no curso dos próximos anos e pode ainda nos reservar muitas surpresas

A presença de diversos setores da Igreja na luta campesina também é notória. Petras (1997) atribui a Igreja Católica, entre outros, a formação ideológica do movimento dos trabalhadores sem terra – MST, através da Comissão da Pastoral da Terra – CPT. Para o autor a presença dos diversos seguimentos da Igreja, ligados ao movimento, contribuiu para atrair o apoio de classes não ligadas ao trabalho rural, tais como os progressistas e favelados urbanos setores da Igreja e sindicalistas. Essa união gerou uma grande contribuição política, unindo leigos e religiosos, realizando uma síntese dinâmica nos conceitos de solidariedade e comunidade, reflexão critica e fé, na libertação humana.

A Igreja popular sofre, hoje, uma grande retração, sobre pressão de uma política centralizadora e conservadora (MENEZES, 2006). Mas, muitos setores continuam defendendo suas convicções éticas, fortemente enraizadas. Há muitas Dioceses, paróquias e Congregações religiosas, comprometidas com a luta popular, marcando presença entre os pobres e excluídos, buscando ser resposta em situações de conflitos, e assim contribuir com o desenvolvimento local, como escreve Stülz (2008, p. 271), transcrevendo o relato do texto trabalhado por lideranças das 44 paróquias, organizadas em 10 regiões pastorais, das prioridades do atual plano pastoral, página 17, da Diocese de Chapecó/SC,

[...] num dos serviços de pastoral prioritário – pastoral social-

assumimos: “fortalecer o compromisso social da Diocese, reorganizando a CPT – Conselho Pastoral da Terra, (assumida pelo conjunto de paróquias e lideranças), sendo assim uma Igreja evangelizadora e libertadora, comprometida com a vida, com as lutas populares, com as políticas públicas, com a reforma agrária, com as questões indígenas, orientando e organizando os pequenos agricultores na luta pela terra.

Portanto, apesar da retração na atuação da igreja nas causas sociais, percebe-se uma íntima relação entre religião e práticas sociais de enfrentamento da pobreza, segundo Buryti (2008, p. 03),

[...] há uma redefinição da fronteira entre estado e sociedade em curso, o que implica em maiores compromissos, oportunidades e desafios para a ação social à margem de ou em colaboração com a ação estatal. Em ambos os casos, noções de pura autonomia perderam inteligibilidade: o movimento da reforma do estado e os ajustes macro-estruturais impuseram ao segmento organizado da sociedade civil o ônus de se redefinir para assumir funções de provisão e proteção social deixadas pelo estado.

5.2.5 O Agente de Desenvolvimento Local: Irmãs da Província Santa Teresa do Menino Jesus

Muitas Congregações surgiram para “assumir funções de provisão e proteção social deixadas pelo estado” (BURYTI 2008, p. 03). Essas foram criadas com um determinado objetivo (educação, saúde, assistência social, menores carentes, indígenas, operários, mulheres,...), buscando responder a necessidade do local e do momento histórico. Uma delas foi a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, que tem como data de sua fundação 14 de janeiro de 1915, e nasceu devido à necessidade de professoras e catequistas para os filhos de migrantes italianos de Rodeio, Santa Catarina (VALANDRO, 1990).

A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, fundada, portanto, para prover o interior de uma paróquia rural do interior do Estado de Santa Catarina, cresceu e hoje está presente na maioria dos estados brasileiros, países da América Latina e em um país do continente africano, Angola. É organizada em seis grupos denominados províncias e durante

seus noventa e quatro anos de fundação muito contribuiu e contribui para o desenvolvimento local, em vários lugares onde esteve e esta inserida. Esse fator pode ser comprovado pela preocupação em colaborar na formação humana através da educação ou na formação das comunidades eclesiais, ajudando as mesmas, através dos valores evangélicos, a assumirem como base a “conquista da dignidade da pessoa, o crescimento comunitário, e a participação do povo na construção da nova sociedade” (CCGG 32)¹. Usando uma pedagogia libertadora, conhecendo, respeitando e valorizando as diferentes culturas, através de um diálogo de mutuo aprendizado e recíproca evangelização, favorecendo o ecumenismo e o diálogo religioso, em atitude de discernimento, assumindo as tarefas que melhor atendam a realidade (CCGG 34 e 35). Assim, é um grupo de mulheres que se sentem enviadas, a “colocar-se a serviço, da vida, para que as pessoas possam reconquistar a própria dignidade” (CCGG 37). Colaboram, dessa forma, para que as pessoas se empoderem de seu desenvolvimento pessoal, grupal, formando o que é comum, construído em conjunto com o povo uma coesão solidária, (ÁVILA, 2003, p.35-36),

O Carisma fundacional da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, sua identidade, é franciscana devido à origem de seu fundador e de suas primeiras integrantes, sendo esse da Ordem dos Frades Menores e estas da Ordem Terceira Secular. A sua diaconia, trabalho, são a educação e catequese nos diversos níveis (VALANDRO, 1990), que pode ser resumida em educação formal e educação/formação para a fé e cidadania.

Nas Linhas Inspiradoras assumidas para o sexênio vigente, encontram-se como destaque a ampliação em projetos de educação popular; economia solidária, incentivando a prática do consumo ético e solidário; aprofundar o compromisso com a justiça, a paz e a ecologia e ainda a capacitação própria e das comunidades para atuação em espaços onde são definidas as políticas públicas (LINHAS INSPIRADORAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS, 2007)².

¹ FORMA DE VIDA: IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS, Constituições gerais: sobre a Vida Apostólica, n. 29, 30, 32, 34, 35 e 37. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas. Joenville, 25 de março de 1998.

² LINHAS INSPIRADORAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS, Adotadas para o sexênio 2007-2012. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, 50 outubro de 2007

As irmãs Catequistas Franciscanas vieram para o Mato Grosso em 1947, atendendo ao pedido da igreja local, que necessitava de professores e catequistas para os filhos dos “sertanejos” do sul do estado, região compreendida ao norte do município de Rondonópolis (VALANDRO, 1990). Com uma forma de vida flexível, que lhes permitia viver nas regiões mais isoladas. Serviram o povo e indicaram novos caminhos durante seus 61 anos de vida na região (DEMARCHI, 1997). Hoje a província abrange Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Bolívia.

A Província Santa Tereza do Menino Jesus, com base nas Linhas Inspiradoras assumidas no sexênio pela congregação, assume como prioridade, entre outras, continuar o trabalho com assentados, buscando uma forma diferenciada, visto ser esse um desafio constante para alguns setores da Igreja, como nos diz Meneses Neto, (2006, p.07)

[...] Focalizando mais especificamente as lutas dos trabalhadores rurais e suas relações com as igrejas, especificamente a Igreja Católica, observa-se que existe uma questão histórica envolvendo estes atores sociais. Nas conhecidas lutas de Canudos e Contestado, o viés religioso messiânico e fanático é bastante presente na tentativa de construção de sociedades locais, com regras próprias, rústicas e questionadoras do poder central. No período pré-64, tem-se a organização das Ligas camponesas no Nordeste brasileiro e a disputa pelo controle de organizações camponesas por parte da Igreja e dos comunistas.

Do ponto de vista deste grupo, o ponto de interesse são as relações familiares e com o transcendente do assentado, na perspectiva de revigoramento da luta e da esperança; a coesão solidária, que deve nascer da união em torno do que é comum, ou seja, da comunidade; o cultivo dos valores individuais e coletivos, a convivência fraterna entre familiares, vizinhança e com a natureza; a confiança, que nasce do conhecimento recíproco; a consciência do potencial transformador que cada um possui e o necessário protagonismo pessoal e grupal na transformação da sociedade em uma sociedade mais justa e solidária. Para tanto, as Irmãs, após o último capítulo da congregação (assembléia eletiva), adotaram como metodologia de trabalho a economia solidária, visto a profunda relação entre os princípios que regem tal economia, com o sonhado e almejado para a nova sociedade com relações mais justas e

fraternas, que passa também pelo econômico (PRIORIDADES 2006)³.

5.3 TERRITORIALIDADE

É indiscutível a ligação de territorialidade e desenvolvimento local. Pires (2007) tem como base para o Desenvolvimento Local o território. O autor faz uma análise da Diversidade das Lógicas Espaciais e dos seus possíveis vínculos com análise do Desenvolvimento territorial, estende as abordagens para reconciliá-las com as origens e os fatores explicativos das teorias de desenvolvimento territorial recente no Brasil.

Albuquerque (1996), sobre o desenvolvimento local, escreve que nesta nova concepção de desenvolvimento

[...] ganham uma importância decisiva os aspectos microanalítico, territoriais e institucionais da atividade produtiva, a organização empresarial, o mercado de trabalho, a gestão regional e municipal, e os componentes sócio-culturais, dentre outros; também, o espaço deixa de ser contemplado como mero suporte físico das atividades e processos econômicos, passando a ser valorizado o território e as formas de relações entre atores sociais, suas organizações concretas, as técnicas produtivas, o meio ambiente e a mobilização social e cultural.

Ao se falar de local, “está se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade” (MARTINS, 2002, p.54). O lugar é o espaço das relações humanas, isto é, das práticas e convivências cotidianas que adquirem significado e sentido a partir da realidade material e ligação emocional aos objetos, e está simultaneamente ligada aos laços territoriais, econômicos e culturais. É o espaço onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento. O lugar pode ser entendido ainda como a “base territorial da convivência cotidiana, da qual a cooperação e a solidariedade se fazem convivência, a continuidade, as relações familiares, as emoções e

³ PRIORIDADES, PROVINCIA SANTA TEREZA DO MENINO JESUS, Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, adotadas para o quadriênio, 2007 a 2010. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, da Província Santa Tereza do Menino Jesus, em dezembro de 2007.

sentimentos compartilhados, garantindo uma maior comunicação e uma solidariedade orgânica” (MARTINS, 1999, p.169).

Portanto, o lugar é o palco dos acontecimentos que perpassam a vida dos indivíduos. A pessoa recém chegada ao lugar leva tempo para assumi-lo como seu novo espaço de vida, confrontar a noção de espaço com o novo vivido, criar novos laços de amizade e solidariedade, ou seja, se territorializar.

5.3.1 Migrações e Desterritorialização

A pessoa recém chegada ao lugar leva tempo para assumi-lo como seu novo espaço de vida, confrontar a noção de espaço com o novo vivido, criar novos laços de amizade e solidariedade, ou seja, se territorializar. As migrações provocam o que muitos autores chamam de desterritorialização e desculturização. “O homem do campo” quando vai para a cidade, deixa a cultura herdada e encontra outra, em um espaço que não ajudou a criar, que não faz parte de sua memória, de sua história. É a alienação! No novo lugar, ele terá que recriar as relações, pois sua experiência de vida ficou para trás, e novas experiências serão recriadas na nova residência. Sua relação com os novos vizinhos vai ajudá-lo a um novo entendimento da nova realidade, e o processo de alienação vai dando lugar a um novo processo de integração, mudando sua forma de ver e sentir o mundo (SANTOS, 1996, p.79-81).

As constantes migrações, portanto, podem dificultar o processo de desenvolvimento local pela não apreensão do território, uma condição para tal desenvolvimento. Para Santos (2000, p. 131), o território pode ser definido como “a porção da superfície terrestre, apropriada por um grupo social, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades”. É, ainda, o espaço em que o ser humano estabelece seus vínculos afetivos, constrói sua história e concretiza suas relações e fatos sociais, no intuito de manter a sobrevivência, identidade, do grupo e de se sentir protegido, e assim manter a continuidade da vida, por isso a necessidade de construir território. O território pode sofrer interações políticas, econômicas, sociais e culturais dos indivíduos e de grupos sociais, gerando uma malha ou rede de relações que se sobrepõem ou interpõem no espaço, que de algum modo constitui o território. O território é também formado pela diferenciação funcional comandada

pelo princípio hierárquico que é dado pelos indivíduos ou grupos que o compõem em suas diversas ações de forma ordenada. “A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade” (SOUZA, 1995, p. 84). Portanto a identidade de um grupo, ou comunidade, pode ser entendida e compreendida a partir do seu território, isto é, de acordo com as relações que a mesma estabelece com a natureza, com o meio físico, entre si. Por meio dessas relações vai criando e estabelecendo a sua identidade sócio-cultural.

Ainda segundo Souza (1995, p.84), “apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial”. A identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território em si, e, conseguinte, com o poder de se apropriar, controlar esse território. Arocena (2001, p.29) afirma que,

[...] un corte absoluto em um processo de construcción identitaria puede convertirse em perdida de identidade y, por conseguinte, em transtornos sérios em la vida del individuo o del grupo. Esto há sucedido y sucede em formas dramáticas em los procesos migratórios, em las invasiones, las conquistas, etcétera.

A identidade sócio-cultural pode ser um processo em construção por meio do uso da terra, sendo que o local, o espaço e o território vão ganhando sentido e significado a cada dia que passa. No entanto, poderá levar certo tempo para que as pessoas de uma comunidade construam a sua própria identidade territorial. Arocena (2001, p.30) continua que,

[...] la relacion del hombre com su território se desarrolla em um nivel profundo de la conciencia, em eso nivel em el que quedan registrados los aspectos más permanentes de la personalidad... em los procesos de constitucion de las sociedades locales, el componente territorial es um ingrediente básico.

Portanto, importância deve ser dada ao lugar, como palco dos acontecimentos que perpassam a vida dos indivíduos, onde persiste a busca pela satisfação das necessidades. Observa-se, nos assentamentos, que a alternativa mais drástica para a resolução dos

problemas enfrentados por falta de perspectiva na terra, tem sido a migração, o deslocamento de lugar. Lugar de moradia, de desenvolvimento dos problemas cotidianos. Goettert, (2004, p.112) analisa as migrações e os diversos sonhos que a impulsionam, “sonho da melhoria das condições de vida, sonho do estudo, sonho da profissão, sonho da terra. O sonho acordado, acordado também no novo lugar”. Este sonho pode ser traduzido como a busca pela satisfação das necessidades básicas inerente aos seres humanos, como destacado por Elizalde (2000).

5.4 AGRICULTURA FAMILIAR

Em 1988, com o advento da nova constituição, foi garantida a desapropriação do latifúndio improdutivo para finalidade pública e interesse social, entre a qual consta a desapropriação da terra com finalidade de reforma agrária. Ainda assim não ficou garantida a subsistência do homem no campo, em razão da falta de ajuda financeira para os camponeses assentados, o que acaba por criar um novo êxodo rural (MORISSAWA, 2001). Portanto a solução dos problemas apenas pela posse da terra torna difícil manter o assentado no local. Pesquisas têm sido realizadas para entender esse problema (PASQUIS, SILVA, WEISS & MACHADO, 2005; FRANCA, 2000; MELLO, 2008; DAVID & WANIEZ, 1997).

Esse êxodo não resolve o problema da fome, portanto a segurança alimentar. Segundo Jacques Diuf (2008) Diretor das Organizações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o número de pessoas com fome no mundo passou de 850 a 925 milhões em 2007 após a alta mundial nos preços dos alimentos. O índice da FAO assinalou uma alta nos alimentos de 12% em 2006, em relação ao ano anterior, de 24% em 2007 e de 50% durante os sete primeiros meses deste ano (TELESUR, 2008)! Essa falta de alimentos não pode ser totalmente atribuída a sua escassez, pois no campo dificilmente há fome. Já foi suficientemente comprovado que nas regiões agrícola, mesmo que não se tenha acesso a todos os alimentos necessários a um desenvolvimento saudável, a fome como tal é quase totalmente inexistente.

No ponto de vista da pesquisa proposta, o interesse não é apenas a integração do assentado a economia capitalista local, mas sim a sustentabilidade dos empreendimentos. A análise é feita também na relação dessas famílias com a agricultura de exploração, caracterizada pela agricultura de auto-consumo, envolvendo as necessidades sociais, econômicas e ambientais para essas pessoas, que se reproduzem e precisam da terra não

apenas para que suas famílias não passem fome, mas para que em condições de protagonistas possam desenvolver o local (MORISSAWA, 2001), ou seja, se “territorializar”, apossar do conhecimento local, ou seja, conhecimento que procede da educação não formal, da vivência direcionada para garantir a sustentabilidade.

A “Veja” de abril de 2008 (p. 106-113) traz uma reportagem com o título “*O Planeta Urbano*” (FAVARO, 2008), onde relata que pela primeira vez na história, a população do campo se iguala a da cidade, isso em níveis mundiais!

Diante dessa evidencia, há o questionamento sobre as perspectiva para o camponês brasileiro. Se a crise pela qual passa a agricultura é mundial, poderíamos dizer que o Brasil esta regredindo ao propor reforma agrária como um de seus objetivos para o desenvolvimento nacional, como também podemos acreditar ser tal fenômeno apenas um momento de crise mundial.

Mais essa crise que afeta a agricultura, será fator preponderante do Brasil? Baptista (1996: 49), ao analisar a situação da agricultura familiar de Portugal escreve que

[...] a percentagem dos que trabalhavam na agricultura no conjunto da população ativa, em Portugal, entre 1950 e 1990, passou de 48% para 10%. A população ligada a explorações agrícolas no total da população residente diminuiu de 55% para 20%. A contribuição da agricultura para a produção do país (valor acrescentado bruto agro-silvícola/produto interno bruto a preços correntes) baixou de 28% para 5%. No corpo da nação a agricultura constitui hoje um órgão que adocece e definha. Não é competitiva, não abastecendo, portanto, os hiper e as dispensas. A dependência do país (e vulnerabilidade, é bom lembrar) em produtos de origem agrícola agravou-se em níveis que classifico de suicidas.

Pode dizer se que na década de 90 não existia, no Brasil, nenhum tipo de política especial para o seguimento da agricultura familiar (MATEI 2001). Em meados da década citada, para apoiar e fortalecer a agricultura familiar foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF. Onde os municípios se credenciam para receber recursos orçamentários, a fundo perdido, aplicados segundo um plano municipal de desenvolvimento rural. A comissão organizadora deve ser composta, na maioria, de agricultores familiares (Abramovay e Veiga, 1998). Como constatado pelos mesmos autores,

no primeiro momento, as linhas desse programa foram muito desiguais, pois embora sejam familiares os agricultores que recebem esse financiamento, estão muito concentrados no sul do país, e entre os agricultores ligados à integração contratual com a agroindústria (Abramovay e Veiga, 1998). Um fator que pode justificar tal tendência, segundo os autores, é a experiência associativista dos agricultores de tal região. Outro problema sério, é que apesar da comissão ser formada por agricultores, por falta de despreparo do agricultor, o técnico, geralmente da EMPAER, acaba definindo o projeto. Há também o problema dos sindicatos, que não estão preparados para levar esse tipo de discussão e a desorganização das associações, que na maioria nem aparecem nos conselhos dos municípios (Abramovay e Veiga, 1998).

O PRONAF passou por muitas alterações nos últimos anos, hoje, os agricultores familiares estão classificados em quatro grupos distintos beneficiados pelo programa: os “estabilizados economicamente (Grupo D); os com exploração intermediária, mas com bom potencial de resposta produtiva (Grupo C); os com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção (Grupo B) e os assentados pelo processo de reforma agrária (Grupo A) (MATEI, 2001, p. 05)”. Ainda segundo Matei (2001, p. 05)

[...] observa-se uma série de mudanças do programa no campo financeiro, principalmente no que diz respeito às taxas de juros e às formas de pagamento dos empréstimos bancários. Em grande parte, essas modificações visam atender um maior número de beneficiários e expandir a esfera de interferência da agricultura familiar no âmbito da produção agropecuária do país. Com isso, pode-se dizer que o PRONAF é uma política pública que ainda está em construção e que necessita de modificações constantes até atingir os seus objetivos globais.

Existe ainda, como programa de apoio e incentivo a agricultura Familiar o PAA, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. O PAA foi instituído pela Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003. O objetivo do programa é uma estratégia conjugada de fomento produtivo à agricultura familiar e de assistência alimentar às populações em situação de risco. Esse programa é administrado pela CONAB, em parceria com as associações e cooperativas locais (DELGADO; CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2005). Apesar de esse programa ter sido criado em 2003, ainda não é muito divulgado junto a população no município hora analisado, que não conhece ainda as estratégias de inclusão em tal programa,

nem tem condições de obedecer as regras exigidas para se inserir. Tais como estar organizado em grupo, cooperativas e associações. O mesmo se dá com o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, que apresenta incontáveis exemplos de como promover a inserção competitiva da agricultura familiar no mercado institucional, com aumento na apropriação e circulação de riqueza, gerando efeito multiplicador na economia local. Mais como o PAA e demais benefícios existissem hoje, é necessário que o pequeno produtor esteja organizado, isso exige confiança no sistema e nos companheiros, algo ainda a ser construído.

Quando há insegurança alimentar a preocupação maior será resolver esse problema, Silva e Cereda (2007) em estudo de caso no Município de São José do Povo comprovaram que as migrações, que deram origem ao mesmo na década de 60, ocorreram, também, por busca de segurança alimentar. Para chegar a essa conclusão, foram entrevistados moradores dos assentamentos, incluindo Padre Josimo Tavares, e da sede do município. As autoras perceberam que as dificuldades no município de origem, onde havia sido utilizado o meio ambiente sem sustentabilidade, com dificuldades para garantir a subsistência, própria e da família, poderiam se reproduzir na região que recebia os migrantes. Esse colapso pode ser caracterizado como desenvolvimento sem sustentabilidade com as mesmas deficiências da região de origem, motivadas pela falta de estrutura, de conhecimento, vontade política, entre outros fatores. Os migrantes, animados pelas propagandas desenvolvimentistas do Governo, haviam partido rumo ao oeste, em busca do “eldorado” sonhado, onde a alimentação em quantidade e qualidade de forma contínua estaria garantida! Deixaram para trás um meio ambiente exaurido, onde imperou a falta de oportunidades e de justiça social.

5.4.1 Jovens

Um grupo preocupante, dentro da agricultura familiar é a juventude. Há discussões sobre a faixa etária considerada como juventude, limite esse diferenciado meio urbano e meio rural. A definição mais comum, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e estabelecida em 1985, define como jovens, de uma forma geral, meio urbano e rural, aqueles incluídos na faixa etária entre os 15 e os 24 anos. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) e diversos órgãos públicos de estatística, como o IBGE, de saúde pública, educação e cultura também utilizam essa faixa etária.

Para Durston, (1994, p. 14-15),

[...] a fase juvenil se caracteriza por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis adultos em todas as sociedades, tanto rurais como urbanas. (...) Pode-se dizer que a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo.

Nessa fase do desenvolvimento do ciclo vital, cada pessoa passa por transformações de forma diferenciada. Devem ser levadas em conta as diferenças de idade, pensamentos, sentimentos e de ações entre os jovens, e principalmente, conflitos gerados pelas desigualdades sociais e econômicas que podem ser traduzidos pela falta de oportunidades, o que impossibilita a realização de suas expectativas. Expectativas podem ser traduzidas na esperança em realizar o que se deseja, tanto no tempo presente quanto no tempo futuro (OLIVEIRA, 2007).

A ausência do jovem no meio rural é uma questão que desperta o interesse, em um país onde a luta pela reforma agrária é notória. Um número próximo a 650 mil jovens, que habitavam o meio rural brasileiro até 2000, trocou o campo pela cidade. Boa parcela dos que ainda habitava o campo até 2000 podiam ser situados entre os que viviam em situação de risco, em razão da extrema pobreza. Apenas 1,56% dos universitários do país eram jovens do campo. Os jovens da zona urbana tinham escolaridade 50% maior que os da zona rural (RÓSENO, EMATER – MG, 2007). .

Abramovay (2005, p. 01) escreve sobre pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) em 2005, sobre a situação da educação dos jovens na zona rural e a necessidade de projetos inovadores para que o campo se torne mais atrativo para a juventude

[...] um terço dos rapazes e quase dois terços das moças declaravam não querer continuar vivendo em estabelecimentos agropecuários. Pior: as pesquisas dessa equipe [...] mostram que permaneceram nas unidades produtivas agropecuárias, principalmente, os jovens com menor grau de escolaridade: em 1999, um terço dos filhos de agricultores com idades entre 19 e 24 anos e que viviam em propriedades agropecuárias tinham apenas até a quarta série. Entre os jovens com idade entre 24 e 29 anos, eram dois terços os que praticamente não haviam estudado. Há aí um imenso desafio

para as políticas de desenvolvimento rural: mudar o padrão segundo o qual tornam-se agricultores aqueles jovens que não quiseram ou não conseguiram estudar. Não há dúvida de que a distribuição de ativos (educação, crédito, terra) é a mais importante premissa para o sucesso na luta contra a pobreza: porém, tão importante quanto esses ativos é criar o ambiente para que seu uso escape da rotina e se apóie em projetos inovadores, dos quais o conhecimento seja o mais importante insumo.

Mendonça (2003) define extrema pobreza ou de extrema dificuldade a situação das famílias que vivem com uma renda mensal insuficiente para cumprir o básico para a manutenção da vida humana: alimentação, moradia, vestuário e transporte, isso levando em conta que educação e saúde são fornecidas pelo Governo.

Para um direcionamento de políticas públicas, a fim de serem eficazes, Carneiro (2005, p. 247) afirma que “uma das questões que tem recebido atenção especial é o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais”.

As aspirações profissionais merecem destaque de Abramovay (2007) que afirma ser uma das missões fundamentais da extensão rural favorecer a criação e oportunidades de emprego e geração de renda ao menos para atender a maior parte dos jovens da área rural, cuja possibilidade de realização profissional na agricultura é cada vez menos provável. O autor continua “O processo de envelhecimento da população economicamente ativa na agricultura é uma expressão clara da natureza não agrícola da pobreza rural: os jovens migram em busca de oportunidades de trabalho fora das regiões em que estão seus familiares com imensa frequência” (ABRAMOVAY, p. 03, 2007).

Carneiro (2005, p. 11) afirma que,

[...] nos chamam a atenção para a pouca importância atribuída à agricultura pela população jovem do meio rural, o que vai ao encontro de outras observações de caráter qualitativo. A baixa remuneração da atividade agrícola é associada aos costumes da economia familiar praticada pelos agricultores, onde a renda da lavoura normalmente não é dividida entre aqueles que participaram da produção. Além disso, as condições de trabalho geralmente muito fatigantes, têm contribuído para que os jovens de família agrícola busquem outras atividades. O peso da hierarquia familiar, que

resulta na anulação da participação do jovem nos processos decisórios das famílias, também tem estimulado a saída ou o desejo de saída do campo pela juventude. Esse fenômeno, ainda pouco dimensionado no Brasil, tem provocado uma crise na sucessão dos chefes dos estabelecimentos. Muitas vezes, os próprios pais expressam o desejo de que seus filhos sigam outros caminhos para que não tenham as mesmas condições de vida e de trabalho que eles enfrentam.

Para Sposito (1996) a construção da identidade do jovem, essencial para compreendê-los, se dá através da compreensão que esse jovem tem dele mesmo e do reconhecimento externo dessa percepção, e na construção de bases de identificação dos jovens com seu meio social. Há ainda a existência de estereótipos que envolvem a imagem do camponês brasileiro: o estereótipo de Jeca Tatu. O contexto histórico do país nos revela que a formação agrária e a educação contribuíram para a constituição desse estereótipo, a perda de bases de identificação com o campo e a migração dos jovens camponeses para a cidade (FROSSARD, 2003).

Muitos são os anseios, os sonhos humanos! No novo espaço do assentado, ele vai procurar recriá-los, reinventá-los no seu íntimo. A segurança alimentar, educação e saúde, como também os outros suportes que dão qualidade de vida ao assentado, aumentando os níveis de dignidade, entre esses, o lazer que como citado, está relacionado as expressões culturais, espirituais ou, simplesmente, a mais tempo livre para realização de suas escolhas, são fatores que se satisfeitos atenderão as necessidade humanas fundamentais: subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade. A dificuldade em encontrar bibliografia correlacionando tais fatores selecionados, leva ao questionamento se os mesmos foram considerados na implantação dos assentamentos e projetos de assentamentos organizados pela reforma agrária.

Pelos motivos expostos investigou-se a sustentabilidade, aqui considerada como estabilidade social, econômica e ambiental que antecede o empoderamento local, analisando os quatro fatores selecionados (segurança alimentar, saúde, educação e lazer) como básicos para o desenvolvimento, no Município de São José do Povo, MT, e assentamento Padre Josimo Tavares do município citado.

6 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta as etapas da pesquisa, o método utilizado para sua condução, a definição do universo e da amostragem, a coleta de dados, bem como justificativa da escolha dos métodos adotados, visando alcançar os objetivos propostos.

6.1 MÉTODO DA PESQUISA

Tomou-se como base Vergara (1998) que qualificou a pesquisa em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa pode ser considerada como de natureza exploratória. A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa, tratando-se de aprofundar conceitos preliminares.

A pesquisa exploratória é adequada a questão porque, embora tenha muitos trabalhos sobre migrações, assentamentos, segurança alimentar e demais fatores de base para o desenvolvimento local, não existe nenhum ligando esses elementos.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa baseou-se em dados e informações bibliográficas, documentais e de campo.

Buscou-se informação em literatura acerca do tema Município de São José do Povo, MT com enfoque na formação de suas potencialidades, bem como do assentamento Padre Josimo Tavares e a existência dos fatores de base, segurança alimentar, educação, saúde e lazer como essenciais para o Desenvolvimento Local, contendo os conceitos de desenvolvimento, do desenvolvimento local, do meio ambiente, da sustentabilidade, do território, da territorialidade. Foram coletadas, selecionadas e analisadas informações do IBGE, Governo Estadual e Municipal com a finalidade de construir um conhecimento teórico analítico que auxiliasse no estabelecimento das variáveis e na estruturação da pesquisa.

A pesquisa documental foi privilegiada como fonte para a realização deste trabalho, uma vez que os documentos proporcionaram orientações sobre os indicadores, que caracterizam o setor migratório e o demográfico.

Buscaram-se outros recursos informativos por meio de um trabalho de campo, onde foram coletados dados primários utilizando-se a observação e entrevistas, com grupos

selecionados como de importância para a pesquisa, como assentados, jovens, pioneiros do município, entre outros.

A pesquisa de campo, realizada de 2007 a 2009, é a investigação realizada no local onde ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo (VERGARA, 1998). A observação é uma técnica que permite entender como os indivíduos usam seu tempo em situação de trabalho, qual a infra-estrutura existente na região que visa prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema. As entrevistas são apropriadas quando a lógica para esclarecimento dos fatos ainda não esclarecidos a contento (GIL, 1999).

Quanto ao tipo de método de pesquisa utilizou-se uma abordagem do tipo indutiva, isto é, buscou-se a realidade dos fatos que envolvem a vida dos moradores do município e também o assentamento Padre Josimo Tavares, à organização da produção, trabalho alicerçado na perspectiva da realização do desenvolvimento sustentável. Para a obtenção de dados e informações do modo de vida na região, selecionou-se a técnica de observação como a mais adequada, pois possibilitou conhecer o ambiente de atividade dos moradores.

As entrevistas realizadas em dezembro de 2008, com os jovens estudantes do ensino médio da Escola Estadual Ludovico Vieira de Camargo e em junho de 2009, com moradores do assentamento Padre Josimo Tavares, proporcionaram a contextualização da reforma agrária, o método utilizado e a determinação do foco da pesquisa.

Os métodos de pesquisa podem ser classificados como qualitativos (observação, por exemplo, por experimento) e quantitativos (por exemplo, dados estatísticos, estudo de caso e grupo focal). A opção entre eles deve estar associada aos objetivos da pesquisa uma vez que oferecem vantagens e desvantagens. Nesta pesquisa optou-se por associar métodos quantitativos e qualitativos (YIN, 2001).

6.2 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA

A definição do que se vai pesquisar é importante para que os resultados sejam significativos.

6.2.1 O universo

O universo da pesquisa concentrou-se em um grupo específico de moradores do município sendo esses: pioneiros; migrantes; jovens estudantes do ensino médio da Escola Ludovico Vieira de Camargo, do período matutino; religiosas da Província Santa Tereza do Menino Jesus, congregação da Irmãs Catequistas Franciscanas; participantes da “Dando as Mãos” organização solidária dos assentados e empreendedores em geral e assentados do Assentamento Padre Josimo Tavares; entre outros. Foi feita a análise de alguns documentos da Escola Ludovico Vieira de Camargo e da Província Santa Tereza do Menino Jesus, da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas.

A pesquisa desenvolveu-se no município de São José do Povo, MT, e no assentamento Padre Josimo Tavares, distante da sede do município 18 km. A escolha da Comunidade de São José do Povo deveu-se a pesquisadora ser moradora no local, o que facilitou o acesso às informações e garantiu a confiança dos moradores. Quanto ao assentamento Padre Josimo Tavares, a escolha deu-se pela pouca distância da sede do município, o que facilitou o processo de aproximação da comunidade e suas necessidades, principalmente no que se refere a religiosidade, e aos fatores de base para o desenvolvimento local: Segurança Alimentar, Educação, Saúde e Laser.

6.2.2 A amostra

Malhotra (2001) ressaltou que nesta etapa do planejamento, de um modo geral, as pesquisas englobam um número elevado de elementos (universo ou população) de tal forma que é impossível considerar todos esses elementos, o que leva o pesquisador a selecionar (arbitrariamente ou não), uma parte dos elementos deste universo, ou seja, estabelecer uma amostra. Ainda segundo o autor, as técnicas de amostragem podem ser classificadas como amostras probabilísticas (aleatória simples, sistemática e estratificada entre outras) e as não-probabilísticas (por acessibilidade, por tipicidade, e por cotas entre outras).

Para as amostras probabilísticas, os informantes são escolhidos aleatoriamente pelo pesquisador, admitindo que esses informantes representem o universo/população alvo. Nas amostras não probabilísticas os informantes são escolhidos pelo interesse da pesquisadora na opinião de determinados elementos da população (MALHOTRA, 2001). Neste estudo, adotou-se amostragem probabilística e não probabilística, em razão da quantidade do público

alvo disponível para preencher os questionários.

A pesquisa com amostras probabilísticas foi desenvolvida com dois grupos de moradores, os jovens da escola Ludovico Vieira de Camargo, com 94 questionários e os moradores do Assentamento padre Josimo Tavares, com 55 questionários. O número da amostra fixado para cada grupo deu-se considerando previamente como número que seria possível de ser realizado.

Nas entrevistas foram atingidos os pioneiros do município, religiosas da Província Santa Teresa do Menino Jesus - Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas e participantes da “Dando as Mãos” Organização dos Assentados e Empreendedores em Geral. Também foram coletados dados através de entrevistas com funcionários da EMPAER e da FUNASA, na sede do município.

6.2.3 Coleta de dados

Gil (1999) e Vergara (1990) apresentam uma série de técnicas através das quais é possível elaborar os instrumentos de coleta de dados, que serviram como base para esta pesquisa, como segue a descrição a seguir:

a) Pesquisa bibliográfica em livros e revistas especializadas, *sites* na internet e folhetos com dados e informações pertinentes ao assunto;

b) Pesquisa de campo realizada através:

1) da observação *in loco* simples da pesquisadora em visitas a Comunidade de São José do Povo, MT, sede do município e Assentamento Padre Josimo Tavares. Para a condução da observação foi utilizado o diário de campo como recurso. O mesmo é uma forma alternativa de registrar a coleta de dados na pesquisa qualitativa (VERGARA, 1990).

2) de entrevistas, as quais têm como objetivo primário entender o significado que os entrevistados atribuem às questões e às situações em contextos que não foram estudados anteriormente, a partir de suposições do pesquisador. Gil (1999) sugeriu que, à medida que a pesquisa avança e mais entrevistas são conduzidas, há tendência de o entrevistador direcionar certos tópicos. Isso acontece porque o entrevistador identifica padrões nos dados e tende a explorá-los em certas direções.

3) de questionários constituídos, em sua maior parte, por perguntas fechadas e abertas (GIL, 1999).

A pesquisa de campo junto aos moradores do município, jovens estudantes da Escola Ludovico Vieira de Camargo, período matutino e Moradores do Assentamento, foi estruturada de modo a permitir conhecer e avaliar a possibilidade de contemplar o Desenvolvimento local. Foram solicitadas informações qualitativas e quantitativas, com a utilização de entrevistas, questionários, levantamentos estatísticos, observação do ambiente físico, ambiente social e o uso de fontes iconográficas.

Um dos instrumentos utilizados no processo investigativo foi o *questionário* (vide anexos). Para sua elaboração partiu-se de um roteiro contemplando respostas para o entendimento das principais indagações na Comunidade de São José do Povo, MT, sede do município e Assentamentos, compreendendo a população de jovens e adultos.

Resumindo, foi abordada para as pesquisas, uma amostra entre os pioneiros da região, que são aqueles que guardam viva a memória dos fatos. A seleção para a entrevista se deu por facilidade e proximidade.

Entre os jovens foi coletada uma amostra, através de questionários aplicados em 94 informantes do período matutino, de um total de 243 estudantes do ensino médio da Escola Ludovico Vieira de Camargo. O período escolhido foi o matutino, por ter maior número de moradores de assentamentos, sendo um total de 112 alunos matriculados, deste, 94 se dispuseram, livremente, em contribuir com a pesquisa.

No assentamento Padre Josimo Tavares a amostra, também questionários, foi realizada com 55 informantes, de um total de 120 moradores do Assentamento, como a pesquisadora não possuía a lista dos moradores do assentamento, a escolha dos informantes se deu de forma aleatória, através de sorteios dos lotes, de todos os “linhões” e núcleos. Também foi entrevistada uma ex-moradora do assentamento, um funcionário da EMPAER, um funcionário da FUNASA. As entrevistas e os questionários foram aplicados por inquérito da própria pesquisadora, sendo que para os questionários aplicados no assentamento, esta contou com ajuda de graduandos da turma de Agronomia da UCDB, Universidade Católica Dom Bosco.

7 ARTIGO 1: DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO E DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO TAVARES

7.1 RESUMO:

A pesquisa caracteriza o Município de São José do Povo e a comunidade do Assentamento Padre Josimo Tavares, ambos localizados no Estado do Mato Grosso. O objetivo foi de verificar as similaridades e diferenças deste Município como forma de melhor compreender os problemas locais de evasão, sustentabilidade, segurança alimentar, bem estar, educação, saúde e lazer, bem como elencar as expectativas dos jovens moradores do município e das famílias moradoras do Assentamento. As informações obtidas permitiram estabelecer que a faixa etária e escolaridade dos moradores do assentamento encontram-se em acordo com outros estudos que mostram o envelhecimento no meio rural. Constatou-se que a produção de hortaliças, frutas e animais são suficientes para garantir uma alimentação sólida no momento, mas às custas dos recursos ambientais e de esforço físico que não condiz com a faixa etária. Os jovens apreciam morar no local, mas não vêm expectativas de futuro no campo no que diz respeito a emprego e estudo, que é visto como uma ferramenta para melhorar a renda familiar. Finalmente a questão de saúde dos mais velhos é complicada para aqueles que só contam com a força do braço da família e para os que são portadores de doenças crônicas que exigem remédios disponíveis apenas na cidade. A sustentabilidade é precária em todos os aspectos, social, ambiental e econômico.

Palavras-chave: sustentabilidade, infra estrutura, jovens, assentamento, zona rural.

7.2 INTRODUÇÃO

Muito têm sido pesquisado sobre as comunidades, suas necessidades e limitações. Globalmente as regiões denominadas rurais são especialmente consideradas fonte dos alimentos, consumo de água para a agricultura, fonte de recursos naturais, exploração do solo e subsolo, entre outras atividades relacionadas com o desenvolvimento e com a sustentabilidade.

Embora tenha passado a foco de estudos, é difícil delimitar de forma científica o que é zona rural e urbana. As periferias de cidades muitas vezes apresentam características de zona rural, como se observa nas pesquisas sobre agricultura urbana.

Outro aspecto também global de preocupação em relação à zona rural é o êxodo, tanto de jovens como de adultos e famílias.

No Brasil é preocupante nos assentamentos, como parte do programa de reforma agrária, deveria fixar o homem ao campo, partindo-se da premissa de que a posse da terra seria não só necessária, mas suficiente para atingir a sustentabilidade. Programas federais, estaduais e municipais têm tentado fornecer ferramentas para os pequenos produtores, com sucesso discutível.

Também não pode ser esquecido que se espera desenvolvimento das famílias que vivem na zona rural. Entende-se que a terra tem que gerar recursos e renda suficiente para que a família viva dentro dos preceitos do desenvolvimento sustentável, com bem estar, representado pelos fatores de base que antecedem o desenvolvimento, a segurança alimentar, a saúde, a educação e o lazer. Esses fatores deveriam ser de responsabilidade do Governo, como parte da cidadania. Na incapacidade de gerir essas questões, tem-se assistido também em nível mundial a intervenção cada vez maior dos cidadãos através do terceiro setor e voluntariado. A própria cidadania tem estado ausente do campo, pois todas as ações necessárias para isso, de carteira de trabalho a título eleitoral, só são disponíveis nos centros urbanos. Neste aspecto seria importante conhecer as políticas de outros países que valorizam o campo, como ocorre na Europa, em especial na França.

Na questão ainda da sustentabilidade é necessário passar de produção de subsistência à produção para o mercado, que seja local, regional ou internacional.

Outro ponto de conflito cada vez mais discutido é que o assentado deva subsistir no lote apenas por suas habilidades como agricultor, conceito esse que fazia parte da base da reforma agrária. Cada vez mais se vêem comunidades rurais diversificando suas atividades com processamento, pequenos negócios (bares, mercadinhos, consertos de máquinas e equipamentos). Parte desses serviços tem sido vendido nos centros urbanos.

Faz parte também da mitologia ligada à reforma agrária, que as comunidades devam

viver em perfeita harmonia social, utopia que não se consegue nem mesmo na área urbana. No caso específico dos assentamentos, pela forma que a terra é distribuída, ocorre confluência de territórios diversos na construção de um novo.

A única forma de responder a essas e outras questões é conhecer profundamente o local onde as ações se desenvolvem. Resultados de pesquisas devem ser cruzados sob a ótica da multidisciplinaridade para tentar entender e dar um rumo à questão.

A pesquisa surgiu, portanto, da preocupação com a questão de que a posse da terra deveria garantir a Segurança Alimentar da família. Entretanto apesar dos programas e projetos para garantir a auto-sustentabilidade no meio rural, este continua a apresentar grande mobilidade por parte das famílias, em todos os níveis de propriedades, principalmente dos jovens. Para responder a essas preocupações as ações de pesquisa buscaram caracterizar o local e a comunidade da sede do Município de São José do Povo e do Assentamento Padre Josimo Tavares.

7.3 OBJETIVO

Caracterizar o local e a comunidade de São José do Povo e do Assentamento Padre Josimo Tavares.

7.4 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser considerada como de natureza exploratória. A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa, tratando-se de aprofundar conceitos preliminares.

A pesquisa exploratória é adequada ao trabalho em questão porque, embora haja literatura sobre assentamentos, segurança alimentar e demais fatores de base para o desenvolvimento local, não existe nenhum trabalho ligando esses elementos, muito menos do município de São José do Povo, MT ou do assentamento Padre Josimo do citado município.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa baseou-se em dados e informações bibliográficas, documentais e de campo.

Buscou-se informação em literatura acerca do tema “Município de São José do Povo, MT” com enfoque na formação de suas potencialidades, bem como do assentamento “Padre Josimo Tavares” e a existência dos fatores selecionados, segurança alimentar, educação, saúde e lazer como base da sustentabilidade e seqüência para o Desenvolvimento Local. Foram coletadas, selecionadas e analisadas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Governo Estadual e Municipal com a finalidade de construir um conhecimento teórico analítico que auxiliasse no estabelecimento das variáveis e na estruturação da pesquisa. Foram aplicados questionários em 94 informantes, dentre os 243 jovens estudantes da Escola Estadual Ludovico Vieira de Camargo da sede do município de São José do Povo, e em 55 informantes, dentre os 120 moradores do assentamento Padre Josimo Tavares. Também foi entrevistado um funcionário da EMPAER e um funcionário da FUNASA. As entrevistas e os questionários foram aplicados por inquérito da própria pesquisadora, sendo que para os questionários aplicados no assentamento, esta contou com ajuda de graduandos da turma de Agronomia da UCDB.

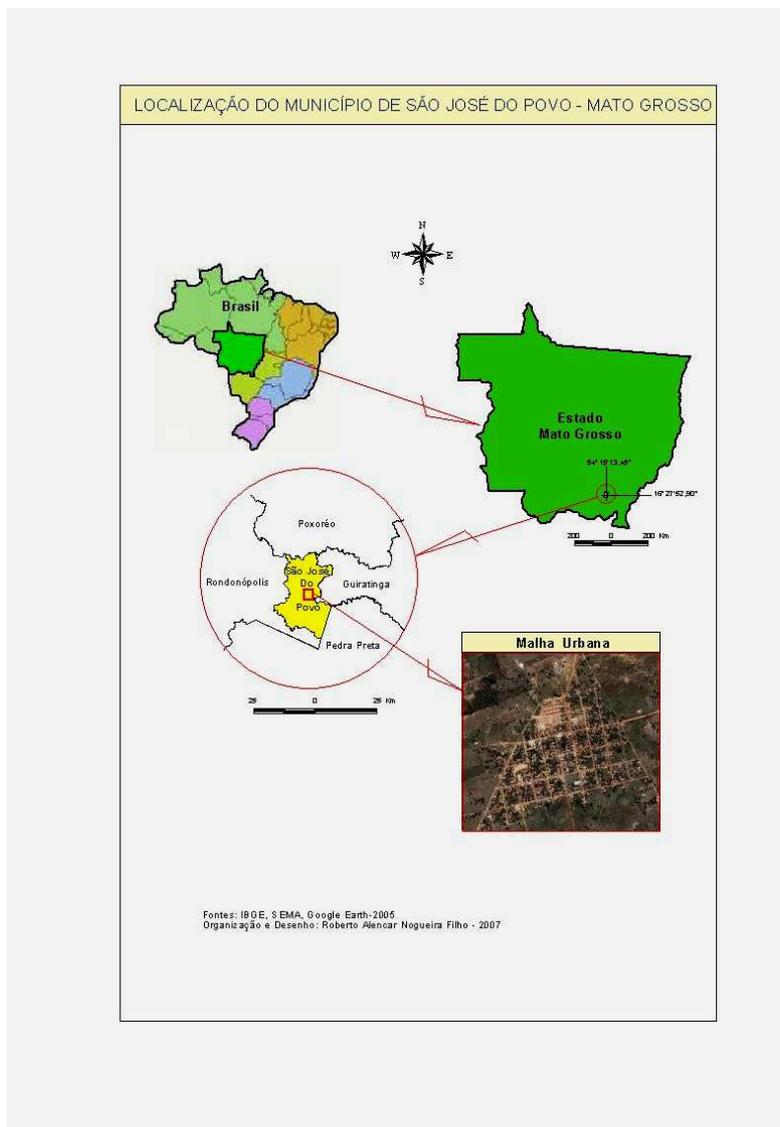
7.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.5.1 Caracterização de São José do Povo, MT

Para compreender as atividades de uma comunidade, é necessário em primeiro lugar conhecer essa comunidade. O primeiro passo é de caracterizar o território onde a comunidade se encontra.

Localização do Município

A área de 444 km² do Município de São José do Povo representa 0.0492 % do Estado de Mato Grosso, 0.0277 % da Região e 0.0052 % de todo o território brasileiro. A população do Município é de 3.451 habitantes, de acordo com estimativa de população do IBGE (14 de agosto de 2009). O Distrito sede tem como data de emancipação 04 de julho de 1989. Faz limites com Poxoréu, Guiratinga, Pedra Preta e Rondonópolis. Dista de Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso, 261 km e 48 km de Rondonópolis o segundo maior pólo urbano do Estado (Figura 1). Trata-se de um dos Municípios de menor extensão territorial de Mato Grosso.



Fonte: IBGE, SEMA, Google Earth, (2006)
Organização e desenho: Roberto Alencar Nogueira filho – 2007
Figura 1 - Município de São José do Povo.

Mato Grosso está localizado na região Centro Oeste, inserido entre as áreas de ocorrência dos cerrados brasileiros, da floresta tropical úmida e da planície do pantanal. Possui uma extensão territorial de 906.069 km², 139 municípios e uma população de 2.854.642. Nas últimas décadas, assumiu um papel de destaque no cenário nacional, primeiro por apresentar um elevado índice de crescimento econômico, na produção agrícola e pecuária, segundo por ser apontado como o responsável por uma das maiores taxas de erradicação da cobertura vegetal natural, sobretudo no cerrado e na floresta tropical úmida. O Estado se

destaca, também, por possuir os maiores índices anuais de ocorrência de queimadas do país, no período de 1999 a 2004, dividindo as primeiras posições com o Estado do Pará. A agricultura e a pecuária são os principais sistemas comerciais de Mato Grosso. Devido ao crescimento econômico propiciado pelas exportações, Mato Grosso é um dos maiores produtores e exportadores de soja do Brasil. Em 2009, Mato Grosso liderou como o maior produtor de grão nacional, superando em 2,9 pontos percentuais a safra do Paraná, já que este estado foi afetado pelas condições climáticas negativas no período. As culturas com maior destaque são o feijão, algodão herbáceo, milho, soja, arroz entre outras (IBGE, 2006).

O Município de São José do Povo se integra ao perfil do Estado. A principal atividade econômica é a agricultura, com culturas de algodão, arroz e milho. A pecuária constitui um fator importante para a economia municipal, com rebanhos destinados a produção de abate e leite.

O Município de São José do Povo teve sua origem na década de 60, quando da abertura da Br 364 e de novas fronteiras agrícolas com o plano nacional de interiorização da economia. É parte integrante do contexto econômico e social da história de Rondonópolis que poderá influenciar o Município em razão da proximidade. A única linha de transporte para o Município é de Rondonópolis, feita pela empresa de ônibus São José do Povo Tur, empresa privada, três vezes ao dia.

A população de São José de Povo é composta em sua maioria, por migrantes, vindos de diversas regiões, trazendo as mais diversas histórias na “bagagem” (SILVA e CEREDA, 2007).

A emancipação do Município se deu em 04 de junho de 1989. A população local era de 2.824 habitantes, distribuídos em apenas 3% da área do Município. A emancipação política ocorreu de forma precipitada, não observando estruturas mínimas de subsistência e desenvolvimento (SÃO JOSÉ DO POVO, 2007).

Não há uma razão única para a emancipação dos municípios. Segundo Bremaeker (1993), em uma pesquisa realizada em 1992 com 72 municípios, o principal motivo alegado para a emancipação dos municípios seria o descaso por parte da administração do município de origem. Para Cigolini (1999), em uma pesquisa realizada em 22 municípios do Paraná, emancipados na década de 1990, o principal motivo da emancipação foi a existência de

condições econômicas favoráveis. Noronha (1996), em uma pesquisa realizada no Estado do Rio de Janeiro, em 17 municípios emancipados entre os anos de 1985 e 1993, conclui que o principal motivo da emancipação foi evitar a estagnação econômica, sendo apresentado, ainda, como motivo, possuírem condições econômicas favoráveis e razões políticas que consistiam na tentativa de grupos locais formarem núcleos de poder. Segundo este autor, sua pesquisa demonstra que a maioria da população local dos municípios estudados, acredita que a emancipação é condição suficiente para a promoção do desenvolvimento local.

Em São José do Povo, o fato acarretou a criação de um Município muito dependente do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, com sérias dificuldades econômicas até a presente data, devido a ausência estrutural, acarretando uma deficiência econômica séria e uma geração de empregos e renda muito deficitária (SÃO JOSÉ DO POVO, 2007). Essa deve ser uma situação bastante generalizada no país.

Uma perspectiva para sair desta estagnação são os assentamentos, que surgiram na década de 90. Os projetos de assentamentos, pois ainda estão em fase de implantação, nasceram de medida do governo, a Reforma Agrária, que “visa a melhor distribuição das terras mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento de produtividade”, conforme o estatuto da terra (MORISSAWA, 2001).

As terras do Município São José do Povo foram distribuídas em cinco assentamentos, tendo por base propriedades privadas adquiridas pelo Governo e destinadas a reforma agrária. São eles: Padre Josimo Tavares, com 120 famílias, fundado em 1997; João Pessoa com 108, fundado em 1999; Marcio Pereira com 90 famílias, fundado em 1998; Sandrini com 72 famílias, também fundado em 1998. Parte do assentamento Primavera com 16 famílias pertence ao Município de São José do Povo e 24 famílias da área pertencente a Rondonópolis.

Os investimentos para melhorar a produção e o aproveitamento das pequenas propriedades predominantes na região, estão sendo feitos através de benefícios concedidos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) através do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar. Pelo programa os assentados têm 25% de rebate nos juros e 40% de rebate no capital. O programa tem também o Custeio Agrícola e Pecuário, que

permite ao assentado um ano de carência antes de começar a pagar. Há também projetos destinados a liberação de recursos para fomentar as associações e outros. Na região, a declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) é concedida pela EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural, que é, também, a empresa que muitas vezes elabora o projeto. A exigência para ter acesso ao PRONAF é estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. A grande dificuldade dos agricultores na região é a exigência referente à dívida. Muitos assentados, por falta de conhecimento e/ou assistência técnica na elaboração dos projetos, estão endividados com o crédito implantação, concedido para iniciarem as atividades de produção (Tabela 55, Artigo I).

Meio ambiente

A região de São José do Povo é dominada pelo cerrado. Segundo o IBAMA (2002) o cerrado é reconhecido como a maior riqueza em biodiversidade do mundo. Estima-se que o Cerrado contenha 1/3 da biota brasileira e 5% da fauna e da flora mundiais. Portanto a degradação do meio ambiente deve ser uma preocupação permanente para que a população possa continuar a contar com os recursos naturais.

A ocupação da região foi feita de forma desordenada, implicando modificações importantes no ecossistema, perda de estabilidade, exigindo adaptações bruscas no ambiente não passível de respostas com a mesma velocidade. Essa ocupação desordenada foi característica da região Centro Oeste, especialmente na década de 60 a 80, devido ao deslocamento da fronteira agrícola a que levou a pecuária e agricultura extensiva.

O processo de abertura de novas fronteiras agrícolas implicou em retirada drástica da vegetação natural. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA, 2002) resume as informações como resultando em 67% de área de cerrado “altamente modificada”.

As informações obtidas junto aos pioneiros da região revelam essa realidade. Os habitantes atuais têm clara visão das mudanças ocorridas. Um dos pioneiros entrevistados tentou expressar o assombro pela grande diferença entre a chegada e os dias atuais, relatou, “os rios que eram altamente piscosos, estão moribundos porque as águas estão se acabando”!

Outra entrevistada contava que a base da alimentação ao chegarem à região era o arroz

e o peixe, mas que “hoje, só se consegue uns poucos bagres insuficientes para a manutenção de uma família”.

O Rio Tadarimana é o mais extenso da região. Nasce no Município de Guiratinga, região de plantio de soja. Tem suas margens assoreadas e parte das matas ciliares foi tombada. Um dos córregos que o alimenta, o córrego do Retiro, tem sua nascente em uma fazenda no Município, na região do Alto Bandeirante. As entrevistas mostraram que os moradores se preocupam com sua preservação. Além de não contar com mata ciliar em sua nascente o gado tem livre acesso ao seu leito. Como esse córrego não tem afluentes, durante o período da seca suas águas ficam represadas na região onde se situa a filial da COMAJUR – Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira – MT, que por sua vez agrava o problema ao utilizá-lo como esgoto dos resíduos da empresa. O mau cheiro é uma característica constante quando cessa as chuvas.

Um pouco diferente é a situação do Rio Taquari, que nasce no Município de Guiratinga. Segundo o técnico da EMPAER entrevistado, esse rio apresenta menor problema de assoreamento. Uma das justificativas, segundo ele, é que o rio não passa em região de assentamento. Na sua visão os pequenos sítiantes têm maior “consciência ecológica”. A observação não encontra respaldo em informações diretas. Há também que considerar que não se tratava de ocupação de terras virgens, pois já haviam sido utilizadas pelos antigos proprietários antes da reforma agrária, sendo a maioria área de pastagens.

Há pouco plantio de alimentos para comercialização. A maior renda da região é o leite, vendido “in natura”, gerando pouco valor agregado para o Município. Nos assentamentos a produção é de subsistência, garantindo somente a alimentação imediata para a família.

Infra-estrutura

Saúde

Há grande incidência de barbeiros na região, segundo informações do técnico da FUNASA – Fundação Nacional da Saúde, que complementa que isso ocorre devido ao desmatamento efetuado. Essa informação é confirmada por Coura (2003), que relata sobre um dos motivos da concentração dos barbeiros nas residências, o desmatamento efetuado.

O Município não possui rede de esgoto, ficando os moradores obrigados a utilizar

indevidamente os canais pluviais para escoar águas das pias. Em muitos locais essa água é jogada nas ruas, e ao estagnar pode permitir infestação de mosquitos. Uma realidade na maioria dos municípios do país, como relata Motta (2004), lembrando que o saneamento básico no Brasil, apesar de todo investimento realizado nos últimos anos, está longe de ser o mais adequado. Mais da metade da população brasileira não consta com redes de coleta de esgoto (TUROLLA, 2002).

A falta de rede de esgoto obriga o uso de “fossa negra”, com todos os problemas pertinentes para o meio ambiente e saúde da comunidade. Existem outras opções como as fossas sépticas, baratas, de manejo simples e eficiente. Entretanto percebe-se nos habitantes a falta de conscientização sobre a necessidade de construção de fossas sépticas nas residências, o que provoca transtornos na época das chuvas. A explicação para o transbordamento das fossas negras é justificada pelo supervisor da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA em entrevista concedida, como sendo qualidade do solo, que sendo argiloso é de difícil permeabilidade.

Na cidade, o Posto de Saúde e Atendimento “José Salmen Hanze” é responsável por todo o Município. A Zona urbana é dividida em três micro-áreas de atendimento e a zona rural em dez micro-áreas, atendendo em média 950 famílias. A equipe é composta por um médico, um enfermeiro, um coordenador, dois auxiliares de enfermagem, 13 agentes comunitários de saúde, uma recepcionista e um agente administrativo. A equipe realiza atendimento do Programa Saúde da Família, voltado para a prevenção, utilizando-se de recursos humanos para conscientização da população, com palestras, reuniões, mobilizações, teatros entre outros. São realizadas consultas médicas, com enfermeiro e especialista, a gestantes e portadores de doenças não transmissíveis como a doentes mentais, hipertensos e diabéticos. Também são atendidos pacientes com hanseníase, leishmaniose, tuberculose e outras. Para atender toda a comunidade da sede do município e rural o Posto dispõe somente de duas ambulâncias para transporte de pacientes, o que é um grave transtorno. Em consultas e exames especializados, ou quadro de “alta complexidade”, os pacientes são encaminhados para o Município de Rondonópolis e Cuiabá.

Lazer

Quanto ao lazer, o Município tem muito pouco a oferecer. Como estrutura possui somente uma quadra poli esportiva e um “campinho” de futebol na sede, onde são realizadas “peladas”

e campeonatos estudantis. Nos finais de semana e feriados os jovens seguem para a cidade de Rondonópolis em busca de mais opções.

As festas tradicionais do Município é a festa de rodeio e a festa do padroeiro, São José do Povo, que atraem jovens de toda a redondeza, transformando momentaneamente a sede do Município. O futebol ainda é a maior e mais constante fonte de atração da juventude.

Infra-estrutura em educação

No Município a educação compreende o ensino fundamental, o 2º grau, além das modalidades como a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Duas escolas municipais são disponíveis para as crianças e jovens, sendo a “Sebastião Gomes de Oliveira” na sede e “João de Oliveira do Nascimento” em Catanduva, além da Escola de Educação Infantil na sede, a “Padre Miguel Ortiz”. Existem duas Escolas Estaduais, uma na sede, a “Ludovico Vieira de Camargo” e outra no assentamento Marcio Pereira a Escola “Wellinton Flaviano Coelho”. O transporte dos alunos é realizado de “vans” e ônibus, em distâncias que variam entre 12 e 20 km, o que normalmente é feito em poucos minutos, mas que devido às inúmeras voltas para recolher os alunos é feito em horas. Os alunos totalizavam 1260 em 2008, matriculados nos cinco estabelecimentos. Dos alunos matriculados, uma média de 70% é de zona rural, dos assentamentos ou dos pequenos sítiantes da periferia do Município.

A única Escola que trabalha a educação do campo em específico é a “Wellington Flaviano Coelho”, criada para atender o próprio assentamento e comunidades (Sandrini, João Pessoa e sítiantes tradicionais vizinhos). Esta atende 260 estudantes, um percentual muito pequeno em relação ao total de alunos do Município e só dispõe do ensino fundamental.

Caracterização da comunidade de jovens do Município de São José do Povo, no período de dezembro de 2008.

Para compreender mais sobre a população jovem do município de São José do Povo, entender seus sonhos e expectativas, foi aplicado um questionário (Anexo I), na escola Estadual Ludovico Vieira de Camargo, em dezembro de 2008. O número de participantes foram 94 jovens e o período escolhido foi o matutino, por ter um maior número de jovens dos assentamentos. O resultado do questionário foi registrado abaixo, com o objetivo de caracterizar a comunidade dos jovens do município.

Tabela 1 - Informações sobre local de origem dos jovens de S. J. do Povo, MT em dezembro de 2008.

Origem em relação a São José do Povo	Numero	Percentagem
Nascidos no local (S. J. Povo)	15	15,96
Vindos do local de nascimento para São José do Povo	48	51,06
Vindos de outro local para São José do Povo.	31	32,98
Total	94	100,00%

Entre os jovens entrevistados, a maioria de assentamentos e/ou projetos de assentamentos, muitos não nasceram no lugar (Tabela 01). Estão ali com os pais, que vem principalmente das periferias das cidades, mas originam da zona rural (Tabela 04). Segundo Castro (1999), os assentamentos “são identidades em construção” um novo espaço social, abarcando moradores da periferia das cidades.

Tabela 2 - Informações sobre moradia dos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.

Moradia	Número	Porcentagem
Mora na zona urbana e não possui terra na zona rural	23	24,47
Mora na zona rural, mas não possui terra	12	12,77
Mora na zona rural em terra própria	41	43,62
Mora na zona urbana e possui terra na zona rural	18	19,15
Total	94	100%

A maioria dos jovens entrevistados mora na zona rural. Somando os que moram na zona rural, mas não possuem terra e os que moram na zona rural em terra própria, totalizam 53 os entrevistados que moram na zona rural. Entre os entrevistados ainda há os 18 que mantêm ligação com a zona rural, pois apesar de morar na zona urbana, possuem terra na zona rural.

Essa é uma característica comum em pequenos municípios de realidade rural, conforme diagnosticado por Alves Filho, Alves e Sacides (2007), em municípios do interior de Minas Gerais.

Tabela 3 - Informações sobre como se deu o acesso ao lote das famílias dos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.

Lote adquirido por	Número	Porcentagem
Compra	31	32,98
Troca	05	06,38
Herança	05	06,38
Na participação na luta pela terra com os pais	30	31,91

Não possui lote na zona rural	23	22,34
Total	94	100%

Na Tabela 03 é possível perceber o grande número jovens moradores do Município cujos pais compraram lotes, o que tem sido relatado por outros autores como ocorrendo em todos os assentamentos (PASQUIS, SILVA, WEISS & MACHADO, 2005; FRANCA, 2000; MELLO, 2008; DAVID & WANIEZ, 1997).

Tabela 4 - Informações sobre a origem das famílias dos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.

Origem das famílias	Número	Percentagem
Rural	40	42,55
Urbana	30	31,91
Rural, mas mora na cidade	18	19,15
Mora na periferia da cidade	06	06,38
Total	94	100%

A maioria dos entrevistados é de família que possui origem rural (58), mesmo entre as que ainda moram na cidade (18). O Município foi formado na década de 60, sendo a maioria dos moradores migrantes da zona rural do interior do país (SILVA e CEREDA, 2007).

Tabela 5 - Finalidade do lote no assentamento como expresso pelos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.

Finalidade principal do lote	Número	Percentagem
-------------------------------------	---------------	--------------------

Produção para manutenção da família	35	37,23
Produção para manutenção da família e venda do excedente	36	38,30
Moram na cidade e não possui terra na zona rural	23	24,47
Total	94	100%

A finalidade do lote, conforme expresso pelos jovens é a subsistência. Os que precisam para segurança alimentar e os que vendem os excedentes somam 75%, confirmando a informação de que 71 famílias vivem da receita da propriedade, fator já diagnosticado em outros assentamentos, conforme Morissawa (2001), que afirma que o objetivo principal da propriedade no assentamento é a subsistência da família.

Os outros (23) moram na zona urbana do Município e não possuem terra, ou trabalho na zona rural.

Tabela 6 - Quais os membros da família que possuem vínculo empregatício como expresso pelos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.

Membro da família que tem vínculo empregatício	Número	Porcentagem
Pai	29	30.85
Mãe	13	13.83
Ambos*	05	05.32
Irmão	08	08.51
Outros (agregados: tios, primos...)	05	05.32
Nenhum vínculo empregatício	34	36.17
Total	94	100%

Observação: -* -: pai e mãe

Do total das famílias dos jovens entrevistados, 60 possuem vínculo empregatícios, distribuídos como consta da Tabela 06, comprovando a grande dificuldade das famílias de se manterem da renda dos lotes, o que conforme Bergamasco (1997) já foi comprovado em outros assentamentos .

As Tabelas a seguir mostram como o jovem vê a situação dos assentamentos (Tabelas: 07 e 08). Na Tabela 07 fica demonstrada a grande indefinição da maioria dos jovens, ao escolherem a alternativa “mais ao menos”, que pode mascarar ou incluir outras opções não consultadas.

Tabela 7 - Opinião sobre a situação da maioria dos assentados da região, em dezembro de 2008.

Opinião	Numero	%
Muito boa	05	05,68
Boa	12	13,63
Mais ao menos	40	45,45
Ruim	11	12,50
Muito ruim	01	01,13
Não sabe	19	21,59
Total	88	100,00%

Na opinião da maioria dos jovens entrevistados a situação da comunidade no assentamento é “mais ao menos”, ou seja, nem boa nem ruim, um intermediário. Foi apresentado em primeiro lugar a ausência de emprego remunerado e em segundo lugar a falta de possibilidade de continuidade nos estudos. Os mesmos problemas já foram diagnosticados em outras pesquisas conforme relatado por Carneiro (2005). A Tabela 08 confirma que os jovens não fazem muita distinção entre a vida na cidade e no campo em relação à moradia,

diversão ou mesmo relação com as pessoas, mas a cidade se destaca quando se refere a saúde, educação e oferta de produtos para casa.

A indefinição dos jovens pode vir da falta de possibilidades de realizar suas expectativas na zona rural (OLIVEIRA, 2007). No entanto na Tabela 08 fica claro a opinião dos mesmos sobre o lugar, a cidade, que oferece melhores recursos e oportunidades sociais.

Tabela 8 - Opinião dos jovens entrevistados em relação ao melhor lugar para cada atividade, em dezembro de 2008.

Melhor local para atividade de	Cidade	Campo	Igual
Cuidados médicos	77	05	12
Escola	79	04	11
Moradia	30	33	31
Diversão	31	31	32
Compras para casa	86	00	08
Relação com as pessoas	27	18	49
Total	330	91	143

Quando perguntado aos jovens se têm parentes que vivem na região, 67 responderam afirmativamente de um total de 94 entrevistados.

Tabela 9 - Como os jovens de São José do Povo, MT usam o tempo livre, em dezembro de 2008.

Atividades desenvolvidas	Número	Porcentagem
Descansar	36	24,48

Visitar/receber amigos	26	17,68
Visitar/receber parentes	08	05,44
Ler	09	06,12
Ver televisão	26	17,68
Ir à associação/cooperativa	02	01,36
Ir à igreja	08	05,44
Praticar esportes	20	13,60
Outros	12	08,16
Total	147	100,00%

Observação: as opções podem apresentar mais de uma resposta, visto os jovens participarem de mais de uma atividade.

Observa-se na Tabela 09 que o lazer dos jovens entrevistados é restrito. As opções descansar e receber visita de amigos alcançou perto de 45% das opções e são respostas muito vagas, que podem incluir outras atividades não precisas de lazer ou mesmo nenhuma atividade. Depois desta, assistir TV mobiliza quase 18% dos jovens e poderia ser uma ferramenta importante para comunicação em um ambiente de pouca escolaridade.

As festas mais conhecidas, atraindo jovens do Município e dos municípios vizinhos, é a festa de rodeio e a festa do padroeiro, que acontecem uma vez por ano (Tabela 10).

A pesquisa não conseguiu estabelecer qual destes eventos é o preferido dos jovens, mas, o atual sucesso dos rodeios em todos os centros urbanos não deixa muitas dúvidas a respeito. É um tipo de lazer que deveria ser mais identificado com as atividades do meio rural, mas hoje interessa a um grupo diverso.

Tabela 10 - De que atividades do Município os jovens de São José do Povo, MT costumam participar em dezembro de 2008.

Atividades que realizam	Número	Porcentagem
Festas (igreja católica e rodeio)	38	33,33
Escolar	01	0,87
Esportiva (caminhada, futebol, passeios...)	09	07,89
Religiosa (missas, cultos)	27	23,68
Reuniões (associações e outras)	06	05,26
Nenhuma	19	16,66
Não respondeu	14	12,28
Total	114	100,00%

Observação: as opções podem apresentar mais de uma resposta, visto os jovens participarem de mais de uma atividade.

Na Tabela 10, somando nenhuma atividade e o não responderam, totaliza-se quase 30% das respostas, mostrando que um grande número de jovens não realizam nenhuma das atividades elencada, portanto não participam das atividades do Município. Essa característica já foi diagnosticada por Oliveira (2007) que relata a falta de possibilidades dos jovens realizarem suas expectativas na zona rural.

Tabela 11 - Escolaridade dos pais dos jovens de São José do Povo, MT, em dezembro de 2008.

Escolaridade	Pai	Mãe	Ambos	Total
Ensino fundamental incompleto	07	01	38	46

Ensino fundamental completo	00	03	14	17
Ensino médio completo	01	00	02	03
Ensino médio incompleto	00	00	00	00
Ensino superior	00	02	03	05
Pós-graduação	00	04	01	05
Não estudaram	00	00	04	04
Outros	00	00	08	08
Não respondeu	00	00	00	08
Total	08	10	70	88

Do total de jovens questionados (94) a grande maioria (90) declarou ter desejo de cursar o ensino superior. Apenas 04 não sabiam se desejavam ou não.

O nível de educação escolar dos pais é baixo (Tabela 11), no entanto os jovens desejam continuar os estudos e cursar o ensino superior, um dos motivos pelo qual desejam ir para a cidade.

Abramovay (2005) escreve, em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) em 2005, sobre a situação da educação dos jovens na zona rural. Segundo resultados da pesquisa realizada no Oeste de Santa Catarina, só ficam no campo os jovens que não tem possibilidades ou interesse de estudar, comprovando a falta de opção para a juventude na zona rural (OLIVEIRA, 2007).

Tabela 12 – Motivos dados pelos jovens de São José do Povo, MT que pretendiam continuar morando onde residem atualmente, em dezembro de 2008.

.Motivos	Número	Porcentagem
Gostoso de se viver	04	11,42
Muitos amigos	02	05,71
Gosta do lugar onde vive atualmente	09	25,71
Um lugar tranquilo	07	06,14
Lugar bom e agradável	04	11,42
Muito bom	04	11,42
É divertido	04	11,42
Não deu motivos	01	0,87
Total	35	100%

Observação: as opções podem apresentar mais de uma resposta, visto os jovens participarem de mais de uma atividade.

Apesar de considerar o meio rural como um bom lugar para morar, 47 dos jovens consultados admitiram pretender mudar de onde reside atualmente, apesar dos 63 que admitiram gostar muito do lugar onde residem. Os jovens listaram algumas das razões pelas quais mudariam de onde residem. Foram apuradas 132 razões, as mais frequentes foram, pela ordem, a falta de empregos (33), continuidade dos estudos (26), falta de infraestrutura (10), falta diversão (07) e a saúde (04). Muitas razões foram selecionadas apenas uma vez: difícil acesso falta de movimento, independência, uma casa melhor, o Município não oferece bens que os ajudem a crescer, as coisas são difíceis, falta internet, falta de atividades para jovens, falta de condições, de oportunidades, de esporte, atividades sociais. Portanto, faltam alternativas para o desenvolvimento social do jovem na zona rural (OLIVEIRA 2007).

Tabela 13 - Atividades que gostam de realizar no lote, em dezembro de 2008.

Atividades	Número	Porcentagem
Trabalhos gerais (cuidados com a casa, roupas...geralmente trabalhos atribuídos as jovens)	04	04,25
Tratorista	03	03,19
Maquinista	03	03,19
Peão	03	03,19
Cuidar do gado	15	15,96
Não definiu a atividade	36	38,30
Não tem atividades que gosta no sitio	20	21,27
Não respondeu	10	10,64
Total	94	100,00

Observação: Foi pedido aos jovens para escolher uma atividade que mais gostam de realizar

Dos entrevistados, 36 não puderam ou quiseram definir as atividades que gostam no sitio, 20 não tem atividades que gostam e 10 não responderam. Totalizando 66 que não gostam de nenhuma atividade. Desses 23 moram na zona urbana e não tem terra na zona rural, o que explica as suas respostas. Ainda assim, 43 dos entrevistados moram no sitio ou têm terra na zona rural. Portanto, fica claro, pelo exposto, a falta de opção para os jovens na zona rural, o que já foi diagnosticado por outros autores, conforme Abramovay (2005) e Oliveira (2007), que escrevem sobre a necessidade de projetos inovadores para que o campo se torne mais atrativo para a juventude

As atividades que alguns dos jovens apresentaram como as que gostam foram os trabalhos realizados no sitio, ficando claro que esses colaboram com os afazeres do sitio e sentem gosto com os mesmos. Ao ser perguntado sobre se houve evolução das atividades que desempenham no sitio, 27 jovens responderam que sim, 15 que não, 04 que mais o menos e

07 não responderam.

Entre os entrevistados havia jovens moradores de todo o município, dos assentamentos, sítios e da sede. Fica claro pela pesquisa realizada que os jovens estão indo para a cidade por falta de possibilidade de realizarem suas expectativas na zona rural. A seguir foi escolhido um assentamento para compreender se as questões levantadas pelos jovens encontram eco junto aos adultos, e se as características dos jovens do município em geral podem ser generalizadas para o assentamento e vice versa.

Caracterização do Assentamento Padre Josimo Tavares, Município de São José do Povo, no período de junho de 2009.

Aqui, buscou-se caracterizar a comunidade do Assentamento Padre Josimo Tavares, elencando os mesmos fatores como forma de compreender a comunidade e entender a situação de falta de respaldo para a realização das expectativas dos jovens observada no município em geral. Lembra-se que neste caso, pela metodologia selecionada, a pesquisa se concentrou nas famílias, podendo haver mesmo famílias de origem de alguns dos jovens entrevistados.

O assentamento Padre Josimo Tavares é o maior assentamento do Município de São José do Povo, com extensão territorial de 3.152,43 ha e 120 famílias ao todo. O acampamento foi montado em março de 1997, com uma média de 800 pessoas, vindas dos Municípios da região sul do Estado de Mato Grosso: Rondonópolis, Jaciara, Jucimeira, Pedra Preta, Dom Aquino e Campo Verde. A fazenda original pertencia a Dona Jupιά, esposa do Senhor José Salmen Hansem, fundador do Município de São José do Povo. A proprietária tinha uma dívida alta de impostos e perdeu a fazenda na justiça. A propriedade estava arrendada para plantio de algodão, mas como o preço de mercado havia caído, os arrendatários se encontravam desanimados, e a fazenda foi considerada improdutiva. Em cinco de maio de 1998 foi homologada na justiça com fins de reforma agrária e um ano depois foram sorteados os lotes. A demora se deu por causa das roças plantadas durante o período de acampamento. Esperou-se a colheita para efetuar a distribuição dos lotes. Das 800 famílias somente 120 ficaram. Uma realidade que pode ser observada em muitos dos assentamentos de reforma agrária, que nasceram da organização da população local através de movimentos sociais de

luta pela terra (MORISSAWA 2001).

Infra-estrutura

Na comunidade foi construído, em mutirão, um barracão na área social. É nesse barracão que acontecem todas as atividades comunitárias, tais como reuniões, visita do médico, alfabetização dos jovens e adultos, atividades de lazer, etc.

A comunidade não possui linha de telefone fixo e quanto aos meios de transporte, o único ônibus que faz “linha” é o que transporta os estudantes para a sede do município. A falta de telefonia fixa é compensada pelo porte de celulares, que gera uma despesa extra. Todos os moradores são beneficiados com energia elétrica, através do programa luz no campo. O Ministério de Minas e Energia, por intermédio da Eletrobrás, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que através do INCRA, Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária, celebraram um protocolo de ações conjuntas com vista promover a implantação de projetos de eletrificação rural, com recursos do Luz no Campo, em assentamentos de reforma agrária.

As estradas são precárias, impossibilitando até mesmo o transporte dos alunos na época das chuvas.

Um ponto importante para estabelecer o desenvolvimento é a disponibilidade de água, base para a saúde, agricultura e criação de animais. Ao ser perguntado se falta água no assentamento, 51 famílias responderam que não. A água utilizada no local provém de poços artesianos (dois) perfazendo 87% dos lotes e desses é distribuída para as caixas de água (duas) e, finalmente, dessas para todo o assentamento. A água dos poços artesianos é complementada por água de poço (13%). Entretanto, como ocorre no meio urbano, a água é taxada, representando um custo adicional.

Pelas respostas obtidas percebe-se que a disponibilidade de água não se constitui em problema para esse assentamento. A água de córregos e rios locais não é utilizada em coleta.

Observa-se, portanto que o assentamento pode ser considerado como dispendo de boa infraestrutura em água e luz, o que o distingue da maioria dos assentamentos descritos na literatura. Falta, entretanto, vias de comunicação (telefonia e transporte), saúde e educação.

Conhecer a faixa etária dos moradores é fator de grande importância quando se busca a sustentabilidade. A Tabela 14 apresenta a faixa etária dos entrevistados.

Tabela 14 - Faixa etária dos entrevistados do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Idade dos entrevistados	Número	%
Entre 20 á 30 anos	01	1,81
Entre 30 á 40 anos	09	16,36
Entre 40 á 50 anos	15	27,27
Entre 50 á 60 anos	14	25,45
Acima de 60 anos	16	29,09
Total	55	100

Entre 30 e 40 anos situavam-se cerca de 16% dos entrevistados, o que caracteriza adultos jovens, possivelmente ainda com boas condições de trabalho no campo. A faixa etária dos entrevistados do Assentamento Padre Josimo Tavares (Tabela 14,Artigo 1) mostrou-se concentrada entre 40 a 60 anos, evidenciando o envelhecimento da população rural local, o que já foi identificado em outros locais conforme relatado por Camarano e Abramovay (1999).

A idade mais avançada somada a trabalho contínuo já pode trazer preocupações de saúde e ser afetada no caso do êxodo dos jovens, com possibilidade de afetar mesmo a Segurança Alimentar em seu conceito mais amplo de quantidade, regularidade e disponibilidade.

Educação/formação

Tabela 15 - Nível de escolaridade dos entrevistados do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Nível de escolaridade	Número dos que responderam	%
Analfabeto/a	11	20,00%
Alfabetizado/a	18	32,72%
Ensino fundamental incompleto	14	25,45%
Ensino fundamental completo	04	07,27%
Ensino médio incompleto	02	03,63%
Ensino médio completo	04	07,27%
Ensino superior incompleto	01	01,81%
Ensino superior completo	01	01,81%
Total	55	100 %

É possível observar na Tabela 15 que o nível de escolaridade local é muito baixo. Dos entrevistados 43 se declararam analfabetos, alfabetizados e com ensino fundamental incompleto, totalizando 78%, das famílias entrevistadas.

Um motivo pode ser a faixa etária dos entrevistados e sua origem, pois migrantes provenientes da zona rural de regiões que, nas décadas anteriores apresentavam menores índices de desenvolvimento, tais como o interior de Minas Gerais também não puderam estudar (SILVA e CEREDA, 2007).

A escola mais próxima ao assentamento fica na sede do Município, mais o menos 20 quilômetros, o que demanda muito tempo dentro do ônibus escolar, que transporta os alunos do assentamento e regiões circunvizinhas, levando uma média de duas horas dentro dos

ônibus, no trajeto assentamento-escola e escola-assentamento.

Apesar da distancia e do pouco tempo disponível 16 adultos entrevistados afirmaram ter voltado a estudar e destes, a maioria está em salas de alfabetização que funciona no próprio assentamento. O programa Educação de Jovens e Adultos permite que o problema da alfabetização seja resolvido no local.

Comparado a escolaridade dos pais dos jovens entrevistados (Tabela 11), que inclui outros moradores do Município, além daqueles do assentamento Padre Josimo, a faixa de analfabetos no assentamento é maior, os que cursaram o fundamental completo menor (19%), o ensino médio completo maior e alguns pais de alunos tinham ensino superior e mesmo pós-graduação. Na sede do Município as mães tinham melhor escolaridade que os pais.

O número de assentados que voltaram a estudar é expressivo, considerando que para isso contornam as dificuldades listadas e sacrificam um tempo em que poderiam estar descansando. Pelo menos 25 dos entrevistados responderam que gostariam de voltar a estudar. Os resultados listados na Tabela 16, entretanto, mostram que existem dificuldades para aqueles que pretendem voltar estudar. A soma da falta de tempo com a distância da escola perfaz 80% das respostas. Os demais obstáculos, incluindo o cansaço também influenciam.

Conhecer os motivos que levavam os moradores do assentamento a voltarem a estudar pode ajudar a entender os anseios da comunidade estudada.

Tabela 16 - Motivos pelos quais muitos não voltam a estudar no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Motivo	Número dos que respondeu	%
Pouco tempo	13	52.00
Distancia da escola	07	28.00
Cansaço	01	04.00
Problema de vista	01	04.00

Horário	01	04.00
Idade	01	04.00
Não passa no vestibular	01	04.00
Total	25	100.00

Embora a alfabetização seja de solução mais simples, os moradores alfabetizados caracterizam uma demanda clara entre cursar o ensino médio e superior em 68% das respostas. Essa demanda também foi encontrada junto aos jovens e só em parte é suprida pelo Município, sendo mais uma motivação para o êxodo rural. Ainda assim, apenas 25 pessoas responderam a essa questão, ou por desinteresse ou porque as opções não foram suficientemente motivadoras. Dos 94 jovens questionados 90 responderam os questionários, mostrando que são mais motivados com a questão da continuação dos estudos.

Tabela 17 - Dos 25 entrevistados que responderam que gostariam de voltar a estudar, o que gostariam de fazer no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

O que gostariam de fazer	Número dos que responderam	%
Alfabetização	04	16.00
Cursar ou Terminar o ensino fundamental	04	16.00
Cursar ou terminar o ensino médio	08	32.00
Ensino superior	09	36.00
Total	25	100.00

Como a sede do município dispõe de ensino fundamental e médio a aspiração de voltar a estudar poderá ser contemplada, sendo também o destino dos que atualmente estão sendo alfabetizados, que somam mais 16% aos 32% que manifestaram esse desejo. Em relação ao ensino superior, os moradores precisariam se deslocar para outro Município, no caso Rondonópolis.

Ao ser perguntado aos pais sobre as aspirações dos filhos jovens, 31 responderam que os filhos querem ir para a cidade, sendo 21 para estudar e 10 para trabalhar. Entretanto 17 responderam que acreditam que os filhos querem ficar no assentamento, 12 para continuar o trabalho dos pais e 05 com o objetivo de conquistar o próprio lote.

Tabela 18 - Tempo de permanência na Propriedade do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Tempo na propriedade	Número de moradores	%
Menos de 2 anos	07	13%
Entre dois e quatro anos	07	13%
Entre quatro e seis anos	03	05%
Entre seis e oito anos	04	07%
Entre oito e 10 anos	07	13%
Entre 10 e 12 anos	27	49%
Total	55	100,00%

Entre o acampamento e a divisão dos lotes, o assentamento completou 12 anos em 2009. Os resultados da Tabela 18 mostram que somente a metade dos entrevistados é morador original, sendo que a maioria já vendeu ou trocou o lote, fator esse já identificado em outros assentamentos (PASQUIS, SILVA, WEISS & MACHADO, 2005; FRANCA, 2000; MELLO, 2008; DAVID & WANIEZ, 1997).

O resultado dá maior confiabilidade aos resultados obtidos já que a metade dos assentados conhece toda a evolução dos fatos.

Tabela 19 - Como se deu o acesso ao lote pelos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Acesso ao lote	Número de casos	%
Compra	19	35%
Troca	03	05%
Herança	02	04%
Na participação na luta pela terra	31	56%
Total	55	100 %

A justificativa para a diferença ente os assentados originais (entre 10 e 12 anos) da Tabela 19, os que participaram da luta pela terra na tabela número 19 e os que estiveram acampados na Tabela 20 é da troca de lotes. Muitos dos que ficaram acampados não conseguiram o lote, recorrendo a financiamentos ou laços de parentescos para compra do mesmo.

Tabela 20 - Número de moradores que participou da luta pela terra da posse da terra do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Participação na luta pela terra	Número de participantes	%
Ocupação	03	5%
Acampamento	38	70%

Não participou	14	25%
Total	55	100 %

A diferença entre os que conquistaram o lote na luta pela terra (Tabela 19) e os que o fizeram participando de acampamento (Tabela 20) deixa claro que alguns dos que compraram lotes também participaram, em determinados momentos, da luta pela terra em acampamentos.

Ao ser perguntado se já participou, continua participando de movimentos sociais 31 responderam que sim que continuam participando e 24 que não participam mais. Os movimentos sociais a que se refere, são as associações e movimentos reivindicatórios da terra tais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra MST (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Agrários (MTA).

Tabela 21 - Respostas a questão sobre quais as instituições de que ainda se lembram da época de implantação do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Instituições	Número dos que se lembram	%
Grupal empresa que elaborou o projeto	19	32.20
Empaer	12	20.34
MST	11	18.64
Banco do Brasil	06	10.17
Igreja Católica	03	05.08
Séc. de Agricultura Estado	02	03.39
Prefeitura Municipal	02	03.39
Políticos	02	03.39

Prefeitura de Rondonópolis	01	01.69
Conab	01	01.69
Total	59	100,00

Da época da implantação do assentamento (Tabela 21) a instituição mais lembrada é a Grupal, a empresa responsável pelos projetos de fomento no assentamento. Em segundo lugar encontra-se a Empaer foi a mais lembrada e só então o MST. Essas respostas poderiam refletir o distanciamento dos movimentos e explicar porque poucos moradores continuaram a participar destes movimentos, nem que tenham sido importantes na época. O fato de ainda se lembrarem da EMPAER pode se dever a atendimento técnico que permanece com atividade de importância crucial quando o objetivo da terra é a produção. Essa hipótese é comprovada na questão seguinte.

Tabela 22 - Atualmente no assentamento as instituições que participam do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Instituições	Número	%
Empaer	28	57,14
Banco do Brasil	02	04,08
CPT - Comissão Pastoral da Terra	01	02,04
Igreja católica	03	06,12
Associação do assentamento	05	10,20
MTA	02	04,08
MST	04	08,16
Empresa de elaboração de projetos Grupal	04	08,16

Total	49	100,00
-------	----	--------

Passado o tempo inicial, verifica-se que atualmente no assentamento, a instituição mais presente é a Empaer, que oferece a assistência técnica aos assentados. Calculando-se entre instituição que conheciam e as que ainda conhecem, é possível estabelecer que a instituição que mais perdeu foi a EMPAER (cerca de 300%), seguida pela Grupal que manteve 21% da lembrança, bastante se for pensado que não mais atua no local. O Banco do Brasil que também continua atuante reteve um percentagem maior (36%). O MST perdeu muito e matem uma percentagem de reconhecimento de apenas 36% do que tinha na época da implantação do assentamento. Interessante a situação da Igreja Católica que embora com um número pequeno manteve reconhecimento exatamente igual ao que tinha.

Para comprovar se a produção na propriedade é ou não suficiente é para alcançar os objetivos dos moradores, é importante estabelecer o número de usuários desta produção.

Tabela 23 - Número de pessoas que vivem da produção da propriedade no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Pessoas que vivem da renda da propriedade	Número de famílias	%
Até três pessoas	35	64%
Até seis pessoas	17	31%
Mais de seis pessoas	03	05%
Total	55	100 %

Pelas respostas as famílias eram compostas, em média, por três a seis pessoas. Mesmo com a alimentação garantida há necessidade de renda extra para a manutenção do bem estar, o que leva o assentado a acreditar que o projeto de vida no assentamento só é viável se algum membro da família possui renda extra, que pode ser na propriedade ou fora dela, o que já foi

confirmado em outros estudos como por Bergamasco (1997).

Em relação à situação de infra-estrutura e dos equipamentos presentes no assentamento, as 55 famílias possuem energia elétrica e água encanada, 13 famílias apontaram o barracão de reuniões como única área de lazer do assentamento e 26 famílias apontaram o “buteco” da Ivã como área social do assentamento, por ser ponto de encontro dos moradores. O assentamento não possui área própria de lazer ou costumes de atividades socializadoras, concordando com as respostas dos jovens sobre falta de opção para lazer.

Todas as famílias queixaram-se da falta de telefone como equipamento social no assentamento, mas as comunicações eram facilitadas pelo uso de telefone celular, conforme já observada nas respostas dos jovens, sobre o que falta na região.

Quatro famílias demonstraram saber que existe posto de saúde na sede do Município, em razão da visita do médico uma vez por mês no barracão do assentamento. Embora o posto de saúde esteja localizado no Município de São José do Povo, os assentados utilizam os serviços de saúde do Município de Rondonópolis, distante uns 30 km. Primeiramente recorrem ao serviço de saúde no Município, e daí são encaminhados para Rondonópolis. Alguns que possuem parentes em Rondonópolis procuram diretamente o posto de saúde desse Município, dando o endereço de parentes como local de moradia, conforme já observado nas respostas dos jovens, que apresentam como o melhor lugar para cuidar da saúde a cidade (Tabela 8).

Sobre a existência de escolas no assentamento, 03 reconheceram que existem, devido a existência de uma sala do EJA. Os alunos de primeiro grau durante o dia e segundo grau a noite são conduzidos de ônibus pela Secretaria Municipal de Educação de São José do Povo, à escola pública municipal e estadual que dista 20 km, situada na sede do Município.

Sobre outras atividades, apenas duas famílias responderam existir habilidades profissionais e apenas uma respondeu poder contar com quem repare equipamentos no assentamento.

Quando foi perguntado sobre a participação da família em mutirões no assentamento, 27 famílias responderam participar, perfazendo um total de 49% dos entrevistados. Esses mutirões são feitos para preservação da área social, onde a comunidade construiu um barracão

que é utilizado para as reuniões e celebrações da comunidade.

Um grande número dos entrevistados, 31 ao todo, já se uniu com algum vizinho para trabalho no lote. São trabalhos esporádicos, na época do plantio ou colheita, da vacinação do gado e outros.

Dos entrevistados, 50 responderam ser de origem rural, e apenas 05 de origem urbana. Desses, apenas 07 vieram do local de origem diretamente para o Município de São José do Povo e 48 de outros locais de nascimento para São José do Povo. É possível afirmar que a maioria dos entrevistados é de origem rural e que já fizeram outras experiências migratórias antes de virem para São José do Povo (SILVA & CEREDA, 2007).

Tabela 24 - Resposta quanto ao objetivo principal da propriedade no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Objetivos da produção	Número dos entrevistados	%
Manutenção da família	23	41.82
Manutenção da família e venda do excedente	32	58.18
Lazer	00	00,00
Total	55	100.00

Percebe-se nos dados da Tabela 24, que o objetivo principal da propriedade é a subsistência alimentar, incluindo a produção para a manutenção da família, para 42% dos entrevistados. Para os 58% dos moradores o objetivo final era a produção e manutenção da família com venda do excedente, o que já havia sido relatado por Morissawa (2001).

A comparação entre as respostas dos jovens (Tabela 05) permite confirmar a importância da produção do lote para o universo pesquisado, pois a maioria absoluta dos jovens entrevistados também elegeu essa alternativa. A questão remete para a situação de que a não sustentabilidade econômica pelo lote de terra conquistado obrigatoriamente traz enorme frustração aos moradores.

Para entender como a produção é utilizada, é importante saber qual é o tamanho

médio das famílias que vivem da produção da terra. A Tabela 24 apresenta essa distribuição com a maioria das famílias sendo composta de três pessoas (30) e seguido pelas famílias com seis pessoas (15). Para a zona rural o número de pessoas por família é pequeno, mas seria importante conhecer a idade dessas pessoas, pois delas dependerá a produção da terra e o uso da produção.

Como o objetivo da produção de manutenção da família (subsistência) seguido da venda do excedente fez 100% das respostas (Tabela 24), torna-se importante conhecer como é feita essa produção e como ela é utilizada. Foi também questionada a existência de potencial de fauna e flora e a questão de uso de madeira e disposição do lixo. Esse conjunto de respostas pode dar uma idéia da sustentabilidade da terra. A segurança alimentar é fator da maior importância na estabilidade social.

Tabela 25 - Frequência com que consumiu os alimentos nos últimos 3 meses no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Alimentos	Nunca	Diária 1 a 2	Semanal 1 a 4	Mensal 1 a 3	De vez em quando
Carne Bovina	00	19	22	00	00
Carne Suína	01	02	31	14	03
Frango	00	07	44	07	00
Ovo	01	08	38	06	00
Leite	01	47	05	00	00
Peixe	11	00	08	28	04
Verduras /Legumes	00	26	22	04	00
Frutas	00	17	28	06	00
Frituras	05	08	27	13	00
Macarrão	01	02	37	12	00

Observação: as opções podem apresentar mais de uma resposta, visto as famílias consumirem mais de um tipo de alimento ao mesmo tempo

Os dados da Tabela 25 mostram que os moradores garantem uma alimentação boa e variada, o que por si garante segurança alimentar. Mas observou-se que 42 deixaram de consumir alguns dos alimentos listados. Sobre o porquê, 22 afirmaram serem caros demais, 16 responderam que não foi possível os achar e 04 responderam que foi porque não gostam. Um destes itens que a comunidade não comeu o suficiente foi peixe. Explicaram que o alimento caro demais se deve a pouca oferta e muitas vezes não é encontrado para comprar.

A questão sobre se no último mês faltou algum tipo de alimento que essas famílias estão acostumadas a consumir, 45 responderam que não e apenas 10 famílias que sim, apresentando o fator preço, ou seja, caro demais. Outro motivo alegado é o fim da reserva, como o feijão, que uma família diz ter plantado para todo o ano, mais acabou antes do esperado. Outros ainda alegaram a distancia para limpar o arroz, por isso, quando esse acaba, algumas vezes a família fica sem, até ter condições de levar até a maquina de arroz na cidade. A carne, segundo alguns, é um alimento esporádico, que tem quando se mata uma vaca. Quanto a frequência, 6 responderam em alguns dias, 2 em quase todos os dias e 1 nas demais frequências, em apenas dois dias e apenas no final do mês.

Parte da razão de se privar de alimentos vem do fato de não serem cultivados ou criados no local, o que torna a compra uma dificuldade devido a falta dos recursos financeiros.

De forma geral, todos os assentados plantam na propriedade. Dos entrevistados 51 afirmaram plantar na propriedade. A grande maioria (44 famílias) possui horta em casa, o que explica a alimentação rica e variada, conforme a Tabela 26.

Tabela 26 - Alimentos que são plantados por quem o faz no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

O que planta	Número	%
Mandioca	41	13.76
Cheiro verde	41	13.76
Pimenta	36	12.08
Alface	33	11.07

Couve	22	07.38
Abobrinha	22	07.38
Cebola	14	04.70
Pimentão	14	04.70
Cenoura	14	04.70
Rucula	12	04.03
Alho	10	03.36
Beterraba	10	03.36
Temperos (alecrim, manjeriço, manjerona etc..)	10	03.36
Rabanete	05	01.68
Jiló	05	01.68
Pepino	04	01.34
Almeirão	03	01.01
Outros	02	00.67
Total	298	100.00

Observação: as opções podem apresentar mais de uma resposta, visto as famílias plantarem mais de um tipo de produto.

Os assentados plantam uma grande variedade de hortaliças, leguminosas e raiz comestível (mandioca), comprovando novamente a possibilidade de uma alimentação rica e variada, sem necessidade de ir ao mercado. Há uma variedade de produtos cultivados no assentamento (Tabela 26) basicamente para o consumo próprio, sendo que apenas uma pequena parcela é destinada para a comercialização, não contribuindo para a geração de renda a partir do lote.

Nas Tabelas 37 e 38 é possível constatar que a renda da propriedade não garante a manutenção da família, apesar de não ter sido possível fazer um levantamento da renda

específica da propriedade (Tabela 37), visto que as famílias incluíram nas respostas a renda adquirida com vínculo empregatício e “bicos” realizados por algum membro da família. Como observado, a alimentação no momento está garantida, mas há a necessidade da renda extra à unidade de produção para a garantia do bem estar dessas famílias. As famílias que possuem “bicos” ou vínculos empregatícios totalizam um número expressivo de 44 famílias, e confirma o que alguns autores já descreveram: o projeto de vida no assentamento só é viável se algum membro da família possuir um trabalho fora da propriedade (BERGAMASCO, 1997).

Portanto, renda é importante para a subsistência da família e aquisição de outros bens, que garantirão o bem estar a partir do lote, mas não foram detectadas formas de organização da comercialização da produção no assentamento. Somente uma família entrevistada vende um percentual do que produz nas Escolas do município e em Rondonópolis, pelo PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar. Isso com muita dificuldade, por não conseguir atender a demanda.

Sobre o que fazem com os produtos da horta, 35 assentados responderam que utilizam 100% para o consumo próprio, um utiliza até 80%, um até 70% e 3 até 20%. Ocorre doação de poucos para amigos e vizinhos, de 20% a 30%. Ocorre também a venda isolada de até 80% diretamente ao consumidor e outro que vende 100% no “mercadinho” local (bar da Iva) do assentamento. Do total três vendem 70% para atravessador que compra no assentamento e vende na feira de Rondonópolis, onde o índice de consumo é maior.

Segundo o objetivo da terra, ainda não é o esperado, pois a produção deve ser para consumo próprio e a sobra para gerar renda, os assentados entrevistados teriam mais possibilidade de comercializar o excedente se organizados.

Para complementar as hortaliças os entrevistados foram questionados sobre o consumo próprio de frutas. Os resultados encontram-se na Tabela 27. Do total, 53 responderam afirmativamente, apenas 2 afirmaram não dispor de árvores frutíferas.

Tabela 27 - Quais são as frutas cultivadas no pomar no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Espécies frutíferas	Número de famílias que plantam	%
Manga	48	11.65
Limão	48	11.65
Goiaba	43	10.44
Banana	43	10.44
Mamão	39	09.47
Acerola	38	09.22
Laranja	38	09.22
Caju	32	07.77
Coco	11	02.67
Pocan	10	02.43
Tamarindo	09	02.18
Carambola	07	01.70
Abacate	07	01.70
Jabuticaba	06	01.46
Maracujá	05	01.21
Pinha	05	01.21
Pitanga	04	00.97
Cajá manga	04	00.97
Graviola	04	00.97
Figo	03	00.73
Seringuela	03	00.73
Abacaxi	03	00.73

Outros	02	00.49
Total	112	100.00

Observação: as opções podem apresentar mais de uma resposta, visto as famílias plantarem mais de um tipo de árvore frutífera.

A exemplo das hortaliças há uma variedade de árvores frutíferas no assentamento, sendo que a maioria das frutas são utilizadas, também, para o consumo próprio. Das famílias entrevistadas, 42 responderam que utilizam 100% das frutas para esse fim. Cada uma das frequências a seguir teve apenas uma resposta, em até 90%, até 80%, até 70%, até 40%, até 30%, ou seja, somente uma família em cada frequência anterior utiliza a produção apresentada para o consumo próprio, e 03 famílias utilizam as frutas do pomar até 50%. Para a alimentação dos animais 02 famílias utilizam, até 10%, uma até 20% e outra até 50%. Para doação, uma família utiliza até 40%. Venda direta para o consumidor uma família utiliza até 20% e outra até 40%. Os outros estragam e perdem.

Fora isso, não foram relatados outros tipos de aproveitamento para as frutas.

Para verificar se os entrevistados plantavam o que achavam que se produziria melhor, foi questionado quais os cultivos que eles consideravam que produziriam melhor no local (Tabela 28).

Tabela 28 - Exemplos de cultivos que os moradores consideram que produzem melhor no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

O que produz melhor	Famílias que plantam	%
Mandioca:	21	51.22
Milho	08	19.51
Cana	07	17.07
Capim p/ gado	03	7.32
Outros	02	4.88
Total	41	100.00

Observa-se pelas respostas que o cultivo que se destaca é a mandioca (Tabela 28), que também é a primeira colocada entre as hortaliças plantadas (Tabela 26). Embora não haja aproveitamento coletivo dessa mandioca produzida, seu uso pode ser feito também para alimentação animal, assim como os demais cultivos apresentados na Tabela 28 como de bom desenvolvimento. Pode-se concluir que, um dos alvos destes cultivos (além da mandioca) é a alimentação animal. O que já foi observado em outros assentamentos como Ohara (2007) em um estudo realizado nos assentamentos de Ladário, MS, relata sobre os benefícios da utilização da mandioca para alimentação de animais em assentamentos.

A Tabela 29 apresenta as respostas a questões que visam valorizar o potencial de plantas locais, e ao mesmo tempo a preservação da diversidade.

Tabela 29 - Plantas típicas locais para as quais se conhece aproveitamento no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Espécies	Número dos que conhecem	%
Baru	23	20.54
Jatobá	22	19.64
Macaúba	20	17.86
Pequi	14	12.50
Aroeira	07	06.25
Pitomba	06	05.36
Bacuri	06	05.36
Ingá	05	04.46
Goiabinha do mato (araçá)	04	03.57
Angico	03	02.68
Outros	02	01.79
Total	112	100.00

Observação: as opções podem apresentar mais de uma resposta, visto as famílias conhecerem mais de um tipo de planta nativa na região para qual se conhece aproveitamento.

Observa-se que os assentados conhecem uma grande quantidade de plantas nativas para as quais é possível o aproveitamento (Tabela 29), mais não há nenhum aproveitamento sistemático no assentamento ou região. O baru, jatobá, macaúba e pequi são os mais conhecidos.

O consumo de carne complementa a alimentação com vegetais e frutas. Em geral a carne é mais cara e difícil de conservar. A disponibilidade de carne é um importante passo em direção da segurança alimentar. A Tabela 30 reúne das informações sobre criação de animais no assentamento.

Tabela 30 - Criação de animais no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Animais	Número dos que criam	%
Galinha	52	22.22
Vaca leiteira	48	20.51
Boi/vaca	46	19.66
Galinha de angola	22	09.40
Porco	40	17.09
Peru	07	02.99
Carneiro	05	02.14
Cavalo	05	02.14
Gansos	04	01.71
Pato	03	01.28
Outros	02	00.85
Total	234	100.00

Observação: as opções podem apresentar mais de uma resposta, visto as famílias criarem mais de um tipo de animal.

A grande maioria dos assentados cria algum tipo de animal na propriedade (Tabela 30) e neste caso as informações são de que, diferentemente das frutas e hortaliça, a

comercialização é maior. Do total pelo menos 20 famílias informaram aproveitar totalmente os animais do lote para o consumo próprio. Para venda direta ao consumidor 3 famílias utilizam até 10%; 09 famílias, até 30%; 01 família, até 50%; 2 famílias, até 60%; duas até 80% e outras duas, até 90%. Venda indireta (mercadinho, quitanda...) uma até 10%, 03 até 50%, 2 até 80% e outras duas até 90%. Venda para atravessador que compra na região uma família, até 20%; 07 famílias, até 30%; 02 até 50%; uma até 70%; outra até 90%. Há também o leite, que as famílias entrevistadas disseram entregar pelo menos 95% para o laticínio da região. Duas familiares têm 90% dos animais arrendados.

Os resultados não são uma surpresa, pois há diversos relatos na literatura sobre a importância do gado, sobretudo do gado leiteiro nos assentamentos, especialmente nos assentamentos da região Centro-Oeste.

Mas além dos animais criados no local, existe a possibilidade de animais nativos. Para conhecer a diversidade, as informações foram reunidas na Tabela 31.

Tabela 31 - Quais os animais nativos da região que poderiam ser aproveitados no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Animais silvestres	Número de famílias que conhecem aproveitamento	%
Tatu	39	31.97
Cutia	21	17.21
Cateto	18	14.75
Veado	16	13.11
Paca	13	10.66
Perdiz	05	4.10
Capivara	05	04.10
Queixada	03	02.46
Outros	02	01.64
Total	122	100.00

Uma das preocupações ligada a caracterização dos assentamentos é em relação ao meio ambiente e sustentabilidade. O uso indiscriminado destes recursos pode levar a problemas de insustentabilidade ambiental. A Tabela 32 reúne as informações sobre o uso da lenha no local.

Tabela 32 - Uso da madeira no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Uso da madeira	Número dos que utilizam	%
Cozinhar	37	36%
Construção	33	32%
Encabar ferramentas	24	23%
Horta	09	09%
Total	103	100 %

A Tabela 32 apresenta um uso variado para a madeira, da cozinha até a horta. O maior uso individual é na cozinha já que dispor de gás é mais difícil pela distância e a lenha nativa coletada parece ser de menor custo. A percentagem de uso como material de construção e ferramentas completa mais de 50%, sendo ínfima a quantidade de lenha destinada a produção na horta. Não foi possível quantificar a quantidade usada, mas a análise deixa claro que há necessidade de madeira e que essa necessidade aumentará caso as atividades produtivas também aumentem. Caso não haja implantação de madeira para corte, é de se esperar que o uso de madeira nativa aumente, comprometendo o meio ambiente para as gerações futuras.

Tabela 33 - Respostas relativas a falta de madeira no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Quanto falta madeira	Número dos que respondeu	%
Muito	19	35%
Um pouco	14	25%

Não falta	22	40%
Total	55	100 %

Outra preocupação em relação ao meio ambiente é o relativo ao destino do lixo. Como não existe coleta, o lixo gerado no campo é queimado em mais de 70% das propriedades dos entrevistados. Apesar de menos freqüente nota-se que as famílias usam soluções no mínimo curiosas, como levar o lixo para a cidade e até uma separação seletiva, medida surpreendente quando se lembra que não existe coleta seletiva do lixo na região, nem mesmo nos Municípios vizinhos.

Tabela 34 - Destino do lixo no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

O que faz com o lixo	Número dos que respondeu	%
Queima	48	70.59
Enterra	15	22.06
Descarta em terrenos baldios	02	02.94
Leva para a cidade	02	02.94
Separação seletiva (para reciclagem)	01	01.47
Total	68	100.00

As respostas listadas na Tabela 34 não chegam a surpreender uma vez que não há coleta de lixo nem no local, nem na sede do Município. Como praticamente todas as famílias afirmaram ter horta e a maioria tem criação de animais, seria importante quantificar esses resíduos e verificar se são usados como alimentação animal. Não foi constatado existência de compostagem ou aproveitamento de esterco animal, apesar de que a maior parte do lixo gerado é orgânico.

Tabela 35 - Destino das garrafas PET no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

O que fazem	Número dos que responderam	%
Reutiliza	40	59.70
Queima	20	29.85
Joga fora	04	05.97
Vende	02	02.99
Entrega gratuitamente para reciclagem	01	01.49
Total	67	100.00

Outra informação intrigante é o destino das garrafas PET. Os resultados listados na Tabela 35 enfatizam o reuso de cerca de 60%, mas que havendo excessos ou estando muito usadas, as garrafas só então são queimadas.

Sobre as mudanças relacionadas com a quantidade de animais e plantas silvestres da região, 52 famílias responderam que perceberam essas mudanças, sendo que 38 responderam o meio ambiente mudou muito. Apenas duas famílias responderam que nada mudou. As mudanças mais perceptíveis foram as relativas a chuva e temperatura ambiente. O desaparecimento de animais e plantas silvestres também foi sentido praticamente em mesmos níveis que as mudanças climáticas.

Tabela 36 - Mudanças no meio ambiente percebidas pelos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Tipos de mudanças percebidas	Número dos que perceberam mudanças	%
Chove menos	52	27.51
Esta mais quente	47	24.87

Menos animais	45	23.81
Menos árvores	44	23.28
Desestabilidade da temperatura, vezes mais quente, vezes mais frio	01	00.53
Outros	00	00.00
Total	189	100.00

Na Tabela 36 fica claro que a população local percebe as mudanças ocorridas no meio ambiente, causada pela utilização sem sustentabilidade dos recursos naturais existente. Acrescentando-se a esses os resultados anteriores, pode-se afirmar que a comunidade não possui conhecimento suficiente da utilização sustentável desses recursos naturais.

As respostas da comunidade mostraram que o objetivo da posse da terra ainda não foi considerado alcançado pela maioria das respostas obtidas. Apesar de observar a produção variada da produção agrícola e animal, com algumas famílias vendendo pouco do excedente, mas basicamente usada para auto-sustento. A comunidade caracterizou-se também pela percepção do uso dos recursos renováveis e da preocupação com sua redução, apesar da falta de conhecimento de como fazê-lo. Resta caracterizar a renda dos moradores. A Tabela 37 relaciona as respostas a questionamento da renda das famílias.

Tabela 37 - Renda familiar dos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Renda	Número de famílias	%
1 salário mínimo	27	64.29
2 salários mínimos	08	19.05
Maior que 2 salários mínimos	07	16.67
Não sabe informar	00	00.00

Total	42	100.00
--------------	-----------	---------------

Observação: salário mínimo de R\$ 460,00

A renda relatada é relativa ao que é produzido na propriedade, complementada com renda de serviços prestados, seja com vínculo empregatício e/ou bicos realizados por algum membro da família. Conforme relatado a alimentação esta garantida, mas há outras despesas relacionadas com a infra-estrutura tais como água, energia elétrica, transporte, telefone, etc. A Tabela 38 relata como ocorre a complementação da renda.

Tabela 38 - Complementação da renda familiar dos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Membro da família	Vínculo empregatício	Fazem “bicos”
Pai	09	18
Mãe	00	06
Os dois	01	01
Filhos	07	02
Total	17	27

As famílias que possuem “bicos” ou vínculos empregatício totalizam um número expressivo de 44 famílias, ou seja, 80% dos entrevistados, o confirma o que alguns autores já descreveram. O projeto de vida no assentamento só é viável se algum membro da família possuir um trabalho fora da propriedade, o que é cada vez mais frequente (BERGAMASCO, 1997).

Para contornar a necessidade de renda complementar seria possível aumentar a produtividade da terra ou através da organização da comunidade, comercializar mais do que se produz.

Tabela 39 - Como os moradores do assentamento Padre Josimo Tavares entendem que a atividade agrícola poderá se tornar bem sucedida, em julho de 2009.

Sugestões	Número de opções selecionadas									
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Investir constantemente na propriedade	2	0	0	1	0	0	2	4	1	44
Diversificar a produção	0	0	0	0	1	0	0	8	0	46
Ter boa formação técnica	1	0	0	0	2	0	2	2	3	45
Sempre utilizar máquinas	4	0	0	0	4	1	3	4	2	37
Ter renda extra à unidade de produção	1	0	0	0	4	0	3	4	0	43
Se organizar com outros assentados	4	0	0	0	4	4	0	3	2	38
Utilizar créditos sempre que possível	0	0	0	0	7	3	0	0	4	41

Quanto ao que os entrevistados acreditam ser importante para serem bem sucedidos na agricultura, as respostas foram bem diversificadas, ficando com nota máxima a “diversificação da produção” e a menor número com “sempre utilizar máquinas”.

Com baixa escolaridade e dependendo da produção vegetal e animal para seu sustento e suplementação de renda familiar, a formação técnica seria um instrumento da maior importância. Apesar de poucas lembradas como Instituições, a Tabela 40 mostra que o SENAR é uma das que mais proporciona cursos de formação técnica no local e a EMPAER bem lembrada no passado (Tabela 21) e presente (Tabela 22), uma das de menor participação.

Tabela 40 - Formação técnica dos assentados dos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Formação proporcionada	Local	Instituição	Número
Agente sanitário	Rondonópolis:	Senar	14

Derivados da cana	S. J. Do povo	Senar	04
Avicultura	Assentamento	Empaer	04
Manejo de ração	Assentamento	Senar	04
Derivados de leite	Assentamento	Senar	05
Peças íntimas	S. J. Do povo	Prefeitura	01
Plantio de cana	Assentamento	Senar	01
Pastagem	Assentamento	Empaer	01
Controle de plantas daninhas	Assentamento	Senar	02
Bordado e pintura	S. J. Do povo	Prefeitura	01
Horticultura	Assentamento	Senar	01
Administração de pequenas propriedades	São Paulo	Prefeitura	01
Sabão	Assentamento	Senar	03
Manejo do solo	Assentamento	Senar	01
Olericultura	Assentamento	Senar	01
Costura	S. J. do povo	Prefeitura	01
Manejo de gado	Assentamento	Empaer	01
Nivelamento de terra	Assentamento	Senar	01

A formação técnica dos assentados é diversificada, grande parte realizada no próprio assentamento (Tabela 40). A educação rural no Brasil possui três vertentes básicas: a educação escolar, a formação profissional, ligada ou não ao SENAR - Serviço Nacional Rural; e a extensão, ligada a EMPAER - Empresa Mato-Grossense de Pesquisa Assistência e

Extensão Rural S.A. No assentamento a formação técnica tem sido oferecida, indo de encontro as necessidades da população, conforme Tabela 39, onde grande parte dos entrevistados demonstra que acredita na formação técnica para ser bem sucedido na agricultura, apesar da grande dificuldade da população em apreender os conhecimentos devido ao baixo nível de escolaridade.

Sociabilidade/lazer

Com já foi evidenciado, o lazer tem um papel importante na sustentabilidade social, permitindo encontros fora do ambiente exclusivamente de trabalho. A falta de lazer e, principalmente o lazer pouco comprometido com as atividades comunitárias e sociais podem explicar a falta de solidariedades e trabalhos comunitários.

Sobre o percentual do tempo livre em relação ao tempo de trabalho, as informações foram bem diversificadas, 13 informaram ser 10%; 18, informaram 20; 02 informaram 30%; 1, 40%; 11, 50%; 2, 70%; 02, 75% e cinco não souberam informar. Os percentuais informados pelos assentados foram fornecidos em relação ao tempo ativo na propriedade, considerado como tempo livre em relação ao tempo de trabalho no lote. Os valores informam grande variação (de 10 a 75%), refletindo talvez que a pergunta não foi bem formulada.

Sobre as relações de parentesco existente no assentamento, 14 entrevistados possuem parentes no assentamento, enquanto 13 possuem compadres/comadres ou afilhados/as. Entre os 13 entrevistados que possuem compadres/comadres ou afilhados/as no assentamento, 09 estão entre os mais antigos no assentamento, com de 11 a 12 anos no local. Os outros quatro, um mora a seis anos, dois moram a quatro ano e um outro a dois anos. Portanto, a maior parte da relação de compadrio esta entre os que moram a mais tempo no local.

Tabela 41 - Respostas a opções de lazer no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Opções de lazer	Número dos que praticam	%
------------------------	--------------------------------	----------

Ver televisão	39	20.53
Descansar	38	20.00
Visitar/receber amigos	28	14.74
Visitar/receber parentes	27	14.21
Ir à igreja	26	13.68
Ir à associação/cooperativa	18	09.47
Praticar esportes	08	04.21
Ler	06	03.16
Total	190	100.00

Com para os jovens entrevistados as opções de lazer são pobres e aquelas que propiciam um contacto e intercambio social mais intenso, como os esportes, particularmente pobres. Ver televisão e descansar (como para os jovens) preenche 40% das atividades de lazer desta comunidade. Visitar e receber amigos e parentes também despontam com 25% das respostas. Há uma disparidade entre os que responderam que a Igreja é uma opção de lazer no assentamento (Tabela 41) e os 46 que responderam que participam de alguma atividade religiosa, o que pode ser justificado pela falta de igrejas (templos) no assentamento. Os moradores costumam se reunir para as celebrações religiosas nas casas das famílias e no barracão comunitário. Praticar esportes e ler quase se apresentam no mesmo nível o que é um fato surpreendente em um universo de baixa escolaridade.

No Município as grandes festas são a do padroeiro São José e o rodeio, que atraem moradores de toda região e regiões circunvizinhas.

Tabela 42 - Respostas dos moradores a questão sobre o que costuma fazer nas horas de folga ou e domingos no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Atividades	Número dos que realizam	%
Descansar	41	46.07
Visitar/receber amigos	23	25.84
Visitar/receber parentes	23	25.84
Ler	02	02.25
Total	89	100.00

Ao ser perguntado a frequência com que realizam as atividades acima (Tabela 42), todos os entrevistados responderam que sempre que podem ou nas horas vagas.

Tabela 43 - Respostas dos moradores a questão confiança no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Em quem confia	Confia muito	Confia	Confia pouco	Não confia
Parentes	19	20	11	02
Amigos	10	21	17	02
Visinhos	10	25	11	03

Sobre a confiança, foram levantados 4 níveis, confia muito, confia, confia pouco e não confia. Ao ser perguntado para o assentado sobre o nível de confiança entre os parentes, amigos e vizinhos, foi estabelecida uma nota de 0 a 10 para cada nível. Confia muito teria uma nota de 08 a 10, confia 05 a 07, confia pouco 02 a 04, não confia 00 a 01.

A comunicação com parentes, vizinhos, e amigos é realizada através de telefone celular, foi a resposta de 53 dos entrevistados. Somente dois entrevistados responderam não

se comunicar.

Quanto a existência de conflitos, 03 entrevistados responderam que já tiveram algum, dois apresentaram como motivo o problema da água, e um a religião. Muitos moradores negam a existência de conflitos, mais na observação e conversas informais ficou claro o grande problema causado pelo controle da água por uma das associações do assentamento. Esse problema pode ser comprovado pelo registro de queixa no distrito policial do Município. Nas Tabelas 53 e 54 os moradores mostram a grande preocupação com a união no assentamento. Na Tabela 53 que se refere as expectativas, sonhos, 11 pessoas colocaram como um de seus anseios a união entre os assentados. Na Tabela 54, problema mais sério do assentamento, sete pessoas citaram a desunião. Na informação sobre quantos já tentaram mudar alguma coisa que considera que precisaria ser mudada, pelo menos duas pessoas se referiram a luta por mais união no assentamento. Há outra disparidade relacionada a confiança, a maioria diz confiar nos parentes, amigos e vizinhos, no entanto nas horas de folga ou domingo preferem descansar (Tabela 42) a visitar os amigos, outro dado é a pouca relação de “compadrio” existente, somente 13 possuem afilhados no assentamento, sendo que 09 estão entre os mais antigos do assentamento.

É possível observar, também, que o lazer no assentamento é pobre e fraco, não existindo muitas opções para os moradores. É surpreendente que um número tão pequeno indicou a pratica de esporte como opção de lazer, 08, conforme a Tabela 41, sendo que o futebol uma atividade de lazer tão presente na cultura brasileira. O local de encontro mais comum entre os moradores é o “bar da Iva” e as atividades religiosas, sendo que a grande maioria opta por descansar ou ver televisão como opção de lazer.

Saúde

Ao ser perguntado se tem doentes na família 15 entrevistados responderam positivamente.

Sobre onde os entrevistados busca atendimento médico, 32 responderam buscar na sede do Município e 22 em Rondonópolis. A maioria dos casos que buscam atendimento na sede, são encaminhados para Rondonópolis, por falta de recurso no Município. Uma pessoa respondeu que busca atendimento no próprio assentamento, onde é feita a visita do médico uma vez por mês. 53 entrevistados são atendidos pelo SUS e apenas dois por médico

particular. Sobre como costumam ser atendidos, 42 respondera que bem, 08 muito bem, 04 mal e um muito mal.

Tabela 44 - Respostas dos moradores a questão os problemas de saúde mais comuns na região no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Problemas de saúde apresentados	Número dos que apresentou	%
Gripe	46	74.19
Hipertensão	11	17.74
Coluna	04	06.45
Outros	01	01.61
Total	62	100.00

* Osteoporose , dores de cabeça, tiróide, gastrite

As doenças mais comuns estão citadas na tabela, mais há no assentamento muitas doenças graves, que provocam dependência química. Tais como lúpus, doença de chagas, depressão... Quando questionados sobre doentes na família, quase todos respondem não haver, o que pode ser explicado pela longa convivência com essas enfermidades, mesmo antes de virem para o assentamento. 45 entrevistados disseram depender de medicamentos químicos, 12 compram esses medicamentos na sede do Município e 33 em Rondonópolis.

Quanto a parte do orçamento doméstico que é gasto com medicamentos, 34 responderam que gastam até 10%, 05 gastam até 30%, 04 até 20%, 02 até 50% e um até 70%. Muitos ganham medicamentos dos SUS.

Dos entrevistados 26 respondeu que já receberam alguma informação sobre como prevenir doenças, através da televisão, palestras, agente de saúde no assentamento e rádio.

Um bom número de famílias faz uso de plantas medicinais, 52 dos entrevistados, que

responderam que plantam e algumas vezes coletam essas plantas.

Tabela 45 - Respostas dos moradores a questão plantas medicinais mais usadas no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Espécies	Números dos que usam	%
Boldo	37	34.91
Capim cidreira	28	26.42
Hortelã	15	14.15
Caferana	10	09.43
Alfavaca	05	04.72
Anador	04	03.77
Alecrim	03	02.83
Babosa	03	02.83
*Outros	01	00.94
Total	106	100.00

*Imburana, casca de baru, terramicina, tançagem, manjeriçã, santa maria, mastruz, arruda, nin, raiz do campo, imbaúba, açã peixe, alecrim, sangra da água, sabugueiro.

Pelo exposto, embora a comunidade não tenha um atendimento médico específico, em relação a saúde, os assentados não apresentam grande problemas, o que confirma uma alimentação saudável. A doença mais apresentada (Tabela 44), gripe, está relacionada a falta de estrutura no assentamento, a poeira. Quanto aos problemas relacionados a hipertensão, dor de cabeça, tiróide, gastrite, podem caracterizar problemas de stress, facilmente contornável com programa de orientação médica preventiva e o laser. Para Levigard e Rozemberg (2005, p. 01), tais problemas possuem uma relação entre “corporeidade e as dimensões da vida social, enlaçando manifestações pessoais e coletivas, ideológicas, religiosas e emocionais”. Podem estar relacionadas a dificuldade em garantir o bem estar da família a partir do trabalho no lote e a falta de segurança quanto ao futuro, ou seja, quanto a continuidade do trabalho pelos filhos. Hoje a alimentação esta garantida e amanhã? A inexistência de laser também é

um agravante do stress, pois a ausência do prazer pode gerar descontentamento e insatisfação (MARCELINO, 1996).

Outra preocupação é relacionada com a quantidade de pessoas que necessitam de medicamentos químicos (45 pessoas). Como já explicitado, apesar de não se considerarem “doentes”, possuem um problema de saúde, que hora ou outra pode se agravar, impossibilitando o trabalho no lote. Portanto, esse pilar também se encontra comprometido.

Nível de satisfação dos assentados

O nível de vida dos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares pode ser considerado bom ou não pior que o encontrado por outros pesquisadores em outros locais. Porém, o que mais importa é a percepção que esses moradores têm de seu nível de vida, pois será esse o fator mais importante para estabelecer a sustentabilidade social, fator esse capaz de deter o êxodo rural.

Tabela 46 - Respostas dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 a questão sobre onde às pessoas vivem melhor.

Onde se vive melhor	Número dos que responderam	%
No campo	42	76%
Na cidade	09	16%
Igual: Campo e Cidade	04	07%
Total	55	100 %

A grande maioria dos entrevistados acredita que o local onde se vive melhor é no campo.

Tabela 47 - Respostas dos moradores a questão situação da maioria dos assentados do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009.

Situação	Número dos que responderam	%
Muito boa	04	07%
Boa	39	71%
Ruim	08	15%
Muito ruim	00	00%
Não sabe	04	07%
Total	55	100%

Apesar das dificuldades apresentadas nas tabelas anteriores, das falhas nos pilares referentes a segurança alimentar, educação, saúde e lazer, e da falta de sustentabilidade no lote, os assentados demonstram satisfação com a vida no assentamento (Tabela 46, 47 e 49).

Tabela 48 - Respostas dos moradores do assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 sobre o melhor lugar para atividades específicas.

Discriminações	Cidade	Campo	Igual
Cuidar da saúde	40	07	08
Estudar	45	07	03
Morar	00	53	02
Se divertir	12	33	10

Mesmo que para os cuidados com a saúde e estudos, ainda sejam benefícios encontrados em melhor qualidade nas cidades, para morar, relacionar-se com as pessoas e se divertir, o assentamento ainda tem o primeiro lugar.

Tabela 49 - Avaliação dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 a questão da situação da família após a chegada ao assentamento.

Avaliação	Número dos que responderam	%
Muito boa	14	25.45
Boa	41	74.55
Ruim	00	0.00
Muito ruim	00	0.00
Não sabe	00	0.00
Total	55	100.00

As famílias vêem a vida após a chegada no assentamento boa, pois estão produzindo, garantindo para a família uma alimentação rica e variada, proporcionando saúde e bem estar físico aos seus,

Ao ser perguntado sobre quantos Já tiveram contato com algum político, governante para dar sugestões, fazer um pedido para soluções dos problemas do assentamento, 21 responderam positivamente e entrevistados 51 foram capazes de dizer o nome do político que votou nas últimas eleições, três não lembra e um não votou.

Tabela 50 - Avaliação dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 a avaliação da política atual do governo Federal para os assentados.

Política do governo	Número dos que responderam	%
Muito Favorável	09	16%
Relativamente Favorável	32	58%
Relativamente Desfavorável	10	18%
Muito Desfavorável	04	07%
Total	55	100 %

Pelo exposto (Tabela 50) é possível perceber que os assentados confiam no governo federal.

Tabela 51 - Avaliação dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 à política atual do governo Estadual para os assentados.

Política agrícola do governo estadual	Número dos que responderam	%
Favorece apenas certos grupos de agricultores	44	80%
Trata todos os agricultores da mesma maneira	10	18%
Não sabe	01	02%

Total	55	100%
--------------	-----------	-------------

Pelo exposto no Figura anterior (Tabela 51), é possível perceber que os assentados não confiam no governo estadual.

Tabela 52 - Opinião dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 sobre de que depende o futuro dos assentados.

De quem depende o futuro	Número dos que responderam	%
Dos Próprios Assentados	28	51%
Do Governo	27	49%
Total	55	100 %

Sobre como os assentados se sentem agora, 51 responderam estarem felizes e 04 que não estão felizes. As expectativas (sonhos, esperança), em relação ao futuro no assentamento, 20 responderam ser o transporte, 19 um posto de saúde, 12 uma escola, 11 união entre os assentados,

Tabela 53 - Expectativas, sonhos, esperança dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 em relação ao futuro.

Espectativas em relação ao futuro	Número dos que responderam	%
Transporte	20	24%
Posto de saúde	19	23%

Escola	12	14%
União entre os assentados	11	13%
Cooperativa	05	06%
Telefone público	04	05%
Outro poço artesiano	04	05%
Igreja	04	05%
Melhoria das estradas	03	04%
*Outros	02	02%
Total	84	100 %

*frequência entre duas e uma resposta: emprego, pequena industria, farinheira, trator, água para irrigação, presidência da associação, farmácia, melhor infra-estrutura, usina de bio diesel, sede social, área de lazer, aumento da produção.

Tabela 54 - Opinião dos moradores no assentamento Padre Josimo Tavares em julho de 2009 sobre qual é o problema mais serio.

Problemas mais sérios do assentamento	Número dos que responderam	%
Transporte	22	48%
Posto de saúde	07	15%
Desunião	07	15%
Estrada	07	15%
Recurso governamentais	03	7%

*Outros 00 00

Total 46 100 %

* Freqüência entre duas e uma resposta: dívidas do financiamento junto ao Banco do Brasil, desemprego, falta de profissionais, escolas, regularização da terra, saneamento básico.

Dos entrevistados 15 responderam que já tentaram mudar algo que precisa ser mudado no assentamento. Desses foram 03 os que disseram que trabalharam na sede social; 02 disseram ter empreendido a luta por mais união no assentamento, que tentaram trazer uma cooperativa para o assentamento, que trabalharam na organização para arrumar a estrada; um trabalhou na geração de emprego, na melhoria da água, tentou realizar um trabalho em conjunto, construção do ponto de ônibus escolar, luta para construir um posto de saúde.

Apesar das dificuldades citadas nos pilares referentes a segurança alimentar, educação, saúde e lazer, os moradores do assentamento se encontram felizes no lote , onde a alimentação, no momento, esta garantida. Esses estão conscientes de que a mudança em sua situação depende do esforço conjunto, assentado e governo (Tabela 52), apesar de que a maioria não empreendeu ainda nenhuma ação para realizar essas mudanças.

7.6 CONCLUSÕES

O Desenvolvimento Sustentável exige crescimento de base material, econômico, e social com ações de preservação ambiental. Frente ao exposto é possível afirmar que os pilares elencados como necessários para alcançar tal desenvolvimento, a Segurança alimentar, educação, saúde e lazer não estão seguros, no Município de forma geral, pelo que foi analisado nas respostas dos jovens e das famílias assentadas no assentamento Padre Josimo Tavares. No assentamento a comunidade possui uma alimentação rica e variada, mas sem sustentabilidade e com grandes sacrifícios, portanto não configura segurança alimentar e quando há insegurança alimentar a preocupação maior é resolver esse problema.

Há dificuldade de apreender os conhecimentos, apesar da formação técnica ofertada, devido à baixa escolaridade. Portanto o assentamento não possui uma base em educação que possibilite o desenvolvimento. O único jeito de entrar é de forma oral ou demonstração.

Segundo Figueiredo Neto (1998), uma série de fatores mostra que o nível da educação tem uma relação direta com a produtividade, isso no nível individual, correlação entre escolaridade e renda, quer no nível macroeconômico, na importância do fator escolar na explicação de níveis de taxa de crescimento econômico.

No Município analisado, a questão da saúde é preocupante, pois um grande número de moradores do assentamento Padre Josimo Tavares possui dependentes de medicamentos químicos na família, e o acesso a esses medicamentos ou a médicos é difícil, devido a falta de condução no assentamento e das estradas precárias. O Município também não possui estrutura para o atendimento a esses doentes. O laser é inexistente, o que dificulta as atividades de socialização, tanto na sede do Município como no assentamento. Outro fator preocupante é a juventude rural, que esta “escapando” (SILVA & CEREDA, 2009), indo para a cidade em busca de possibilidades para continuar os estudos ou de trabalho remunerado. O envelhecimento da população, com a saída dos jovens da sede do Município e dos assentamentos, gera a insegurança quanto ao futuro do Município e especificamente dos assentamentos.

Portanto a população, apesar de se encontrar feliz com a vida no lote, não possui bem estar social. O Município e o assentamento, na forma como estão organizados não favorecem ao desenvolvimento humano de seus moradores. Quanto ao crescimento econômico, apesar de muito trabalho, gerando pouco tempo livre no lote, o que compromete o desenvolvimento social, a comunidade não consegue se organizar, há desconfiança e falta de um relacionamento que favoreça esse vínculo, impossibilitando a organização que possibilitaria encontrar formas de comercializar o que se produz, e outras alternativas viáveis para a comunidade. Com relação a preocupação ecológica, para a comunidade o mais importante é garantir a subsistência imediata. Frente ao exposto, surge o questionamento sobre o futuro da comunidade analisada.

7.7 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. “*Juventude rural: ampliando as oportunidades*”, **Raízes da Terra: parcerias** para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Online em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>
- BARRETO, Ricardo Candeia Sá; KHAN, Ahmad Saeed and LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. *Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE*. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2005, vol.43, n.2, pp. 225-247. ISSN 0103
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. *A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números*. *Estud. av.* [online]. 1997, vol.11, n.31, pp. 37-49. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141997000300003.
- CAMARANO, Ana Amélia & ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1999. Diretoria de Pesquisa do IPEA. Departamento de Economia e Procam/USP. Disponível em; http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf, Pesquisado em 23/09/09.
- “IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”. 2008, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 14 agosto 2008.
- KANT, Emmanuel. *Réflexions sur L'Éducation*. Paris: J. Vrin, 1996.
- LEVIGARD, Yvonne Elsa e ROZEMBERG, Brani. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de "nervos" no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2004, vol.20, n.6, pp. 1515-1524.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MORISSAWA, M. 2001, “*A história da luta pela terra e o MST*”. Editora Expressão Popular, São Paulo. 256p.
- “O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO”. 2007, São José do Povo: Escola Municipal Sebastião Gomes de Carvalho. 20p.
- PASQUIS, Richard; SILVA, Alessandra Valéria da; WEISS, Joseph; MACHADO, Luciana. “*Reforma agrária*” na Amazônia: balanço e perspectivas *Cadernos de Ciência & Tecnologia*,

Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005

SILVA, M. E.; CEREDA P. M. *O povoamento do município de São José do Povo, MT, no contexto da segurança alimentar: um estudo de caso*. IN: COLOQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2, Campo Grande, 2007. **Anais...**, Campo Grande, Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local, 2007.

No próximo artigo é pesquisada a origem do povoamento de Município de São José do Povo, MT, município já caracterizado no capítulo anterior, tendo por base o estudo de caso sobre as Migrações, a posse da terra e a Segurança Alimentar.

8 ARTIGO 2: MIGRAÇÕES, POSSE DA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR: ESTUDO DE CASO DO POVOAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO, MATO GROSSO, BRASIL.

Elizabete M. Silva⁴

dasilvabete@yahoo.com.br

Olivier F. Vilpoux⁵

vilpoux@ucdb.br

Marney P.Cereda²

cereda@ucdb.br

8.1 RESUMO

Desde a descoberta, a terra brasileira foi motivo de polêmica. A distribuição das sesmarias (concessão de terras) pelos portugueses não teve um cunho técnico e como consequência a posse da terra não garantiu a produção adequada de alimentos, falhando na Segurança Alimentar dos primeiros ocupantes da Colônia. Em seu conceito mais abrangente, a Segurança Alimentar deve garantir alimento nutricionalmente adequado, em quantidade e com disponibilidade para que a comunidade possa se manter com saúde. Em decorrência da má distribuição de terras e de falhas nas políticas governamentais, apesar da natureza pródiga, houve fome no Brasil, principalmente nas camadas mais vulneráveis da população. Entre os anos 40 e 50 muitos foram os movimentos migratórios no Brasil, sendo os mais relatados aqueles do Nordeste em direção as grandes cidades do Sudeste. O povoamento de São José do Povo, Município ao Sul do Estado do Mato Grosso, localizado na região Centro Oeste do país, foi uma das regiões que recebeu migrantes. Uma dessas migrações em particular se deu de Jampruca, Minas Gerais para a região onde hoje se encontra o município de São José do Povo, MT. A hipótese estabelecida foi de que essa migração se deu em razão da necessidade de garantir Segurança Alimentar. A pesquisa partiu da experiência da pesquisadora responsável, cuja família tomou parte dessa migração. Para resgatar as informações

⁴ Mestranda do Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Local, UCDB, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. dasilvabete@yahoo.com.br

⁵ Professores e pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, UCDB, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. cereda@ucdb.br; vilpoux@ucdb.br

necessárias foram usados documentos e informações diretas obtidas por entrevistas. Muitos dos entrevistados enfatizam os problemas enfrentados para acesso a alimentos por insuficiência de renda e terra no município de origem, confirmando a hipótese de que a Segurança Alimentar foi o eixo responsável pela migração da comunidade de Jampucra para São José do Povo.

Palavras chave: Migração, Segurança alimentar, Desenvolvimento.

RESUME

Depuis la découverte du continent Américain, la distribution de terres au Brésil a été source de controverses. La répartition des *Sesmarias* (distribution de la terre) par les Portugais n'a pas été réalisée selon des critères techniques et, en conséquences, la possession de la terre n'a pas assuré une production alimentaire suffisante pour garantir la sécurité alimentaire des premiers occupants de la colonie. Dans son concept plus ample, la sécurité alimentaire doit assurer une alimentation nutritionnellement adéquate, en quantités suffisantes et suffisamment disponible pour maintenir la communauté en bonne santé. En raison de la mauvaise répartition des terres et de politiques gouvernementales inadéquates, en dépit d'une nature généreuse, le Brésil a connu de nombreuses périodes de faim chez les couches les plus vulnérables de la population. Dans les années 40 et 50 du siècle dernier, le Brésil a connu de nombreux mouvements migratoires, les plus connus étant ceux de la région Nord-Est du pays vers les grandes villes du Sud-Est. La population de São Jose do Povo, ville au sud de l'état du Mato Grosso, situé dans la région Centre-Ouest du pays, a été l'une des régions de destination de ces courants migratoires. L'une de ces migrations a eu lieu de Jampruca, dans l'état de Minas Gerais, vers ce qui est aujourd'hui la ville de São Jose do Povo, dans l'état du Mato Grosso. L'hypothèse de recherche est que cette migration a eu lieu en raison de problèmes de sécurité alimentaire. L'enquête résulte de l'expérience du chercheur responsable, dont la famille a pris part à cette migration. Pour obtenir les informations nécessaires à la recherche ont été utilisés des documents que relatent de cette migration e des informations obtenues par entretiens avec des personnes ayant vécu cet épisode. Beaucoup de personnes interrogées ont souligné les problèmes rencontrés dans l'accès à la nourriture, en raison du manque de revenus et de terres dans la commune d'origine, confirmant l'hypothèse que la sécurité alimentaire a été une raison prépondérante pour la migration de Jampucra vers la communauté

de São Jose do Povo.

Mots-clés: Migration, Sécurité alimentaire, Développement

8.2 INTRODUÇÃO

A distribuição das terras brasileiras, desde o início da colonização, sempre foi motivo de polêmica. A distribuição das sesmarias pelos portugueses privilegiava aqueles que comprovassem possuir recursos financeiros necessários para tornar a terra produtiva. Tal sistema se perpetuou através dos séculos, impedindo que os colonos pobres tivessem acesso a terra. Na falta dos meios financeiros para obtenção de suas terras, os mesmos tiveram que trabalhar para os proprietários de terra, na luta pela subsistência alimentar própria e da família.

Dentro do contexto da época colonial, Portugal e Espanha procuravam respostas para atender as exigências e necessidades dos mercados externos, sem considerar as necessidades alimentares dos colonos. Toda a história oficial do Brasil está intimamente ligada ao mercado internacional, tanto que na programação da Independência, o Brasil teve que assumir a dívida externa de Portugal. Nesse período, o País sofreu um permanente saque de suas riquezas, como explica Prado Júnior (1999, p. 32). “É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção as considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileira.”

Ainda segundo Prado Júnior (1999), além da miséria e da fome, o empobrecimento do solo e a marginalização da população nativa e dos negros, utilizados como escravos no processo de colonização são heranças coloniais. Mesmo com a independência, a situação dessa parcela da população não melhorou. “O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, do seu estatuto colonial” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 127).

Com o uso da terra restrito e sem condições para melhorar a produtividade do pouco de que dispunha, restou à população mais atingida pelo processo econômico adotado pelo país, o movimento pelo solo brasileiro na busca de soluções para o problema da fome.

Entre os anos 40 e 50 do século passado, muitos foram os movimentos migratórios no Brasil, sendo os mais relatados aqueles do Nordeste em direção as grandes cidades do Sudeste. O povoamento de São José de Povo, Município ao Sul do Estado do Mato Grosso,

localizado na região Centro Oeste do país, foi uma das regiões que receberam migrantes.

A hipótese da pesquisa é que o movimento migratório que se deu de Jampucra para a região do Município de São José do Povo se deu no contexto da busca de Segurança Alimentar. O objetivo do trabalho é verificar essa hipótese e demonstrar a importância da alimentação nas migrações que deram origem a esse povoamento.

8.3 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão apresenta o conceito de fome e seu efeito sobre a capacidade de trabalho e o desenvolvimento, mostrando que há uma necessidade forte de assegurar essa necessidade antes de se pensar em desenvolvimento. Apresenta também os resultados do extrativismo como forma de empobrecer uma região antes abundante em recursos naturais e a necessidade de preservar os recursos naturais.

8.3.1 Fome e Segurança Alimentar

Segundo Castro (2003a, p.37), a fome pode ser definida como,

[...] a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de starvation, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais”. O autor complementa que “a fome é um fenômeno geograficamente universal, a cuja ação nefasta nenhum continente escapa. Toda a terra dos homens foi, até hoje, a terra da fome (CASTRO 2003a, p.56).

Para o autor, os efeitos destruidores da fome atingem de forma endêmica ou epidêmica, pelo menos um terço da humanidade (CASTRO, 2004b). A fome já existia antes da explosão populacional ocorrida no pós-guerra, ou seja, não pode ser atribuída a superpopulação, e já dizimava as populações do terceiro mundo (CASTRO, 2003c).

Fome é a sensação fisiológica que o corpo dá ao perceber que precisa de alimentos para manter suas atividades inerentes a vida. É um termo comumente utilizado para se referir a casos de má nutrição ou privação de comida entre as populações. Pode ser devida a pobreza, condições agrícolas adversas, razões culturais, religiosas, entre outros (KANTO, 2003).

Os alimentos são essenciais para a vida. Para estar saudáveis e bem alimentados, necessita-se de uma variedade de alimentos seguros e de boa qualidade em quantidade suficiente. Sem uma nutrição adequada, as crianças e os jovens não podem desenvolver seus potenciais plenamente e os adultos experimentam dificuldades em manter ou aprimorar esse potencial. Os alimentos proporcionam a energia necessária para crescer, para realizar atividades físicas e para as funções corporais básicas (respirar, pensar, controle da temperatura, circulação sanguínea e digestão). Também proporcionam as substâncias necessárias para desenvolver e manter o corpo e para reforçar a resistência às enfermidades. Estas diferentes funções são possíveis graças aos nutrientes contidos nos alimentos. São eles os carboidratos, as proteínas, as gorduras, as vitaminas, os minerais e a água. Todos os alimentos contêm um ou mais desses nutrientes em distintas quantidades e cada tipo de nutriente desempenha funções específicas. Esta é a razão da importância de uma dieta variada para gozar de boa saúde (BELIK, SILVA & TAKAGI, 2001).

Os autores indicam que a força de uma nação depende da força do seu povo. Quando as pessoas são saudáveis, fortes e bem alimentadas, têm energia, criatividade, segurança, coragem e valor necessários para solucionar problemas, criar grandes obras artísticas, contribuir para os avanços científicos e levar uma vida digna e alegre, ou seja, colaborar para a evolução da civilização para níveis mais altos de desenvolvimento. Os cidadãos bem alimentados são cidadãos produtivos que contribuem para sua sociedade.

8.3.2 Programas Governamentais de combate a fome

Belik, Silva e Takagi (2001) relatam que alguns programas compensatórios voltados para o combate à fome e a desnutrição têm longa tradição no Brasil. Há um conjunto importante de programas federais criados desde os anos 40, tais como o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e renovados por muitas décadas, cujo intuito é reduzir os riscos de fome e desnutrição. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental, inclusive das escolas indígenas, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a

aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis. Outro Programa, já desativado, foi o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC), criado na década de 80. O sistema de distribuição era controlado pelo governo, os cupons, conhecidos como "tíquetes do Sarney" eram distribuídos às famílias carentes previamente cadastradas em entidades de base, na proporção de um litro de leite por criança.

Até 2004 existia também o Programa Bolsa-Escola, que tinha sido inspirado em experiências bem sucedidas, desenvolvidas por Estados e Municípios em diversas regiões do Brasil, a partir de 1995 (BELIK, SILVA & TAKAGI, 2001). Em 2004, esse programa foi juntado ao programa bolsa alimentação e foi criado o programa bolsa família, programa de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza, com renda mensal pessoal inferior a R\$ 120,00 (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2008).

O programa Bolsa Família integra o programa Fome Zero, cujo objetivo principal é assegurar o direito à alimentação adequada, através a segurança alimentar e nutricional. Para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2008), o programa Bolsa Família possui três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação;
- coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias para superar a situação de vulnerabilidade e pobreza, tais como programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

O PRODEA - Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos do governo federal, atual programa Cestas Básicas, foi criado em 1993 em caráter emergencial com a finalidade de socorrer a população carente atingida pela seca no norte de Minas e no Nordeste e atuou na distribuição de cestas de alimentos. Em 1995, o PRODEA passou a fazer parte do Programa Comunidade Solidária, atual Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), responsável por sua execução em nível nacional, juntamente com a CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento (BELIK, SILVA & TAKAGI, 2001).

Muitos outros programas foram criados nos últimos anos, mas ainda não resolvem o problema real, que é proporcionar sustentabilidade as famílias carentes. No início da década de 60, esses programas eram ainda mais restritos, não abrangendo todo o território brasileiro. As medidas de combate à fome, até os anos 30, se limitavam aos problemas de abastecimento que estavam associados à questão da oferta de alimentos para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles, fugindo do meio rural. Entre as medidas de combate à fome adotadas pelos camponeses sem perspectivas em sua região de origem, a mais drástica incluía as migrações.

8.3.3 Fome e fenômenos migratórios

Migrar pode ser definido como a saída de um espaço para outro, mudando seu contexto social político, econômico e cultural. Impulsionados por algum motivo, o migrante rompe com os laços, mais não totalmente, leva consigo experiências que guarda no espaço da memória, podendo ser lembradas e recontadas. Muitas vezes a memória faz o migrante sentir que o que foi deixado era mais atrativo do que o novo conquistado.

A fome e a busca de segurança alimentar são fatores principais que levaram, e ainda levam, ao deslocamento em massa. Goettert (2004, p.112) analisa as migrações e os diversos sonhos que a impulsionam, “sonho da melhoria das condições de vida, sonho do estudo, sonho da profissão, sonho da terra. O sonho acordado, acordado também no novo lugar...”.

Os sonhos podem incluir a busca pela segurança alimentar na forma de terra para garantir o auto-sustento da família. Os sonhos também incluem a garantia de emprego, que por sua vez melhorará as condições de vida da família e, conseqüentemente, garantirá

[...]alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em praticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, se realizado em bases sustentáveis” (YASBEK, 2004, p.104-112).

Esses termos definem o que modernamente se entende por segurança alimentar.

Os dados sobre os fluxos migratórios no período 1940/1960, confirmam a existência das trajetórias migratórias mais dominantes, que tinham como origem os dois grandes reservatórios de força de trabalho, o Nordeste e Minas Gerais, tendo como destino os Estados

com maior crescimento urbano e industrial e as regiões de expansão da fronteira agrícola, onde era gerada a grande maioria de empregos no Brasil (BRITO, 1994).

A atração migratória nas fronteiras agrícolas da região do Centro Oeste foi também estimulada pela construção da nova Capital da República do Brasil, em 1960.

8.4 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu-se no Município de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, região Centro Oeste no Brasil⁶. O município dista 261 km da Capital do Estado, Cuiabá, e 48 km de Rondonópolis, o segundo maior pólo urbano do Estado. A escolha da comunidade deve-se ao fato de um dos pesquisadores morar no município, o que facilita o acesso as informações e o conhecimento da realidade local.

A pesquisa pode ser qualificada como de natureza exploratória. Para Malhotra (2001), a pesquisa exploratória permite a compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador e é usada quando é necessário definir o problema com maior precisão. Essa metodologia de pesquisa é adequada ao trabalho em questão, pois há poucos trabalhos realizados sobre migrações no contexto da segurança alimentar e nenhum sobre o povoamento do município de São José do Povo em tal contexto.

A coleta de informações baseou-se em dados bibliográficas, documentais e de campo. Buscaram-se informações em literatura sobre o tema. Foram coletados, selecionados e analisados documentos da Escola Municipal Sebastião Gomes de Carvalho, no município em questão, com a finalidade de construir um conhecimento teórico analítico que auxiliasse no estabelecimento das variáveis e estruturação da pesquisa.

A coleta de dados primários utilizou entrevistas com pessoas selecionadas como de suma importância para a pesquisa, como os pioneiros, familiares e ex-moradores, incluindo a família da pesquisadora, uma vez que fez parte do processo migratório que deu origem ao município. A amostragem é não probabilística, por julgamento (MALHOTRA, 2001)

⁶ Os autores lembram que desde 1977 existem dois Estados, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, antes agrupados num único Estado, o Mato Grosso. 142

Quanto ao tipo de método de pesquisa utilizou-se o estudo de caso numa abordagem do tipo indutiva, isto é, buscou-se a realidade dos fatos que envolvem a vida dos moradores do Município, no que tange aos fatores que impulsionaram as migrações, costumes alimentares, iniciais e adquiridos, anseios, e perspectivas.

De acordo com Yin (2005), os estudos de caso são úteis para responder as questões do tipo *como* e *por que*, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos inseridos na vida real.

Moram no município, segundo IBGE (14 de agosto de 2009) 3.451 habitantes. Os pioneiros são aqueles que guardam viva a memória dos fatos. Os selecionados para a entrevista foram por facilidade e proximidade.

A pesquisa de campo foi estruturada de modo a avaliar as dificuldades enfrentadas pelos moradores para chegarem ao local, os motivos de sua saída do município de origem, seus hábitos alimentares, suas esperanças e expectativas, bem como a busca de possíveis soluções para o desenvolvimento do município.

8.5 RESULTADOS ALCANÇADOS:

8.5.1 Fenômenos de migração no estado de Minas Gerais

A década de 60, na sua maior parte, foi de recessão para a economia brasileira. Essa realidade se projetou sobre Minas Gerais, que viu a sua agricultura estagnada e os investimentos industriais bastante baixos. Apesar da infra-estrutura econômica disponível, não havia capital para expandir o setor industrial e modernizar a agricultura. Como consequência, as imigrações mineiras para outros estados retiraram dos nordestinos o primeiro “ranking” nacional.

Segundo o censo demográfico de 1970, nos anos 60 cerca de 2.041.748 de residentes no estado migraram para o restante do país, maior número da sua história, com média de 204.175 migrantes anuais. Estimativas indiretas mostram que o saldo migratório rural negativo foi de aproximadamente 299 mil pessoas, ou seja cerca de 53,0% da população rural tinha migrado nos anos 60. Pela primeira vez a população rural diminuía em termos absolutos (BRITO, 1994).

O fenômeno pode ser explicado pela grande seca que ocorreu na segunda metade da década de 50 e fortes desequilíbrios regionais, derivados de um crescimento espacialmente concentrado da economia brasileira. Esse desequilíbrio foi consequência da concentração do capital, que fortaleceu as migrações das regiões mais afetadas, para as regiões mais atrativas, como Rio de Janeiro e a região Centro Oeste. Contribuiu também para o aumento das migrações, a melhoria do sistema de transporte e a posição central de Minas no Brasil.

8.5.2 A migração para São José do Povo

Muitos dos entrevistados enfatizaram os problemas enfrentados para acesso aos alimentos por insuficiência de renda e terra no município de origem.

Nesse contexto, a pesquisa percorre a memória, através da história oral que possibilita conhecer a trajetória de alguns moradores e pioneiros que migraram para a região, as dificuldades, os lugares de onde vieram, os sonhos e perspectivas. A pesquisa busca identificar a trajetória realizada e entender o porquê da escolha do município de São José do Povo.

Parte da migração que deu origem ao município de São José do Povo teve origem na região do Rio Doce, em Minas Gerais (Figura 1).



Figura 2 - Roteiro da migração entre Jampruca, Minas Gerais, e São José do Povo, Mato Grosso.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007)

A mãe de uma das pesquisadoras relata sobre a seca, a fome e a extrema pobreza vivenciada no Município de Jampruca, cidade de origem de parte dos migrantes. Ela descreve como se fazia procissão, levando água do Rio Itambacuri para molhar o “pé” do Cruzeiro, para que Deus mandasse chuva. Mesmo assim não chovia, e por isso tiveram que migrar para o Mato Grosso.

Jampruca, município pequeno, segundo dados do IBGE (2000) atualizados pela prefeitura local, contava em 2007 com 4.724 habitantes dos quais 3.159 urbanos e 1.565 rurais. Entre 1960 e 1970 a população do município diminuiu com as inúmeras migrações dos camponeses, que sem expectativas na região partiram em massa na busca da subsistência.

Conta a história que em 1935, quando a estrada mineira de Figueira (atual Governador Valadares-Teófilo Otoni, Minas Gerais) estava em construção, o garimpeiro Jorge Francisco Agostinho chegou à região para trabalhar na obra. Ficou entusiasmado com a fertilidade da terra e a beleza das matas e fixou residência no local. Assim nasceu o povoado de São Sebastião de Jampruca, nome da fazenda pertencente à família Dantas, no município de Araçuaí (JAMPRUCA, 2007).

O desenvolvimento efetuado na região, por falta de estrutura, conhecimento e vontade política, não levou em conta o meio ambiente e não se preocupou em garantir a sustentabilidade futura, utilizando de forma desordenada os recursos naturais existentes. Assim, de uma terra fértil e repleta de mata em 1935, o município se transformou em terra seca, de extrema pobreza, nos anos sessenta.

No início da povoação do município de São Jose do Povo, a avó da pesquisadora, viúva, atraída pelos mesmos sonhos que despertou os milhares de migrantes da época, partiu do interior de Minas Gerais, município de Jampruca. Deixou para traz um meio ambiente exaurido, onde imperou a falta de oportunidades e de justiça social e seguiu com destino ao Mato Grosso, com onze filhos pequenos, sendo um deles a mãe da pesquisadora, ainda adolescente. Viajou de *pau de arara*⁷, levando 16 dias para percorrer os 1800 quilômetros da viagem (Figura 1).

Outra pessoa entrevistada confirmou o que se ouviu da mãe da pesquisadora:

A gente não podia se levantar senão perdia o lugar, pois o caminhão vinha lotado, e quem tinha oportunidade de escolher o melhor lugar ficava até o final da viagem, senão tinha que vir empilhado no fundo do caminhão. Quando cheguei aqui na região, tinha muitas feridas nas nádegas e nas costas, demoramos 08 dias de viagem, de João Pinheiro – MG, até o município de Rondonópolis, isso no ano de 1972.

⁷ Adaptação de caminhões para transportar pessoas na carroceria. Termo usado com tom pejorativo quando se tratava de migração dos Estados do Nordeste para o Sul brasileiro. 146

Um Senhor, esposo da senhora que faz o relato acima, relata que ao passar pelo município de Jampruca - MG, local de origem da família de uma das pesquisadoras, por volta de 1956, espantou-se com o abandono do lugar,

[...] era um lugar triste, um povo atrasado, não tinham escola. Era um completo abandono, políticos também não havia, somente a lei dos fazendeiros é que vigorava, esses tinham muitos arrendatários, mais nada faziam pelos mesmos”.

Os pioneiros narram que ao chegar à região nas proximidades do atual município de São José do Povo, se encantaram com as grandes plantações de arroz, com a “fartura” de alimento. “O arroz se dobrava com o peso dos cachos!” “Era lindo ver as pilhas de arroz cortado, pois significava fartura de alimentos o ano todo!”, “todo o feijão que plantávamos, colhíamos!”. O entusiasmo explica-se uma vez que no Município de origem não se produzia arroz, sendo a base alimentar o fubá⁸ e a canjiquinha de milho⁹, alimentação “tradicional” mineira. Como tantas famílias migrantes, a citada mãe de uma das pesquisadoras veio para o Mato Grosso, trazendo somente os sonhos e esperanças de uma vida mais digna, na busca de um lugar onde a alimentação da família fosse garantida. Não tinham dinheiro, nem bens para adquirir a terra. Trabalharam de “meeiros” e “peões” na ânsia de conquistarem a própria terra.

8.5.3 Conseqüências da migração

No relato dos entrevistados, percebe-se que eles perderem parte de suas raízes e costumes. Em Minas Gerais, uma das comidas tradicionais é a canjiquinha de milho e o angu de fubá, servidos em muitos restaurantes turísticos da região. Segundo entrevistados não se comia a canjiquinha por gostar, mais por ser o que se tinha para mitigar a fome. Os entrevistados afirmaram que não mais comem tal alimento, e que o fubá é também pouco consumido, porque eram utilizados para matar a fome e como tais ficaram caracterizados.

⁸ Farinha fina feita de milho moído

⁹ Milho descortiado (sem casca e embrião)

Para uma migrante, proveniente de Porteira em Minas Gerais, a fartura desse município, era o feijão “catador”. Durante boa parte do ano era só o que se tinha para comer. Hoje em sua casa raramente se cozinha tal alimento.

Outro exemplo peculiar foi dado pelo migrante de Mato Grosso do Sul. Segundo ele o que matava a fome em sua região de origem era a banana. Por essa razão, após a migração, raramente sua família planta banana, apesar de ser uma terra comprovadamente propícia para tal cultura.

Tais fenômenos vêm comprovar que o alimento que é utilizado para matar a fome em época de carência alimentar pode depois vir a ser rejeitado por aqueles que passam por tal processo.

Em função da nova situação, com a disponibilidade de mais alimentos, a cozinha tradicional dos migrantes foi redesenhada, assumindo uma dimensão diferente daquela inicial, que era eliminar a fome. Na canjiquinha de milho hoje é acrescentada a costeleta de porco, o que dá um aspecto novo, para aqueles que só tinham o puro milho quebrado no pilão. No angu é acrescentado, como acompanhamento, um molho de frango ou carne, com especiarias e verduras, como o quiabo, o que o torna mais atrativo, quando antes era o puro fubá cozido na água, até mesmo sem o sal.

8.5.4 Sustentabilidade do município de São José do Povo

A ameaça de fome ainda não foi totalmente afastada na nova terra. Através das entrevistas, descobriu-se que a história se repetiu muitas vezes. Muitas pessoas chegaram ao Município, dos mais diferentes lugares, e materializaram o seu jeito de viver. Fizeram do lugar seu espaço de vida. Muitos são também os que não conseguiram ficar na região, que partiram em busca de outros “eldorados”, motivados por diferentes razões, sendo a principal a busca da “terra própria” que era a garantia da subsistência.

O Município de São José do Povo possui hoje área de 444 km² representando 0,0492 % do Estado de Mato Grosso. A população total é de 3.451 habitantes, de acordo com o IBGE (14 de agosto de 2009) e divide-se entre urbana (49,35%) e rural (50,65%) o que no caso se

deveu a ocupação das terras pelo projeto de assentamentos¹⁰, como será discutido mais adiante. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,699 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000). O Distrito sede tem como data de emancipação o dia 04 de julho de 1989. A cidade é próxima ao segundo maior pólo urbano do Estado e as principais atividades econômicas são as agrícolas, com culturas de algodão, arroz e milho. A pecuária é fator importante para a economia municipal, com rebanhos destinados à produção de carne e leite (SÃO JOSÉ DO POVO, 2007).

O Município teve origem na década de 60, quando da abertura da BR 364 e da abertura de novas fronteiras agrícola, com o plano nacional de interiorização da economia. O mesmo é parte integrante do contexto econômico e social da história de Rondonópolis.

A população de São José de Povo é composta em sua maioria por migrantes vindos de diversas regiões, trazendo as mais diversas histórias na “bagagem”. Além dos exemplos citados, uma família de Batayporã, no estado do Mato Grosso do Sul, veio para o município de São José do Povo em 1968. O pai, pernambucano, com onze filhos para criar, veio para o município à procura de terra para alimentar a família, pois com muitos filhos, tinha medo de não conseguir sustentá-los. No município de origem, havia problemas com os fazendeiros locais e, como pequeno sitiante se viu cercado, sem saída, entre as grandes fazendas. Como outros, chegaram a essa região atraídos por intensa campanha publicitária, fugindo da fome que assolava suas regiões de origem, Minas, Bahia, Pernambuco, o atual Mato Grosso do Sul, entre outros.

O Município teve origem pacífica, através de um processo de colonização promovido pelo próprio “Governo”, com intuito de ocupar as terras devolutas existentes no Estado de Mato Grosso.

O projeto de colonização foi desprovido de infra-estrutura por parte do Governo, cabendo exclusivamente aos proprietários pioneiros, a responsabilidade total de sua instalação e conseqüentemente do município. Não havia estradas abertas (somente “picadas¹¹”) e os recursos básicos de saúde e subsistência eram adquiridos através de longo e difícil acesso até

¹⁰ Unidades do programa brasileiro de reforma agrária, denominando também as regiões rurais onde as pessoas ocuparam terras por compra ou desapropriadas pelo Governo brasileiro.

¹¹ Pequenas estradas abertas para passagem de poucas pessoas e animais de carga

Rondonópolis, sede do município nesse período. Não havia política voltada para a produção agropecuária e muito menos de escoamento da produção, levando a constantes perdas do produto devido ao mau armazenamento e exposição constante as pesadas chuvas da época.

A emancipação política de São José do Povo ocorreu de forma precipitada, não observando estruturas mínimas de subsistência e desenvolvimento. Isto acarretou um município dependente do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, verba governamental para apoio aos municípios mais carentes. Ainda hoje existem sérias dificuldades econômicas devido a esta ausência estrutural, acarretando deficiência econômica séria, com baixa renda *per capita* e uma geração de empregos e renda muito deficitária.

Nem tudo foi perdido com a passagem do *status* de distrito para município. Pode-se considerar a evolução educacional positiva, mais facilidades de transportes coletivos, estruturação organizacional política e melhorias estruturais no aspecto físico da cidade, como ruas e estradas pavimentadas, meios de comunicação como telefones fixos e móveis e acesso a inclusão digital para os moradores que possuam computadores.

O Município ainda não resolveu um velho problema: o êxodo. Os jovens se vêm obrigados a procurar em outros centros urbanos, oportunidades para poderem trabalhar dignamente. Apesar das terras do município terem sofrido uma redistribuição através de cinco Projetos de Assentamentos, ainda não existe uma política séria de produção e geração de renda. A agricultura é muito tímida e a produção pecuária possui muitas falhas estruturais.

Os produtores são basicamente de cultura de subsistência e poucos são os que adotam posturas de empresários. Há muito poucas aplicações tecnológicas para melhorar a produção e o aproveitamento das pequenas propriedades predominantes na região. A pouca produção que se obtém para fins comerciais são comercializadas *in natura*, com baixo valor agregado e nenhuma tributação para investimento no município.

Existe a necessidade de uma política que combata este problema rapidamente, sob pena de um colapso econômico e estrutural do município (O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO, 2007). Neste caso, a situação do município de Jampruca, de onde são originários muitos habitantes de São José do Povo, corre o risco de se repetir.

8.6 CONCLUSÕES

As informações obtidas permitiram a avaliação das migrações de Jampucra, que participaram do povoado do município de São José do Povo. Essas migrações foram devidas, principalmente, a necessidade de Segurança Alimentar. A falta de abastecimento alimentar foi agravada por razões climáticas, mais já se anunciava em razão do uso indiscriminado dos recursos naturais. As dificuldades das famílias em garantir a subsistência alimentar no município de origem, fizeram com que as mesmas acreditassem e se encantassem com as promessas de novas perspectivas na atual região do Município. Entretanto, a falta de sustentabilidade poderá incentivar novas migrações, caso não sejam tomadas medidas que retroceda tal processo.

Essa é a história de milhares de brasileiros e brasileiras, que num constante “vai e vem” migraram pelo território do país, buscando sobreviver. Sem condições históricas de possuir a terra própria, ou de mantê-la, se aglomeraram nas grandes cidades. Com salários de subsistência, encontraram dificuldades de sustentar a família com “alimentos em quantidade e qualidade, de forma contínua”. Em uma época em que as ações sociais eram quase inexistentes, muitos passaram fome e se perderam no viés da história.

8.7 REFERÊNCIAS:

BELIK, W.; SILVA, J. G. da & TAKAGI, M. 2001, *Políticas de combate à fome no Brasil*. São Paulo Perspec., v.15, n.4, p.119-129.

BRITO, F. 1994, *Minas Gerais no contexto das migrações*. In: Anais do SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, Diamantina, 1994, Diamantina, 20p.

CASTRO, J. 2003b, *A explosão demográfica e a fome no mundo*. In: CASTRO, A.M. de *fome, um tema proibido*. Cidade: Edição Civilização Brasileira, p. 256.

_____. 2003c, *Fome como força social: fome e paz* In: CASTRO, A.M. de *Fome, um tema proibido*. Cidade: Edição Civilização Brasileira p. 256.

_____. 2003a, “Geografia da fome”. In: CASTRO, A.M. de *Fome, um tema proibido*. Cidade: Edição Civilização Brasileira, p. 256.

“Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”. 2008, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 14 agosto 2008.

GOETTERT, J.D. 2004, *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. 2004. 466p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Geografia.

“JAMPRUCA” 2007, Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jampruca>> . Acesso em: 14/08/2007.

KANTO, D. 2003, *Inanição*. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Osvaldo Cruz. p.01. (Boletim INFOSAÚDE).

MALHOTRA, N.K. 2001, *Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada*”. Trad. MONTINGELLI, N. Jr. e FARIAS, A.A. de., 3ª edição, Porto Alegre, Bookmann, 2001. p. 720.

MEDRONHO, R. 2003, *O círculo vicioso da fome, desnutrição e doenças infecciosas*. Ministério da Saúde, Fundação Osvaldo Cruz. p.01. (Boletim INFOSAÚDE)

MERHI, J.Y. s/d. *Os pioneiros de Rondonópolis*. Reverenciando o pioneirismo benemérito de José Salmen Hanze (Zé Turquinho). Rondonópolis, Gráfica União. 47 p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME – MDS.

Programa bolsa família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>. Acesso em 26/08/2008.

MORISSAWA, M. 2001, *A história da luta pela terra e o MST*. Editora Expressão Popular, São Paulo. 256p.

“O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO”. 2007, São José do Povo: Escola Municipal Sebastião Gomes de Carvalho. 20p.

PRADO JÚNIOR, C. 1999, *Formação do Brasil Contemporâneo*. Editora Brasiliense São Paulo, 390 p.

“SÃO JOSÉ DO POVO” 2008, Disponível em:

http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/amm/dado_geral/mumain.asp Acesso em 20/08/2007

YASBEK, M. C. 2004, *O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras*. São Paulo Perspec. , v.18, n.2, p.104-112.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e método*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman 2005.

Ao concluir que as migrações que deram origem ao município foram em busca de segurança alimentar e por haverem os recursos ambientais se exaurido na região de origem, surgiu a necessidade de verificar a forma de organização dos moradores do município e o nível de sustentabilidade alcançados. Analisou-se com especial atenção a ação de Religiosas da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, Província Santa Teresa do menino Jesus junto a “Dando as Mãos” Organização Solidária dos Assentados e Empreendedores em Geral.

9 ARTIGO 3: CONTRIBUIÇÃO DA RELIGIÃO PARA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DAS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO “DANDO AS MÃOS”.

Elizabete M. Silva (UCDB)¹²

Marney P. Cereda (UCDB)¹³

9.1 RESUMO

O desenvolvimento sustentável é um tema em voga, perseguido pelos projetos que se propõem a mudar o cenário instável, principalmente aqueles do meio rural brasileiro. São considerados fatores de sustentabilidade, a ambiental, a econômica e a social. O artigo analisa a influência da religião na organização social das comunidades, tomando como tema as ações das Irmãs Catequistas franciscanas, da Província Santa Tereza do Menino Jesus. A comunidade selecionada foram os assentamentos na região da Diocese de Rondonópolis, MT. A pesquisa de caráter exploratória foi complementada com entrevistas junto aos assentados e irmãs participantes do projeto. Apesar de ser notória a participação de alguns setores da Igreja Católica na luta pela terra, a metodologia ainda é uma questão em discussão. As irmãs, entre esses, e tantos outros setores da Igreja, se deixam interpelar por esse clamor, e desde o final de 1999 vem desenvolvendo ações no sentido de se aproximar e com os assentados, construir alternativas para o desenvolvimento local. A pesquisa mostrou a importância da organização social para chegar à sustentabilidade econômica, social e ambiental. Para isso é necessário contar com a confiança da comunidade em um ambiente de desestabilidade social das comunidades rurais, uma vez esgotada a ligação existente no início da luta pela terra. Os resultados alcançados mostram que é a confiança estabelecida entre os participantes que pode se traduzir em mais sustentabilidade para os projetos em execução. A pesquisa estabeleceu também a importância da organização “Dando as Mãos”, dos assentados e empreendedores no local estudado, gestada e acompanhada pelas irmãs. Os resultados identificaram as ações das

¹² Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS

¹³ Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS

irmãs como capaz de gerar confiança entre os participantes do projeto, o que pode se traduzir em mais sustentabilidade. Foi também possível identificar as ações das Irmãs Catequistas franciscanas como “agente de desenvolvimento”, no caso, ao se aproximar da comunidade, entender seus problemas, e colaborar na organização.

Palavras Chaves: Religião, Sustentabilidade e Desenvolvimento local

9.2 INTRODUÇÃO

Ao longo da história são diversos os movimentos de cunho religioso que, ao se engajaram na luta pela terra e pelo direito ao trabalho humano com dignidade, contribuíram com o desenvolvimento, especialmente na zona rural.

No Brasil, é notória a participação da Igreja Católica nas conquistas populares. A luta pela terra sempre foi uma das preocupações de alguns setores da Igreja, com suporte nas comunidades de base, onde é gestado o movimento dos trabalhadores sem terra, o MST.

Neste contexto a Província Santa Tereza do Menino Jesus, da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, com sede no município de Rondonópolis, Mato Grosso assume como prioridade o trabalho com grupos considerados excluídos, na preocupação com as lutas políticas e compromisso com a transformação social. Entre os grupos selecionados a entidade marca presença junto a organizações sociais camponesas da região. Dessa atuação surge a “Dando as mãos”, Organização Solidária dos Assentados e Empreendedores em geral, que evoluiu do “Grupo dando as Mãos”, fundado no município de São José do Povo/MT, no ano de 2005. A motivação para sua organização foi a reflexão suscitada pela Campanha da Fraternidade, cujo tema era “Solidariedade e Paz”, tendo como objetivo organizar os empreendedores do município pelos princípios da economia solidária. O trabalho se expandiu e ganhou espaço nos assentamentos e em outros municípios, extrapolando os limites de grupo e assumindo características de organização em rede. Hoje é formado por moradores de oito assentamentos em quatro municípios. **Município de São José do Povo**, com os Assentamentos Marcio Pereira, João Pessoa, Sandrine, Padre Josimo e Primavera. **Município de Rondonópolis**, com o Assentamento Esperança, **Município de Guiratinga**, com o

assentamento Salete Strosak, **Município de Poxoréu** com o Assentamento Carlos Marighela.

Para compreender a ação da Associação “Dando as mãos” é necessário lembrar que os assentamentos surgem como medida do governo para viabilizar a Reforma Agrária, que conforme o estatuto da terra “visa a melhor distribuição das terras mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento de produtividade” (Lei 4.504, 1964). A posse da terra foi importante quando havia problemas de insegurança alimentar, que motivou as migrações, que deveriam gerar desenvolvimento (SILVA E CEREDA, 2007). Entretanto, frequentes conflitos são observados nos assentamentos, levando ao abandono ou a venda do lote, e conseqüentemente, novas migrações, caracterizando a falência do sonho ligado à solução dos problemas apenas pela posse da terra (MELLO, 2006). Se a terra era o fator mais importante, então o que falta?

Buscando uma resposta em meio a essa situação, muitas dioceses apostam no trabalho de organização das comunidades eclesiais como forma de unir, criar laços entre os moradores, dar esperanças, ou seja, manter a utopia. Mas tem se percebido certo descrédito por parte dos moradores dos assentamentos frente a essa proposta, principalmente pela atuação recente da Igreja, mais restrita a missas e celebrações do que propriamente às ações políticas. Com uma consciência política profundamente marcada pelo marxismo, muitos assentados desconfiam e se mantêm a distancia, alguns pelo medo de que a religião seja mero instrumento de reprodução da ordem social estabelecida, outros por não conseguir ver nenhuma proposta concreta em tal engajamento. A crise de abrangência mundial pela qual passa a agricultura familiar é causada pela falta de perspectiva para os que dela vivem. Em parte essa crise é devida aos altos custos para produzir, incluindo tempo, força física e a desvalorização do produto agrícola. O resultado implica em que não há incentivo para a permanência do agricultor no campo. Esta situação vem produzindo uma sociedade em que a humilhação, o ressentimento, a arrogância e a falta de solidariedade levam as situações extremas de desânimo. A falta de perspectivas na produção, desagregação familiar causada por conflitos de interesses, desunião entre moradores e de degradação da condição humana são sintomas já diagnosticados (MELLO, 2006, GIULIANE & CASTRO, 1996). Essa situação gera uma preocupação constante nos diversos setores da sociedade, inclusive na Igreja.

Por esse motivo a pesquisa se propõe a um estudo de caso da atuação da Organização “Dando as Mãos”, dos assentados e empreendedores em geral, gestada e orientada por

religiosas da Província Santa Tereza do menino Jesus, da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, com sede na Diocese de Rondonópolis, Mato Grosso.

Considerou-se a hipótese de que, nessa realidade, a presença das “Irmãs” é fator agregador, unificador, por ter a confiança dos assentados e demais moradores da região, fiéis ou não fiéis. Isso mobiliza a formação da comunidade, ou seja, a união em torno do que é comum, a coesão solidária, que possibilita o despertar do protagonismo pessoal, o compromisso com o destino próprio e da comunidade. Condições essenciais para que ocorra o Desenvolvimento Local, cuja essência é a participação efetiva da comunidade pela valoração humana, individual e do lugar.

9.3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Religião desde os primórdios dos tempos ocupa certamente um lugar de destaque na história da humanidade e especificamente do Brasil. Em muitos períodos da história foi utilizada como instrumento de dominação e coerção, mas em outros, fez a opção pelo dominado, defendendo a dignidade e a vida humana (CARVALHO, 2008). Contrariamente a visão histórica de resolver problemas da realidade local, como o famoso caso da catequização indígena pelas primeiras congregações religiosas que vieram para o Brasil, como missionários da Coroa de Portugal, a visão mais atual procura ajudar a comunidade em uma forma mais integradora, para que a mesma tenha condições de assumir o seu próprio desenvolvimento, desenvolvimento que tem como centro a pessoa humana, que encontra eco em Ávila et alii, (2000, p.23),

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio do meio ambiental. Portanto, não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico.

Não existe registro de qualquer estudo em qualquer parte da história, de algum grupamento humano em qualquer época que não tenha professado uma religião, portanto, pode-se afirmar que a religião é um fenômeno inerente à cultura humana, apesar de todo avanço científico (CARVALHO, 2008).

Na atualidade o fenômeno religioso está bem vivo e apresenta um expressivo crescimento, desafiando as previsões de seu fim. A maioria das pessoas professa, direta ou indiretamente, uma crença religiosa. Na sociedade contemporânea a religião é um fator tão importante quanto ambivalente no ponto de vista do desenvolvimento quando da emancipação humana com um importante fator agregador, que passa pela confiança dos fiéis. Para Alves (1993) a religião, através de seus elementos constitutivos gera elementos que despertam esperança nas mudanças sociais, na criação da “nova terra”. Segundo o autor, os sonhos religiosos das pessoas se transformam em fragmentos utópicos da construção de uma nova ordem. Muitos estudiosos dos movimentos sociais no Brasil concordam com essa teoria de Rubens Alves (LEMOS, 2008).

Historicamente a missão da Igreja, tem sua ação condicionada a força carismática de seus pastores. Em certos momentos da história a atuação da Igreja popular é mais progressiva, em outras ocorre uma retração nessa atuação. Sua influência é grande na sociedade brasileira, pois o país está inserido em uma cultura fortemente marcada pelo pensamento cristão. Alguns setores da Igreja, especialmente da Igreja Católica, estão profundamente envolvidas com o trabalho de formação da consciência política da população, influenciado, segundo Lowy (1996, p.77) pelo,

[...] cristianismo da libertação que moldou várias gerações de cristãos engajados, cuja maioria dificilmente vai abandonar suas convicções éticas e sociais profundamente enraizadas. O grão que ele semeou na terra fértil da cultura religiosa e política na América latino-americana continuará a germinar no curso dos próximos anos e pode ainda nos reservar muitas surpresas .

A presença de diversos setores da Igreja na luta camponesa também é notória. Petras

(1997) atribui à Igreja Católica, entre outros, a formação ideológica do movimento dos trabalhadores sem terra – MST, através da Comissão da Pastoral da Terra – CPT. Para o autor a presença dos diversos seguimentos da Igreja, ligados ao movimento, contribuiu para atrair o apoio de classes não ligadas ao trabalho rural, tais como os progressistas e favelados urbanos, setores da Igreja e sindicalistas. Essa união gerou uma grande contribuição política, unindo leigos e religiosos, realizando uma síntese dinâmica nos conceitos de solidariedade e comunidade, reflexão crítica e fé, na libertação humana.

A Igreja popular sofre, hoje, uma grande retração, sob pressão de uma política centralizadora e conservadora (MENEZES, 2006). Mas, muitos setores continuam defendendo suas convicções éticas, fortemente enraizadas. Há muitas Dioceses, paróquias e Congregações religiosas, comprometidas com a luta popular, marcando presença entre os pobres e excluídos, de seu tempo, buscando ser resposta em situações de conflitos, e assim contribuir com o desenvolvimento local, como nos diz Stülp (2008, p. 271), transcrevendo o relato do texto trabalhado por lideranças das 44 paróquias, organizadas em 10 regiões pastorais, das prioridades do atual plano pastoral, página 17, da Diocese de Chapecó/SC,

[...] num dos serviços de pastoral prioritário – pastoral social-assumimos: “fortalecer o compromisso social da Diocese, reorganizando a CPT – Conselho Pastoral da Terra, (assumida pelo conjunto de paróquias e lideranças), sendo assim uma Igreja evangelizadora e libertadora, comprometida com a vida, com as lutas populares, com as políticas públicas, com a reforma agrária, com as questões indígenas, orientando e organizando os pequenos agricultores na luta pela terra”.

Portanto, apesar da retração na atuação da igreja nas causas sociais, percebe-se uma íntima relação entre religião e práticas sociais de enfrentamento da pobreza, segundo Buryti (2008, p. 03),

[...] há uma redefinição da fronteira entre estado e sociedade em curso, o que implica em maiores compromissos, oportunidades e desafios para a ação social à margem de ou em colaboração com a ação estatal. Em ambos os casos, noções de pura autonomia perderam

inteligibilidade: o movimento da reforma do estado e os ajustes macro-estruturais impuseram ao segmento organizado da sociedade civil o ônus de se redefinir para assumir funções de provisão e proteção social deixadas pelo estado.

Muitas Congregações surgiram para preencher essas lacunas deixadas pelo Estado, foram criadas com um determinado objetivo (educação, saúde, assistência social, menores carentes, indígenas, operários, mulheres,...), buscando responder a necessidade do local e do momento histórico. Uma delas foi a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, que tem como data de sua fundação 14 de janeiro de 1915, e nasceu devido à necessidade de professoras e catequistas para os filhos de migrantes italianos de Rodeio, Santa Catarina (VALANDRO, 1990).

A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, fundada, portanto, para prover o interior de uma paróquia rural do interior do Estado de Santa Catarina, cresceu e hoje está presente na maioria dos estados brasileiros, países da América Latina e em um país do continente africano, Angola. É organizada em seis grupos denominados províncias e durante seus noventa e quatro anos de fundação muito contribuiu e contribui para o desenvolvimento local, em vários lugares onde esteve e esta inserida. Esse fator pode ser comprovado pela preocupação em colaborar na formação humana através da educação ou na formação das comunidades eclesiais, ajudando as mesmas, através dos valores evangélicos, a assumirem como base a “conquista da dignidade da pessoa, o crescimento comunitário, e a participação do povo na construção da nova sociedade” (CCGG 32)¹⁴. Usando uma pedagogia libertadora, conhecendo, respeitando e valorizando as diferentes culturas, através de um dialogo de mutuo aprendizado e recíproca evangelização, favorecendo o ecumenismo e o diálogo religioso, em atitude de discernimento, assumindo as tarefas que melhor atendam a realidade (CCGG 34 e 35). Assim, é um grupo de mulheres que se sentem enviadas, a “colocar-se a serviço, da vida, para que as pessoas possam reconquistar a própria dignidade” (CCGG 37). Colaboram, dessa forma, para que as pessoas se empoderem de seu desenvolvimento pessoal, grupal, formando

¹⁴ FORMA DE VIDA: IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS, Constituições gerais: sobre a Vida Apostólica, n. 29, 30, 32, 34, 35 e 37. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas. Joinville, 25 de março de 1998.

o que é comum, construído em conjunto com o povo uma coesão solidária, que conforme Ávila (2003, p.35-36),

[...] deve ser constantemente educável, no sentido que a comunidade se atualize e impregne, ininterruptamente, do hábito cultural da incessante pesquisa e discussão de nova forma para se unir, cooperar e agir em direção à consecução de seus próprios rumos de desenvolvimento e concernentes meios de viabilização”.

O Carisma fundacional da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, possui identidade franciscana devido à origem de seu fundador e de suas primeiras integrantes; sendo aquele da Ordem dos Frades Menores e estas da Ordem Terceira Secular. A sua diaconia, trabalho, são a educação e catequese nos diversos níveis (VALANDRO, 1990), que pode ser resumida em educação formal e educação/formação para a fé e cidadania.

Nas Linhas Inspiradoras assumidas para o sexênio vigente, encontra-se como destaque a ampliação em projetos de educação popular; economia solidária, incentivando a prática do consumo ético e solidário: aprofundar o compromisso com a justiça, a paz e a ecologia e ainda a capacitação própria e das comunidades para atuação em espaços onde são definidas as políticas públicas (LINHAS INSPIRADORAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS, 2007)¹⁵.

Percebe-se, pelo exposto, citando Ávila (2000, p.68), na Congregação das irmãs catequistas franciscanas um trabalho voltado para o

[...] efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ - portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica, - no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos -

¹⁵ LINHAS INSPIRADORAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS, Adotadas para o sexênio 2007-2012. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, 162 outubro de 2007

incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade-, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe diz.

Para Martins (2005) o Desenvolvimento local se dá através da participação. A participação envolve primordialmente o compromisso, não meramente a presença, mas o envolvimento dos autores com os problemas e a busca de soluções para esses. Enfoca a necessidade de conscientizar as pessoas para o que são responsáveis e mais, o compromisso das mesmas para com o contexto. Para que tal aconteça é necessário o conhecimento profundo da realidade e não apenas informação superficial. A comunidade precisa sentir as vantagens de agir coletivamente, afetivamente, pois sem essas não romperão com o individualismo. O sentido de pertença ao lugar nasce da consciência da “força do lugar” no cotidiano, onde são compartilhados os problemas, as alegrias, ou seja, a existência humana. Assim sendo, o mesmo é parte integrante da identidade de uma pessoa. Sem essa participação e sentido de pertença, não é possível promover o Desenvolvimento Local. As Irmãs Catequistas Franciscanas trazem, também, em suas Constituições Gerais 29, 30 e 35, como forma de vida, viver no meio do povo, se identificando com suas lutas e necessidades e com esses buscar caminhos alternativos de inserção na sociedade.

As irmãs Catequistas Franciscanas vieram para o Mato Grosso em 1947, atendendo ao pedido da igreja local, que necessitava de professores e catequistas para os filhos dos “sertanejos” do sul do estado, região compreendida ao norte do município de Rondonópolis (VALANDRO, 1990). Com uma forma de vida flexível, que lhes permitia viver nas regiões mais isoladas, serviram o povo e indicaram novos caminhos durante seus 61 anos de vida na região (DEMARCHI, 1997). Hoje a província abrange Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Bolívia.

A Província Santa Tereza do Menino Jesus, com base nas Linhas Inspiradoras assumidas no sexênio pela congregação, assume como prioridade, entre outras, continuar o trabalho com assentados, buscando uma forma diferenciada, visto ser esse um desafio constante para alguns setores da Igreja, como nos diz Meneses Neto (2006).

[...] Focalizando mais especificamente as lutas dos trabalhadores rurais e suas relações com as igrejas, especificamente a Igreja Católica, observa-se que existe uma questão histórica envolvendo estes atores sociais. Nas conhecidas lutas de Canudos e Contestado, o viés religioso messiânico e fanático é bastante presente na tentativa de construção de sociedades locais, com regras próprias, rústicas e questionadoras do poder central. No período pré-64, tem-se a organização das Ligas camponesas no Nordeste brasileiro e a disputa pelo controle de organizações camponesas por parte da Igreja e dos comunistas.

Do ponto de vista deste grupo, não interessa apenas a inserção dos assentados no mercado, mas a relação familiar e com o transcendente, na perspectiva de revigoramento da luta e da esperança; a coesão solidária, que deve nascer da união em torno do que é comum, ou seja, da comunidade; o cultivo dos valores individuais e coletivos, a convivência fraterna entre familiares, vizinhança e com a natureza; a confiança, que nasce do conhecimento recíproco; a consciência do potencial transformador que cada um possui e o necessário protagonismo pessoal e grupal na transformação da sociedade em uma sociedade mais justa e solidária. Para tanto, as Irmãs, após o último capítulo da congregação (assembleia eletiva), adota como metodologia de trabalho a economia solidária, visto a profunda relação entre os princípios que regem tal economia, com o sonhado e almejado para a nova sociedade com relações mais justas, fraternas e que passa também pelo econômico (PRIORIDADES 2006)¹⁶.

¹⁶ PRIORIDADES, PROVINCIA SANTA TEREZA DO MENINO JESUS, Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, adotadas para o quadriênio, 2007 a 2010. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, da Província Santa Tereza do Menino Jesus, em dezembro de 2007.

A Economia Solidária é entendida como uma das mais características formas de cooperativismo, capaz de gerar novas oportunidades de inserção social, permeada pelos valores éticos da honestidade, transparência e *responsabilidade social*. Segundo Gaiger (2004) os empreendimentos solidários são enraizados na comunidade e por isso promovem a participação local, dinamizam redes e fomentam a democracia política. Possibilitam, portanto, que se cruze o espaço territorial e social, do micro ao macro, do local ao mundial. Tais empreendimentos estão ligados ao trabalho, às pessoas que vivem, residem e se relacionam vinculados a um território e a um sentimento de pertença. Pela prática de autogestão, formam um espaço de proximidade, onde é permitido aos que dele participam tomar a palavra, debater, decidir, e construir projetos econômicos em resposta aos problemas sociais que encontram no local, contribuindo para o empoderamento local e seu consecutivo desenvolvimento.

A Economia Solidária Ganhou espaço, nas últimas décadas, junto aos movimentos sociais e instituições religiosas ou não, pela proposta em promover o desenvolvimento social com sustentabilidade e geração de renda. A Rede Amazônia Solidária (2005) destaca o surgimento da economia solidária como uma opção ao desemprego corrente das últimas décadas, que assim como nos países europeus, a economia solidária ressurgiu no Brasil como defesa da classe trabalhadora, fazendo-a se organizar em seus próprios negócios, inserindo-os no mercado e conseqüentemente na sociedade. A inserção social, na Economia Solidária, se dá “por meio do trabalho, ajuda mútua, responsabilidade, equidade e solidariedade, domínio do “know-how” produtivo, distribuição equitativa da renda obtida e fortalecimento do desenvolvimento local de forma auto-sustentável. Baseia-se na auto-gestão dos empreendimentos” (CALDEIRA, 2008, p. 143). É um processo lento, onde a educação é um fator preponderante. Essa proposta remete-nos ao conceito original de economia defendido por Jandir Pauli (2006, p. 33):

O modelo de economia proposto no *óikos* grego carrega um conceito que significa organização econômica como gestão da casa e da vida dos cidadãos. Neste caso, a economia é sempre um exercício coletivo voltado à promoção das condições de subsistência e de provisão das condições materiais para o exercício da cidadania.

A Economia Solidária, portanto, oriunda do Cooperativismo, é uma forma de Economia

Social, que nasceu como reação ao desemprego decorrente da Revolução Industrial e a opressão exercida sobre os trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção em meados do século XIX. No Brasil, a Economia Solidária teve início em 1847, no Paraná, com a colônia Tereza Cristina e fixou-se na memória coletiva como marco inicial do cooperativismo brasileiro. Está fundamentada nos valores de compaixão e solidariedade, regida por um alto grau de conscientização e motivação e movida por princípios éticos. Além de exigir um desenvolvimento de base material (CALDEIRA, 2008).

Segundo COELHO (2006, págs. 01e 02) a Economia Solidária

“vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do *modus operandi* da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo [...] não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas ao contrário, busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis”.

Guérin (2005) escreve sobre as novas práticas advindas da economia solidária, práticas que, segundo ele “contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária” (Guérin, 2005, p. 79). Essas práticas revelam o novo modelo econômico que busca converter as pessoas envolvidas em sujeitos autônomos do seu próprio desenvolvimento social e econômico, levando em conta o meio ambiente. Portanto, a Economia Solidária, baseada nos princípios de cooperação, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade ambientais e se desdobra em propostas e ações práticas, “superando a economia tradicional para atender, ao mesmo tempo, clamores econômicos, ambientais e sociais” (SACHS, 2002, p. 60).

Uma das iniciativas para fomentar a produção local, dentro da Economia Solidária, é o microcrédito ou crédito solidário. Criado como alternativa para suprir a burocracia do sistema financeiro formal, que exige formas de garantia de devolução do que se tomou emprestado, muitas vezes inexistente entre os que estão desempregados ou possuem uma baixa renda. Essa experiência, de microcrédito, teve início em Bangladesh, na Ásia, onde o economista Muhammad Yunus criou o banco Grammeen, voltado para atender a população de baixa renda, que tinha dificuldade de conseguir empréstimos pelas instituições tradicionais. A experiência de Yunus provou que o microcrédito pode constituir numa estratégia eficaz de

promoção da produção, sem grandes riscos para o financiador e com grandes benefícios para os grupos envolvidos. O sucesso foi tão grande que em poucos anos a iniciativa se expandiu para outros países e atualmente favorece milhões de pessoas do planeta (SINGER, 2008).

Existem, hoje, muitos projetos governamentais criados para implementar a produção, especialmente na zona rural. O diferencial do microcrédito dentro da Economia Solidária é a relação de proximidade com os beneficiários, a confiança estabelecida pelos princípios humanistas, ou seja, a marca distinta dos bancos informais, que operam pelos princípios de economia solidária é a relação com a clientela, conforme Gaiger (2005, p. 810)

A marca distintiva do banco, a exemplo de experiências internacionalmente consagradas, é a relação com a clientela, personalizada no agente comunitário de crédito. Ao banco incumbe aproximar-se do cliente, avaliar a solvabilidade do seu negócio, calcular suas condições de pagamento e monitorar as atividades financiadas, instituindo um relacionamento com base no conhecimento pessoal e na transparência. Trunfo decisivo é a aceitação de distintas modalidades de garantia para os empréstimos contraídos: fiador ou avalista, reserva de domínio das aquisições ou bens alienáveis, “avais solidários” e fórmulas mistas. São premissas do trabalho valorizar a autonomia e a iniciativa própria dos beneficiários, operar com eficiência e estabelecer vínculos duradouros com a clientela. Esse método de avaliação do crédito e de relacionamento com o cliente é um patrimônio importante [...].

A economia solidária, portanto, apresenta um caminho alternativo e sustentável de desenvolvimento local, onde a pessoa não é um número e a natureza não é um bem privado, onde a riqueza gerada é humana e universal em detrimento da material e individual. Portanto, “uma proposta de modelo desenvolvimento sustentável, é então a base econômica daquilo que poderemos chamar de Economia Solidária” (DOMINGUES, 2009).

Segundo pesquisa realizada por Coelho (2006, p. 13) sobre a Economia Solidária ser uma ferramenta ao desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul, foi constatado que é:

[...] uma ferramenta muito importante (consenso entre os entrevistados), pois a produção agrícola individual não tem força para contrapor o modelo atual. É um campo mais aberto ao cooperativismo / é (um ambiente) mais propício para a cooperação em relação a cidade, sendo que muitos grupos são ligados ao sistema da igreja.

Portanto, por sua base profundamente evangélica, a Economia Solidária foi adotada como forma de trabalho pelas irmãs Catequistas Franciscanas, na sua missão de promoção e defesa da vida.

9.4 OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é o estudo de caso da ação realizada por religiosas Catequistas Franciscanas, da Província Santa Tereza do Menino Jesus, junto a organização “Dando as Mãos” dos assentados e empreendedores em geral, na perspectiva do desenvolvimento Local.

9.5 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser qualificada como de natureza exploratória. A pesquisa exploratória é adequada ao trabalho em questão, pois não existem muitos trabalhos realizados sobre o tema em questão, religião e desenvolvimento local, e nenhum sobre a ação da “organização dos assentados e empreendedores em geral ‘Dando as Mãos’”.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa se baseou em dados e informações bibliográficas, documentais e de campo. Buscaram-se informações em literaturas sobre o tema. Foram coletados, selecionados e analisados documentos locais, com a finalidade de construir um conhecimento teórico analítico que auxiliou no estabelecimento das variáveis e estruturação da pesquisa.

A coleta de dados primários utilizou a observação e entrevistas com grupos selecionados como de suma importância para a pesquisa, como poder público local, estadual e federal, organizações ligadas à proposta de reforma agrária, assentados, empreendedores, religiosas e outros que a pesquisadora julgou necessário.

Quanto ao método, a pesquisa utilizou uma abordagem do tipo indutiva, isto é, buscou-se a realidade dos fatos pertinentes, que envolvem a vida dos integrantes da organização, especificamente dos assentados, empreendedores e religiosas, no que tange aos fatores que impulsionaram a sua ação, anseios e perspectivas.

A pesquisa de campo, nos assentamentos e empreendimentos envolvidos, foi

estruturada de modo a, além de permitir conhecer e avaliar a ação, avaliar também as dificuldades enfrentadas por estes para buscar se apropriar das bases do desenvolvimento local.

9.6 DESENVOLVIMENTO

O levantamento histórico feito junto aos membros da organização “Dando as mãos”, assentados e empreendedores em geral e as Irmãs que acompanham o projeto, deixou claro que suas ações de longa data começam a apresentar resultados. O ponto de partida da ação sistemática das Irmãs junto aos assentados da região foi o Projeto “férias diferentes”. O Projeto “Dando as mãos”, portanto, é resultado desse sonho, que teve início oficial nos dias 06 e 11 de outubro de 1999 na celebração do Décimo Capítulo Provincial, das Irmãs Catequistas Franciscanas da Província Santa Tereza do Menino Jesus, com a manifestação de grande preocupação com a situação dos assentados e acampados na região. Encontra-se documentado que um sentimento profundo tomou conta de cada irmã, tornando claro que era preciso avançar, gestar uma ação mais concreta e radical junto a esse setor tão excluído e marginalizado. Após momentos fortes de oração, de reflexão sobre a mística da Irmã Catequista Franciscana como educadora nesse contexto, nasceu a idéia de realizar uma peregrinação ao encontro desse grupo, através de alianças e parcerias. Assim, nasceu o Projeto “Férias Diferentes”. Como ponto de partida para concretizar o projeto, foi enviada uma carta circular incentivando as fraternidades para tal proposta, acompanhada de uma ficha destinada a fazer um levantamento das voluntárias. Com muitas voluntárias inscritas, 24 ao todo, entre irmãs e formandas, o Projeto “Férias Diferentes” tomou corpo na dinâmica do discipulado de Jesus Cristo, armando tenda junto às famílias dos sete assentamentos contemplados, em dezembro de 1999, janeiro e julho de 2000. O trabalho realizado especificamente nesse período teve o objetivo de conhecer a realidade, as dificuldades e expectativas dos assentados. Os municípios e assentamentos foram: Pe Antonino, município de Pedra Preta, Zumbi dos Palmares, município de Dom Aquino; Dom Osório e Carimã, Município de Rondonópolis, Pe. Josimo, São José do Povo, Carlos Mariguella, Poxoréu e

Geraldo Pereira de Andrade, município de Juscimeira (PROJETO FÉRIAS DIFERENTES, 2000)¹⁷.

Após essa etapa, foi feita uma avaliação em conjunto, Irmãs e integrantes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, onde surgiu a necessidade de avançar mais concretamente em virtude da situação observada nos assentamentos. Assim, em 2001, as Irmãs assumiram, em parceria com a Diocese de Rondonópolis, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST e paróquia São José do Povo, um projeto junto aos assentados e acampados. Em relatórios fornecidos pela equipe que assumiu esse trabalho, buscaram-se conhecer primeiramente a realidade vivida pelas pessoas já assentadas, por meio de visitas às famílias, num total de 483. Ouviram-se as suas histórias de vida, suas lutas, medos, sonhos e conquistas. Com o desenvolvimento do trabalho das irmãs, foram incluídos também, nas visitas, outros assentamentos do município de São José do Povo: Marcio Pereira, Primavera, Sandrini e de Guiratinga, o assentamento Salet Strosak. Nestas visitas foi refletido ainda sobre a preservação do meio ambiente, dos animais e o cultivo de plantas, remédios e horta. Também foram realizados encontros com o objetivo de unir a comunidade em torno da Palavra de Deus, unindo fé e vida e despertando para a conscientização e formação para a cidadania. O projeto consistia em um acompanhamento sistemático a esses grupos, com cursos para formação de lideranças para as comunidades eclesiais, presença nas lutas reivindicatórias, colaboração na reflexão política, etc. Com estas ações, as Irmãs conquistaram a confiança dos assentados e simpatizantes, por ser uma presença concreta no meio destes. Assim, segundo o registro de abertura da casa das Irmãs no município de São José do Povo em maio de 2002, um dos objetivos foi desenvolver o Projeto Missionário em Parceria com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra-MST e a Diocese de Rondonópolis. No histórico de abertura da casa é relatado o início do projeto e a necessidade de uma presença ainda mais sistemática, favorecida pela localização estratégica do município, pela proximidade com a maioria dos assentamentos atendidos então.

Percebe-se que a reflexão continua, e a inquietação persiste: como oferecer resposta mais concreta nessa realidade? Surge atualmente como alternativa, a Organização Solidária

¹⁷ PROJETO “FÉRIAS DIFERENTES”, Província Santa Tereza do menino Jesus. Relatório de uso interno das atividades realizadas no ano de 2000, junto a assentados e acampados da região da Diocese de Rondonópolis.

dos Assentados e Empreendedores em geral “Dando as Mãos”, cuja finalidade inicial seria uma tentativa de responder a uma realidade de falta de perspectiva para o trabalhador do município de São José do Povo. Começou como um pequeno grupo, composto de 5 famílias da sede do município, um grupo de artesanato e um de costura, no ano de 2005. A relevância do trabalho logo atraiu moradores dos assentamentos Marcio Pereira e uma família do assentamento Padre Josimo e gradativamente foi ganhando espaço em outras localidades.

As atividades da Organização Solidária dos Assentados e Empreendedores em geral “Dando as Mãos” tiveram como motivação inicial a Campanha da Fraternidade de 2005, cujo tema era Solidariedade e Paz. Surgiram da reflexão entre a fraternidade local, paróquia e comunidade, para tentar responder aos apelos daquela realidade. A Organização reúne os pequenos empreendedores da cidade e dos assentamentos, na reflexão e na prática, de forma solidária, buscando encontrar alternativas para escoar a produção, comercializar o que se produz, de forma a gerar renda e sustentar com dignidade a família e promover o desenvolvimento local. Essa proposta encontrou eco nos participantes, que logo se sentiram parte, assumindo com confiança o desenvolvimento do novo projeto.

O projeto apresenta como metodologia de trabalho a economia solidária, que possui como princípios a Autogestão, Democracia, Cooperação, Centralidade no ser humano, Valorização da diversidade, Emancipação, Valorização do saber local, Valorização da aprendizagem, Justiça social na produção e Cuidado com o meio ambiente. São identificados nesses princípios os valores evangélicos, com uma profunda relação com o sonhado e almejado para a nova sociedade, com relações mais justas e fraternas, que passam também pelo econômico. O projeto é gestado na caminhada, partindo da idéia de que não há um caminho pronto e o processo está em construção contínua. A organização é composta de famílias que se dedicam ao artesanato, confecções, suinocultura, criação de aves, fabricação de melado e rapaduras, derivados do leite, farinhas, plantadores de lavoura, piscicultura, etc. Conta com uma coordenação que integra Irmãs e representantes de cada assentamento e/ou grupos empreendedores.

A princípio o projeto é financiado por valores recebidos de herança por uma das irmãs, investimentos da província e projeto da MZF - Missão Central Franciscana, com sede na Alemanha. Estes recursos funcionam como capital de giro para o microcrédito, uma iniciativa do grupo para ajudar os empreendedores, que diante da realidade sócio-econômica, encontram

dificuldades financeiras para adquirir material para a realização da produção de forma satisfatória. O objetivo principal da produção é o consumo familiar e de demais moradores do próprio assentamento, buscando a auto sustentabilidade local. Somente o excedente é comercializado em outros locais. O valor é cedido aquele que o requer, sem burocracias, pois o que importa é o valor educativo desenvolvido pela responsabilidade em quitar o empréstimo, não por medo de alguma penalidade, mas pela preocupação com os companheiros que estão na fila de espera pelo financiamento. Cada família pode solicitar uma média de mil a dois mil reais, a cada empréstimo, valor limitado, pois os investimentos, até o momento são feitos em construção de pocilgas, pequenas granjas, chocadeiras, estrutura para fabricação de rapaduras, plantio de cana, construção de açudes para criação de peixes, etc. O juro total cobrado é de 5% do montante emprestado, para a manutenção do capital, sendo que o interesse da organização não é o lucro. Cada família, após reflexão com a equipe de coordenação, decide o valor das parcelas a serem devolvidas, sendo o prazo médio das devoluções do capital emprestado, de 18 meses. As famílias têm um período de carência até começar a devolução, em média de seis meses, dependendo de cada projeto. O importante é que tenham um período suficiente para que comecem a ter retorno do capital investido. O valor devolvido é utilizado para novos empréstimos, podendo ser para a mesma família ou outras que estejam na fila de espera. São atendidas pessoas de baixa renda, moradores dos assentamentos e da sede do município, que tenham interesse em melhorar as condições de vida da família e contribuir no desenvolvimento local. As famílias que pedem financiamento são acompanhadas pela equipe de coordenação, através de visitas bimestrais aos projetos e reuniões bimestrais nos assentamentos ou grupos empreendedores. Nas reuniões gerais, onde se encontram todos os participantes, que também são bimestrais, acontece a formação humana, e a mutua ajuda na partilha das dificuldades, pois a formação técnica é buscada junto a prefeitura local.

Os agricultores da região poderiam recorrer ao PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que oferece mais vantagens financeiros, que o microcrédito criado pela “Dando as Mãos”, mas esses possuem uma rejeição ao programa, desde a implantação do assentamento, fator já detectado em outras regiões (Abramovay e Veiga, 1998). Muitos agricultores se encontram endividados, por despreparo próprio, ou dos técnicos responsáveis em elaborar os projetos, o que os exclui automaticamente de tal programa. Há ainda as exigências de garantia para acesso ao crédito, e toda a burocracia

necessária, o que faz com que o agricultor desanime. Há também o mito de que o banco vai “tomar” seus bens, caso tenha algum imprevisto e não consiga acertar a dívida.

O diferencial do microcrédito fornecido pela “Dando as Mãos”, portanto, está na relação de proximidade com os assentados, sendo que os coordenadores/as são todos/as dos assentamentos da região. Há, também, a relação de confiança, por ter irmãs envolvidas e pelos princípios humanistas, que envolvem as práticas da Economia Solidária.

Os assentados, maioria ex militantes do MST, possuem uma consciência política aguçada, confiam nas irmãs e conhecem a necessidade de estarem organizados para um desenvolvimento das bases econômicas e sociais. Assim sendo, se sentiram atraídos pela proposta da economia solidária, que enseja a necessária organização social, para um desenvolvimento de bases materiais. Essa economia trás, ainda, a proposta de proteção ambiental, o que é contemplada no grupo com o incentivo a produção agro ecológica.

O objetivo da organização, portanto, é facilitar o surgimento de novos empreendedores/as, através da concessão de micro-créditos, investindo no coletivo para inserir esses grupos considerados desprivilegiados, no mercado e na sociedade, criando perspectivas, através da educação/formação, de uma nova humanidade com novas relações, uns com os outros, na produção, na comercialização, no consumo, na proteção do meio ambiente, na vida. Também proporciona espaço e condições de participação para todas as pessoas que sonham e acreditam em “Um novo mundo possível” independente de ideologias partidárias e outras. Outra ação concreta é a preocupação dos integrantes do grupo em estabelecer metas, resolver os problemas em conjunto, buscando soluções através da reflexão em equipe. Como exemplo, a preocupação com a comercialização, pois com 35 famílias produzindo, entre projetos familiares e grupos empreendedores, surge a necessidade de colocar o excedente no mercado. As exigências pelos órgãos fiscalizadores são imensas e burocráticas, ninguém conhece a legislação vigente. É necessário o estudo na busca de soluções alternativas para resolver o problema e escoar a produção de forma solidária. Em um projeto ao Instituto marista de Solidariedade, o grupo realizou a Primeira Feira de Economia Solidária da Região Sul do Estado de Mato Grosso, no município de Rondonópolis, contando com uma média de 100 expositores que vieram comercializar a sua produção. A luta é contínua, a cada novo desafio resolvido, surge outro, o que parece dar garra e animo aos membros do grupo para continuar a construção do novo.

O projeto possui um importante cunho educativo, pela necessária confiança estabelecida entre os seus membros, no sentido de co-responsabilidade com o destino próprio e dos companheiros, na auto-ajuda na resolução dos problemas. Se o companheiro não devolve o valor solicitado, todos perdem, visto todos serem sócios do montante da organização. Através do projeto a MZF – Missão Central Franciscana, a organização recebeu 10.000,00 euros a serem utilizados, também, na formação. Segundo a coordenação da organização, este é o objetivo principal desse trabalho, no qual o diferencial em relação a tantas organizações já conhecidas é a “formação humana, que ensina a SER, ajuda a que cada um seja mais. Mais trabalhador, mais solidário, mais maduro, mais responsável. Em uma palavra, MAIS HUMANO, desenvolvendo ao máximo possível em cada pessoa as capacidades humanas que recebeu em sua natureza” (CARDENAL, 1994, p. 04). Em depoimentos junto a assentados e empreendedores atuantes no projeto, o grande destaque, portanto, é para esse espaço de formação humana conquistado na organização, assumem que se tornaram mais solidários uns com os outros, se visitam mais e a entre – ajuda é uma constante. Há uma preocupação maior de uns para com os outros, não só membros da organização mas da região no geral, portanto reconhecem que há um estreitamento nas relações de forma geral. Os resultados são percebidos na identificação dos membros com a organização, se sentindo parte, não apenas partícipe, se preocupando mais uns com os outros. Nesses encontros de formação são trabalhados também outros temas, tais como: agroecologia, economia solidária, políticas públicas, etc.

Analisando o empenho dos membros da organização, percebe-se que um importante fator é a presença da Igreja Católica. Esta possui, ainda, muita credibilidade junto à população, mesmo entre os não fieis, atraindo a confiança, ainda que não a participação. As Irmãs, enquanto presença da Igreja são elos de união para um gestar contínuo da esperança cristã, dando força na caminhada e incentivo nas adversidades e reflexão. Contam, também, com a confiança dos fieis e não fiéis conquistada pelo longo período de atuação junto a estes. A ação dessas é direcionada para a compreensão do trabalho remunerado ou não, na cidade ou no campo, como centro, tanto na vida de cada pessoa, de cada família, como na organização e funcionamento de toda a sociedade. Como, então tornar o trabalho dignificante, de forma que através dele cada pessoa possa crescer ser mais pessoa? Segundo depoimento das irmãs, esta é uma questão colocada a todos os cristãos e cristãs, que não se acomodem diante das injustiças geradas pelo capital. Refletir em conjunto, buscar alternativa é uma exigência do tempo

presente.

Observando a organização, percebe-se que esse desempenho ainda é tênue, visto a grande rotatividade de alguns membros do projeto e a dificuldade de adesão de outros à proposta. É muito difícil mudar uma cultura do “eu” já estabelecida. A abrangência também é pequena, pela amplitude dos assentamentos (são mais de 50 na região), e seus problemas, mas o que encanta é a força e a motivação dos membros dessa organização, de percebê-los a caminho, conscientes de estarem contribuindo com a construção do novo, vivendo e transmitindo a certeza e a esperança de que realmente *“aqui um novo mundo é possível, se a gente quiser”*. Hoje, o grupo constitui o Fórum regional de Economia Solidária, e está ligado ao fórum estadual e à Escola de Formação de formadores em Economia Solidária da Região Centro Oeste. Trabalha e se organiza na perspectiva do desenvolvimento local, buscando a sustentabilidade.

9.7 CONCLUSÕES

Os resultados obtidos na pesquisa permitiram identificar a presença das Irmãs como um importante agregador junto aos assentados, contribuindo na organização social para chegar a sustentabilidade, por garantir o fator confiança das comunidades sob sua atuação. A organização “Dando as Mãos”, gestada e acompanhada pelas irmãs, na preocupação com as lutas políticas e compromisso com a transformação social, mostra a importância do “agente de desenvolvimento”, aqui identificados com as Irmãs Catequistas franciscanas, para se aproximar da comunidade, entender seus problemas e colaborar na organização. Para isso é necessário contar com a confiança da comunidade em uma ambiente de desestabilidade social das comunidades rurais, uma vez esgotada a ligação existente no início da luta pela terra. As ações das irmãs foram identificadas como capazes de gerar confiança entre os participantes do projeto, o que se traduz em mais sustentabilidade.

AGRADECIMENTOS

Especialmente a Professora e pesquisadora, Dra. Marney Cereda, pela colaboração e incentivo durante toda a produção do presente trabalho e a Irmã Zenilda Novais Rocha pelo seu acompanhamento, evitando distorções da realidade.

9.8 REFERÊNCIAS

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstração no currículo*. Brasília: Plano Editora, 2003, p. 35 e 36.

_____. et ali. (org.) *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2000, p.68.

ALVES, Rubens. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 4. ed., 1983.

BURITY, Joanildo A., *Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado*. Biblioteca virtual, consejo latino Americano de ciência sociales – CLACSO. Disponível em; <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan5.rtf>, Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

CARVALHO, César Moisés. Artigo: *A Humanidade e o Fenômeno Religioso*. [Mensageiro da Paz](#). Ano 79, nº1480, CPAD, Rio de Janeiro: Setembro de 2008, p.25.

COELHO, Júlia. *Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS*. Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local. XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. 2006.

DEMARCHI, Irma. *Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, 50 anos em Mato Grosso a serviço da vida e da esperança*. A tribuna, Rondonópolis-MT, março de 1997.

ECONOMIA SOLIDÁRIA. Entrevista com Poul Singer. *Estud. av.* [online]. 2008, vol.22, n.62 [cited 2010-01-09], pp. 289-314 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142008000100020.

FORMA DE VIDA: *IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS*, Constituições gerais: sobre a Vida Apostólica, n. 29, 30, 32, 34, 35 e 37. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas. Joenville, 25 de março de 1998.

GAIGER, Luiz Inácio. *A economia solidária e o projeto de outra mundialização*. Dados

[online]. 2004, vol.47, n.4, pp. 799-834. ISSN 0011-5258.

GUÉRIN, Isabelle. (2005), *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo, Edições Loyola

LAVILLE, Jean Louis. (2006), “Ação pública e economia: um quadro de análise”, in França Filho A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TRABALHO ASSOCIATIVO *et al.*, *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

LEMOS, Carolina Teles. *Função social das religiões nas sociedades socialistas e comunistas*.

Disponível em: <http://universidadecg.blogspot.com/2008/03/religio-e-relaes-de-classe-13-aula.html>, acesso em 16 de janeiro de 2009.

LINHAS INSPIRADORAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS, Adotadas para o sexênio 2007-2012. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, outubro de 2007.

LOWY, Michael. *A teologia da Libertação acabou?* Teoria e Debate. Perseu Abramo: São Paulo, ano 9, n. 31, Abr/mai/jun de 1996.

MAIA, Daniel Henrique dos Santos; CATIN, Nayana Ferreira; BRAGA FILHO, Helio. *As alternativas propostas pela economia solidária, para o desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade e geração de renda*. 2006. Disponível em <http://www.redeamazoniasolidaria.org.br/modulo1economiasolidaria/> Consultado no dia 08 de janeiro de 2010.

MARTINS, R. O., *Desenvolvimento Local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida*. **INTERAÇÕES, Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 06, n.10, p. 109-118, março de 2005.

M MELLO, Paulo Freire. *Rotatividade em assentamentos rurais*. Raízes, Campina Grande, vol. 25, n°s 1 e 2, p. 55-64, jan./dez. 2006. Disponível em http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_173.pdf, pesquisado no dia 12 de janeiro de 2010.

MENEZES NETO, Antônio Julio de. *As relações da igreja católica com os movimentos sociais do campo: a ética da teologia da libertação e o espírito do socialismo no MST*. UFMG Brasil, 2006, p.07 disponível em:

<http://www.alasru.org/cdalasru2006/10%20GT%20Antonio%20Julio%20de%20Menezes%20Neto.pdf>, Acesso em 15 de janeiro de 2009.

PETRAS, James. *Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina*. STEDILE, João Pedro (org). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRIORIDADES, PROVINCIA SANTA TEREZA DO MENINO JESUS, Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, adotadas para o quadriênio, 2007 a 2010. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, da Província Santa Tereza do Menino Jesus, em dezembro de 2007.

PROJETO “*FÉRIAS DIFERENES*”, Província Santa Tereza do menino Jesus. Relatório de uso interno das atividades realizadas no ano de 2000, junto a assentados e acampados da região da Diocese de Rondonópolis.

REDE AMAZÔNIA SOLIDÁRIA. **Formação de Agentes de Desenvolvimento Solidário**. Novos Laços Desenvolvendo a Amazônia. 2006. Disponível em <<http://www.redeamazoniasolidaria.org.br/modulo1economiasolidaria/historicodaeacosol.doc>> Acesso em 18 de novembro de 2006.

STÜLP, Cleto João. *José Gomes: Terceiro Bispo de Chapecó*. In Cândico, Edinei da Rosa (org.) Proposta para uma Patrologia local: Personalidades da História da Igreja de Santa Catarina. Cadernos Patrísticos, v.3, n.5 (maio 2008), Florianópolis, 2008, p.270.

VALANDRO, Ede Maria. *Em resposta ao clamor do povo...* a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. Joenville, 02 de agosto de 1990.

O êxodo da juventude é um fator que chama a atenção no meio rural brasileiro. Porque os jovens estão indo para a cidade? O próximo artigo tenta responder a esse questionamento, buscando entender as expectativas e sonhos que movem a juventude do município de São José do Povo, moradores da sede do município e assentamentos.

10 ARTIGO 4: EXPECTATIVA DOS JOVENS QUE HABITAM O MEIO RURAL EM S. J. DO POVO, MT, COMO FATOR DE ESTABILIDADE SOCIAL E CONDIÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Elizabete M. Silva (UCDB)¹⁸

Marney P. Cereda (UCDB)¹⁹

10.1 RESUMO

A juventude na área rural do Brasil vem recebendo notória atenção tendo em vista a sua importância para sustentabilidade no meio rural, identificada como a continuidade dos projetos sonhados pelos pais. É fato detectado no meio rural brasileiro de que os jovens estão deixando o campo e indo para a cidade. A questão que se coloca então é de que se os jovens abandonam a terra, qual a perspectiva para a agricultura familiar? Portanto a pesquisa se preocupou com a necessidade de compreender esse setor, seus sonhos e esperanças, bem como as perspectivas para o desenvolvimento humano na zona rural, aspecto primordial para que ocorra o desenvolvimento local. Para realização da pesquisa foram selecionados quatro pontos básicos para que ocorra o desenvolvimento local: Segurança Alimentar, Educação, Saúde e Lazer e realizada uma pesquisa por amostragem junto aos alunos do ensino médio da escola estadual da sede do município de São José do Povo, Escola Ludovico Vieira de Camargo, analisando a estrutura e organização do município, seus assentamentos e as expectativas de vida dos jovens moradores. A hipótese estabelecida foi de que a insustentabilidade pode decorrer de falha em um ou mais de um destes fatores. Os resultados obtidos foram de que os jovens estão indo para a cidade, principalmente em busca de empregos para complementar a renda da família e buscar educação, que também é vista como uma forma de melhoria de renda. Essa constatação põe em dúvida a sustentabilidade a partir do lote. Também foi identificado insegurança pelos jovens nos quatro fatores elencados como base para que ocorra o desenvolvimento local.

Palavras chaves: Jovens, Meio rural, Sustentabilidade social e Desenvolvimento local

¹⁸ Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS

¹⁹ Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS

10.2 INTRODUÇÃO

Embora a distribuição de terras tenha melhorado no Brasil ao longo dos anos, os resultados ainda são pouco claros no sentido de consolidar seu uso e garantir boas condições de vida no campo. Há também a questão da percepção desta qualidade de vida. As expectativas da posse da terra eram de segurança alimentar e só em segundo plano de remuneração ou ganhos pela produção. Entretanto, o enfoque das pesquisas têm sido de avaliar o poder aquisitivo e pouco tem sido feito para verificar se o morador da área rural já tem bons níveis de vida e, em caso positivo, de conscientizá-lo do fato.

Apesar das melhores perspectivas, o fato indiscutível é de que o campo está se esvaziando, principalmente da presença de jovens (RÓSENO, EMATER – MG, 2007; CARNEIRO 2005, p. 247; ABRAMOVAY 2007). Sem jovens é impossível conseguir sustentabilidade para as atividades, levando a um “envelhecimento” da população rural, que tem dificuldades em assumir as tarefas pesadas do campo.

A literatura analisada define quatro hipóteses para a falta de interesse dos jovens em permanecer no campo e nas quais a cidade poderia proporcionar melhores condições e perspectivas de vida: a segurança alimentar, a saúde, a educação e o lazer (RÓSENO, EMATER – MG, 2007; CARNEIRO, 2005, p. 247; ABRAMOVAY, p. 03, 2007; WLRA, 2002). A pesquisa se propõe a aprofundar essa análise.

Nenhuma literatura foi encontrada ligando todos esses fatores entre si e ao Desenvolvimento Sustentável, desenvolvimento que segundo Sachs (2002), enseja a sustentabilidade econômica, social e ambiental. É fácil estabelecer uma interligação entre os fatores elencados e o conseqüente Desenvolvimento Sustentável. Sem uma alimentação adequada, não há Saúde, ou seja, a subsistência está ameaçada, e conseqüentemente o ser humano não se sente seguro, protegido, e não existe possibilidade de aprendizado, essencial para o desenvolvimento humano e a organização social que possibilita encontrar formas no local para a resolução dos problemas locais, tanto econômicos, sociais e/ou ambientais. É de aceitação geral que a Educação, entendida aqui como o entendimento, criação e participação, através do exercício da liberdade, é essencial para que a pessoa possa fazer melhor aproveitamento dos recursos existentes e se apropriar de informações mais complexas. O uso extrativista com conseqüente esgotamento dos recursos naturais é conseqüência da falta de conhecimentos da sua utilização sustentável. A compreensão de que esses recursos são

esgotáveis assegura a proteção, pela garantia futura de tais recursos sem, no entanto levá-los ao esgotamento, que prejudicará a subsistência, a saúde, ameaçará segurança alimentar futura da comunidade e conseqüentemente impedirá o desenvolvimento sustentável. As diversas formas de lazer ou ócio são comprovadamente essenciais para a manutenção da saúde física e mental, bem como para o fortalecimento do sentimento de pertença, da identidade e total desenvolvimento afetivo e estão contempladas nos planos curriculares de educação. Existem muitos movimentos e até mesmo associações, da área da saúde, com o objetivo de informar aos Governos, às organizações não-governamentais e às instituições de ensino a respeito do significado e dos benefícios do lazer e da educação para e pelo lazer. Assim, percebe-se um círculo de interdependência entre os citados “fatores básicos” do desenvolvimento.

Um fator agregador de angústia é que a migração do campo para a cidade (ou sua periferia) é hoje um fenômeno mundial, com maior ou menor intensidade (FAVARO, 2008).

Portanto, os fatores selecionados como base para o desenvolvimento sustentável, perspectiva para a manutenção da população no campo, parece estar correlacionados e sua ausência total ou parcial poderá levar a um eminente colapso. Esse colapso caracteriza qualquer grupo social que não tem em conta o meio ambiente ou se preocupe em garantir a sustentabilidade futura, utilizando-se de forma desordenada dos recursos naturais existentes.

Para analisar tal fenômeno, suas causas e possíveis alternativas, a presente pesquisa se propõe a um estudo de caso entre os jovens do município de São Jose do Povo, MT. Município. A comunidade tem características agrícolas e foi formada na década de 60 por migrantes, muitos dos quais fugindo da fome e do esgotamento dos recursos naturais em seus municípios de origem (Silva e Cereda, 2007).

10.3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Há discussões sobre a faixa etária considerada como juventude, limite esse diferenciado meio urbano e meio rural. A definição mais comum, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e estabelecida em 1985, define como jovens, de uma forma geral, meio urbano e rural, aqueles incluídos na faixa etária entre os 15 e os 24 anos. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) e diversos órgãos públicos de estatística, como o IBGE, de saúde pública, educação e cultura também utilizam essa faixa etária.

Para Durston, (1994, p. 14-15),

[...] a fase juvenil se caracteriza por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis adultos em todas as sociedades, tanto rurais como urbanas. (...) Pode-se dizer que a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo.

Nessa fase do desenvolvimento do ciclo vital, cada pessoa passa por transformações de forma diferenciada. Devem ser levadas em conta as diferenças de idade, pensamentos, sentimentos e de ações entre os jovens, e principalmente, conflitos gerados pelas desigualdades sociais e econômicas que podem ser traduzidos pela falta de oportunidades, o que impossibilita a realização de suas expectativas. Expectativas podem ser traduzidas na esperança em realizar o que se deseja, tanto no tempo presente quanto no tempo futuro (OLIVEIRA, 2007).

Abramovay (2005, p. 01) escreve sobre pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) em 2005, sobre a situação da educação dos jovens na zona rural e a necessidade de projetos inovadores para que o campo se torne mais atrativo para a juventude pois

[...] um terço dos rapazes e quase dois terços das moças declaravam não querer continuar vivendo em estabelecimentos agropecuários. Pior: as pesquisas dessa equipe [...] mostram que permaneceram nas unidades produtivas agropecuárias, principalmente, os jovens com menor grau de escolaridade: em 1999, um terço dos filhos de agricultores com idades entre 19 e 24 anos e que viviam em propriedades agropecuárias tinham apenas até a quarta série. Entre os jovens com idade entre 24 e 29 anos, eram dois terços os que praticamente não haviam estudado. Há aí um imenso desafio para as políticas de desenvolvimento rural: mudar o padrão segundo o qual tornam-se agricultores aqueles jovens que não quiseram ou não conseguiram estudar. Não há dúvida de que a distribuição de ativos (educação, crédito, terra) é a mais importante premissa para o sucesso na luta contra a pobreza: porém, tão importante quanto esses ativos é criar o ambiente para que seu uso escape da rotina e se apóie em projetos inovadores, dos quais o conhecimento seja o mais importante insumo.

Mendonça (2003) define extrema pobreza ou de extrema dificuldade a situação das famílias que vivem com uma renda mensal insuficiente para cumprir o básico para a manutenção da vida humana: alimentação, moradia, vestuário e transporte, isso levando em conta que educação e saúde são fornecidas pelo Governo.

Para um direcionamento de políticas públicas, a fim de sejam eficazes, Carneiro (2005, p. 247) afirma que “uma das questões que tem recebido atenção especial é o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais”.

As aspirações profissionais merecem destaque de Abramovay (2007) que afirma ser uma das missões fundamentais da extensão rural favorecer a criação e oportunidades de emprego e geração de renda ao menos para atender a maior parte dos jovens da área rural, cuja possibilidade de realização profissional na agricultura é cada vez menos provável. O autor continua “O processo de envelhecimento da população economicamente ativa na agricultura é uma expressão clara da natureza não agrícola da pobreza rural: os jovens migram em busca de oportunidades de trabalho fora das regiões em que estão seus familiares com imensa frequência” (ABRAMOVAY, p. 03, 2007).

Carneiro (2005, p. 11) afirma que,

[...] nos chamam a atenção para a pouca importância atribuída à agricultura pela população jovem do meio rural, o que vai ao encontro de outras observações de caráter qualitativo. A baixa remuneração da atividade agrícola é associada aos costumes da economia familiar praticada pelos agricultores, onde a renda da lavoura normalmente não é dividida entre aqueles que participaram da produção. Além disso, as condições de trabalho geralmente muito fatigantes, têm contribuído para que os jovens de família agrícola busquem outras atividades. O peso da hierarquia familiar, que resulta na anulação da participação do jovem nos processos decisórios das famílias, também tem estimulado a saída ou o desejo de saída do campo pela juventude. Esse fenômeno, ainda pouco dimensionado no Brasil, tem provocado uma crise na sucessão dos chefes dos estabelecimentos. Muitas vezes, os próprios pais expressam o desejo de que seus filhos sigam outros caminhos para que não tenham as mesmas condições de vida e de trabalho que eles enfrentam.

Portanto, está claro que a zona rural não possui um índice de desenvolvimento que oportunize a juventude se desenvolver economicamente e socialmente e realizar suas expectativas de vida. O Desenvolvimento é o anseio de toda nação, durante muito tempo se entendeu que estava atrelado ao crescimento econômico. Hoje se entende como desejável o desenvolvimento sustentável que está vinculado a três bases, a sustentabilidade econômica, social e ambiental. O economista Sachs (1986) denomina esse desenvolvimento como ecodesenvolvimento, que é

“[...] um caminho promissor tanto para países ricos como para países pobres. Para estes mais do que nunca, a alternativa se coloca em termos de projetos de civilização originais ou de não-desenvolvimento, não mais parecendo possível nem, sobretudo, desejável a repetição do caminho percorrido pelos países industrializados...” (SACHS, 1986, p.10)

Ainda segundo Sachs (2002), as dimensões do desenvolvimento sustentável são: a ecologia, sociedade e economia, que dá importância à utilização de meios flexíveis, negociados e contratuais – que representam a economia política em superação à economia tradicional – para atender, ao mesmo tempo, clamores econômicos, ambientais e sociais. Veiga (2005, p.214), confirma, ao escrever que o desenvolvimento sustentável deveria se desdobrar “em socialmente incluído, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”. Portanto, o desenvolvimento sustentável depende da cultura, da educação e da satisfação das necessidades humanas de uma determinada sociedade. Para tanto é imprescindível a organização social que se dá, também, através da educação e práticas sociais de lazer. Não se limitando unicamente à necessidade social, pois com a organização social, conseqüentemente, serão encontradas soluções locais para os problemas de base econômica que garantirão a subsistência, e a necessária preocupação com a relação das sociedades com a biosfera (VEIGA, 2005).

O Desenvolvimento Sustentável é comprovadamente uma alternativa para o desenvolvimento global. Jared Diamond, (2005) analisa “como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso”, relatando um importante conjunto de problemas ambientais que as sociedades modernas enfrentam, traçando um panorama catastrófico, para mostrar o que acontece quando os recursos não são utilizados de forma sustentável. Segundo este autor

(p.17) “até mesmo as sociedades mais ricas e tecnologicamente mais avançadas de hoje em dia enfrentam problemas ambientais e econômicos crescentes que não devem ser subestimados”. E Diamond (2005, p. 19), ainda acrescenta que muitas vezes as pessoas são forçadas

[...] a adotarem meios de produção agrícolas intensificados, e a expandir a agricultura das terras inicialmente escolhidas para áreas marginais, de modo a alimentar o número crescente de bocas famintas. Práticas não sustentáveis levam a danos ambientais, resultando em terras marginais de cultivo novamente abandonadas. Para a sociedade, as conseqüências incluem escassez de comida, fome, guerras onde muita gente luta por poucos recursos, e a derrubada de elites governantes pelas massas desiludidas. Afinal a população diminui por causa da fome, da guerra, ou das doenças, e a sociedade perde algo de sua complexidade política, econômica e cultural que desenvolveu em seu auge.

Segundo Silva (2006,p.17) o desenvolvimento sustentável é

[...] resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais "cultivadas" no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente (SILVA, 2006, p.17).

Portanto, entende-se desejável o desenvolvimento sustentável, que enseja um processo de mudanças sociais, tanto políticas econômicas e institucionais, que assegure a “satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem estar econômico que além do mais sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo” (JARA, 1998, p. 34). Esse Desenvolvimento tem que envolver o ser humano, na satisfação de suas próprias necessidades. Quando esse desenvolvimento é fomentado por atores locais, aproveitando as potencialidades existentes no local, desenvolvendo a solidariedade e a cooperação na busca de maior bem estar próprio e para o entorno, partindo daí para o global, o desenvolvimento é definido como desenvolvimento local (JARA, 1998). O Desenvolvimento Local não depende necessariamente dos recursos (financeiros ou humanos) externos a comunidade. Para ter

sustentabilidade é necessário que a comunidade assuma os rumos concernentes a seu próprio desenvolvimento, respeitando o meio ambiente e as gerações futuras, tem como elemento principal a participação local, através da solidariedade, cooperação, ajudas mutuas, ou seja, um processo de organização e planejamento em torno de objetivos comuns.

A visão de Desenvolvimento, Local, procura ajudar a comunidade em uma forma mais integradora, para que a mesma tenha condições de assumir o seu próprio desenvolvimento, desenvolvimento que tem como centro a pessoa humana, que encontra eco em Ávila et alii (2000, p.23),

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio do meio ambiental. Portanto, não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico.

O desenvolvimento é importante, é o anseio de toda sociedade que almeja melhor qualidade de vida, mas é preciso que seja sustentável, que seja empreendido pela própria comunidade, pois segundo Jará (1999, p. 73) quando se fala do caráter sustentável do desenvolvimento local, especificamente na zona rural, se esta falando de

[...] agricultores organizados e capacitados, ou seja, dotados de conhecimento, habilidades e destreza para que eles mesmos saibam e possam gerenciar e orientar seus assuntos, partindo dos recursos que realmente possuem. Estamos falando de um modelo mais endógeno, autogestionário, participativo eficiente e mais sustentável do ponto de vista ambiental.

O que os torna capazes de criarem novos espaços de deliberação, de diálogo, de controle por meio dos quais se processam as alianças e os confrontos, o empoderamento, as

parcerias e o associativismo.

Portanto, o desenvolvimento Local é uma perspectiva para a realização das expectativas econômicas, sociais e ambientalmente sustentáveis. Mas São perspectivas alcançáveis na zona rural, especificamente nos assentamentos? Para verificar essas potencialidades foram elencados quatro fatores de base que antecede o desenvolvimento local: a Segurança alimentar, Educação, Saúde e o Lazer, como aspectos importantes para a constituição de um ambiente social propício para que a própria população local possa deslanchar e assumir o

[...] efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida' - portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica, - no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade-, assim como a 'metabolização' comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito (ÁVILA, 2000, p. 68).

É urgente descobrir as possibilidades para a juventude rural, pois estima-se que de 1991 a 2000 tenha havido uma redução de 26% da juventude na área rural. Um número próximo a 650 mil jovens trocou o campo pela cidade. Boa parcela dos que ainda habitava o campo até 2000 podiam ser situados entre os que viviam em situação de risco, em razão da extrema pobreza. Apenas 1,56% dos universitários do país eram jovens do campo. Os jovens da zona urbana tinham escolaridade 50% maior que os da zona rural (RÓSENO, EMATER - MG, 2007). A ausência do jovem no meio rural é uma questão que desperta o interesse, em um país onde a luta pela reforma agrária é notória.

Alisando os aspectos de base é relatado que Silva e Cereda (2007) descrevem o

povoamento do Município de São José do Povo, pela ótica da Segurança Alimentar, concluindo que o que atraiu os pioneiros para a região foi a necessidade de satisfação imediata para a subsistência das famílias.

Surge a questão se os jovens têm consciência de que nas regiões agrícolas dificilmente há fome. Mesmo que não se tenha acesso a todos os alimentos necessários a um desenvolvimento saudável, a fome como tal é quase totalmente inexistente. Pode ser questionado também se a juventude já enfrentou o problema de segurança alimentar, como os pais ou seus familiares, ou se tendo satisfeitas as necessidades básicas, como comida e moradia, como seres humanos querem mais, especialmente como jovens, que têm muitas expectativas quanto ao futuro.

O Lazer é aspecto importante para a constituição da identidade do jovem. Para Barral (2004) a identidade do jovem é construída social e simbolicamente, através das diversas práticas de lazer. O autor continua comentando, ligando o lazer a educação, ao afirmar que o lazer e as manifestações culturais estão assumindo, cada vez mais, o papel antes destinado a família, o trabalho e a escola na formação da identidade do jovem, principalmente pela identificação com o “grupo”.

Segundo a Associação Mundial de Recreação e Lazer (WLRA, 2002).

[...] lazer se refere a uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual, social, artística ou espiritual.

Percebe-se que o lazer é um dos meios para o desenvolvimento pessoal, social e econômico, como também, um aspecto importante de qualidade de vida, o que leva a questionar que tipo de lazer o jovem do campo tem acesso. Levando-se em conta a transitoriedade do jovem entre campo e cidade, é possível questionar que vínculo se estabelece entre os grupos de lazer organizados na área rural.

A Saúde é um aspecto de base para o desenvolvimento e esta intimamente ligada a Segurança alimentar. Os autores Belik, Silva e Takagi (2001) lembram que a força de uma

nação depende da força do seu povo. Quando as pessoas são saudáveis, fortes e bem alimentadas, tem energia, criatividade, segurança, coragem e valor necessários para solucionar problemas, criar grandes obras artísticas, contribuir para os avanços científicos e levar uma vida digna e alegre, ou seja, colaborar para a evolução da civilização para níveis mais altos de desenvolvimento

Portanto, a saúde é, também, consequência da segurança alimentar e da educação, pois envolve necessariamente uma educação nutricional, como um conjunto de estratégias para impulsionar a cultura e a valorização da alimentação, surgidas da necessidade de respeitar, mais também modificar crenças valores, atitudes representações, práticas e relações sociais que se estabelecem em torno da alimentação (BOOG, 2004).

Há estudos de que desde a constituição de 1988, o Ministério da Saúde assume o compromisso da saúde como direito de cidadania, o que pressupõe a oferta de serviços cada vez mais resolutivos, integrais e humanizados. Para descentralizar e facilitar o acesso do individuo a esse bem, a estratégia é que os municípios assumam a responsabilidade, contando com a cooperação técnica da União, objetivando “promover a qualidade de vida e o bem estar individual e coletivo por meio de ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.” (SOUZA E CARVALHO, 2003, p. 515). Assim, vários municípios têm organizado a política de atendimento a saúde através dos PSF (Programa de Saúde da Família), que deveriam apresentar ações referenciais não apenas de atenção pontual, mais também para as condições de vida da população, tendo em vista a amplitude do conceito de saúde atual (SOUZA E CARVALHO, 2003). Mas a falta de estrutura e preparo dos Municípios dificulta tais ações, limitando o atendimento de qualidade à população, especialmente na área rural.

A educação e a formação, também são essenciais para que o jovem se identifique como cidadão do campo, auxiliando na luta por melhorias no lugar, permitindo uma

[...]“coesão solidária”, que deve ser constantemente educável, no sentido que a comunidade se atualize e impregne, ininterruptamente, do hábito cultural da incessante pesquisa e discussão de nova forma para se unir, cooperar e agir em direção à consecução de seus próprios rumos de desenvolvimento e concernentes meios de viabilização (ÁVILA, 2003, p.35-36).

Para Sposito (1996) a construção da identidade do jovem, essencial para compreendê-los, se dá através da compreensão que esse jovem tem dele mesmo e do reconhecimento externo dessa percepção, e na construção de bases de identificação dos jovens com seu meio social. Há ainda a existência de estereótipos que envolvem a imagem do camponês brasileiro: o estereótipo de Jeca Tatu. O contexto histórico do país nos revela que a formação agrária e a educação contribuíram para a constituição desse estereótipo, a perda de bases de identificação com o campo e a migração dos jovens camponeses para a cidade (FROSSARD, 2003).

Podemos afirmar então que o meio onde se encontra esse jovem vai ajudar a definir a sua forma de se ver como indivíduo, o que leva a um sério questionamento sobre a situação dos jovens que tem que revezar, por questões de estudo, o local de moradia entre o campo e a cidade. Ao se falar de local, “está se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade” (MARTINS, 2002, p.54). O lugar é o espaço das relações humanas, isto é, das práticas e convivências cotidianas que adquirem significado e sentido a partir da realidade material e ligação emocional aos objetos, e está simultaneamente ligada aos laços territoriais, econômicos e culturais. É o espaço onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento. O lugar pode ser entendido ainda como a “base territorial da convivência cotidiana, da qual a cooperação e a solidariedade se fazem convivência, a continuidade, as relações familiares, as emoções e sentimentos compartilhados, garantindo uma maior comunicação e uma solidariedade orgânica” (MARTINS, 1999, p.169).

Portanto, o lugar é o palco dos acontecimentos que perpassam a vida dos indivíduos, e a pessoa recém chegada ao lugar leva tempo para assumi-lo como seu novo espaço de vida, confrontar a noção de espaço com o novo vivido, criar novos laços de amizade e solidariedade, ou seja, se territorializar.

As migrações provocam o que muitos autores chamam de desterritorialização e desculturização. “O jovem do campo” quando vai para a cidade, deixa a cultura herdada e encontra outra, em um espaço que não ajudou a criar, que não faz parte de sua memória, de sua história. É a alienação! No novo lugar, ele terá que recriar as relações, pois sua experiência de vida ficou para trás, e novas experiências serão recriadas na nova residência. Sua relação com os novos vizinhos vai ajudá-lo a um novo entendimento da nova realidade, e o processo de alienação vai dando lugar a um novo processo de integração, mudando sua

forma de ver e sentir o mundo (SANTOS, 1996, p.79-81).

Portanto, a presente pesquisa se propõe a verificar essas potencialidades foram elencados quatro fatores de base que antecede o desenvolvimento local: a Segurança alimentar, Educação, Saúde e o Lazer, como aspectos importantes para a constituição de um ambiente social propício para que a própria população local possa deslançar e assumir o

Diante do exposto a pesquisa se propõe a fazer uma análise das expectativas dos jovens do município de São José do Povo - MT, região predominantemente agrícola. Com o objetivo de verificar se os aspectos considerados de base, que antecede o desenvolvimento, foram levados em conta quando da implementação dos assentamentos, ou se são perspectivas alcançáveis, como potencialidade para a realização das expectativas dos jovens no local.

10.4 OBJETIVO

A pesquisa visa investigar o fenômeno do exodo da juventude agrária evidenciado em diversas localidades, fazendo um estudo de caso no município de São José do Povo-MT, analisando as esperanças, sonhos e perspectivas da juventude, buscando entender o que os move em direção ao mundo urbano e visualizar o futuro da agricultura familiar nesse contexto.

10.5 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu-se no Município de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, região Centro Oeste no Brasil. O município dista 261 km da Capital do Estado, Cuiabá, e 48 km de Rondonópolis, o segundo maior pólo urbano do mesmo Estado. A escolha da comunidade deve-se ao fato de ser a pesquisadora moradora do município, o que facilita, por ser do local, acesso as informações e conhecer a realidade do referido Município.

A pesquisa pode ser qualificada como de natureza exploratória. Esse tipo de pesquisa é adequada ao trabalho em questão, pois apesar de muitos trabalhos realizados sobre juventude rural, não foi encontrado nenhum ligando os quatro fatores elencados como base para o Desenvolvimento Local: Segurança Alimentar, Educação, Saúde e Lazer, ou sobre juventude

rural do município de São José do Povo.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa baseou-se em dados e informações bibliográficas, documentais e de campo. Buscaram-se informações em literatura sobre o tema. Foram coletados, selecionados e analisados documentos da Escola Estadual Welliton Fagundes, no Município em questão, com a finalidade de construir um conhecimento teórico analítico que auxiliasse no estabelecimento das variáveis e estruturação da pesquisa.

A coleta de dados primários utilizou a observação e entrevistas com grupos selecionados como de suma importância para a pesquisa, compreendendo 94 informantes, entre os 243 alunos do ensino médio da Escola Estadual Ludovico Vieira de Camargo, onde estudam jovens da sede do município, filhos de agricultores tradicionais da região e dos assentamentos.

Quanto ao tipo de método de pesquisa utilizou-se uma abordagem do tipo indutiva, isto é, buscou-se a realidade dos fatos que envolve a vida dos moradores do Município, no que tange aos fatores que impulsionaram as migrações, bem como os anseios e perspectivas da juventude.

A pesquisa de campo, na sede do Município e assentamentos, foi estruturada de modo a permitir conhecer e avaliar a juventude, avaliar também as dificuldades enfrentadas pelos moradores para sobreviverem no local. Levantaram-se também os motivos de sua saída do município, suas esperanças e expectativas, bem como a busca de possíveis soluções, os assentamentos, para a sobrevivência do município e seu posterior desenvolvimento.

Procurando compreender as buscas e expectativa da juventude da zona rural, foi aplicado um questionário (Anexo 1) na Escola Ludovico Vieira de Camargo, do município de São José do Povo, Município com características agrícolas, situado na região sul do estado de Mato Grosso.

10.6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão segue a ordem dos fatores de desenvolvimento previamente selecionados: educação, lazer, saúde e segurança alimentar.

Educação:

A educação no município compreende o ensino fundamental, o 2º grau, além das modalidades EJA – Educação de Jovens e Adultos. Duas escolas municipais são disponíveis para as crianças e jovens, sendo uma na sede, Sebastião Gomes de Oliveira e outra, de João Oliveira do Nascimento, localizada no logradouro Catanduva, além da Escola de Educação Infantil Padre Miguel Ortiz localizada na sede. Existem duas Escolas Estaduais, uma na sede, a Ludovico Vieira de Camargo e outra, a Wellington Flaviano Coelho, no assentamento Marcio Pereira. O transporte dos alunos é realizado de “vans” e ônibus, em distâncias que variam entre 12 a 20 km, o que normalmente seria feito em poucos minutos, mais que devido às inúmeras voltas para recolher os alunos é feito em horas.

Os alunos matriculados nos cinco estabelecimentos totalizam 1260 alunos, dos quais uma média de 70% é de zona rural, dos assentamentos ou dos pequenos sitiantes da periferia do município. A única Escola que trabalha a educação do campo em específico é a Escola Wellington Flaviano Coelho, criada para atender o próprio assentamento e comunidades vizinhas (Sandrini, João Pessoa e sitiantes tradicionais, vizinhos). Esta escola atende 260 estudantes, um percentual muito pequeno em relação ao total de alunos do Município, e só possui o ensino fundamental. Existe uma grande dificuldade de entrosamento entre os sitiantes tradicionais, os “compradores de lote” e os assentados originais. Os sitiantes tradicionais se sentem “invadidos” pela presença do grupo que chamam de “sem terra”, mesmo depois da posse da terra e de contar com os benefícios concedidos pelo Governo Federal, o que causa certo constrangimento nos demais. Por outro lado, os assentados veem os compradores de lote como invasores, que se apropriam dos mesmos benefícios conquistados, mas não estiveram no acampamento e na maioria não participam das negociações em prol de tais benefícios, como fazem os sitiantes tradicionais.

Trata-se de uma simplificação da falta de organização social na área rural do Município, que dificulta a reunião de todos nas lutas e reivindicações comuns. O mesmo fato se reproduz nas escolas, com o agravante da inclusão do morador da “cidade”, que adota um estilo e valores culturais de grandes centros urbanos, destoando do estilo camponês do município.

As respostas de questionário aplicado entre os jovens da Escola Estadual Ludovico

Vieira de Camargo, no Município, no segundo semestre de 2008, focando estudantes do ensino médio, mostra que grande parte dos jovens entrevistados não nasceu no município, e que um número considerável veio de outro local que não o de nascimento.

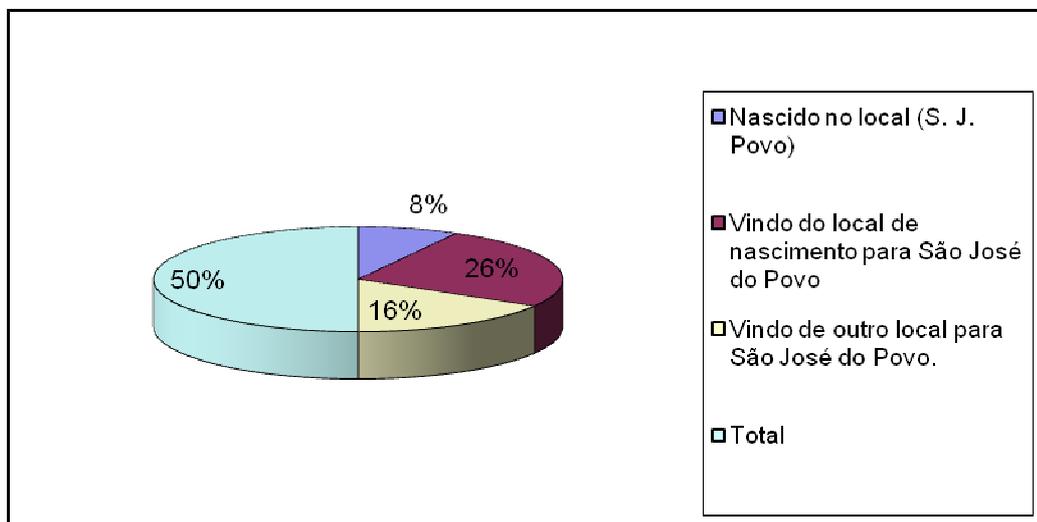


Figura 3 - Informações sobre local de origem dos jovens de S. J. do Povo, MT.

As migrações conforme Santos (1996) provocam a dificuldade de territorialização, problema agravado entre a juventude de assentamentos e/ou projetos de assentamentos, pois a grande maioria não nasceu no lugar, conforme o grupo pesquisado (Figura 3). Estão ali com os pais, que em sua maioria são de origem rural, mas vieram da periferia das cidades confirmando estudos já realizados na região sobre as migrações que deram origem ao município (SILVA & CEREDA, 2009).

A Figura 04 confirma que a maioria dos estudantes da escola Ludovico Vieira de Camargo é da zona rural, levantando o questionamento se a escola do Município oferece uma educação voltada para essa especificidade. A pesquisadora deu aulas nessa escola, nos anos de 2007 e 2008, comprovando a inexistência de uma educação voltada para atender as especificidades da área rural.

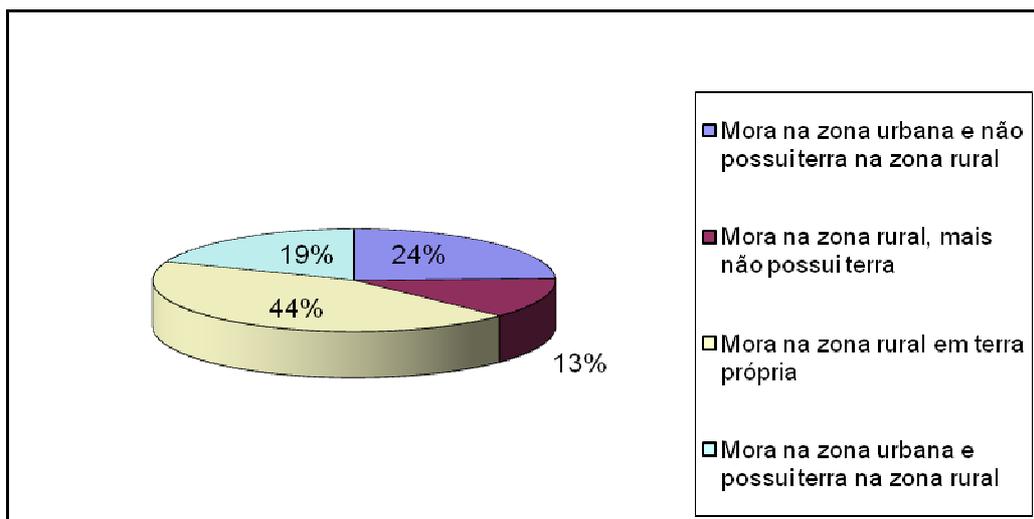


Figura 4 - Informações sobre moradia dos jovens de São José do Povo, MT em 2008.

A Figura 5 demonstra que boa parte dos jovens está nos assentamentos devido à participação da família na luta pela terra e um outro grupo por compra de lote, portanto, as famílias desse segundo grupo já não estão entre os moradores originais dos assentamentos onde vivem, um fenômeno já identificado em outras regiões, (PASQUIS, SILVA, WEISS & MACHADO, 2005; FRANCA, 2000; MELLO, 2008; DAVID & WANIEZ, 1997).

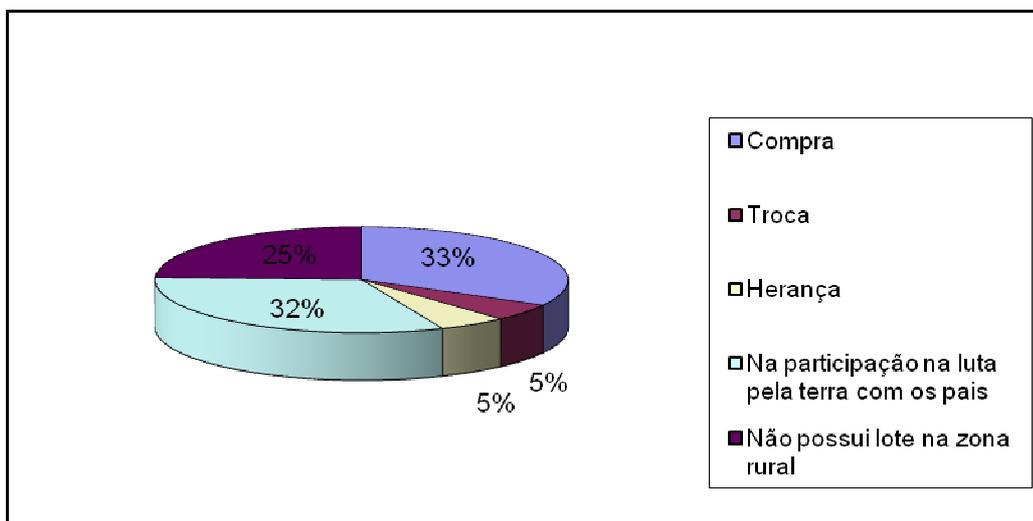


Figura 5 - Informações sobre como se deu o acesso ao lote das famílias dos jovens de São José do Povo, MT.

Os diversos grupos reivindicatórios da reforma agrária nos levam a crer que no Brasil quando os homens do campo vão para a cidade, os laços de pertença com o campo apenas adormecem, ao longo dos anos, desgastado pelos constantes atritos na cidade, pela dificuldade de trabalho remunerado... o novo “homem urbano”, outrora “rural”, parece buscar novamente na terra o meio de auto-sustento (SANTOS, 1996).

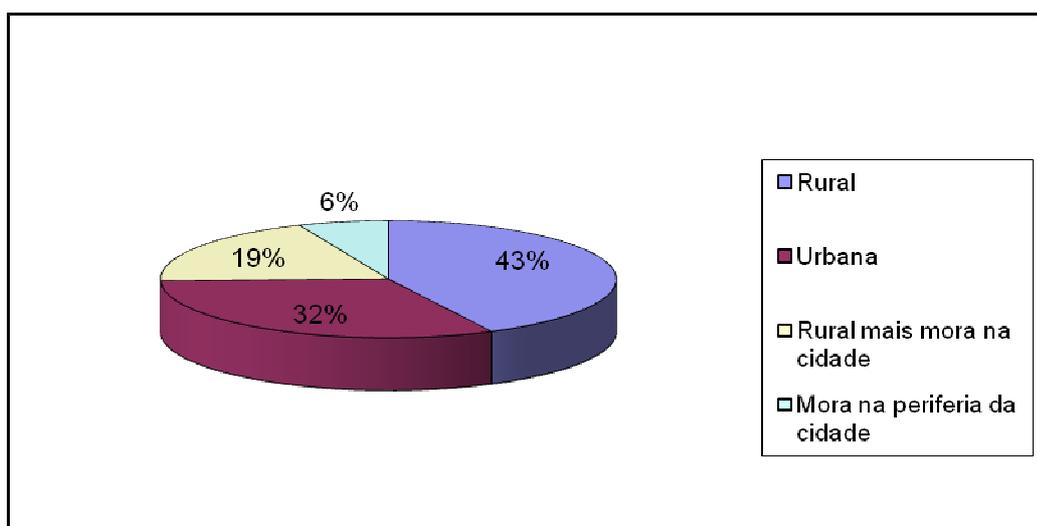


Figura 6 - Informações sobre a origem das famílias dos jovens de São José do Povo, MT.

Ao ser perguntado sobre a origem da família (figura 6), foi constatado o considerável número de famílias de origem rural, 58, mesmo entre as que ainda moram na cidade, 18.

Lazer

A finalidade do lote, conforme vislumbrado e expresso pelos jovens é a subsistência, entre o necessário para alimentação e a venda dos excedentes somam 76% (Figura 7), confirmando a informação de que 71 famílias vivem da contribuição da receita na propriedade. Os outros que moram na zona urbana e não possuem terra na zona rural.

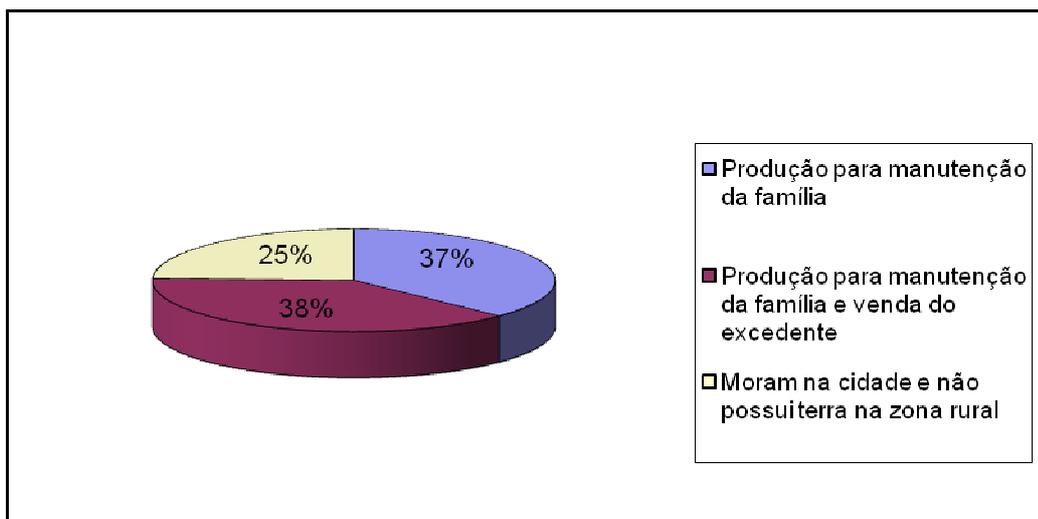


Figura 7 - Finalidade do lote no assentamento como expresso pelos jovens de São José do Povo, MT.

Do total das famílias dos jovens entrevistados, 60 possuem vínculo empregatício, distribuídos como consta na Figura abaixo, comprovando a grande dificuldade das famílias de se manterem da renda dos lotes, fato já constatado por outros pesquisadores, entre esses Furtado et al. (2004).

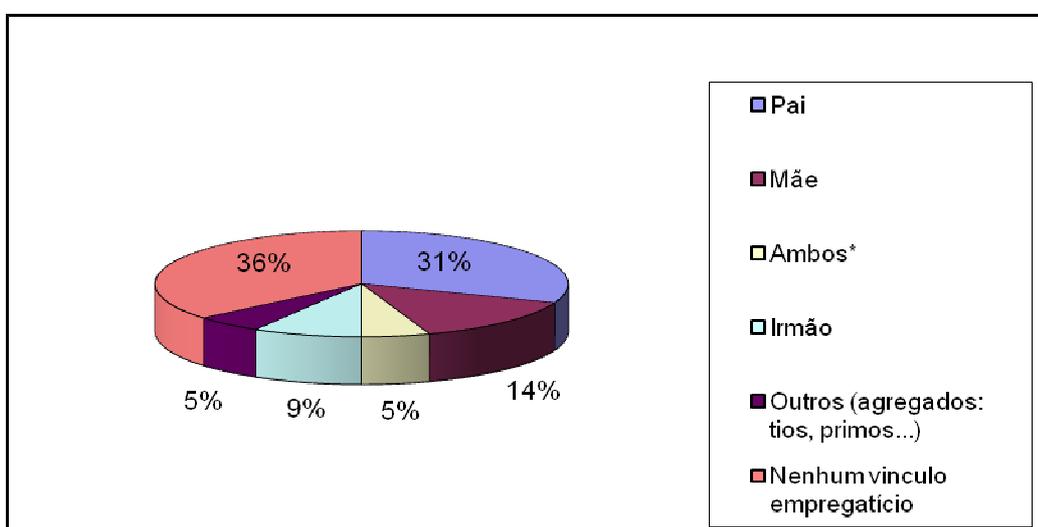


Figura 8 - Quais os membros da família que possui vínculo empregatício como expresso pelos jovens de São José do Povo, MT.

As Figuras 09 e 10, mostram como o jovem vê a situação dos assentamentos.

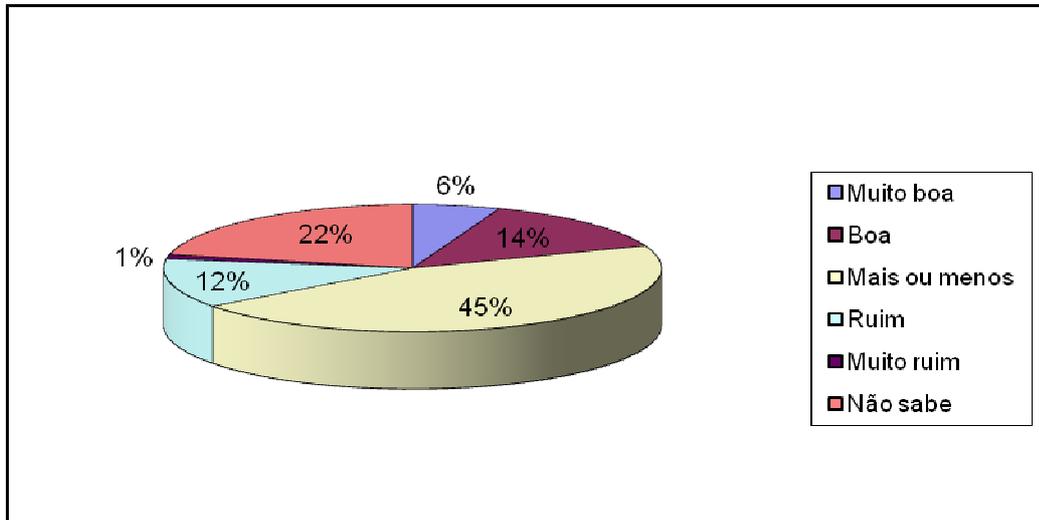


Figura 9 - Opinião sobre a situação da maioria dos assentados da região.

Na Figura 09 fica claro a grande indefinição da maioria dos jovens ao escolherem a alternativa “mais ou menos” ou seja, nem boa nem ruim, um intermediário, o que falta? No entanto na Figura 10, “Opinião sobre a situação da maioria dos assentados da região” é demonstrado a opinião dos mesmos sobre o lugar preferido, onde a cidade leva vantagens, pois oferece melhores recursos e oportunidades sociais.

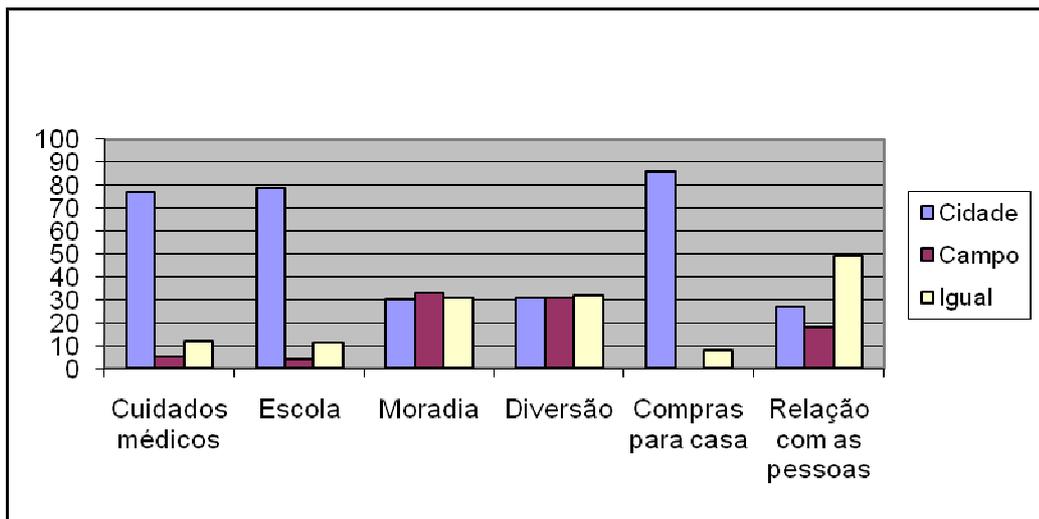


Figura 10 - Opinião dos jovens entrevistados em relação ao melhor lugar para cada atividade.

A indefinição dos jovens é compreensível, pois há um grupo razoável que gosta de morar no campo e vê ali maiores oportunidades de diversão, mesmo não tendo nada específico para essa atividade no Município. Esses não fazem muita distinção entre a vida na cidade e no campo em relação a esses aspectos ou mesmo relação com as pessoas, mas a cidade continua ganhando quando se refere à saúde, educação e oferta de produtos para casa.

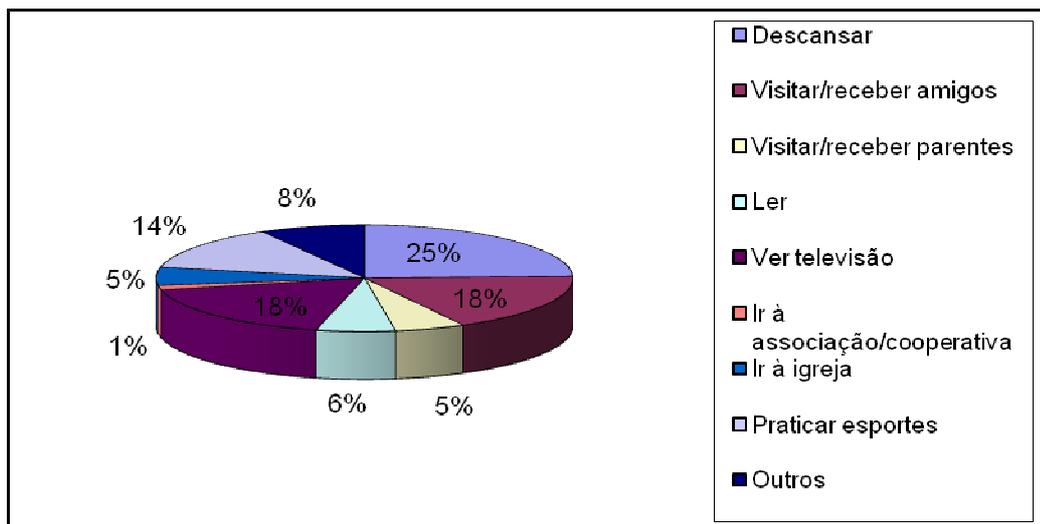


Figura 11 - Como os jovens de São José do Povo, MT usam o tempo livre.

Com um comportamento atípico, para o mundo dos adultos, inquietos e contestadores, os jovens buscam mudanças e perspectivas, muitas vezes cerceadas pela falta de horizontes no lugar, por isso não é surpreendente o grande número de jovens (36) que responderam que descansam no tempo livre (Figura 11), pois conforme observado na Figura, o tempo livre no lote é pouco, visto que os jovens colaboram com os pais nos afazeres do dia-a-dia, apresentando essas tarefas como atividades de que gostam no sítio.

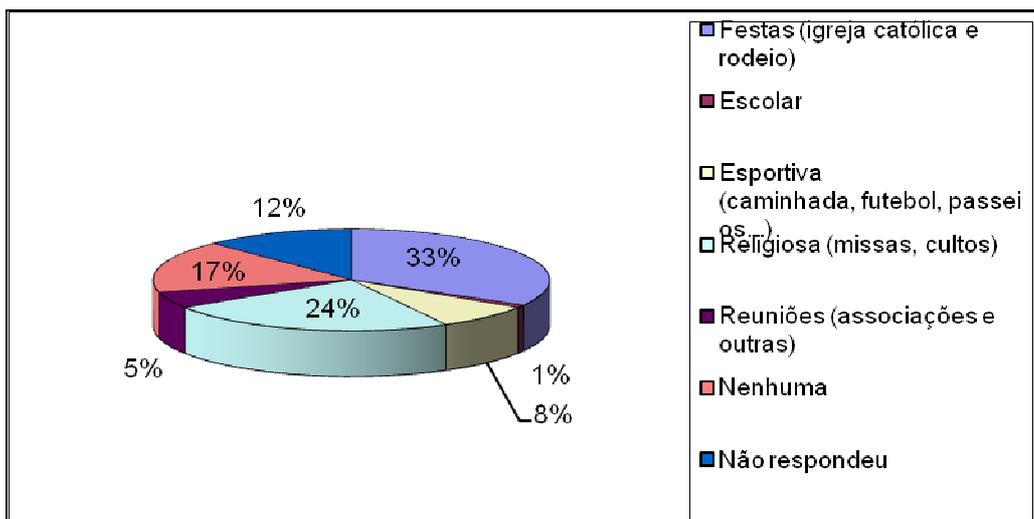


Figura 12 - De que atividades do Município os jovens de São José do Povo, MT costumam participar.

Conforme a Figura 12, grande número dos jovens entrevistados não participam de nenhuma atividades elencada, portanto, não há nenhum atrativo para eles no municípios. O lazer também é um aliado na percepção do lugar, como espaço de vida, momento de solidificar laços de pertença com “o grupo”, prática muitas vezes não valorizada no “mundo adulto”, onde a luta diária pela subsistência assume enormes proporções, sobrando pouco tempo livre para ser desfrutado. O grande número de jovens que tem a televisão como fonte de lazer pode demonstrar a falta de opção no lugar onde vive. Surpreendente é o fato de poucos responderam que no tempo livre visitam os parentes, sendo que mais de 50% dos jovens (67) aos ser perguntado se tem parentes que vivem na região responderam que sim. Também se reúnem pouco entre eles, comprovando a inexistência de lazer para a juventude. É interessante observar que nenhum jovem informou como atividade de que gostam no sítio, descansar ou assistir televisão, o que fortalece a hipótese que são atividades desenvolvidas por falta de opção no lugar. É certo que em relação ao lazer, o Município tem muito pouco a oferecer, pois conta como estrutura somente uma quadra poli esportiva e um “campinho” de futebol na sede, e outro na escola, onde são realizadas “peladas” e campeonatos estudantis. Nos finais de semana e feriados os jovens seguem para a cidade de Rondonópolis em busca de mais opções.

As atividades religiosas são as mais fortes entre a juventude justificando a importância do fenômeno religioso, que na atualidade está bem vivo e apresenta um expressivo crescimento,

desafiando as previsões de seu fim, em razão da confiança que transmitem aos moradores locais (SILVA e CEREDA, 2009). As maiores festas do Município são o rodeio e a festa do padroeiro, São José, que atrai grande número de jovens da região e circunvizinhas.

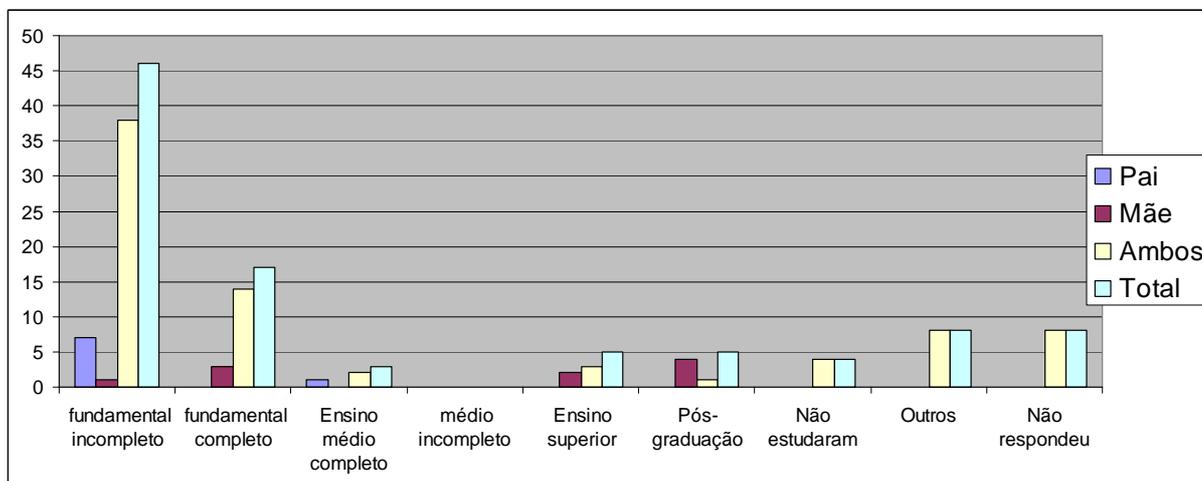


Figura 13 - Escolaridade dos pais dos jovens de São José do Povo – MT.

O nível de educação escolar dos pais é baixo (Figura 13), no entanto os jovens do Município desejam continuar os estudos e cursar o ensino superior, o que se constitui em um dos motivos pelos quais os jovens entrevistados desejam ir para a cidade. Pelo menos 26 jovens dos 94 entrevistados, alegaram a necessidade de ir para a cidade para dar continuidade nos estudos. Essas saídas dos alunos do campo para os vilarejos ou cidade levam a perda de valores e de referências culturais, uma vez que esses jovens acabam por negar a identidade de trabalhadores (as) rurais, devido aos estereótipos que envolvem a imagem do camponês brasileiro: o de Jeca Tatu (FROSSARD, 2003). Portanto, na cidade o jovem passa a adotar o mesmo estilo e valores culturais promovidos pelo novo espaço de convivência social.

Outro fator considerável apresentado pelos jovens para irem para a cidade é a necessidade de emprego. Pelo menos 33 dos entrevistados colocaram essa opção para a saída do Município. Fica fortalecida a hipótese da falta de sustentabilidade no lote, pois a agricultura familiar passa por um momento de crise no Brasil pela falta de perspectiva para os que dela vivem. Os altos custos para produzir, incluindo tempo, força física e a desvalorização do produto agrícola, não são incentivo para a permanência do agricultor no campo, forçando os mesmo à busca de alternativas em outros espaços.

Então o que resta para a juventude? Muitas famílias continuam na luta nos lotes, muitas vezes por falta de opção. Os jovens querem mais. Provavelmente não desejam a mesma vida dos pais. Abramovay (1999) comprova que os jovens migram para a cidade principalmente em busca de ocupação profissional, no setor de serviços, tanto em empresas como em residências. Outra hipótese é a carga de trabalho pesado no interior da unidade de produção, sem qualquer horizonte de valorização. Deixar a residência familiar surge como oportunidade de independência econômica. A própria família estimula essa migração, visto as poucas oportunidades visualizadas na zona rural.

A falta de perspectivas na produção, desagregação familiar causada por conflitos de interesses, desunião entre moradores e degradação da condição humana, são sintomas já diagnosticados (MELLO, 2006, GIULIANE & CASTRO, 1996). Frente a esses desafios surge a “necessidade de criar novos laços, de reconstruir e construir o novo espaço” (SANTOS, 1996, p.79-81). Diante dessa realidade os pais são os primeiros a incentivar a juventude na ida para as cidades, visto o grande desânimo que abate sobre ela. A juventude também, segundo Oliveira (2007), é uma fase do ciclo vital de desenvolvimento, extremamente suscetível a conflitos gerados por desigualdades sociais e econômicas, que podem ser traduzidos pela falta de oportunidades, que impossibilita a realização de suas expectativas.

No município, apesar de suas terras terem sofrido uma redistribuição através de cinco Projetos de Assentamentos, ainda não existe uma política séria de produção e geração de renda. A agricultura é muito tímida e a produção pecuária possui muitas falhas estruturais. Os produtores são basicamente de cultura de subsistência e poucos são os que adotam posturas de empresários. Há poucas aplicações tecnológicas para melhorar a produção e de aproveitamento das pequenas propriedades predominantes na região. A pouca produção que se obtém para fins comerciais é comercializada *in natura*, com baixo valor agregado e nenhuma tributação para investimento no município. A tecnologia disponível, na sua maioria para produção em larga escala, e as mudanças nas técnicas de produção, através da mecanização e da aplicação de insumos quimicamente sintetizados, que levaram à necessidade de seu uso de forma cada vez mais intensiva (COLOSSI & ESTEVAM, 2003) diminuí o lucro do pequeno produtor, que tem que gastar cada vez mais para conseguir produzir. Esta situação vem produzindo uma sociedade em que a humilhação, o

ressentimento, a arrogância e a falta de solidariedade levam à situação extrema de desânimo.

Por outro lado, autores como Santos (1997) e Acselrad (1999) realizaram estudos relacionados a problemas no meio urbano provocados pela migração da juventude rural, que sem a devida qualificação profissional para se estabelecer nesse meio vêm frustradas suas expectativas, encontrando grandes dificuldades para se territorializar.

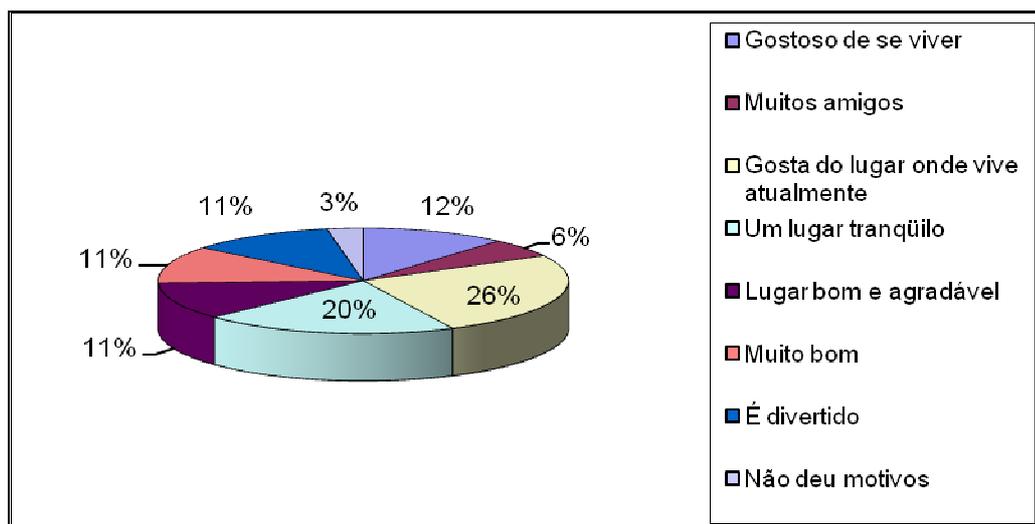


Figura 14 - Motivos pelos quais 35 jovens de São José do Povo, MT pretendiam continuar morando onde residem atualmente.

Há um bom número de jovens que sonham em continuar morando aonde residem atualmente, 35 dos entrevistados (Figura 14), apresentam como motivações apenas a afetividade pelo lugar, “lugar gostoso”, “bom de se viver”, “tranquilo, tem amigos”... Mas resta a indagação sobre a durabilidade desse “enamoramento”, com o lugar.

Portanto, apesar de só 35 dos jovens entrevistados pretenderem continuar vivendo onde moram atualmente, há 63 jovens, que ao serem perguntados se gostavam do lugar onde moram, responderam gostar muito do local onde vive atualmente.

Analisando as respostas dos 63 jovens que responderam gostar do lugar onde residem atualmente, reforça-se que a saída se dá por outros fatores que não a rejeição ao lugar. Os jovens gostam de onde vivem e provavelmente, se tivessem opções no lugar, permaneceriam visto também sentirem gosto pelas atividades do sítio (Figura 15).

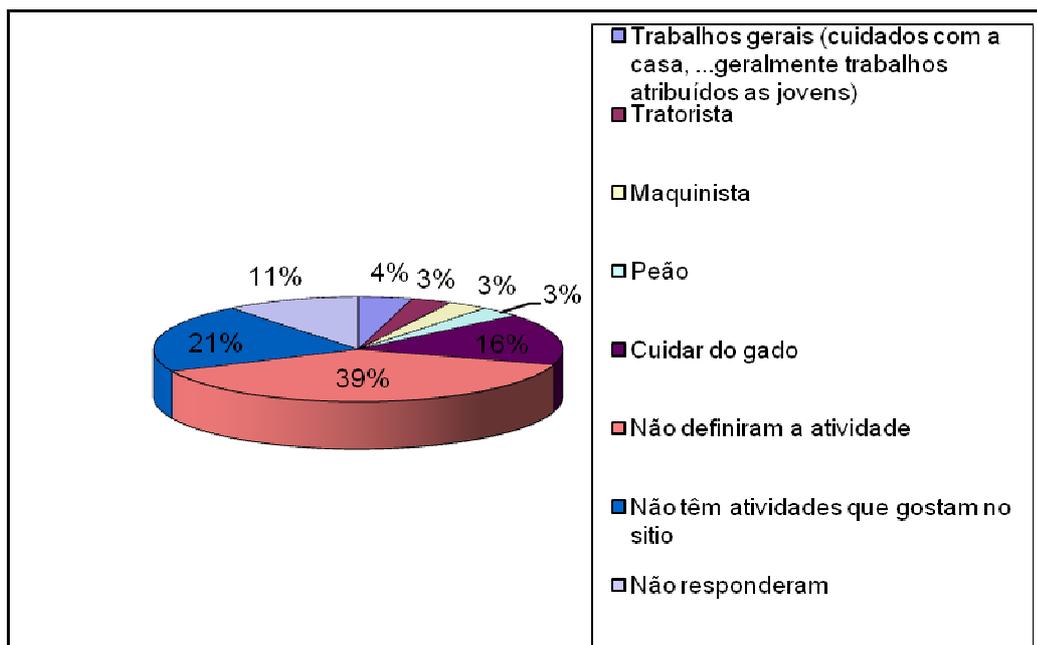


Figura 15 - Atividades de que gostam de realizar no lote.

Ao ser perguntado para os jovens sobre o lugar onde gostariam de viver, muitos não responderam e outros deram respostas bem distintas, enfatizando a hipótese de que para esses não está muito claro o lugar onde gostariam de viver, reforçando, novamente que o desejo de sair não é real.

Saúde:

Na Figura 10, sobre o melhor lugar para cuidados médicos, os jovens apresentaram a cidade, ficando claro que percebem essa falha na área rural. Na região há um Posto de Saúde e Atendimento, José Salmen Hanze, responsável por todo o município. A Zona urbana é dividida em três micro-áreas de atendimento e a zona rural em dez micro-áreas, atendendo em média 950 famílias. A equipe é composta por um médico, um enfermeiro, um coordenador, dois auxiliares de enfermagem, 13 Agentes Comunitários de Saúde, uma recepcionista e um agente administrativo. A equipe realiza atendimento do Programa Saúde da Família, voltado para a prevenção, utilizando-se de recursos humanos para conscientização da população, com palestras, reuniões, mobilizações, teatros entre outros. São realizadas consultas médicas, com

enfermeiro e consultas especializadas a hipertensos, diabéticos e gestantes, acompanhamento de pacientes com hanseníase, leishmaniose, tuberculose, doença mental e outras. Somente duas ambulâncias são disponíveis para transporte de pacientes ao Município de Rondonópolis e Cuiabá, o que é considerado um grave transtorno, em consultas e exames especializados ou quadro de “alta complexidade” (como partos!).

Há uma grande incidência de barbeiros na região, segundo informações do técnico da FUNASA – Fundação Nacional da Saúde (2007), isso ocorre devido ao desmatamento efetuado.

O Município não possui rede de esgoto, ficando os moradores obrigados a utilizar indevidamente os canais pluviais para escoar águas das pias. Em muitos lugares essas águas são jogadas nas ruas, provocando águas paradas, prejudiciais à saúde dos moradores. Percebe-se nos habitantes uma falta de conscientização sobre a necessidade de construção de fossas sépticas nas residências, o que provocam terríveis transtornos na época das chuvas. O distúrbio é explicado pelo supervisor da FUNASA, como sendo devido a qualidade do solo, que é argiloso, de difícil permeabilidade. As fossas negras estão constantemente derramando.

Na entrevista realizada, nenhum jovem apresentou a questão da saúde como motivo para a saída do Município, mas apenas como uma entre as desvantagens na comparação entre área rural e cidade, e como preocupação, pode gerar insegurança quanto ao futuro no lote. Na época em que a pesquisa foi realizada os jovens podiam ser considerados saudáveis não necessitando de cuidados médicos sistemáticos.

Segurança alimentar

Quanto à Segurança alimentar, a alimentação ainda é garantida pelos pais, mas o não aparecimento desse fator, de forma direta, nas considerações dos jovens, não assegura a sua satisfação, pois é grande o número de jovens que estão saindo do Município por falta de emprego 33 dos jovens deram essa resposta, ao serem perguntados se pretendiam mudar do lugar onde moram atualmente. Esse fator foi o fator preponderante, ultrapassando até mesmo a necessidade de continuidade dos estudos. Se existe Segurança alimentar no lote, porque a continuidade dos estudos não é colocada em primeiro lugar?

Fica claro que o futuro para o jovem não é tranqüilo com o trabalho no lote e, portanto a segurança alimentar pode não estar assegurada. Essa preocupação por si justifica uma pesquisa mais sistemática, junto aos adultos no lote, para sua compreensão.

Fica exposto que o êxodo rural da juventude não se dá somente pelas questões educacionais, pois os jovens não a selecionaram como prioritária. O mesmo ocorre também com jovens moradores na sede do Município, conforme os depoimentos dos entrevistados, de onde os jovens vão para centros urbanos maiores, como é o caso de Rondonópolis e até mesmo Cuiabá. As saídas se dão também pela falta de autonomia no trabalho, para garantir a sustentabilidade, que pode estar ameaçada a partir do trabalho no lote, pela falta de lazer, falta de perspectiva e de uma política agrícola familiar, falta de uma organização política e cultural que permita aos assentados, sitiantes e também moradores da sede do Município se construir histórica e socialmente. Há ainda a considerar ausência de orientação técnica para a prática da agricultura cooperativa.

Diversos são os sonhos que movem a juventude, sonho de consumo, independência financeira, autonomia trabalhista, formação de família para continuidade, perspectivas salariais, transformação da realidade vivenciada, etc. Esta claro, pela pesquisa junto aos jovens do município analisado, que esses sonhos nem sempre são possíveis no meio rural e mais especificamente nos projetos de assentamentos e assentamentos implementados pela reforma agrária no Brasil.

10.7 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Muitos pais, calejados pelas injustiças sociais sofridas ao logo da vida, por falta de uma política agrícola séria, que privilegie o pequeno agricultor, desejam para os filhos um futuro melhor do que a vida que tiveram. Isso inclui educação de qualidade, trabalho com menor esforço, condições econômicas mais favoráveis... Os que almejam a permanência dos filhos no meio rural, também desejam condições mais favoráveis e apostam numa educação de qualidade para isso, “empurrando” os filhos para as cidades, na esperança de um futuro mais promissor. Ali, nas cidades, não há uma identificação do jovem rural com suas raízes, o meio onde se desenvolve não é favorável a esse processo e a identidade de jovem rural muitas vezes é perdida.

Uma questão crucial, alegada por muitos moradores, para a saída do campo é a educação dos filhos. A distância da escola, que leva a maioria das crianças, adolescentes e jovens a um baixo rendimento no nível de aprendizagem, mesmo nos pequenos Municípios, que atende a filhos de assentados e pequenos agricultores tradicionais, como analisado em São José Povo – MT. A educação sistemática ainda não leva em conta a identidade do jovem rural, não compreende suas necessidades enquanto cidadãos brasileiros vocacionados ao trabalho agrícola, não conseguem auxiliá-los no discernimento para que possam optar por assumir seu papel de homem do campo. A entrevista realizada junto aos jovens da escola local, (Escola Estadual de I e II grau, Ludovico Vieira de Camargo) possibilitou verificar que o fator responsável pelas migrações da juventude não estão somente na questão educacional, mas, também, nas falhas dos demais fatores elencados como base para o desenvolvimento a segurança alimentar, a saúde e o lazer.

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de implementar políticas sociais que garantam a presença da juventude no campo, a valorização da escola voltada para a educação do campo, de práticas de lazer saudáveis, oportunidades de emprego e geração de renda, etc. Essa ação política do Município poderá representar novas perspectiva para o atual modelo de produção agrícola, deixando o estilo tradicional de cultivo e manejo do solo e construindo alternativas modernas, autônomas, ambientais e economicamente viáveis, representando planejamento, garantindo segurança alimentar, conforto e qualidade de vida aos trabalhadores rurais assentados e aos demais trabalhadores da região.

10.8 CONCLUSÕES:

A pesquisa no universo estabelecido e com os instrumentos selecionados permitiu concluir que a região agrícola de São José do Povo - MT, não oferece oportunidade para o desenvolvimento humano da juventude, não oportuniza a realização de suas expectativas, econômicas (aspirações profissionais) e sociais, muito menos o vislumbre de que esses aspectos sejam contemplados no futuro (sustentabilidade ambiental). A pesquisa realizada junto aos alunos do ensino médio da escola estadual da sede do Município de São José do Povo confirma a saída da zona rural pelos jovens, principalmente em busca de empregos para complementar a renda da família e buscar educação, que também é vista como uma forma de

melhoria de renda. Os jovens deixaram claro a sua opção por continuar na zona rural, identificada como local agradável para se viver, mas sem opções quanto ao futuro. Essa constatação põe em dúvida a sustentabilidade a partir do lote. Além das falhas nos pilares elencados como base para o Desenvolvimento Local, a pesquisa mostra como o Estado está ausente do campo quando se trata de cidadania.

10.8 BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: Reforma Agrária* – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ÁVILA, V. F. *Cultura, Desenvolvimento Local, Solidariedade e Educação* <http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/> 2003, p.35-36).

ACSELRAD, H. **Discursos da sustentabilidade urbana**. In: R.B. Estudos Urbanos e Regionais, [s.i.:s.n.], 1999.

BAPTISTA, Fernando Oliveira - "*Declínio de um Tempo Longo*", in Brito, Joaquim Pais de, e outros (coord.) *O Voo do Arado*, Museu Nacional de Etnologia, 1996, Lisboa, pp. 35-75.

BARRAL, Gilberto. *Práticas Reprodutivas e transformadoras na escola pública* ISSN: 1517-7238, vol. 6 n° 11,2° sem. 2005. Disponível em: e-revista. unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/download/884/749 – Pesquisado em: 01/10/2008

BELIK, W. ; SILVA, J. G. da & TAKAGI, M. 2001 *Políticas de combate à fome no Brasil*. São Paulo Perspec., v.15, n.4, p.119-129.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.

BOOG , Maria Cristina Faber, *Contribuições da educação nutricional à construção da segurança alimentar* SAÚDE REV., Piracicaba, 6(13): 17-23, 2004

COLOSSI, Nelson e ESTEVAM, Dimas de Oliveira. *Casas familiares rurais: uma*

alternativa para a formação de jovens agricultores. *Revista de Administração*, v. 2, n. 3, (nov. 2003). Frederico Westphalen, Ed. URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

CARNEIRO, Maria José. *Juventude rural: projetos e valores*. In: ABRAMO, Helena Wendel; _____. *Pluriatividade da agricultura no Brasil: Uma reflexão crítica*. 2005. CPDA/UFRRJ, p. 16. Disponível em: http://www.cifers.t5.com.br/MJCarneiro_pluriatividade_nobrasil_critica.pdf. Pesquisado em: 02/08/09.

DELLA FLORA, Ângela. *Representações sobre a juventude no projeto da Teologia da Libertação*. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia - Desigualdade, Diferença e Reconhecimento, 2007, Recife. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. São Paulo : Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007.

DURSTON, John. *Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa*. In: *Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latino americano*. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho 1994. Apud Carneiro, 1998.

ELIZALDE, *Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias*. Universidade bolivariana do Chile. **INTERAÇÕES, Revista Internacional de desenvolvimento local**, v.1, n. 1, p. 51-62, set. 2000.

FAVARO, Tomar. *O planeta urbano*. **Revista veja**, São Paulo: Abril, 2056, ano 41, n. 15, p.106-113, 16 de abril de 2008.

FROSSARD, Antonio Carlos. *Identidade do Jovem Rural Confrontando com Estereótipo de Jeca Tatu*. Um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I. Nova Friburgo - RJ, Brasil. Dezembro de 2003. Disponível em http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/393/1/frossard_2003.pdf, pesquisado em 11/09/09.

LEVIGARD, Yvonne Elsa e ROZEMBERG, Brani. *A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de "nervos" no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos*. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2004, vol.20, n.6, pp. 1515-1524. ISSN 0102-311X. doi: 10.1590/S0102-311X2004000600008.

MARTINS, R. O., *Desenvolvimento Local e turismo: por uma ética de compromisso e*

responsabilidade com o lugar e com a vida. **INTERAÇÕES, Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 06, n.10, p. 109-118, março de 2005.

MELLO, Paulo Freire. *Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil*. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 592-610. ISSN 0103-4979. doi: 10.1590/S0103-49792008000300012.

MELLO, Paulo Freire. Rotatividade em assentamentos rurais. **Raízes**, Campina Grande, vol. 25, n°s 1 e 2, p. 55-64, jan./dez. 2006. Disponível em http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_173.pdf, pesquisado no dia 12 de janeiro de 2010.

MENDONÇA, Ricardo. *O paradoxo da miséria*. 2003 - Disponível em <http://pruebas.fnpi.org/premio/2003/finalistas/pdf/2003CSC1270p.pdf>, pesquisado no dia 02/08/09.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2001. 256p

OLIVEIRA, Rosa de Souza. *Expectativas quanto ao trabalho: um estudo com jovens que vivem em assentamento rural no município de São Francisco do Pará*. Revista: Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 2, n. 4, jan./jun. 2007. 105

PASQUIS, Richard; SILVA, Alessandra Valéria da; WEISS, Joseph; MACHADO, Luciana. “Reforma agrária” na amazônia: balanço e perspectivas Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005

PROJETO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA DO ASSENTAMENTO MÁRCIO PEREIRA
Informações colhidas no documento de fundação da Escola Wellington Flaviano Coelho,
Assentamento Márcio Pereira, São José do Povo, MT

RÓSENO, José Ricardo. *Emater – MG*. www.emater.mg.gov.br, 2007 - Disponível em <http://www.asbraer.org.br/Documentos/Biblioteca/emater%20mg%20jose%20ricardo%20roseno.pdf>, pesquisado no dia 20/08/08.

SACHS, Ignacy. *Brasil rural: da redescoberta à invenção*. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 75-82. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142001000300008.

_____. *Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de*

equeno porte no Brasil, 2002, SEBRAE/UNDP, Brasília DF.

_____. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 79-81.

_____. *A natureza do espaço: o lugar e o cotidiano*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 251-262.

_____; ADELIA, Maria, (org). *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 131.

SILVA, Christian Luis da. *Desenvolvimento Sustentável - Um modelo analítico Integrado e adaptativo*. Vozes, Petrópolis, 2006, 176 p.

SOUZA, Rafaela Assis de e CARVALHO, Alysson Massote. *Programa de Saúde da Família e qualidade de vida: um olhar da Psicologia*. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2003, vol.8, n.3, pp. 515-523. ISSN 1413-294X.

SPOSITO, Marilia Pontes. *Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação*. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999.

TELESUR. *FAO adverte que 925 milhões de pessoas sofrem de fome no mundo*. Pastoral da juventude Rural. Disponível em:

http://www.pjr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=60:fao-adverte-que-925-milhoes-de-pessoas-sofrem-de-fome-no-mundo&catid=40:imgprincipal,

pesquisado em 01/10/2008.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005, 200p

Os jovens estão indo para a cidade, mas fica claro no artigo anterior que os mesmos não estão indo para a cidade por não gostar da vida na área rural, mais simplesmente por falta de opção. Eles não vêem perspectivas na zona rural, mas qual é a visão dos adultos? Como os aspectos de base para o Desenvolvimento estão sendo presentes dentro dos assentamentos? Surge a necessidade de verificação da Segurança Alimentar, Educação, Saúde e Lazer dentro de um assentamento, sendo escolhido para tal fim o assentamento Padre Josimo Tavares do município de São José do Povo para tal fim.

11 ARTIGO 5: DIAGNÓSTICO NO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO TAVARES, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, DOS ASPECTOS DE BASE QUE ANTECEDE O DESENVOLVIMENTO LOCAL: SEGURANÇA ALIMENTAR, EDUCAÇÃO, SAÚDE E LAZER

Elizabete M. Silva (UCDB)²⁰

Marney P. Cereda (UCDB)²¹

11.1 RESUMO

A luta pela terra é notória e embora o número de assentamentos implementados pela reforma agrária tenham aumentado, é freqüente os conflitos que geram o abandono do lote e conseqüentemente novas migrações. Embora considerem o campo bom para morar, a cidade continua a atrair os moradores da área rural. A literatura tem buscado razões para o êxodo baseadas em diversos fatores. Sabe-se que a segurança alimentar, a saúde e educação e o lazer são aspectos relevantes quando se busca o desenvolvimento sustentável. A pesquisa investiga a influência destes quatro fatores considerados pré-desenvolvimento, para avaliar a sustentabilidade econômica, social e ambiental de um assentamento localizado em S. José do Povo – MT, Padre Josimo Tavares. A metodologia utilizada foi de natureza exploratória e a pesquisa de campo se deu através da coleta de documentos locais, observação da comunidade e aplicação de um questionário em cinquenta e cinco famílias nos assentamentos. Os resultados obtidos comprovam a falta de sustentabilidade, baseando-se no fato de que os moradores analisados conseguem suprir suas necessidades básicas de alimentação, mas apresentam situações frágeis, relacionadas ao grande esforço para produzir e ao pouco tempo livre no lote. Em relação a saúde, há outra fragilidade, principalmente em relação a doenças crônicas que dependem da cidade para seu controle. O atendimento de saúde por sua vez, possui um agravante, a necessidade de renda para deslocamento para a cidade. O nível de escolaridade é baixo, o que dificulta a apreensão dos conhecimentos técnicos, e formas alternativas de produção e comercialização. As formas de lazer são restritas, pela falta de informação sobre sua importância e também devido ao pouco tempo livre no lote,

²⁰ Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS

²¹ Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS

impossibilitando o estreitamento de laços e a organização social. O envelhecimento da comunidade e, sobretudo a consciência das dificuldades que se acumulam podem ser decisivo entre ficar e partir. Embora haja produção suficiente de alimentos de origem vegetal e animal, os recursos naturais se esgotam e espera-se que com o tempo a obtenção de alimentos seja cada vez mais difícil. Portanto, os pilares imprescindíveis para o Desenvolvimento Local, a Segurança alimentar, Educação, Saúde e o lazer, se encontram ameaçados a partir da sobrevivência no lote, gerando insegurança e insatisfação nos moradores do assentamento, apesar do “enamoramamento” inicial das famílias pela terra conquistada.

Palavras Chaves: Reforma agrária, assentamentos e fatores de base para o desenvolvimento.

11.2 INTRODUÇÃO

Embora os assentamentos da reforma agrária tenham aumentado, observam-se ainda freqüentes conflitos, levando ao abandono ou a venda do lote e em caso mais extremos migrações para outros locais. Esses fatos, amplamente divulgados na mídia e no meio acadêmico conduzem a discutir o sonho ligado à solução dos problemas apenas pela posse da terra.

Pesquisas têm sido realizadas buscando a compreensão do problema, relatando a grande dificuldade de subsistência das famílias assentadas a partir do lote, o conseqüente abandono do sonho da sobrevivência no meio rural e o êxodo para as cidades (PASQUIS, SILVA, WEISS & MACHADO, 2005; FRANCA, 2000; MELLO, 2008; DAVID & WANIEZ, 1997).

Por outro lado resta saber se o desenvolvimento pode eventualmente ser alcançado sem sustentabilidade. Entende-se desejável o desenvolvimento sustentável, que enseja um processo de mudanças sociais, tanto políticas econômicas, institucionais e ambientais, que assegure a “satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem estar econômico que além do mais seja compatível com as circunstancias ecológicas de longo prazo” (JARA, 1998, p. 34). Quando esse desenvolvimento é fomentado por atores locais, aproveitando as potencialidades existentes no local, desenvolvendo a solidariedade e a cooperação na busca de maior bem estar próprio e para o entorno, partindo daí para o global, o desenvolvimento é definido como

Desenvolvimento Local (JARA, 1998).

Se a posse da terra não é suficiente para assegurar o bem estar dos assentados e suas famílias, então o que está faltando?

A posse da terra deveria gerar desenvolvimento, compreendido aqui em sua forma completa que inclui uma base em segurança alimentar, saúde, educação e lazer. Esses quatro tópicos podem ser identificados nas “necessidades humanas fundamentais” elencadas por Elizalde (2000) como universais em seu conjunto: subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade. Esse conjunto permite articular o laço de cooperação, formando verdadeiramente uma comunidade, ou seja, criando o que é comum.

Em razão das informações já disponíveis, considerou-se como hipótese da pesquisa que a deficiência de um ou vários dos citados “fatores de base” poderia fazer “ruir” toda a estrutura estabelecida para o mecanismo do Desenvolvimento Local, suposto como “empoderamento” local, pois a sua ausência impede que haja o protagonismo dos atores envolvidos em seu próprio desenvolvimento.

Nenhuma literatura foi encontrada ligando todos esses fatores entre si e ao Desenvolvimento Local, desenvolvimento que deve ser sustentável o que segundo Sachs (2002), enseja a sustentabilidade econômica, social e ambiental. É fácil estabelecer uma interligação entre os fatores elencados e o conseqüente Desenvolvimento Local. Sem uma alimentação adequada, não há Saúde, ou seja, a subsistência esta ameaçada, e conseqüentemente o ser humano não se sente seguro, protegido, e não existe possibilidade de aprendizado, essencial para o desenvolvimento humano e a organização social que possibilita encontrar formas no local para a resolução dos problemas locais, tanto econômicos, sociais e/ou ambientais. É de aceitação geral que a Educação, entendida aqui como o entendimento, criação e participação, através do exercício da liberdade, é essencial, para que a pessoa possa fazer melhor aproveitamento dos recursos existentes e se apropriar de informações mais complexas. O uso extrativista com conseqüente esgotamento dos recursos naturais é conseqüência da falta de conhecimentos da sua utilização sustentável. A compreensão de que esses recursos são esgotáveis assegura a proteção, pela garantia futura de tais recursos sem, no entanto levá-los ao esgotamento, que prejudicará a subsistência, a saúde, ameaçará a segurança alimentar futura da comunidade e conseqüentemente impedirá o desenvolvimento local. As diversas formas de lazer ou ócio são comprovadamente essenciais para a

manutenção da saúde física e mental, bem como para o fortalecimento do sentimento de pertença, da identidade e total desenvolvimento afetivo e estão contempladas nos planos curriculares de educação. Existem muitos movimentos e até mesmo associações, da área da saúde, com o objetivo de informar aos Governos, às organizações não-governamentais e às instituições de ensino a respeito do significado e dos benefícios do lazer e da educação para e pelo lazer. Assim, percebe-se um círculo de interdependência entre os citados “fatores básicos” do desenvolvimento.

Portanto, os fatores considerados como bases para o desenvolvimento estão correlacionados e sua ausência total ou parcial poderá levar a um iminente colapso, que caracteriza qualquer grupo social que não tem em conta o meio ambiente ou se preocupa em garantir a sustentabilidade futura, utilizando-se de forma desordenada os recursos naturais existentes.

A crise pela qual passa a agricultura familiar ocorre em nível mundial (FAVARO, 2008), causada pela falta de perspectiva para os que dela vivem os altos custos para produzir, incluindo tempo, força física e a desvalorização do produto agrícola, apesar de todo o incentivo para a permanência do agricultor no campo. Essa falta pode ser justificada pela carência dos citados fatores de base, situação que vem produzindo uma sociedade em que a humilhação, o ressentimento, a arrogância e a falta de solidariedade levam à situações extremas de desânimo, pela falta de perspectivas na produção, desagregação familiar causada por conflitos de interesses, desunião entre moradores e de degradação da condição humana. Diante disso, esses quatro fatores foram selecionados, como indispensáveis para garantir o Desenvolvimento Local, uma vez que a sua ausência impede a organização social que dará origem à comunidade, essencial para a promoção do mesmo.

A falta de organização social leva milhares de pessoas a estar constantemente começando, sem conseguir estabelecer elos e contribuir de forma relevante com o Desenvolvimento Local. Para ter desenvolvimento é essencial a participação efetiva da comunidade, pela valoração humana, individual e do lugar. Para tanto é necessário o protagonismo pessoal, o compromisso com o destino próprio e da comunidade. É, também, necessário um conhecimento profundo do lugar, de seus problemas e potenciais, um sentimento de pertença, que leva o sujeito a se identificar com o lugar, se sentir ligado,

responsável pelos acontecimentos que norteiam o cenário vivido.

Os pesquisadores Silva e Cereda (2009) avaliaram a situação dos estudantes secundaristas do Município de São José do Povo, MT nas suas inquietudes, preocupados com o fato de que os jovens estão indo para a cidade. Nos resultados fica claro que eles gostam da vida que levam no campo, mas também não encontram na área rural opções para seus anseios de emprego e de uma vida melhor, mesmo que não fique claro o que deve ser melhor. Entre os fatores que foram questionados estão os culturais e de lazer compatíveis com uma comunidade jovem, bem como oportunidade para se desenvolver profissionalmente e dar continuidade nos estudos.

Com esses dados torna-se importante conhecer as expectativas de suas famílias em relação ao que era esperado com a posse da terra e o que foi garantido.

Para Morissawa (2001) o interesse não é apenas a integração do assentado a economia capitalista local, mas sim a sustentabilidade dos empreendimentos. O autor faz a análise na relação das famílias com a agricultura de exploração, caracterizada pela agricultura de auto-consumo, envolvendo as necessidades sociais, econômicas e ambientais para essas pessoas, que se reproduzem e precisam da terra não apenas para que suas famílias não passem fome, mas para que em condições de protagonistas possam desenvolver o local. Outros autores, como Levigard e Rozemberg (2004, p.1), relatam que o problema principal dos assentamentos está ligado à crise da agricultura, que ocorreu com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, provocando uma mutação entre o saber tradicional e o processo de trabalho rural “expropriando os pequenos produtores e transformando-os, na maioria dos casos, em assalariados”. As autoras continuam escrevendo que os camponeses que detem os meios de produção passam por uma exploração indireta, pois dependem do crédito bancário e tem que se sujeitar aos baixos preços oferecidos por seus produtos, que são fixados sem levar em conta os custos de produção e, sim, os preços urbanos e ainda a margem de lucro pré-fixada pelos intermediários agrícolas. Há ainda, autores como Barreto, Khan e Lima (2005) que identificaram dentro dos assentamentos pesquisados a necessidade de formação técnica e cooperativismo.

Para tentar esclarecer algumas dessas indagações partiu-se dos resultados já obtidos no Município de São José do Povo, MT (SILVA, CEREDA e VILPOUX, 2007, SILVA,

CEREDA 2009^a, SILVA, CEREDA 2009c) para uma investigação mais aprofundada das razões para a dificuldade de permanecer no campo na base física do lote adquirido.

Por esse motivo, a pesquisa se propõe a analisar a comunidade localizada no assentamento Padre Josimo Tavares do município de São José do Povo - MT, pela ótica do Desenvolvimento Sustentável, com análise dos aspectos básicos que devem iniciar o processo de desenvolvimento: segurança alimentar, saúde, educação e lazer.

11.3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os fatores, Segurança alimentar, Educação, Saúde e Lazer foram selecionados como a base necessária para a satisfação das “necessidades humanas fundamentais”, e conseqüentemente a efetivação do Desenvolvimento Local e estão interligados entre si.

Elizalde (2000) lista “nove necessidades humanas fundamentais: subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade”. Todas elas estariam no mesmo patamar quanto à importância. O autor contradiz a teoria já conhecida sobre as necessidades humanas apresentada por Abraham Maslow (1975) que divide as necessidades em cinco categorias principais de forma hierárquica, e a de Marcusse e Heller (1978) que relativiza o caráter das necessidades humanas, introduzindo a noção de necessidades falsas ou verdadeiras. Elizalde (2000) afirma que essas teorias correm o risco de estabelecer prioridade de uma necessidade sobre a outra, o que implica uma visão de mundo reducionista e fragmentada do universo.

Elizalde (2000) continua afirmando que as “necessidades humanas fundamentais”, são essenciais e nenhuma delas é menos importante que a outra. Todas as necessidades têm importância similar.

Essa teoria pode explicar porque, para a maioria das pessoas, o sonho da ocupação de terras está ligado a motivos muito concretos, que podem estar relacionados à sobrevivência imediata. Essa pode ser traduzida, também, pela necessidade de subsistência, considerada como urgência em satisfazer as necessidades nutricionais diárias das famílias. Por sua vez a moradia é a garantia de segurança e proteção e a saúde, essencial para prover o bem estar e o aspecto físico, necessário para garantir novamente a segurança oferecida pela produção na

terra. Tudo isso sem prejuízo das necessidades de entendimento, criação, participação, que só poderão ser atendidas num processo de educação/formação contínua para o desenvolvimento humano que para Le Bourlegat (2008, p.2) é

[...] de natureza endógena e relacional e leva em consideração o protagonismo, a solidariedade sinérgica – no local e fora do local - e o aprendizado constante dos atores locais, para se dar respostas adequadas ao território vivido, detectando e potencializando recursos disponíveis para esse fim. Para isso, há necessidade não só de uma melhor conscientização da condição sistêmica do mundo, como de respostas com ações mais complexas, integradas e flexíveis capazes de empoderar as coletividades locais.

O desenvolvimento humano requer também desenvolvimento das bases materiais e a preocupação com o todo, o cosmo. Uma transição para o conceito de desenvolvimento que requer uma mudança de paradigmas, uma educação/formação que exige a transformação do “eu” em “nós” e estabelece a preocupação com o todo, o destino do planeta Terra. Os estudos e diagnósticos ambientais demonstraram que a degradação ambiental, que hoje o mundo vivencia, é resultado principalmente do uso inadequado dos recursos naturais e das relações desequilibradas entre a sociedade e a natureza, características da ausência do desenvolvimento humano sustentável. A partir da segunda metade do século XIX começou-se a perceber em nível planetário a intensificação da degradação ambiental e de suas conseqüências em termos de impactos ambientais, o que originou estudos e as primeiras reações internacionais no sentido de se conseguir soluções para o controle e a minimização dos danos ao ambiente. O amadurecimento das idéias ambientais ao longo do século XX resultou na consolidação da noção de desenvolvimento sustentável, no qual haveria uma integração entre preocupações sociais, econômicas e ecológicas, uma meta buscada em nível internacional (MAGALHÃES, 2009).

Segundo Veiga (2005, p.214) o desenvolvimento sustentável deveria se desdobrar “em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”. Portanto, o desenvolvimento sustentável depende da cultura, da educação da satisfação das necessidades humanas de uma determinada sociedade. Mas não pode se limitar unicamente a necessidade social, sendo necessário incluir também as bases econômicas que garantirão as

subsistência, com a necessária preocupação com a relação das sociedades com a biosfera (VEIGA, 2005). Para Sachs (2002) as dimensões do desenvolvimento sustentável são: a ecologia, sociedade e economia. O que da importância à utilização de meios flexíveis, negociados e contratuais – que representam a economia política em superação à economia tradicional – para atender, ao mesmo tempo, clamores econômicos, ambientais e sociais. O economista Sachs (1986) denomina esse desenvolvimento como ecodesenvolvimento, que é

“[...] um caminho promissor tanto para países ricos como para países pobres. Para estes mais do que nunca, a alternativa se coloca em termos de projetos de civilização originais ou de não-desenvolvimento, não mais parecendo possível nem, sobretudo, desejável a repetição do caminho percorrido pelos países industrializados...” (SACHS, 1986, p.10)

O Desenvolvimento Sustentável é comprovadamente uma alternativa para o desenvolvimento global. Jared Diamond, (2005) analisa “como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso”, relatando um importante conjunto de problemas ambientais que as sociedades modernas enfrentam, traçando um panorama catastrófico, para mostrar o que acontece quando os recursos não são utilizados de forma sustentável. Segundo este autor (p.17) “até mesmo as sociedades mais ricas e tecnologicamente mais avançadas de hoje em dia enfrentam problemas ambientais e econômicos crescentes que não devem ser subestimados”. E Diamond (2005, p. 19), ainda acrescenta que muitas vezes as pessoas são forçadas

[...] a adotarem meios de produção agrícola intensificados, e a expandir a agricultura das terras inicialmente escolhidas para áreas marginais, de modo a alimentar o número crescente de bocas famintas. Práticas não sustentáveis levam a danos ambientais, resultando em terras marginais de cultivo novamente abandonadas. Para a sociedade, as consequências incluem escassez de comida, fome, guerras onde muita gente luta por poucos recursos, e a derrubada de elites governantes pelas massas desiludidas. Afinal a população diminui por causa da fome, da guerra, ou das doenças, e a sociedade perde algo de sua complexidade política, econômica e cultural que desenvolveu em seu auge.

O progresso é o anseio de toda nação. Seus cidadãos desejam usufruir de todo o conforto e bem estar possíveis, porém o progresso sem sustentabilidade tem desgastado o meio ambiente muitas vezes de forma irrecuperável. A consciência desse fato é que fez surgir a noção do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável ocupa posição central dentro do movimento ambientalista desde a publicação, em 1987, do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas, presidida pela primeira ministra norueguesa Gro Brundtland, intitulado “Nosso futuro comum”. Afirma que: “é sustentável o desenvolvimento tal, que permite satisfazer nossas necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas” (RATTNER, 2002).

Segundo Antonio Elizalde (p.123), a alternativa para uma sociedade sustentável é a educação dos desejos humanos, que controlados atualmente pela mídia a serviço do capital, só produz lixo e dejetos. Para o autor, o grande desafio é:

[...] entender y desentranhar la dialéctica entre necesidades, satisfactores (formas culturales de satisfacer las necesidades) y bienes económicos. Esto, a fin de pensar formas de organización económica em que los bienes potencien satisfactores para vivir las necesidades de manera coherente, sana y plena. La situación obliga a repensar el contexto social de las necesidades humanas de una manera radicalmente distinta de como há sido habitualmente pensado por planificadores sociales y diseñadores de políticas de desarrollo.

Portanto, entende-se desejável o desenvolvimento sustentável, que enseja um processo de mudanças sociais, tanto políticas econômicas e institucionais, que assegure a “satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem estar econômico que além do mais sejam compatíveis com as circunstancias ecológicas de longo prazo” (JARA, 1998, p. 34). Esse Desenvolvimento tem que envolver o ser humano, na satisfação de suas próprias necessidades. Quando esse desenvolvimento é fomentado por atores locais, aproveitando as potencialidades existentes no local, desenvolvendo a solidariedade e a cooperação na busca de maior bem estar próprio e para o entorno, partindo daí para o global, o desenvolvimento é definido como desenvolvimento local (JARA, 1998, p. 34).

O Desenvolvimento Local segundo Gehlen (2004) é entendido como aquele que,

Fundamenta-se, sobretudo, nas potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais que compõem o patrimônio sociocultural ou também chamado capital social. Parte-se de diagnósticos para identificar potencialidades e gargalos até a formulação de uma proposta global de desenvolvimento, como antecipação do futuro a ser atingido e as escolhas de estratégias operacionalizadas em planos integrados de desenvolvimento. Este é o cenário em que políticas públicas de desenvolvimento se fundem com o social para valorizar as diferenças e conquistar qualidade de vida e ambientes sustentáveis.

Portanto, o Desenvolvimento Local não depende necessariamente dos recursos (financeiros ou humanos) externos à comunidade. Para ter sustentabilidade é necessário que a comunidade assuma os rumos concernentes a seu próprio desenvolvimento, respeitando o meio ambiente e as gerações futuras, tem como elemento principal a participação local, através da solidariedade, cooperação, ajudas mutuas, ou seja, um processo de organização e planejamento em torno de objetivos comuns. Essa, segundo Ávila (2000, p. 68), consiste no

[...] efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida' - portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica, - no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade-, assim como a 'metabolização' comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

O desenvolvimento é importante, é o anseio de toda sociedade, que almeja melhor qualidade de vida, mas é preciso que seja sustentável, que seja empreendido pela própria

comunidade, pois segundo Jará (1999) quando se fala do caráter sustentável do Desenvolvimento Local, especificamente na zona rural, se está falando de

[...] agricultores organizados e capacitados, ou seja, dotados de conhecimento, habilidades e destreza para que eles mesmos saibam e possam gerenciar e orientar seus assuntos, partindo dos recursos que realmente possuem. Estamos falando de um modelo mais endógeno, autogestivo, participativo eficiente e mais sustentável do ponto de vista ambiental.

O relatório Brundtland, de 1987, a Agenda 21, resultada da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 ressalta a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável para a salvaguarda do planeta. Mas sem o atendimento dos fatores considerados como base para o desenvolvimento, esse, o desenvolvimento sustentável fica comprometido.

Quando há insegurança alimentar a preocupação maior será resolver esse problema, Silva e Cereda (2007) em estudo de caso no Município de São José do Povo analisaram que as migrações, que deram origem ao mesmo na década de 60, ocorreram por busca de segurança alimentar. Para chegar a essa conclusão, foram entrevistados moradores dos assentamentos, incluindo Padre Josimo Tavares, e da sede do Município. As autoras perceberam que as dificuldades no município de origem, onde havia sido utilizado o meio ambiente sem sustentabilidade com dificuldades para garantir a subsistência, própria e da família, poderiam se reproduzir na região que recebia os migrantes. Esse colapso pode ser caracterizado como desenvolvimento sem sustentabilidade com as mesmas deficiências da região de origem, motivadas pela falta de estrutura, de conhecimento, vontade política, entre outros fatores. Os migrantes, animados pelas propagandas desenvolvimentistas do Governo, haviam partido rumo ao oeste, em busca do “eldorado” sonhado, onde a alimentação em quantidade e qualidade de forma contínua estaria garantida! Deixaram para trás um meio ambiente exaurido, onde imperou a falta de oportunidades e de justiça social.

A segurança alimentar extrapola a questão puramente nutricional. Para atender a segurança alimentar Yasbek (2004, p.104-112) lembra que é necessário o acesso a “alimentos

de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, se realizado em bases sustentáveis”. A segurança alimentar fecha o círculo com os demais fatores básicos.

As pessoas que não estão bem alimentadas não dispõem da energia necessária para trabalhar ou aprender e na maioria dos casos necessitam de cuidados médicos constantes. Os custos resultantes de potencial humano perdido, bem como os gastos com o sistema de saúde, podem causar um impacto negativo importante para a sociedade (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2001). Ainda segundo os mesmos autores a força de uma nação depende da força do seu povo. Quando as pessoas são saudáveis, fortes e bem alimentadas, têm energia, criatividade, segurança, coragem e valor necessários para aprender a solucionar problemas, se desenvolver culturalmente criando grandes obras artísticas, contribuir para os avanços científicos e levar uma vida digna e alegre, ou seja, colaborar para a evolução da civilização para níveis mais altos de desenvolvimento.

A questão da educação é outra questão plausível posicionada por Ávila (2003, p.35-36), onde define educação, formação, como aquela que permita ao assentado uma

[...] coesão solidária, que deve ser constantemente educável, no sentido que a comunidade se atualize e impregne, ininterruptamente, do hábito cultural da incessante pesquisa e discussão de nova forma para se unir, cooperar e agir em direção à consecução de seus próprios rumos de desenvolvimento e concernentes meios de viabilização”.

É reconhecido que os níveis de saúde contribuem para a qualidade de vida dos indivíduos e da população. Sabe-se também que muitos dos componentes da vida social que contribuem para uma vida com qualidade são também fundamentais para que indivíduos e populações alcancem um perfil elevado de saúde (BUSS, 2000). Nos assentamentos há o acesso a serviços médico-assistenciais de qualidade? Os determinantes da saúde têm sido enfrentados em toda a sua amplitude? Existem políticas públicas saudáveis, uma efetiva articulação intersetorial do poder público e a mobilização dos assentamentos?

Uma vez que os membros da comunidade tenham segurança alimentar, saúde e

educação parece que todos os fatores necessários para garantir a sustentabilidade estão garantidos, mas a Associação Mundial de Recreação e Lazer (WLRA, 2002) lembra que há também o fator lazer a ser considerado, pois o

[...] lazer se refere a uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual, social, artística ou espiritual.

Percebe-se que o lazer é um dos meios para o desenvolvimento pessoal, social e econômico, como também, um aspecto importante de qualidade de vida. E preciso questionar se essa questão tem sido considerada nos assentamentos e projetos de assentamentos, uma vez que não foram encontrados relatos na literatura.

Uma vez analisados os fatores básicos para a sustentabilidade, resta analisar a situação frente às comunidades que habitam no meio rural. Quando se discute a sustentabilidade não há como não relacionar o fato da evasão do campo.

Em 1988, com o advento da nova constituição, foi garantida a desapropriação do latifúndio improdutivo para finalidade pública e interesse social, entre a qual consta a desapropriação da terra com finalidade de reforma agrária. Ainda assim não ficou garantida a subsistência do homem no campo, em razão da falta de ajuda financeira para os camponeses assentados, o que acaba por criar um novo êxodo rural (MORISSAWA, 2001).

Esse fator ocorre também em outros países. Segundo O. Baptista (1996, p. 49), ao analisar a situação de Portugal,

[...] a percentagem dos que trabalhavam na agricultura no conjunto da população ativa, em Portugal, entre 1950 e 1990, passou de 48% para 10%. A população ligada a explorações agrícolas no total da população residente diminuiu de 55% para 20%. A contribuição da agricultura para a produção do país (valor acrescentado bruto agro-silvícola/produto interno bruto a preços correntes) baixou de 28% para 5%. No corpo da nação a agricultura constitui um órgão que adoece e

definha. Não é competitiva, não abastecendo, portanto, os hiper e as dispensas. A dependência do país (e vulnerabilidade, é bom lembrar) em produtos de origem agrícola agravou-se a níveis que classifico de suicidas.

A Revista “Veja” de abril de 2008 (p. 106-113), traz uma reportagem com o título “O Planeta Urbano”, onde relata que pela primeira vez na história, a população do campo se iguala a da cidade, isso em níveis mundiais! Diante dessa evidencia, surge o questionamento sobre as perspectivas para o camponês brasileiro.

Esse êxodo não resolve o problema da fome, portanto a segurança alimentar. Segundo Jacques Diuf (2008) Diretor das Organizações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o número de pessoas com fome no mundo passou de 850 a 925 milhões em 2007 após a alta mundial nos preços dos alimentos. O índice da FAO assinalou uma alta nos alimentos de 12% em 2006, em relação ao ano anterior, de 24% em 2007 e de 50% durante os sete primeiros meses deste ano (TELESUR, 2008)! Essa falta de alimentos não pode ser totalmente atribuída a sua escassez pois no campo dificilmente há fome. Já foi suficientemente comprovado que nas regiões agrícola, mesmo que não se tenha acesso a todos os alimentos necessários a um desenvolvimento saudável, a fome como tal é quase totalmente inexistente.

No ponto de vista da pesquisa proposta, o interesse não é apenas a integração do assentado a economia capitalista local, mas a sustentabilidade dos empreendimentos. A análise é feita também na relação dessas famílias com a agricultura de exploração, caracterizada pela agricultura de auto-consumo, envolvendo as necessidades sociais, econômicas e ambientais para essas pessoas, que se reproduzem e precisam da terra não apenas para que suas famílias não passem fome, mas para que em condições de protagonistas possam desenvolver o local (MORISSAWA, 2001), ou seja, se “territorializar”, apossar do conhecimento local, ou seja, conhecimento que procede da educação não formal, da vivência direcionada para garantir a sustentabilidade local.

Para Martins (2005), o Desenvolvimento Local se dá através da participação. Participação que envolve primordialmente o compromisso, não meramente a presença, mas o envolvimento dos autores com os problemas e a busca de soluções para esses. Enfoca a

necessidade de conscientizar as pessoas para o que são responsáveis e mais, o compromisso das mesmas para com o contexto. Para que tal aconteça é necessário o conhecimento profundo da realidade e não apenas informação superficial. Que a comunidade precisa sentir as vantagens de agir coletivamente, afetivamente, pois sem essas não romperão com o individualismo. O sentido de pertença ao lugar nasce da consciência da “força do lugar” no cotidiano, onde são compartilhados os problemas, as alegrias, ou seja, a existência humana. Assim sendo, o mesmo é parte integrante da identidade de uma pessoa. Sem esses, a participação e sentido de pertença, não é possível promover o Desenvolvimento Local.

Portanto, importância deve ser dada ao lugar, como palco dos acontecimentos que perpassam a vida dos indivíduos, onde persiste a busca pela satisfação das necessidades. Observa-se, nos assentamentos, que a alternativa mais drástica para a resolução dos problemas enfrentados por falta de perspectiva na terra, tem sido a migração, o deslocamento de lugar. Lugar de moradia, de desenvolvimento dos problemas cotidianos. Goettert, (2004, p.112) analisa as migrações e os diversos sonhos que a impulsionam, “sonho da melhoria das condições de vida, sonho do estudo, sonho da profissão, sonho da terra. O sonho acordado, acordado também no novo lugar”. Este sonho pode ser traduzido como a busca pela satisfação das necessidades básicas inerentes aos seres humanos, como destacado por Elizalde (2000).

A pessoa recém chegada ao lugar leva tempo para assumi-lo como seu novo espaço de vida, confrontar a noção de espaço com o novo vivido, criar novos laços de amizade e solidariedade, ou seja, se territorializar. As migrações provocam o que muitos autores chamam de desterritorialização e desculturização. “O homem do campo” quando vai para a cidade, deixa a cultura herdada e encontra outra, em um espaço que não ajudou a criar, que não faz parte de sua memória, de sua história. É a alienação! No novo lugar, ele terá que recriar as relações, pois sua experiência de vida ficou para trás, e novas experiências serão recriadas na nova residência. Sua relação com os novos vizinhos vai ajudá-lo a um novo entendimento da nova realidade, e o processo de alienação vai dando lugar a um novo processo de integração, mudando sua forma de ver e sentir o mundo (SANTOS, 1996, p.79-81).

As constantes migrações, portanto, podem dificultar o processo de Desenvolvimento Local pela não apreensão do território, uma condição para tal desenvolvimento. Para Santos (2000, p. 131), o território pode ser definido como “a porção da superfície terrestre, apropriada por um grupo social, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas

necessidades”. É, ainda, o espaço em que o ser humano estabelece seus vínculos afetivos, constrói sua história e concretiza suas relações e fatos sociais, no intuito de manter a sobrevivência, identidade, do grupo e de se sentir protegido, e assim manter a continuidade da vida, por isso a necessidade de construir território. O território pode sofrer interações políticas, econômicas, sociais e culturais dos indivíduos e de grupos sociais, gerando uma malha ou rede de relações que se sobrepõem ou interpõem no espaço, que de algum modo constitui o território. O território é também formado pela diferenciação funcional comandada pelo princípio hierárquico que é dado pelos indivíduos ou grupos que o compõem em suas diversas ações de forma ordenada. “A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade” (SOUZA, 1995, p. 84). Portanto a identidade de um grupo, ou comunidade, pode ser entendida e compreendida a partir do seu território, isto é, de acordo com as relações que a mesma estabelece com a natureza, com o meio físico, entre si. Por meio dessas relações vai criando e estabelecendo a sua identidade sócio-cultural.

Ainda segundo Souza (1995, p.84), “apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial”, a identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território em si, e, conseguinte, com o poder de se apropriar, controlar esse território. Arocena (2001, p.29) afirma que,

[...] un corte absoluto en un proceso de construcción identitaria puede convertirse en pérdida de identidad y, por consiguiente, en trastornos serios en la vida del individuo o del grupo. Esto ha sucedido y sucede en formas dramáticas en los procesos migratorios, en las invasiones, las conquistas, etcétera.

A identidade sócio-cultural pode ser um processo em construção por meio do uso da terra, sendo que o local, o espaço e o território vão ganhando sentido e significado a cada dia que passa. No entanto, poderá levar certo tempo para que as pessoas de uma comunidade construam a sua própria identidade territorial. Arocena (2001, p.30) continua que,

[...] la relación del hombre con su territorio se desarrolla en uno nivel profundo de la conciencia, en eso nivel en el que quedan registrados

los aspectos más permanentes de la personalidad... en los procesos de constitución de las sociedades locales, el componente territorial es un ingrediente básico.

Muitos são os anseios, os sonhos humanos! No novo espaço do assentado, ele vai procurar recriá-los, reinventá-los no seu íntimo. A segurança alimentar, educação e saúde, como também aqueles que dão qualidade de vida ao assentado aumentando os níveis de dignidade, entre esses, o lazer que, como citado, está relacionado as expressões culturais, espirituais e, simplesmente, a mais tempo livre para realização de suas escolhas. São fatores que se satisfeitos atenderão as necessidade humanas fundamentais: subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade. A dificuldade em encontrar bibliografia correlacionando tais fatores selecionados, leva ao questionamento se os mesmos foram considerados na implantação dos assentamentos e projetos de assentamentos organizados pela reforma agrária.

Pelos motivos expostos investigou-se a sustentabilidade, aqui considerada como estabilidade social, econômica e ambiental, através da análise dos quatro fatores selecionados (segurança alimentar, saúde, educação e lazer) como básicos para o desenvolvimento, no assentamento Padre Josimo Tavares do município de São José do Povo – MT.

11.4 OBJETIVO

Realizar um diagnóstico da comunidade do assentamento Padre Josimo Tavares, município de São José do Povo – MT, pela ótica do Desenvolvimento Local, com análise dos aspectos elencados como base que devem iniciar o processo de desenvolvimento: a segurança alimentar, educação, saúde e lazer.

11.5 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser qualificada como de natureza exploratória que segundo Beuren (2003, p. 80) é indicada “quando há pouco conhecimento sobre o assunto pesquisado”, adequada ao trabalho em questão, pois não existe nenhum trabalho realizado sobre o que consideramos como “fatores básicos” para o Desenvolvimento local, Segurança

alimentar, Educação, Saúde e Lazer.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa se baseou em dados e informações bibliográficas, documentais e de campo. Buscou-se informações em literaturas sobre o tema. Foram coletados, selecionados e analisados documentos locais, no município em questão, com a finalidade de construir um conhecimento teórico analítico que auxilie no estabelecimento das variáveis e estruturação da pesquisa.

A coleta de dados primários utilizou a observação e entrevistas com grupos selecionados como de suma importância para a pesquisa, assentados do assentamento Padre Josimo, outros moradores do município, familiares e ex-moradores do assentamento Padre Josimo, município São José do Povo – MT, e outros assentamentos que a pesquisadora julgou necessário.

Quanto ao tipo de método, a pesquisa utilizou uma abordagem do tipo indutiva. De acordo com Richardson (1999, p. 35), “a indução é um processo pelo qual, partindo de dados ou observações particulares constatadas, é possível chegar a proposições gerais”. Portanto, buscou-se a realidade dos fatos que envolvem a vida dos moradores dos Municípios, especificamente do assentamento Padre Josimo, no que tange aos fatores que impulsionaram a sua formação, anseios e perspectivas.

Neste estudo, adotou-se amostragem probabilística (MALHOTRA, 2001). O número total dos moradores do assentamento foi estabelecido como próximo de 120 de forma que para que a amostragem fosse significativa, calculou-se em 55 o número de amostras que deveriam ser analisadas. Como não se dispunha de lista de moradores, amostrou-se ao acaso os moradores de todos os núcleos e linhões de distribuição de água do assentamento.

A pesquisa foi complementada por entrevistas com determinados elementos da população, tais como moradores e ex-moradores dos assentamentos (RICHARDSON, 1999).

A pesquisa de campo, no assentamento, foi estruturada de modo a, além de permitir conhecer e avaliar a ocupação, avaliar também as dificuldades enfrentadas pelos moradores para buscar se apropriar das bases do Desenvolvimento Local, sendo selecionados para a pesquisa como fatores básicos a segurança alimentar, educação, saúde e lazer.

A visita *in loco* no assentamento foi realizada sempre que a pesquisadora necessitou,

visto a mesma ser moradora no município, a 18 quilômetros do assentamento, que permite a proximidade com a comunidade e conhecer a realidade dos fatos que envolvem a vida dos moradores.

A captação dos dados coletados durante a permanência da pesquisadora no assentamento onde se desenvolveu o projeto se deu através da aplicação das seguintes ferramentas de trabalho:

1. Observação *in loco* da pesquisadora;
2. Reuniões com a comunidade local, visando a participação local da comunidade quanto ao projeto de pesquisa;
3. Pesquisas de opinião (aplicação de questionário), coletando a percepção dos moradores locais, da comunidade local. A escolha dos entrevistados se deu de forma aleatória, obedecendo a divisão dos núcleos e linhões do assentamento. Perfazendo um total de 55 familiares entrevistadas. Os questionários aplicados foram estruturados com perguntas fechadas e semi-abertas (RICHARDSON, 1999).
4. Entrevistas gravadas, coletando o testemunho dos assentados, da comunidade local e dos agentes governamentais locais;
5. Fotos, registrando a territorialidade local existente no assentamento, nas próprias localidades, nas culturas e na sua gente.

11.6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Usando o questionário (Anexo 2) como instrumento de pesquisa no assentamento Padre Josimo Tavares, buscou-se compreender a correlação dos fatores de base, segurança alimentar, educação, saúde e lazer na sustentabilidade do local, tiveram os seguintes resultados:

A. Caracterização do Assentamento

A Faixa etária dos entrevistados do Assentamento Padre Josimo Tavares (Figura 16)

esta concentrada entre 40 e 60 anos, o que comprova o envelhecimento a população rural local, o que já foi identificado em outros locais (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999).

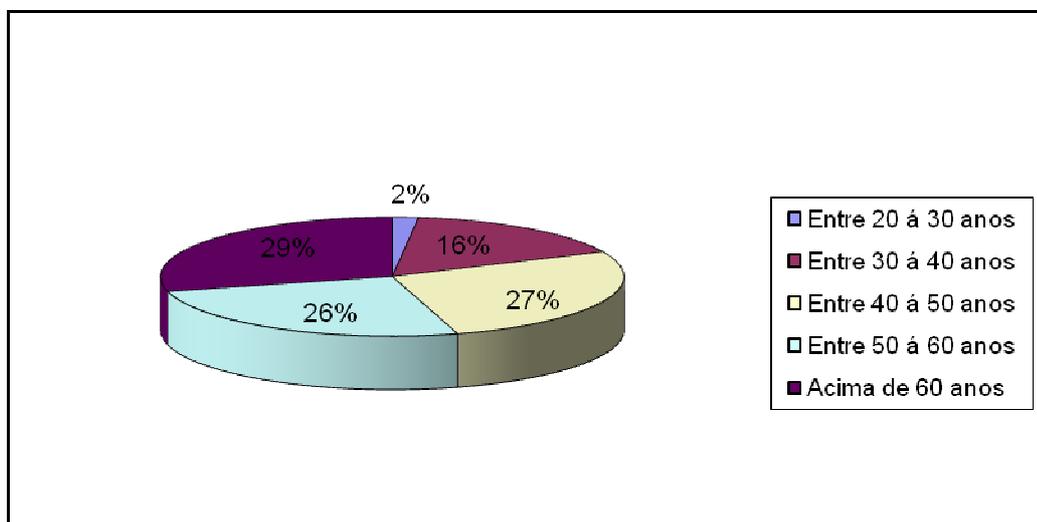


Figura 16 - Faixa etária dos entrevistados.

Entre acampamento e a divisão dos lotes, o assentamento completou 12 anos em 2009.

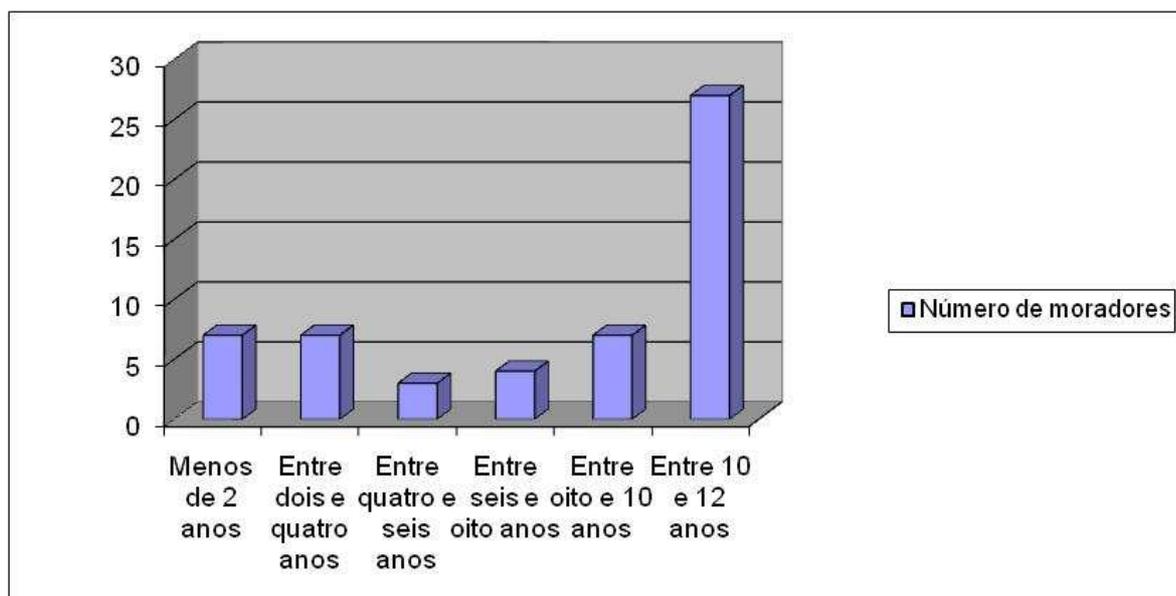


Figura 17 - Tempo na propriedade.

Os resultados da Figura 17 mostram que somente a metade dos entrevistados são

moradores originais, sendo que a maioria já vendeu ou trocou o lote, os demais chegaram ao assentamento nos anos subseqüentes. Esses resultados concordam com Pasquis, Silva, Weiss & Machado (2005), Franca (2000) Mello (2008) David & Waniez (1997), pesquisas realizadas sobre a dificuldade do assentado se manter no lote. Essas informações levam a hipótese da falta de sustentabilidade social, econômica e ambiental que assegure a “satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem estar econômico que além do mais sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo” (JARA, 1998, p. 34).

Dos entrevistados, pelo menos 38 (69%) participaram em acampamento na luta pela terra, portanto, tinham ligação com movimentos sociais. Ao ser perguntado se participam ainda dos movimentos sociais, 56% responderam positivamente.

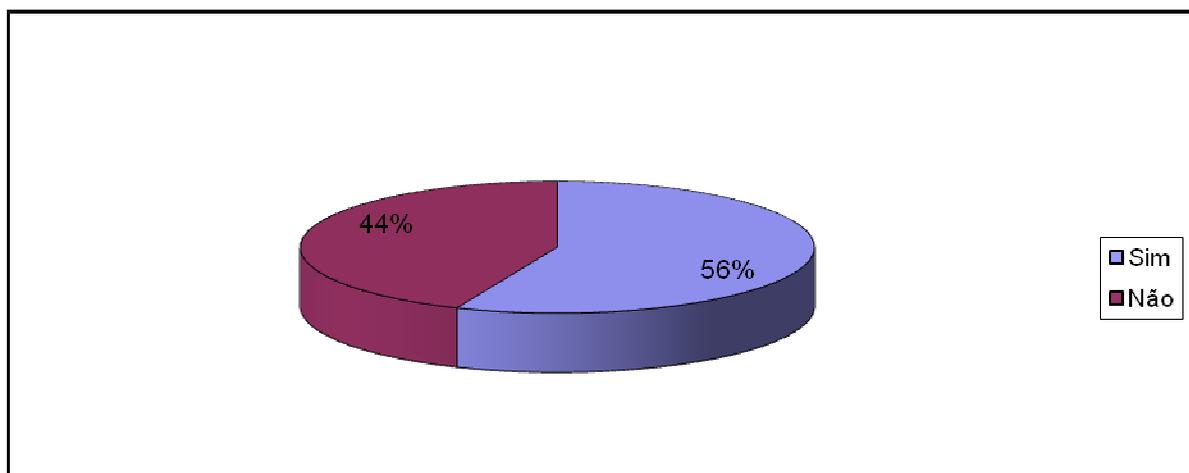


Figura 18 - Participação nos movimentos sociais.

Os movimentos sociais a que marcaram e marcam presença nos assentamentos, são as associações e movimentos reivindicatórios da terra, MST – Movimento dos trabalhadores Sem Terra e o MTA – Movimento dos Trabalhadores Agrários. Apesar do número dos participantes de movimentos sociais estar bem próximo ao dos que fizeram experiência em acampamentos, as entrevistas permitiram verificar que são minoria os assentados que continuam ligados a movimentos sociais. A maioria das pessoas que estão a mais tempo no lote, que ficou acampado, hoje não participa mais. O fato de muitos dos entrevistados não participarem mais de movimentos sociais, mesmo entre os que tiveram experiências em

acampamentos, levam à indagação do porque: descrédito? Não precisam mais? Excesso de trabalho?

Os entrevistados possuem origem rural e já conheceram a experiência migratória antes de virem para São José do Povo. Dos entrevistados 50 responderam ser de origem rural, e apenas 05 de origem urbana. Desses, apenas 07 vieram do local de origem diretamente para o município de São José do Povo, e 48 de outros locais. É possível afirmar que a maioria dos entrevistados é de origem rural e que já fizeram outras experiências migratórias antes de vir para São José do Povo, fato já comprovado anteriormente pelas pesquisadoras Silva e Cereda (2007) ao escreverem sobre o povoamento do município.

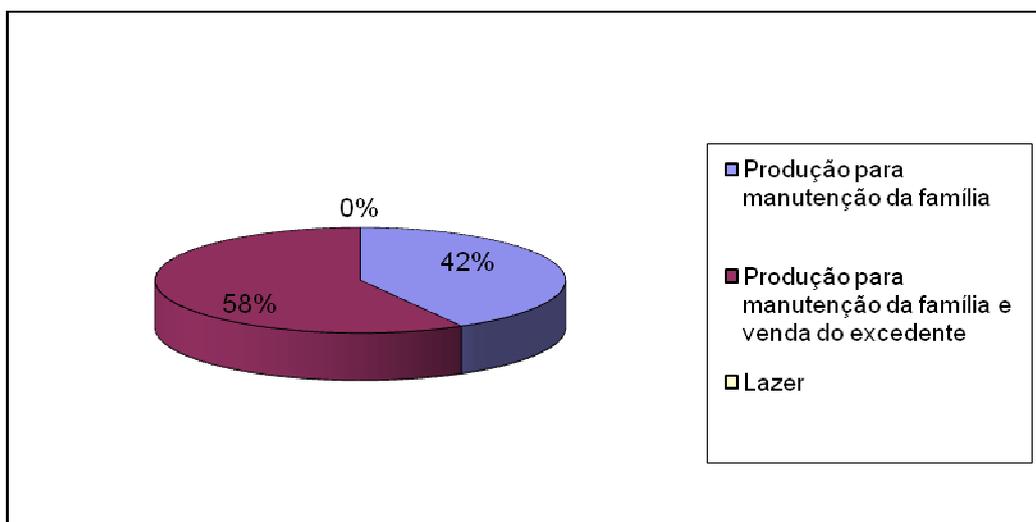


Figura 19 - Objetivo principal da propriedade.

O objetivo principal da propriedade é a subsistência alimentar, conforme figura 19, onde pelo menos 23 famílias entrevistadas utilizam a propriedade para produção para a manutenção da família, enquanto que para 32 além da produção e manutenção da família, vendem o excedente, confirmando trabalhos realizados sobre a importância do assentamento para a manutenção da subsistência da família (MORISSAWA, 2001).

Em relação à situação de infra-estrutura e dos equipamentos presentes no assentamento, constatou-se que a energia elétrica esta presente em todos os lotes e o

assentamento não possui área própria de lazer ou costumes de atividades socializadoras, no que concordam com a opinião dos estudantes do Município (SILVA e CEREDA, 2009). Também não há telefones públicos ou fixo, as comunicações têm sido facilitadas pelo uso de telefone celular, presente em todos os lotes, com o proprietário ou seus familiares. Não existe escola no assentamento. Os alunos de primeiro e segundo grau são conduzidos de ônibus pela Secretaria Municipal de Educação de São José do Povo, à Escola Pública, Municipal e Estadual que dista mais ao menos 20 km do assentamento, situada na sede do município. Os jovens, logo que terminam o ensino médio vão para a cidade, em pesquisa realizada junto a esses no município. Ficou claro que os mesmo estão partindo por falta de emprego e necessidade de continuidade dos estudos, buscando possibilidades de desenvolvimento social e econômico (SILVA E CEREDA, 2009c).

Quanto ao posto de saúde também esta localizado na sede do município de São José do Povo, mas os assentados utilizam os serviços de saúde do Município de Rondonópolis, distante 30 km. Primeiramente recorrem ao serviço de saúde no Município, e daí são encaminhados para Rondonópolis. Alguns que possuem parentes em Rondonópolis procuram diretamente o posto de saúde desse Município, dando o endereço de parentes como local de moradia.

Na implantação do assentamento as instituições de que se lembram são: Secretária de Agricultura Estadual, Banco do Brasil, Prefeitura de Rondonópolis, EMPAER, CONAB, MST, Prefeitura Municipal, Igreja Católica, Empresa de Projetos Grupal e alguns políticos (Figura 20).

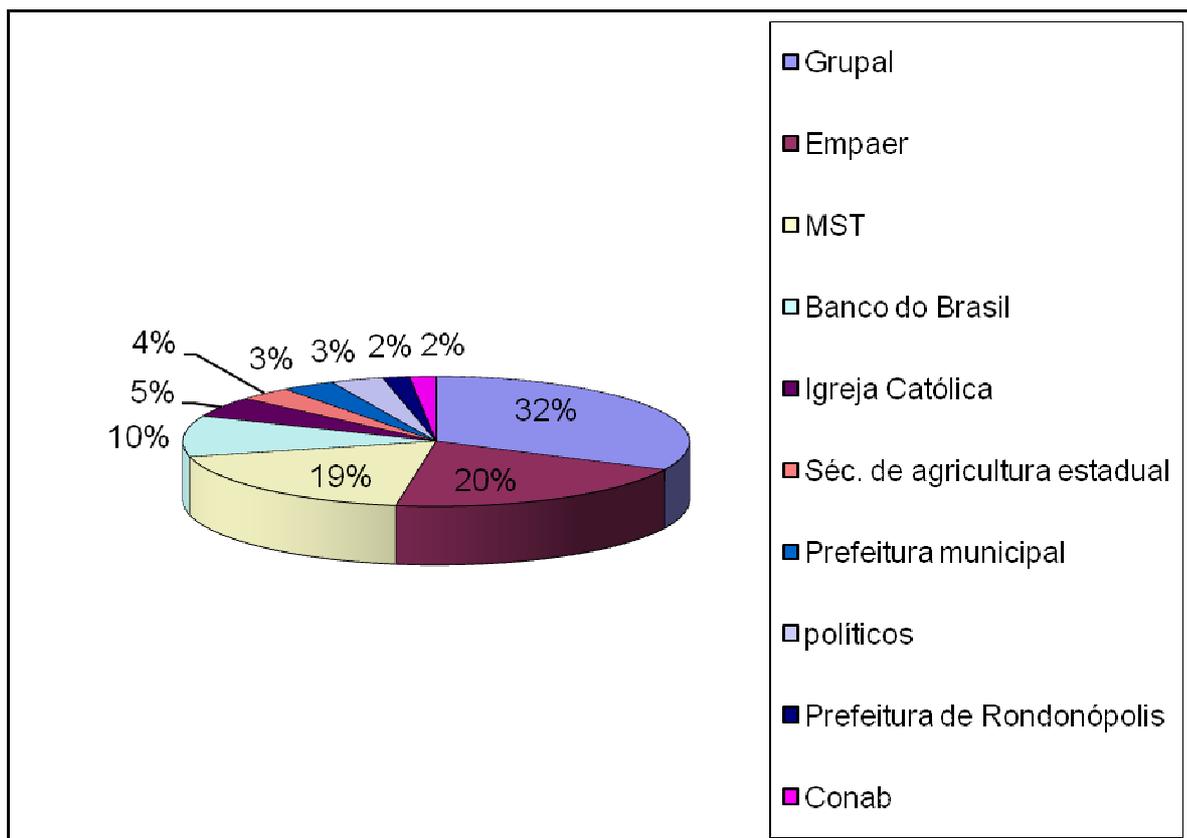


Figura 20 - Na implantação do assentamento as instituições de que se lembram.

Atualmente no assentamento, segundo os moradores, as instituições que participam são: EMPAER, Banco do Brasil, CPT, Igreja Católica, Associação do Assentamento, MTA, MST e Empresa de Projetos Grupal (Figura 21).

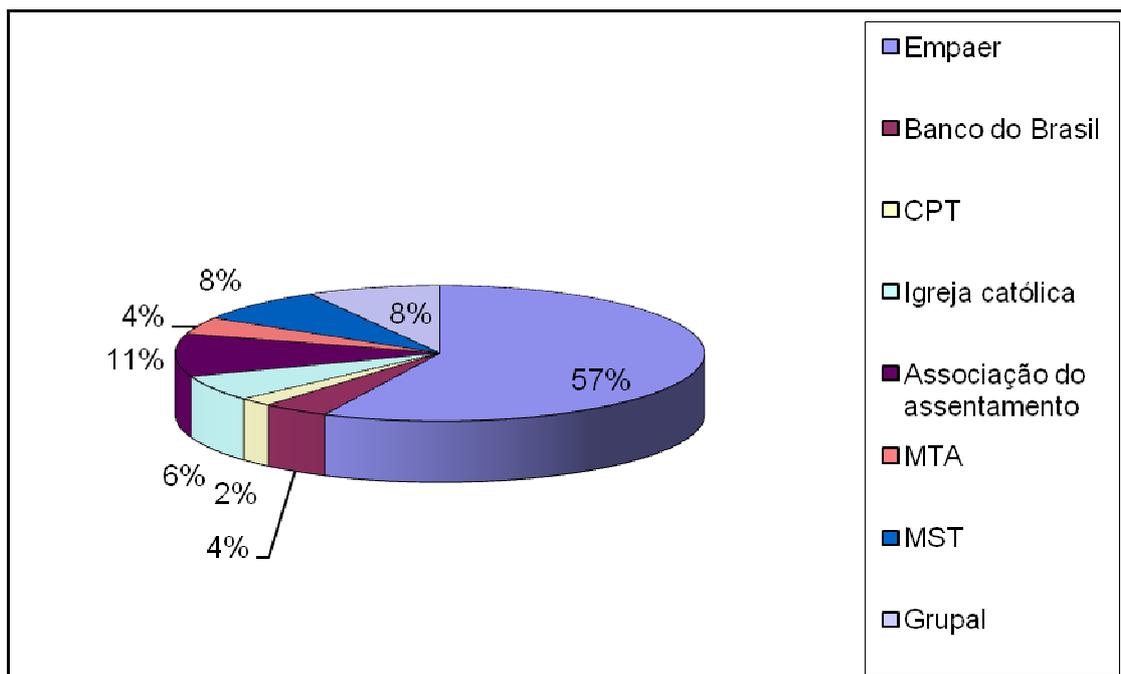


Figura 21 - Atualmente no assentamento as instituições que participam.

A Igreja Católica é uma presença atuante, também através das Irmãs da Província Santa Teresa do Menino Jesus, da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, que desenvolvem atividades que almejam a sustentabilidade local através da “Dando as Mãos” Organização dos Assentados e Empreendedores em Geral (Silva e Cereda, 2009b).

B. SEGURANÇA ALIMENTAR

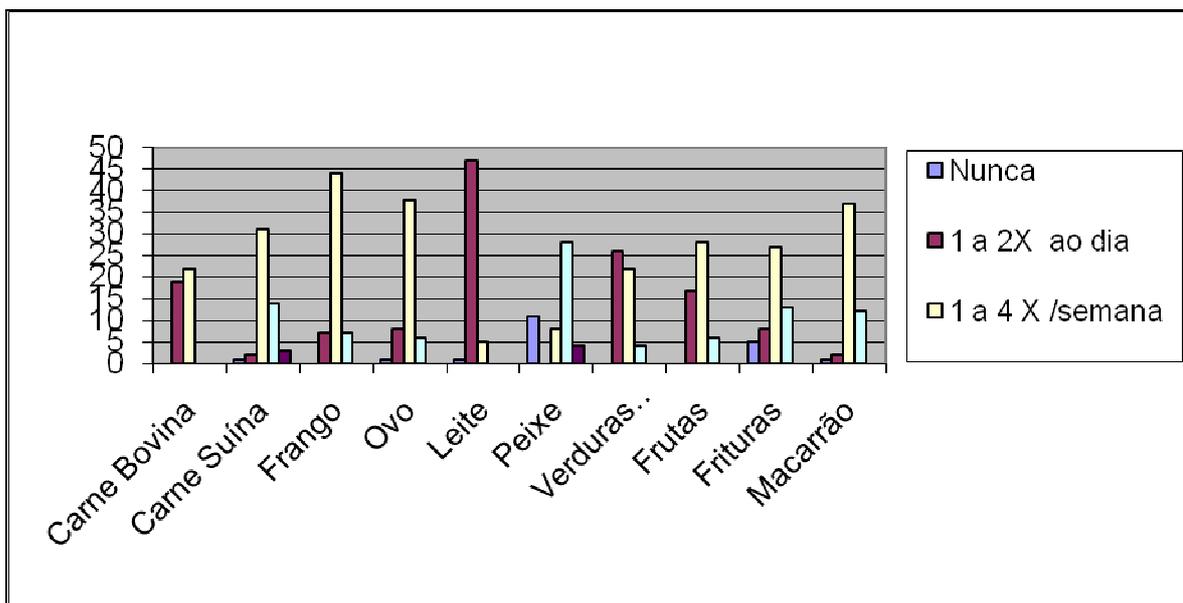


Figura 22 - Segurança alimentar.

Pelas informações sobre a alimentação no assentamento, é possível concluir que as famílias entrevistadas se alimentam bem, possuindo um cardápio variado e diversificado. Todas possuem hortas, pomar e criam animais para abate e produtos derivados, como o leite. Boa parte do que se produz é para o consumo próprio, fortalecendo a hipótese de que o objetivo principal da propriedade é garantir a segurança alimentar, conforme Moreira e Lima (2005). Pelo exposto, é possível afirmar que as famílias entrevistadas, de forma geral, possuem uma base sólida alimentar, o que não constitui Segurança Alimentar, pois conforme (YASBEK, 2004, p.104-112), Segurança Alimentar é o acesso a “alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em praticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, se realizado em bases sustentáveis”. Conforme será observado a seguir, o acesso aos alimentos no assentamento não se dá de forma sustentável, não existindo, no assentamento, uma preocupação com o sistema alimentar futuro, apesar de já ter sido comprovado a alimentação saudável e em quantidade suficiente.

Ao analisar a Figura 23, é evidente que as famílias têm mata perto da propriedade, que constitui a reserva legal obrigatória nas propriedades. Basicamente todos os entrevistados

usam madeira desses locais (46 confirmaram usar madeira dessa mata), o que poderá comprometer o meio ambiente para as gerações futuras.

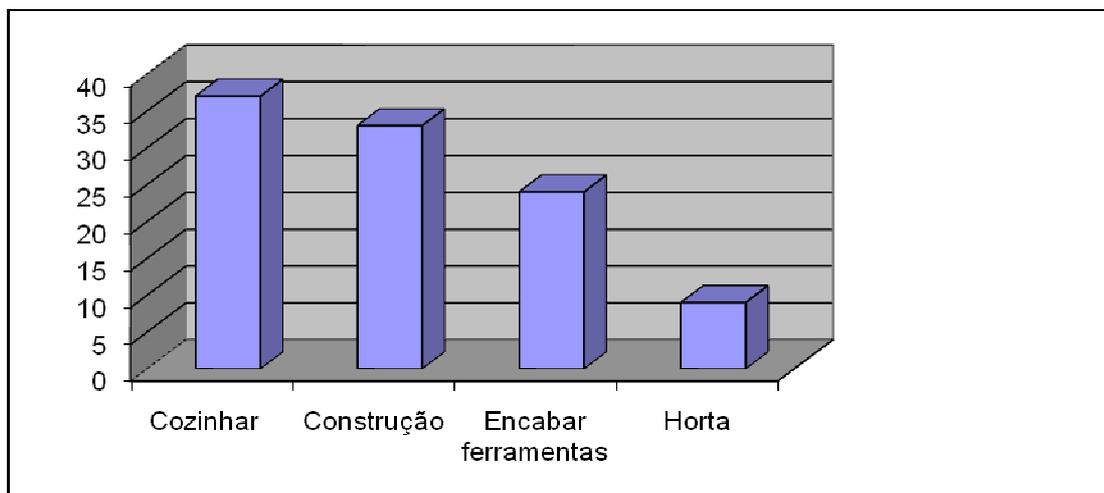


Figura 23 - Uso da Madeira.

Ao ser perguntado se falta madeira no local, 19 entrevistados responderam que falta muito e 14 um pouco, o que deixa a escassez de madeira. A Figura apresenta um uso variado, da cozinha até a horta. Não foi possível quantificar a quantidade usada, mas a análise deixa claro que há necessidade de madeira e que essa necessidade aumentará caso as atividades produtivas também aumentem. Caso não haja implantação de madeira para corte, é de se esperar que o uso de madeira nativa aumente, comprometendo o meio ambiente para as gerações futuras. Levando em conta a questão da sustentabilidade ambiental, poderia ser utilizado o eucalipto ou bambu, culturas não cultivadas pelos assentados.

Quanto ao lixo a maioria dos moradores do assentamento queima (Figura 24). Do conhecimento da pesquisadora foi verificado que nenhuma família utiliza a compostagem, embora a maior parte do lixo gerado seja orgânico.

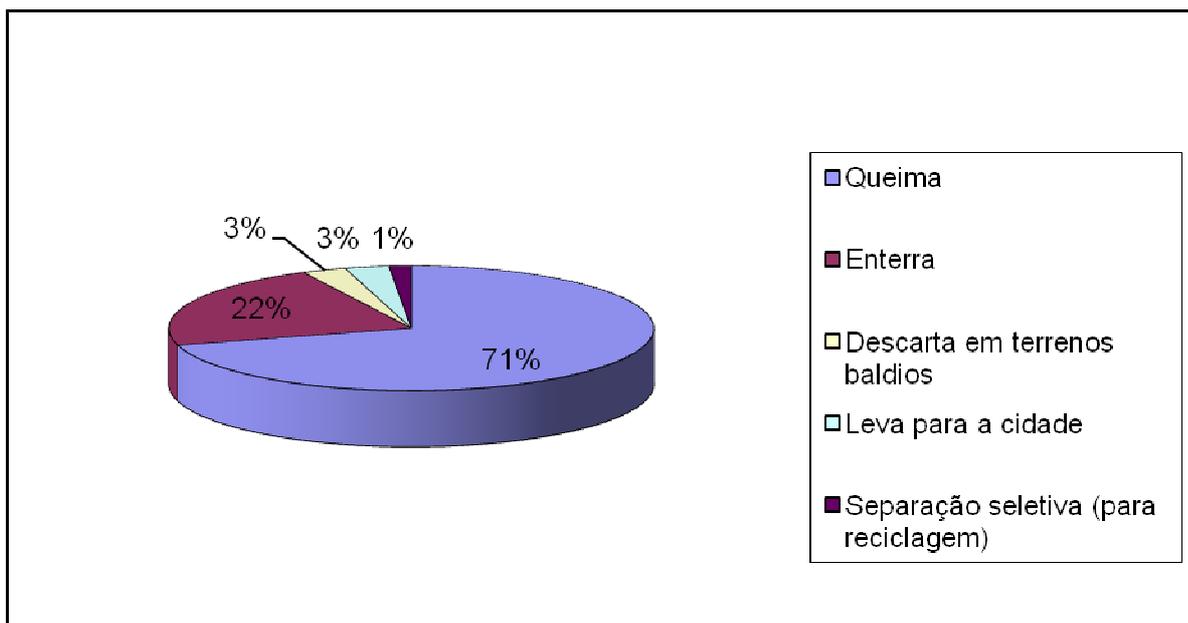


Figura 24 - O que costumam fazer com o lixo?

Como praticamente todas as famílias afirmaram ter horta e a maioria tem criação de animais, seria importante quantificar esses resíduos e verificar se são usados como alimentação animal. De qualquer forma não foi verificada a compostagem, apesar de que a maior parte do lixo gerado é orgânico.

As garrafas PET utilizada pelos entrevistados são reutilizadas e, havendo excessos o,u estando muito usadas, são queimadas. Não há coleta seletiva na região, nem mesmo nos municípios vizinhos (Figura 25).

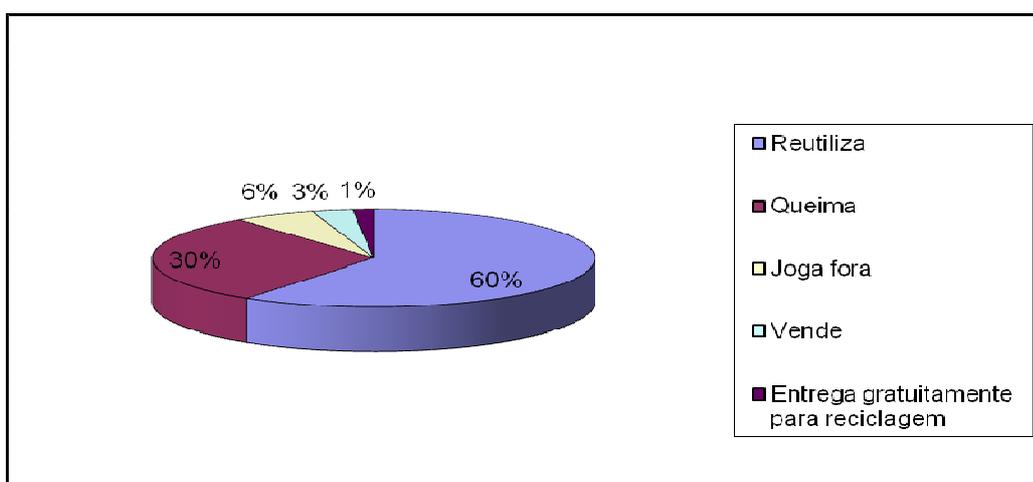


Figura 25 - O que fazem com as garrafas PET.

Sobre as mudanças relacionadas com a quantidade de animais e plantas silvestres da região, 52 famílias responderam que perceberam essas mudanças, sendo que 38 responderam que o meio ambiente mudou muito. Apenas duas famílias responderam que nada mudou. As mudanças mais perceptíveis foram as relativas a chuva e temperatura ambiente. O desaparecimento de animais e plantas silvestres também foi sentido praticamente em mesmos níveis que as mudanças climáticas.

Ao perguntar se falta água no assentamento, 51 famílias responderam que não falta. A água utilizada no local provém de poços artesianos (dois) e desses é distribuída para as caixas de água (duas) e, finalmente, para todo o assentamento. Cada assentado paga uma taxa pela utilização da água de R\$20,00 se utilizar até 30.000 litros. A partir desse teto, pela utilização de cada 1.000 litros é pago um adicional de R\$ 1,00. Na observação do modo de organização local, e conversas informais com as famílias, foi detectado um forte conflito causado pela forma da distribuição da água. Para contornar o problema com a forma de cobrança em épocas anteriores, as famílias elegeram uma Associação do Assentamento como responsável pelo controle da utilização desse bem a todos os moradores. Não foi feito um regimento interno de utilização ou de distribuição, ficando a Associação como única a controlar o recurso, conforme sua disposição. Sem a participação gestonária dos moradores, o controle da água pela Associação, mesmo com a boa vontade dos coordenadores, tem gerado arbitragens, segundo depoimento de alguns assentados do local. Muitos assentados plantam hortas, para a própria subsistência e venda do excedente, o que demanda uma quantidade considerável de água, e não há no assentamento uma conscientização da utilização sustentável da água, como não houve dos demais recursos existentes.

Na Figuras 26 fica claro que a população local percebe as mudanças ocorridas no meio ambiente, causadas pela utilização sem sustentabilidade dos recursos naturais existente, mas não têm conhecimento suficiente da utilização sustentável desses recursos.

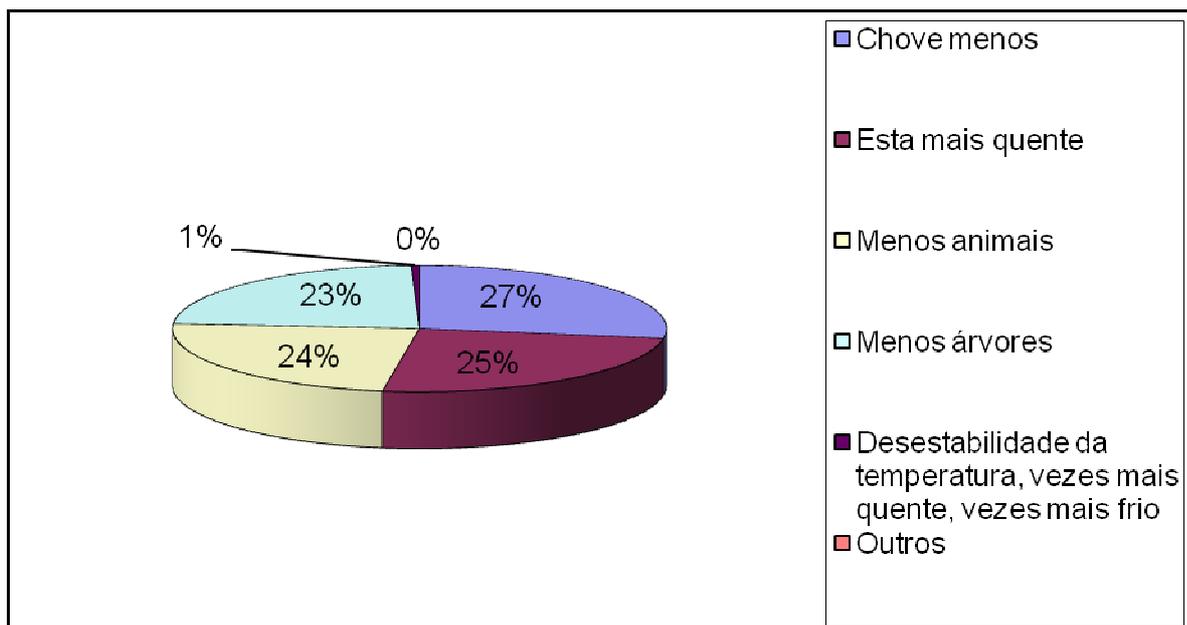


Figura 26 - Tipos de mudanças percebidas:

Sobre as mudanças relacionadas com a quantidade de animais e plantas silvestres da região, 52 famílias responderam que perceberam essas mudanças, sendo que 38 responderam que o meio ambiente mudou muito. Apenas duas famílias responderam que nada mudou. As mudanças mais perceptíveis foram as relativas a chuva e temperatura ambiente. O desaparecimento de animais e plantas silvestres também foi sentido praticamente em mesmos níveis que as mudanças climáticas

Para compreender sobre a sustentabilidade econômica do assentamento, foi perguntado sobre o nível de renda do assentado. Os resultados estão apresentados abaixo. A renda relatada é relativa ao que é produzido na propriedade, complementada com renda de serviços prestados, seja com vínculo empregatício e/ou bicos realizados por algum membro da família (figura 27)

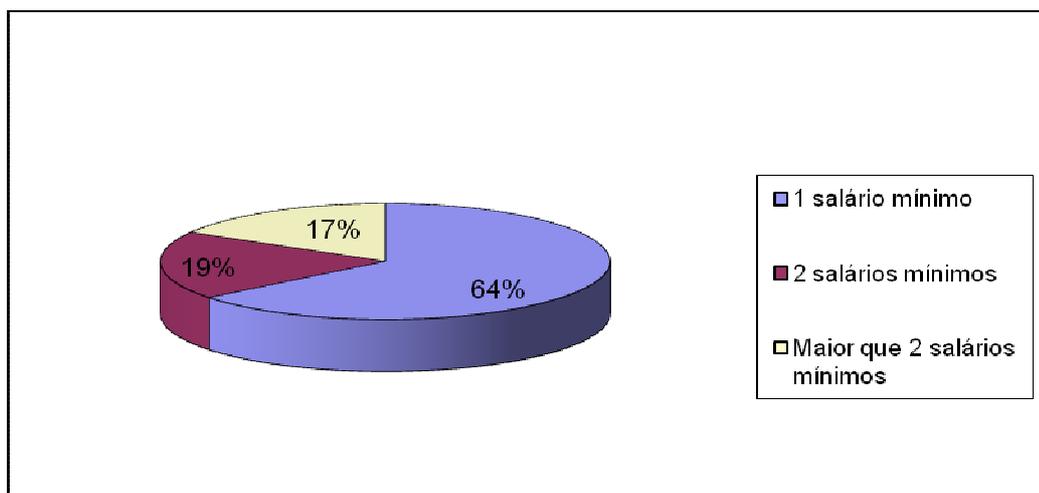


Figura 27 - Considerando o salário mínimo como R\$ 460,00 a renda familiar dos assentados.

Segundo a figura 27 o assentado possui baixa renda, mas a alimentação está garantida em razão da produção própria. Apesar disso há necessidades de recursos que garantam o bem estar da família, como pagamento da água, energia elétrica, transporte, telefone celular, etc. Com a renda mínima de um salário mínimo essas necessidades dificilmente podem ser garantidas.

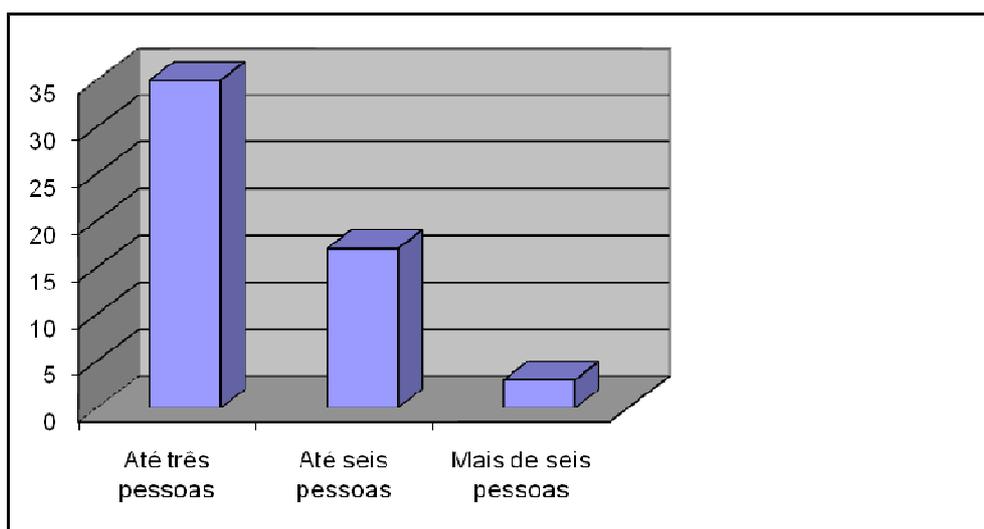


Figura 28 - Pessoas que vivem da produção da propriedade.

As famílias compostas, em média, por três a seis pessoas, mesmo com a alimentação garantida, necessitam de renda extra para a manutenção do bem estar (Figura 28).

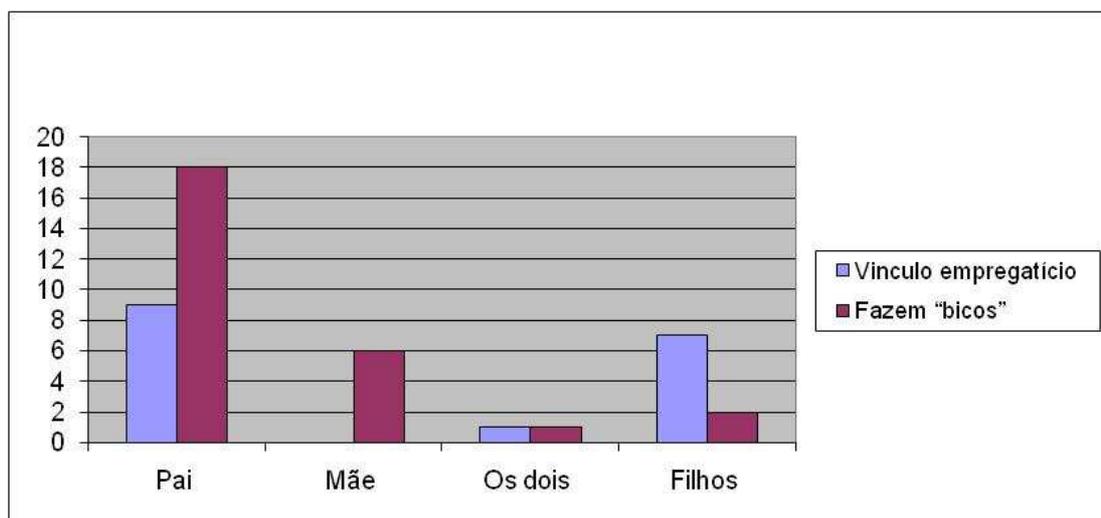


Figura 29 - Complemento da produção da propriedade.

As famílias que possuem "bicos" ou vínculos empregatícios totalizam um número expressivo de 44 famílias, ou seja, 80% dos entrevistados.

Na Figura 29 é fortalecida a constatação de que a produção do lote não garante a sustentabilidade e o bem estar das famílias, apesar da alimentação atual da família estar solidamente garantida. Sendo as famílias compostas, em média, por três a seis pessoas, muitas necessitam de renda extra para a manutenção do bem estar: 17 famílias na forma de vínculo empregatício, 27 na forma de trabalho informal ou "bicos" (Figura 29). Essa informação totaliza um número expressivo de 44 famílias, que necessitam de renda extra no assentamento, confirmando o que alguns autores já descreveram (BERGAMASCO, 1997; FURTADO et al. 2004).

Sendo assim, fica comprovado que a sustentabilidade econômica no lote não existe. Se os jovens vão trabalhar fora, o trabalho no lote fica como responsabilidade para os pais, que atingindo uma idade avançada não conseguem mais manter a produção de modo a contribuir no sustento da família.

Também é possível observar que não há sustentabilidade econômica a partir do lote,

pela falha na comercialização. Muito do que é plantado se perde ou é doado para vizinhos, pela falta de conhecimento e confiança nos mecanismos de comercialização existentes. Esses mecanismos, venda para a CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento, PAA, Programa de Aquisição de Alimentos para a população com insegurança nutricional que privilegia a agricultura familiar ou para o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, que por lei tem que adquirir pelo menos 30% da merenda escolar da agricultura familiar, não conseguem produção suficiente para a demanda da região.

Outra possibilidade para garantir a sustentabilidade futura é a utilização dos recursos naturais existentes na região de forma sustentável, principalmente em relação aos animais silvestres existentes na região e a vegetação local. O extrativismo controlado, dos animais e plantas nativas, através de ONGs de preservação ambiental, poderia garantir a sustentabilidade, o que seria uma fonte de renda complementar ao trabalho na terra. Para entrar nos programas de comercialização propostos pelo governo é necessário estar organizado socialmente, através de associações ou cooperativas, possibilidades analisadas a seguir.

C. EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

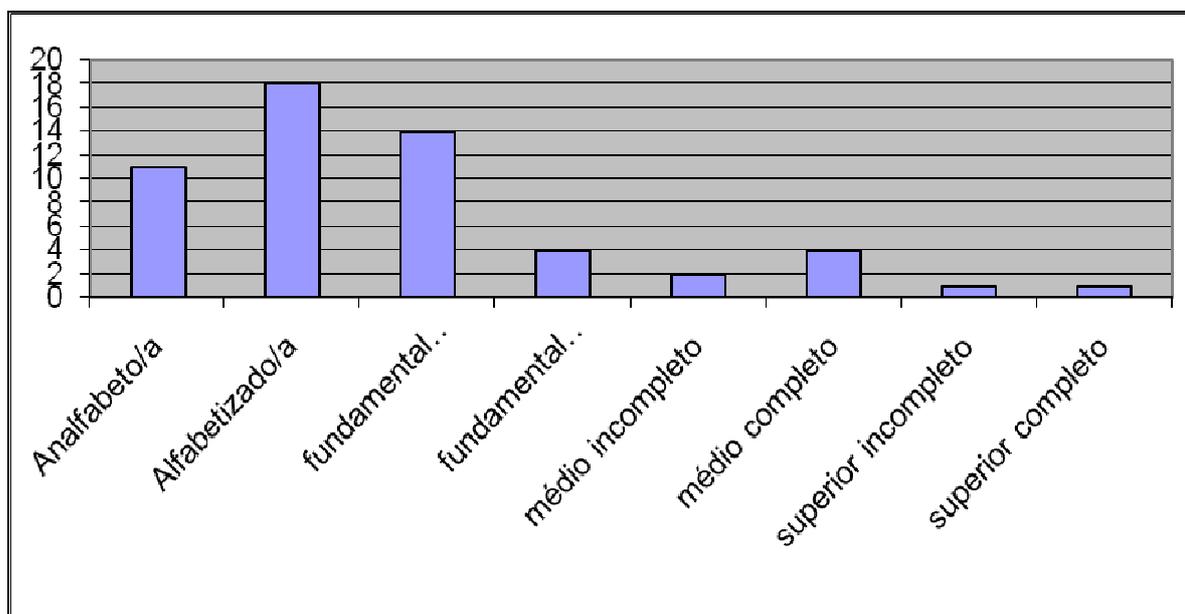


Figura 30 - Nível de escolaridade dos entrevistados.

É possível observar na Figura 30, que o nível de escolaridade local é baixa, pois foi 43 a soma dos entrevistados que se declararam analfabetos, alfabetizados ou com o ensino fundamental incompleto. Esse fator pode ser facilmente justificado, observando a faixa etária dos entrevistados (Figura 16) e sua origem de migrantes provenientes da zona rural, de regiões que, nas décadas anteriores apresentavam menores índices de desenvolvimento, tais como o interior de Minas Gerais (SILVA e CEREDA, 2007).

É importante observar que um número expressivo de 16 assentados declarou que voltou a estudar, apesar da distância da escola, mais ou menos 20 km, que pode levar até duas horas para ser percorrida. A condução disponível é o mesmo ônibus que recolhe estudante do assentamento e de sítios circunvizinhos, e que traz os alunos do período anterior (SILVA e CEREDA, 2009c). Os assentados sacrificam um tempo que poderiam ser usado em lazer ou descanso. Dos que não voltaram a estudar, pelo menos 25 assentados apresentaram o desejo de voltar.

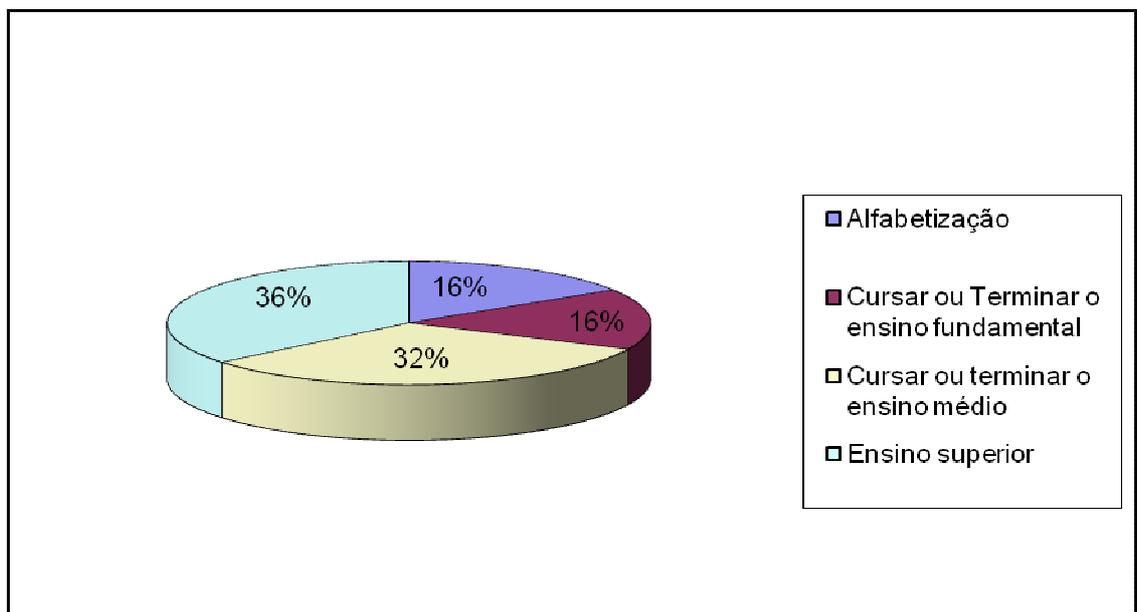


Figura 31 - Dos 25 entrevistados que responderam que gostariam de voltar a estudar, o que gostariam de fazer:

Esse desejo em voltar a estudar pode estar relacionado à falta de sustentabilidade, pois

como já comprovado anteriormente a mesma não esta garantida com a produção no lote.

Pode se afirmar que saber ler é importante para os moradores desse assentamento, pois além do problema da segurança alimentar, há ainda os sonhos de maior bem estar, como alencadas anteriormente, ou seja, o desejo de um nível de vida melhor, entre esses, estudar! Tudo o que passa pela linguagem escrita é uma limitação para a comunidade que precisa valorizar o que é oral, a demonstração. Como a comunidade apresenta o desejo de estudar, para perceber essa limitação e busca meios de saná-la. Mais o sonho não é muito fácil de ser realizado, devido as estruturas locais. No assentamento existem algumas salas do programa EJA - Educação de Jovens e Adultos, portanto o problema da alfabetização é resolvido no local, quando para continuar os estudos os moradores precisam sair do local. A escola mais próxima fica na sede do Município, a 20 quilômetros, o que demanda muito tempo dentro do ônibus escolar.

Ao ser perguntado para os pais sobre as aspirações dos filhos jovens, 31 responderam que os filhos querem ir para a cidade, sendo 21 para estudar e 10 para trabalhar. 17 responderam que os filhos querem ficar no assentamento, sendo que 12 para continuar o trabalho dos pais e 5 com o objetivo de conquistar o próprio lote. Ou seja, mais ou menos um terços dos jovens mostram interesse em continuar

na propriedade e dar continuidade ao trabalho dos pais. Portanto, os jovens em sua maioria querem ir para a cidade, para estudar ou trabalhar, conforme informações dadas pelos pais, que confirmam seus próprios depoimentos (SILVA e CEREDA, 2009c). A cidade aparece como referência para a mudança das condições de estudo e para melhoria das condições econômicas e, o trabalho agrícola fica em segundo plano. O futuro e, portanto, a sustentabilidade mostra uma fratura. Se os poucos que desejam continuar o trabalho dos pais, ficarem desmotivados, quem vai continuar o trabalho no lote? Certamente um questionamento das famílias assentadas, que vêem o futuro com incerteza.

Sobre o que o assentado acredita ser necessário para ser bem sucedido na agricultura, obteve as seguintes informações:

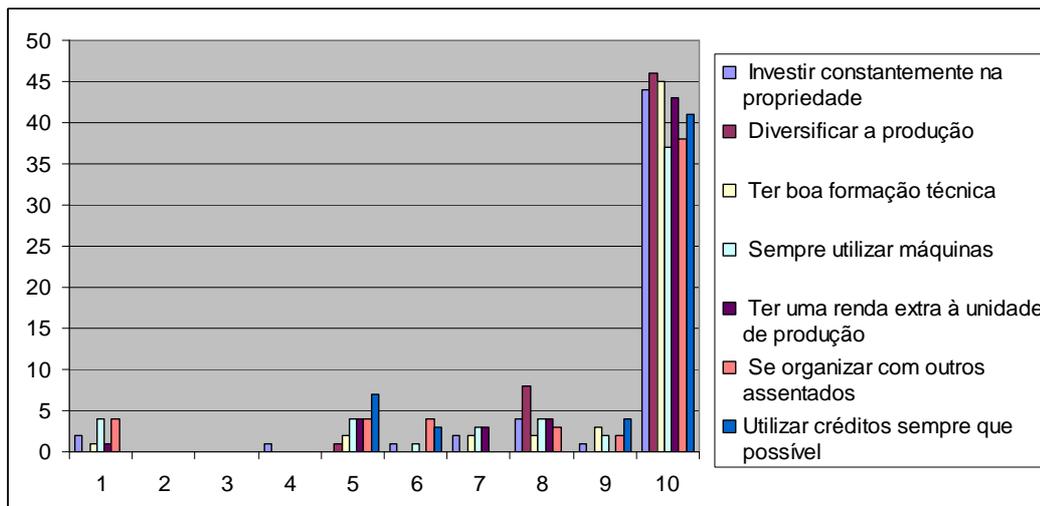


Figura 32 - Para ser bem sucedido na agricultura numeração de 1 a 10.

As respostas foram bem diversificadas, ficando com o maior número de nota máxima a “diversificação da produção” e o menor número com “sempre utilizar máquinas”.

É grande o número de assentados que participaram da formação técnica, principalmente quando realizada no assentamento. A educação rural no Brasil possui três vertentes básicas: a educação escolar, a formação profissional, ligada ou não ao SENAR - Serviço Nacional Rural; e a extensão, ligada a EMPAER - Empresa Mato-Grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural S.A. No assentamento, portanto, a formação técnica tem sido oferecida, indo de encontro as necessidades da população, conforme Figura 32, onde grande parte dos entrevistados demonstraram que acreditam na formação técnica para ser bem sucedido na agricultura, apesar da grande dificuldade da população em apreender os conhecimentos devido ao baixo nível de escolaridade.

Frente ao exposto é possível afirmar que o pilar de sustentabilidade relacionado a educação não é estável. A comunidade possui dificuldade de apreender os conhecimentos, apesar da formação técnica ofertada. A saída é a forma oral ou demonstração. Segundo Figueiredo Neto (1998), uma série de fatores mostra que o nível da educação tem relação direta com a produtividade, em nível individual e correlação entre escolaridade e renda, em nível macroeconômico, pela importância do fator escolar na explicação de níveis de taxa de crescimento econômico. Na comunidade analisada, existe a possibilidade de alfabetização, e

há uma procura pelos assentados, enquanto que o acesso a outros níveis escolares fica comprometido pela distancia entre escola e assentamento. A educação também é essencial para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais existentes. A compreensão de que esses recursos são esgotáveis assegura a proteção, pela garantia futura de tais recursos sem, no entanto levá-los ao esgotamento, que prejudicará a subsistência. Outro fator que compromete a sustentabilidade é a tendência da juventude rural em sair para a cidade (SILVA e CEREDA, 2009c), em busca de possibilidades para continuar os estudos ou de trabalho remunerado, e quem sabe assim garantir a segurança alimentar dos pais e família que ficou no campo.

D. SOCIABILIDADE/LAZER

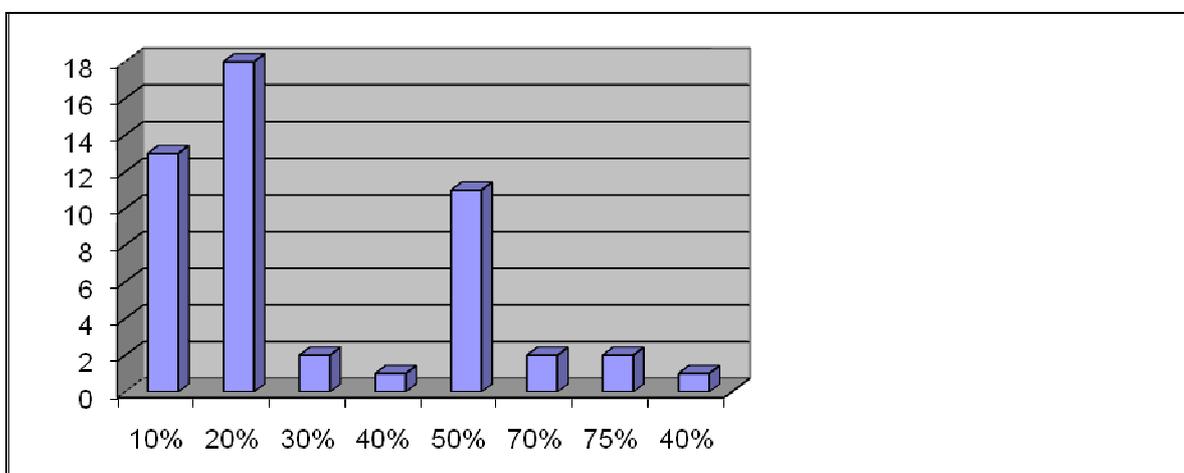


Figura 33 - Qual o percentual do tempo livre em relação ao tempo de trabalho no lote.

Os percentuais informados pelos assentados foram dados conforme o tempo ativo na propriedade, tempo livre em relação ao tempo de trabalho no lote.

A maioria dos entrevistados respondeu que o tempo livre em relação ao tempo de trabalho no lote equivale a 20%, o que totaliza uma média de 22 horas de lazer na semana, calculado sobre o total de horas da semana menos as horas de sono (8 horas). Durante esse tempo livre do assentado, as opções de lazer mais comuns apresentadas pelos entrevistados foram listadas na figura 34.

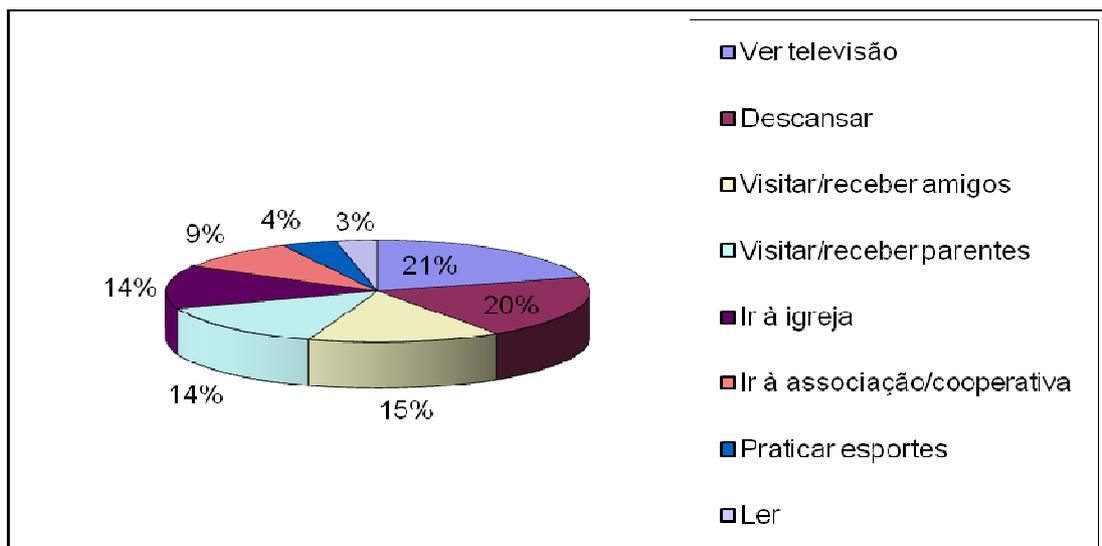


Figura 34 - Opções de lazer existentes no assentamento

Há uma disparidade entre os que responderam que a Igreja é uma opção de lazer no assentamento (Figura 34) e os que responderam que participam de alguma atividade religiosa 46, podendo ser justificado pela falta de igrejas (templos) no assentamento. Os moradores costumam se reunir para as celebrações religiosas nas casas das famílias e no barracão comunitário, o que comprova a importância do fenômeno religioso para a sustentabilidade social para esse grupamento, conforme analisado por Silva e Cereda (2009b). No Município as grandes festas são a do padroeiro São José do Povo e o rodeio, que atraem moradores de toda região e regiões circunvizinhas. A análise das expectativas dos estudantes (SILVA e CEREDA, 2009c) mostrou que esses são também uma das poucas atividades disponíveis para os jovens.

Quanto ao nível de confiança dos assentados foram obtidas as respostas listadas na figura 35.

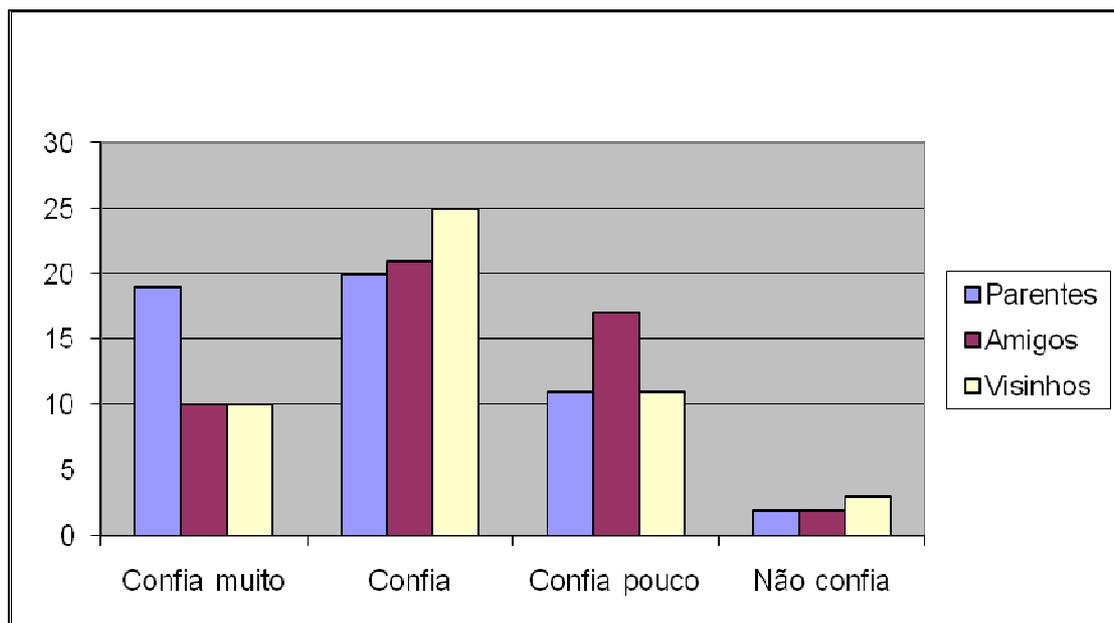


Figura 35 – Nível de Confiança das famílias entrevistadas.

Sobre a confiança, foram levantados 4 níveis, confia muito, confia, confia pouco e não confia. Ao ser perguntado para o assentado sobre o nível de confiança entre os parentes, amigos e vizinhos, foi estabelecida uma nota de 0 a 10 para cada nível. Confia muito teria uma nota de 08 a 10, confia 05 a 07, confia pouco 02 a 04, não confia 00 a 01.

A comunicação com parentes, vizinhos, e amigos é realizada através de telefone celular, para 53 dos entrevistados. Somente dois entrevistados responderam não se comunicar.

Quanto a existência de conflitos, 03 entrevistados responderam que já tiveram algum, dois apresentaram como motivo o problema da água, e um a religião.

Ainda na questão da sustentabilidade social, os moradores negam a existência de conflitos, mas na observação e conversas informais ficou claro o grande problema causado pelo controle da água por uma das associações do Assentamento, como já citado, chegando mesmo ao registro de queixa no distrito policial do município. O fato de não admitirem a questão mostra que nem sempre as respostas são sinceras mesmo para quem está bem entrosado no meio.

As Figuras 40 e 41, mostram a grande preocupação com a união no assentamento. Na Figura 41, que se refere a expectativas, sonhos, 11 pessoas colocaram como um de seus anseios a união entre os assentados. Na Figura 40, a desunião é citada como o problema mais sério do assentamento por sete pessoas. Ao ser perguntado sobre quantos já tentaram mudar alguma coisa que consideram que precisaria ser mudada, pelo menos 02 se referiram a luta por mais união no assentamento. Outra disparidade nas respostas é relacionada a confiança, pois a maioria diz confiar nos parentes, amigos e vizinhos. No entanto nas horas de folga ou domingo preferem descansar (Figura 34) a visitar os amigos. Esse distanciamento é comprovado pela baixa relação de “compadrio” existente, pois somente 12 famílias possuem afilhados no assentamento, dessa nove estão entre as mais antigas no assentamento.

É possível observar, também, que o lazer no assentamento é pobre, não existindo muitas opções para os moradores. É surpreendente que um número tão pequeno (8) pratique esporte, conforme a Figura 34, por ser o futebol uma atividade de lazer tão presente na cultura brasileira.

Os estudantes (SILVA e CEREDA, 2009c) também se mostraram pouco esportivos e o futebol, esporte fácil e barato é pouco valorizado.

O local de encontro mais comum entre os moradores é o “bar da Iva” e as atividades religiosas, mas a grande maioria opta por descansar ou ver televisão como opção de lazer (Figura 34). As barreiras socioeconômicas, a baixa organização social, os atritos e o baixo nível educacional criam todo um clima favorável para tal opção, portanto o lazer se torna uma atividade passiva, um assimilador de tensões, algo que ajuda a conviver com as injustiças (MARCELINO, 1996). Por bom que isso pareça, perde a sua característica de desenvolvimento pessoal e social que também enseja. Percebe-se que não há interesse dos moradores em criar alternativas de lazer, o que pode ser justificado pelo pouco tempo livre. O lazer seria uma oportunidade de socialização, de encontro e estreitamento de laços entre os vizinhos, de desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social livre, o ápice da atividade criativa humana. Momentos onde se desenvolve o processo de socialização, do aprender a fazer junto (MARCELINO, 1996). Se no assentamento esse não acontece, podemos questionar as relações existentes entre os moradores.

E. SAÚDE

As doenças mais comuns no assentamento segundo os entrevistados são apresentadas na figura 36.

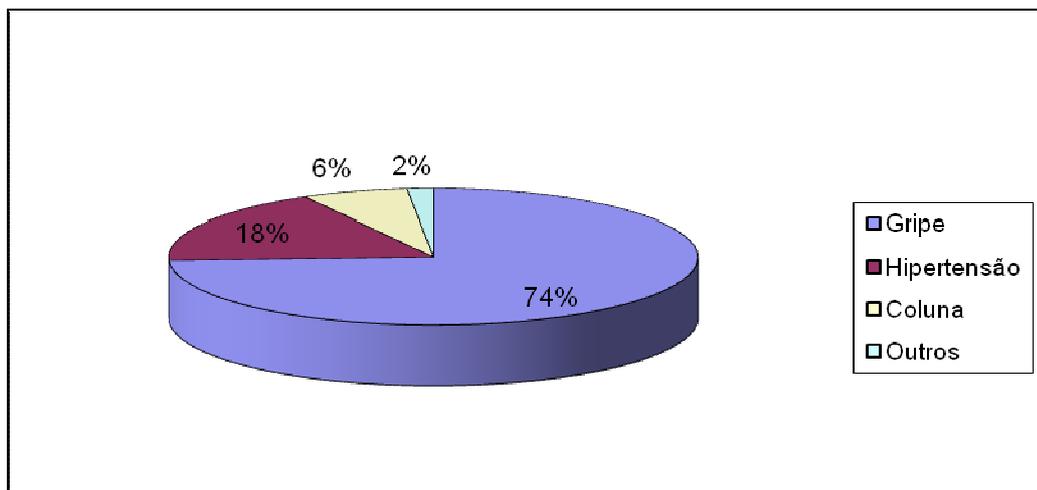


Figura 36 - Os problemas de saúde mais comuns na região:

Mas há no assentamento muitas doenças crônicas e graves, que provocam dependência de medicamentos químicos, tais como lúpus, doença de chagas, hipertensão e depressão. Quase todos os assentados, quando questionados sobre doentes na família, respondem não haver, o que pode ser explicado pela longa convivência com essas enfermidades, ou seja, existentes mesmo antes de virem para o assentamento.

Quanto a parte do orçamento doméstico que é gasto com medicamentos, 34 responderam que gastam até 10%, 05 gastam até 30%, 04 até 20%, 02 até 50% e um até 70%. Muitos ganham medicamentos do SUS, Sistema Único de Saúde.

Dos entrevistados, 26 responderam que já receberam alguma informação sobre como prevenir doenças, através da televisão, palestras, agente de saúde no assentamento e pelo rádio. 52 das famílias entrevistadas fazem uso de plantas medicinais plantando e algumas vezes coletando essas plantas.

Embora a comunidade não tenha um atendimento específico, em relação a saúde, os

assentados não apresentam grandes problemas, o que confirma uma alimentação saudável. As doenças mais apresentadas são citadas na Figura 36 e estão relacionadas ao tipo de trabalho físico e a falta de estrutura no assentamento, como falta de asfalto que causa poeira. Quanto aos problemas relacionados a hipertensão, dor de cabeça, tiróide, gastrite, podem caracterizar problemas de estresse, facilmente contornável com programa de orientação médica preventiva e o lazer. Para Levigard e Rozemberg (2005, p. 01), tais problemas possuem uma relação entre “corporeidade e as dimensões da vida social, enlaçando manifestações pessoais e coletivas, ideológicas, religiosas e emocionais”. Pode estar relacionada a dificuldade em garantir o bem estar da família a partir do trabalho no lote, a falta de segurança quanto ao futuro, ou seja, quanto a continuidade do trabalho pelos filhos, e principalmente pela não existência da segurança alimentar, apesar da alimentação garantida no momento atual. A inexistência de lazer também é um agravante do estresse, pois a ausência do prazer pode gerar descontentamento e insatisfação (MARCELINO, 1996).

Outra preocupação é relacionada com a quantidade de pessoas que necessitam de medicamentos químicos, que são 45 dos 55 entrevistados. Apesar de não se considerarem “doentes”, por fazerem uso desses medicamentos, existe um problema de saúde, que hora ou outra pode se agravar, impossibilitando o trabalho no lote. Portanto, esse fator de sustentabilidade também se encontra comprometido.

F. NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS ASSENTADOS

Apesar das dificuldades apresentadas em relação aos fatores segurança alimentar, educação, saúde e lazer, o que comprova a falta de sustentabilidade no lote, os assentados demonstram satisfação com a vida no assentamento (Figura 37).

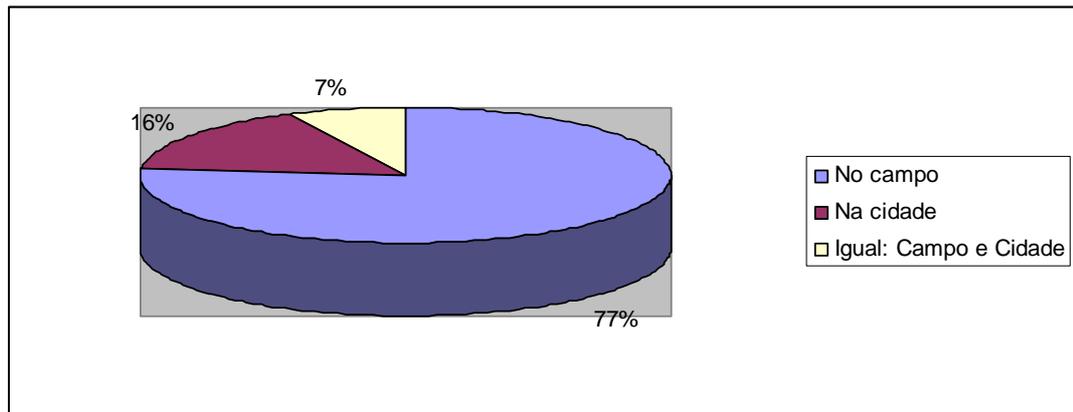


Figura 37 - Opinião sobre onde às pessoas vivem melhor.

Mesmo que para os cuidados com a saúde e estudos, ainda sejam mais facilmente encontrados os serviços e benefícios nas cidades, para morar, relacionar-se com as pessoas e se divertir, o assentamento ainda ocupa o primeiro lugar (Figura 38).

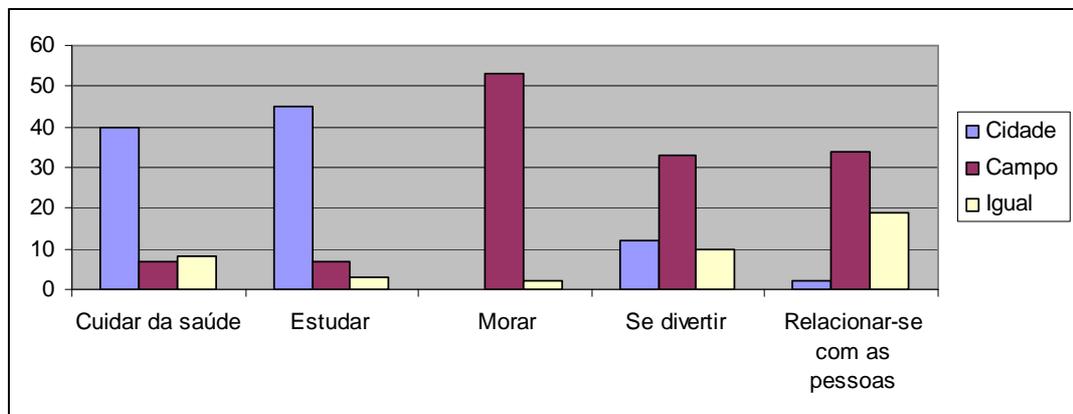


Figura 38 - O melhor lugar para...

As famílias vêem a vida, após a chegada no assentamento como boa, pois estão produzindo, garantindo para a família uma alimentação rica e variada, proporcionando saúde e bem estar físico aos seus, mesmo que haja a insegurança quanto ao futuro (Figura 39).

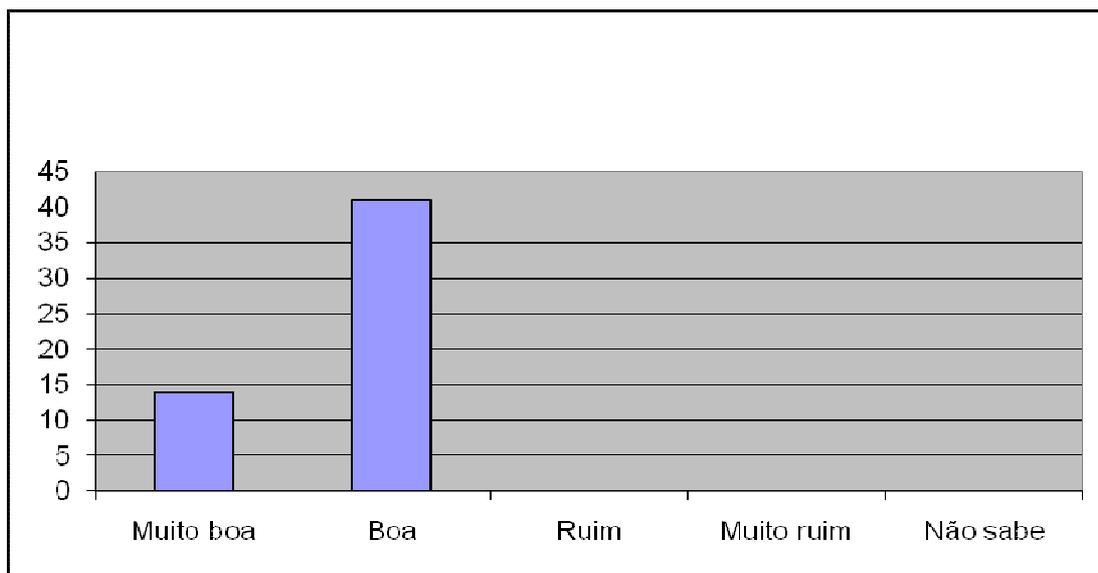
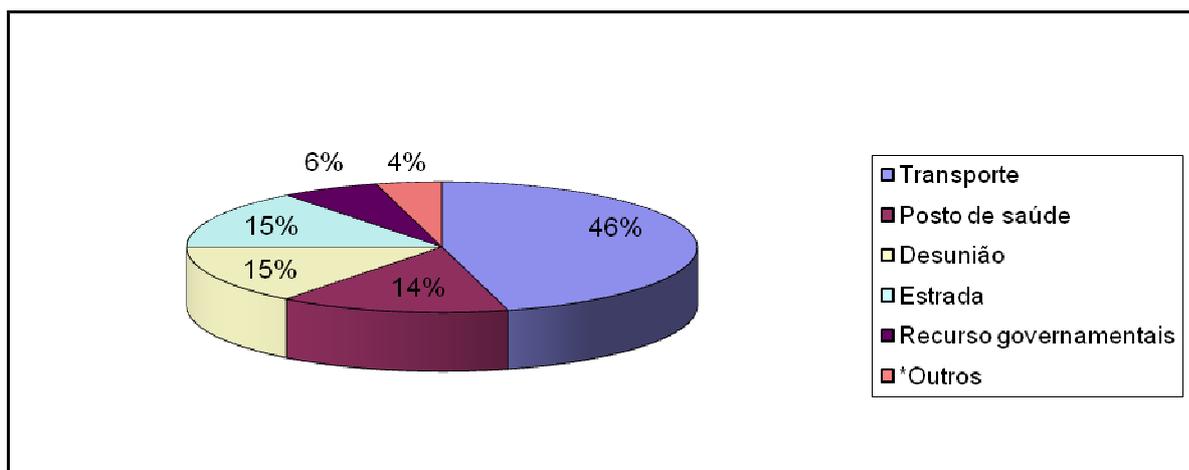


Figura 39 - Avaliação da situação da família após a chegada ao assentamento.

Ao ser perguntado sobre quantos já tiveram contato com algum político, governante para dar sugestões, fazer um pedido para soluções dos problemas do assentamento, 21 responderam positivamente. Dos entrevistados, 51 foram capazes de dizer o nome do político no qual votou nas últimas eleições, três não lembram e um não votou.

Os problemas mais sérios do assentamento foram listados pelos entrevistados conforme a figura abaixo.

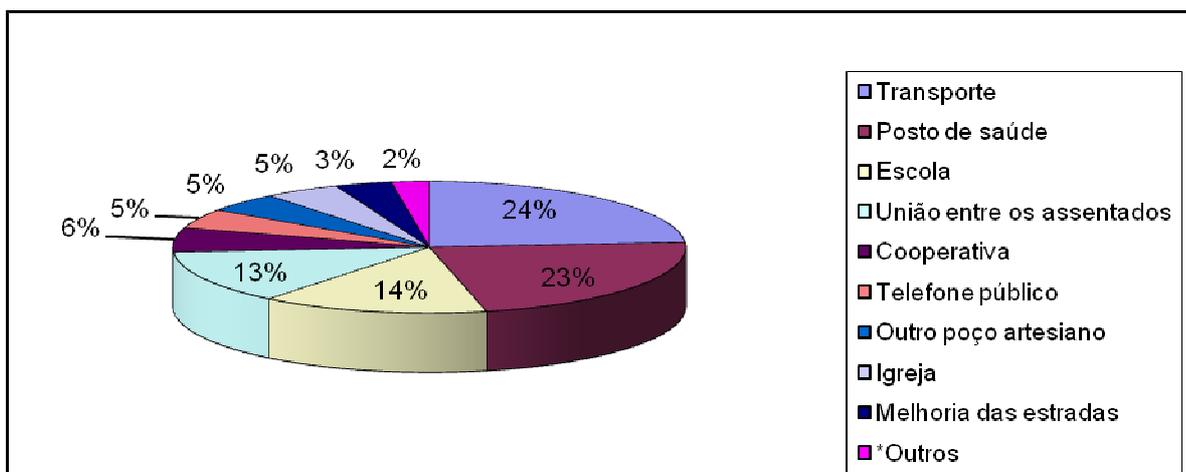


* Frequência entre duas e uma resposta: dívidas do financiamento junto ao Banco do Brasil, desemprego, falta de profissionais, escolas, regularização da terra, saneamento básico.

Figura 40 - Problemas mais sérios do assentamento Padre Josimo.

Dos entrevistados 15 responderam que já tentaram mudar algo que precisa ser mudado no assentamento. Desses 03 disseram que trabalharam na sede social; 02 disseram ter empreendido a luta por mais união no assentamento, 02 que tentaram trazer uma cooperativa para o assentamento, 02 que trabalharam na organização para arrumar a estrada; um trabalhou na geração de emprego, um na melhoria da água, um tentou realizar um trabalho em conjunto, um a construção do ponto de ônibus escolar, um a luta para construir um posto de saúde.

Há entre os entrevistados muitas expectativas e sonhos quanto ao futuro (Figura 41).



*frequência entre duas e uma resposta: emprego, pequena industria, farinheira, trator, água para irrigação, presidência da associação, farmácia, melhor infra-estrutura, usina de bio disel, sede social, área de lazer, aumento da produção.

Figura 41 - Expectativas em relação ao futuro no assentamento.

Apesar da maioria não ter empreendido ainda nenhuma ação para realizar as mudanças necessárias no assentamento, estão conscientes de que a mudança em sua situação depende de um esforço conjunto entre assentado e governo (Figura 42).

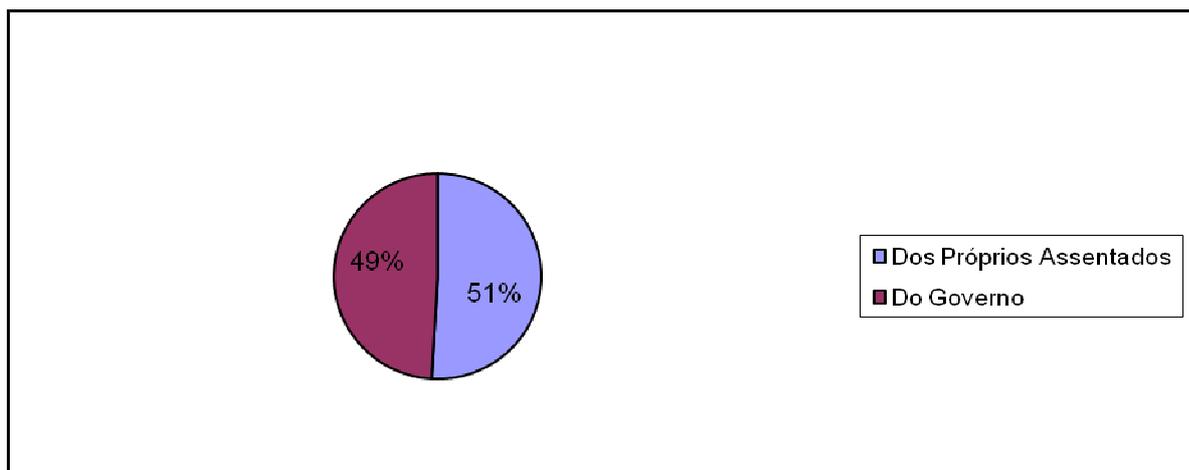


Figura 42 - O futuro dos assentados depende ...

Sobre como os assentados se sentem agora, 51 responderam estarem felizes e 04, que não estão felizes.

Apesar das dificuldades citadas nos pilares referentes à segurança alimentar, educação, saúde e lazer, os moradores do assentamento se encontram felizes no lote, onde a alimentação, no momento, esta garantida. Esses estão conscientes de que a mudança em sua situação depende do esforço conjunto, assentado e governo, apesar de que a maioria não empreendeu ainda nenhuma ação para realizar essas mudanças.

11.7 CONCLUSÃO

O Desenvolvimento Local na comunidade do Assentamento Padre Josimo Tavares esta comprometido por falhas nos fatores de bases que antecedem tal desenvolvimento, que deve ser pautado pela sustentabilidade econômica, social e ambiental. Conforme a pesquisa realizada, os moradores embora tenham assegurado uma sólida base alimentar momentânea, com alimentação rica e variada, não têm como garantir sua disponibilização nos anos futuros. Os jovens estão indo para a cidade, em busca da satisfação de suas necessidade, e quem fica são os mais idosos, conforme observado na faixa etária dos moradores (Figura 16). A saúde é outra preocupação em razão da faixa etária dos entrevistados e do número de dependentes de medicamentos químicos no assentamento.

Para garantir essa alimentação, a comunidade tem usado os recursos naturais a exaustão, repetindo o que ocorreu com os migrantes em sua região de origem, com prejuízos previsíveis para as gerações futuras.

A segurança alimentar consome tempo e esforço não sobrando muito para os fatores que proporcionam a socialização, tais como a educação e o lazer. A educação, fator primordial para que ocorra o desenvolvimento, é também um fator comprometido em razão da baixa escolaridade dos moradores e da dificuldade em sanar o problema, devido o pouco tempo no lote e a distancia da escola.

O lazer, fator primordial para que ocorra a socialização entre os moradores, e conseqüentemente a solidariedade, na preocupação com o destino próprio e da comunidade, que permite a organização social, é inexistente e não é preocupação entre os moradores, que atarefados na preocupação com a subsistência não se dão conta de sua importância.

Portanto, pela pesquisa realizada, a população do assentamento Padre Josimo Tavares não domina os fatores de base fundamentais para alavancar o Desenvolvimento Local. Também não há indícios de que esse Desenvolvimento possa tornar-se sustentável de forma social, econômico e ambiental, garantindo um processo de mudanças sociais, tanto políticas econômicas e institucionais, fomentado por atores locais, aproveitando as potencialidades existentes no local, desenvolvendo a solidariedade e a cooperação na busca de maior bem próprio e para o entorno, partindo daí para o global.

Os fatores negativos identificados contrapõem-se ao enamoramento inicial pela posse da terra. Quando o morador se dá conta disso, decide abandonar a terra, pois na previsão inicial da política de reforma agrária não estavam previstos os fatores complexos que a pesquisa tem encontrado. Os entrevistados demonstram satisfação com a vida no assentamento, mas muitas famílias, mesmo não se dando contas da insustentabilidade social e ambiental, já se aperceberam da insustentabilidade econômica, e buscam outras soluções, muitas vezes já encontradas por seus filhos.

11.8 REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RECREAÇÃO E LAZER. *Carta internacional de educação para o lazer*. Elaborada e aprovada no "SEMINÁRIO INTERNACIONAL da WLRA (World Leisure and Recreation Association) de Educação para o Lazer", Jerusalém –Israel. 2002.

Disponível

em:

http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibel.asp?cod_noticia=195

AROCENA, José. *El desarrollo local: un desafio contemporâneo*. Universidad Católica del Uruguay, Taurus, 2001, p. 15-31. ÁVILA, V. F. *Pressupostos para a formação educacional em Desenvolvimento Local*. **INTERAÇÕES, Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p.63-76, set. 2000.

_____. *Cultura, Desenvolvimento Local, solidariedade e educação*
<http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/> 2003, p.35-36.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, *Declínio de um tempo longo*, in Brito, Joaquim Pais de, e outros (coord.), *O voo do arado*, Museu Nacional de Etnologia, 1996, Lisboa, pp. 35-75.

BELIK, W.; SILVA, J. G. da e TAKAGI, M. *Políticas de combate à fome no Brasil*. **São Paulo Perspec.**, v.15, n.4, p.119-129, 2001.

BEUREN, Ilse. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2003.

BUSS, P. M. *Health promotion and quality of life*. **Ciência e saúde coletiva**, v.5, n.1, p. 1, 2000.

CAMARANO, Ana Amélia & ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1999. Diretoria de Pesquisa do IPEA. Departamento de Economia e Procam/USP. Disponível em; http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf, Pesquisado em 23/09/09.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; WANIEZ, Philippe and BRUSTLEIN, Violette. *Atlas dos beneficiários da reforma agrária*. *Estud. av.* [online]. 1997, vol.11, n.31, pp. 51-68. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141997000300004.

GEHLEN, Ivaldo. *Políticas públicas e desenvolvimento social rural*. *São Paulo Perspec.*

[online]. 2004, vol.18, n.2, pp. 95-103. ISSN 0102-8839. doi: 10.1590/S0102-88392004000200010.

DIAMOND, J. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. São Paulo: Record, 2005. 685p.

ELIZALDE, Antonio. *Satisfacción de necesidades humanas para una vida digna: Línea de dignidade y necesidades humanas fundamentales*, universidad Boliviana, Chile, 2000.

_____. *Desarrollo a escala humana: conceptos y experiências*. Universidade bolivariana do Chile. **INTERAÇÕES, Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.1, n. 1, p. 51-62, set. 2000.

FAVARO, Tomar. *O planeta urbano*. **Revista veja, São Paulo: Abril**, 2056, ano 41, n. 15, p.106-113, 16 de abril de 2008.

FOME ZERO, MDA busca aumentar a participação de agricultores no PAA, 2009. <http://www.fomezero.gov.br/noticias/mda-busca-aumentar-a-participacao-de-agricultores-no-paa>. Pesquisado em 17 de dezembro de 2009.

FRANCA, Breno de Souza. *Energia, sociedade e recursos naturais em projeto de reforma agrária: Avaliação das condições de vida, possibilidades e dificuldades no Assentamento Iporá (Rio Preto da Eva e Itacoatiara - AM)*. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 3., 2000, Campinas. Proceedings online... Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022000000200036&lng=en&nrm=abn>. Acess on: 24 Sep. 2009.

GOETTERT, J.D. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. 2004. 466p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Geografia, 2004.

JARA, Carlos Julio. *A sustentabilidade do Desenvolvimento Local*. Brasília: Instituto interamericano de cooperação para a agricultura(IICA); Recife: Secretária do planejamento do Estado do Pernambuco-Seplan, 1998. 316 p. Disponível em <http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=N8kqAAAAYAAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=sustentabilidade&ots=BPPdlW9tJU&sig=8eYce-FQBEdo6Bkg-rwCGFWEvRo#>

Pesquisado em 24/09/09.

MAGALHÃES, Antônio. *Ecologia no mundo: Pesquisa Desenvolvimento sustentável – Fundep Fundação de Desenvolvimento da pesquisa*, 2009. disponível em <http://www4.fundep.ufmg.br/homepage/cases/487.asp> Pesquisado em 12 de Janeiro de 2010.

MARCELINO, Nelson Carvalho. *Estudo do Lazer: uma introdução*. Quarta edição. Ed. Campinas, AUTORES ASSOCIADOS 2000. 100 p.

MARTINS, R. O., *Desenvolvimento Local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida*. **INTERAÇÕES, Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 06, n.10, p. 109-118, março de 2005.

MELLO, Paulo Freire. *Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil*. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 592-610. ISSN 0103-4979. doi: 10.1590/S0103-49792008000300012.

MELLO, Paulo Freire. *Rotatividade em assentamentos rurais*. Raízes, Campina Grande, vol. 25, n^os 1 e 2, p. 55–64, jan./dez. 2006. Disponível em http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_173.pdf, pesquisado no dia 12 de janeiro de 2010.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p

PASQUIS, Richard; SILVA, Alessandra Valéria da; WEISS, Joseph; MACHADO, Luciana. “Reforma agrária” na amazônia: balanço e perspectivas *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Lazer e estilo de vida*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 177 p.

RAMALHO, Cláudia. *Desafios para o Lazer como prática social cidadã*. Socialtec, 2008. Disponível em: http://www.socialtec.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=156:desafios-para-o-lazer-como-pratica-social-cidada&catid=37:cidadania&Itemid=2. Pesquisado em 05

de janeiro de 2010.

RATTNER, H. *Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: o mundo na encruzilhada da História*. 2002. Disponível em <<http://www.abdl.org.br/Rattner/inicio.htm>>

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Manoel José dos. *Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável*. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 225-238. ISSN 0103-4014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. **São Paulo: Hucitec**, 1996, p. 79-81.

_____. *A natureza do espaço: o lugar e o cotidiano*. **São Paulo: Hucitec**, 1996, p. 251-262.

_____; ADELIA, Maria, (org). *Fim de século e globalização*. **São Paulo: Hucitec**, 1996, p. 131.

SILVA, Christian Luis da. *Desenvolvimento Sustentável - Um modelo analítico Integrado e adaptativo*. Vozes, Petrópolis, 2006, 176 p..

SILVA, M. E.; CEREDA P. M. *O povoamento do município de São José do Povo, MT, no contexto da segurança alimentar: um estudo de caso*. IN: COLOQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2, Campo Grande, 2007. **Anais...**, Campo Grande, Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: **Geografia: conceitos e temas**. Iná Elias de Castro. **São Paulo: Bertrand**, 1995, p.84.

TELESUR. *FAO adverte que 925 milhões de pessoas sofrem de fome no mundo*. **Pastoral da juventude Rural**. Disponível em: http://www.pjr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=60:fao-adverte-que-925-milhoes-de-pessoas-sofrem-de-fome-no-mundo&catid=40:imgprincipal,

pesquisado em 01/10/2008.

TRAVASSOS, Cláudia; VIACAVA, Francisco; FERNANDES, Cristiano; ALMEIDA, Célia Maria. *Desigualdades geográficas e sociais na utilização de serviços de saúde no Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1):133-149, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7085.pdf>. Pesquisado em 18/12/2009.

YASBEK, M. C. *O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras*. **São Paulo Perspec.**, v.18, n.2, p.104-112, 2004.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005, 200p

12 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Dos resultados obtidos na pesquisa foi possível verificar que os motivos de abandono do meio rural por jovens e adultos é uma questão bastante complexa, difícil de ser identificada de forma concreta.

Sem dúvida que os moradores lutaram pela terra e é também sem duvida que em um determinado momento eles decidem partir, deixando para traz seus sonhos. Para explicar essa decisão a noção do enamoramento de Franchesco Alberoni (1988, p.13) parece se ajustar bem, definido como o

[...] desejo por uma coisa que pretende acima de qualquer outra, [...] que se contrapõe aos costumes e interesses das instituições. [...] sua natureza reside justamente em não ser um simples desejo, ou capricho pessoal, mais um movimento portador de projetos e criador de instituições.

Segundo o autor, quando a pessoa esta enamorada, se sente arrastar por força que não reconhece como suas, perde o interesse por si mesmo e se entrega totalmente ao objeto enamorado, enfrenta todas as dificuldades e encontra explicações inexplicáveis para quem está alheio ao sentimento. Mas, esse sentimento pode ser ambivalente, mascarado pelo desejo de conservar o objeto do amor o mais puro e incontaminado possível. Em um determinado momento isso pode mudar, porque as condições a volta da pessoa mudam ou porque ela muda, visualizando outras possibilidades e outras realidades. Inicia-se um processo novo, que levará ao inicio de outro enamoramento. Quando o objeto do amor se agrava torna-se cada vez mais difícil conservar essa imagem ideal. O autor continua que,

Em todos os períodos históricos que antecedem um enamoramento, há sempre uma grande preparação em consequência de uma mutação, de uma deterioração nas relações com as coisas amadas. [...] protegemos com todas as forças o nosso ideal, escondendo o problema. A consequência é que o movimento coletivo (o enamoramento) golpeia sempre de improviso. [...] perante a autodestruição, também o medo diminui, e as outras coisas, vividas como sedução a se evitar, são vistas sob uma luz diferente. [...] A experiência é de liberdade, de plenitude, de vida, de felicidade (ALBERONI, 1988, p.16).

O processo de enamoramento pode explicar a paixão determinada pela posse da terra, que levam milhares de pessoas a lutarem em acampamentos, passando privações até conseguir o lote. Mas a subsistência a partir do lote não é fácil, e o sonho fica comprometido. Durante muito tempo, o assentado ainda se agarra ao sonho, trabalha, se dedica, tenta de todas as formas defender o ideal, mas acontece a “transformação” a sua volta, a ida dos jovens para a cidade, muitas vezes por não desejarem um destino semelhante ao dos pais, acontece também a transformação pessoal, com a idade, fica mais difícil a manutenção da propriedade. É apenas uma simplificação do problema, na busca de compreender o constante vai e vem, entre cidade e assentamento, que assola a região analisada.

Segundo relato de uma das moradoras do assentamento Padre Josimo Tavares, desde a formação do acampamento, em 1997, foi grande a luta para a aquisição do lote e é grande a tristeza que abate hoje sobre a mesma ao ver os sonhos ruírem e os companheiros irem embora. Também como moradora inicial, ela não se conforma com a entrada dos “compradores de lote”. O texto a seguir é a transcrição da manifestação desta moradora sobre a formação do assentamento.

[...] Montamos acampamento em 1997, uma média de 800 pessoas todas dos Municípios da região sul do estado de Mato Grosso, Rondonópolis, Jaciara, Jucimeira, Pedra Preta, Dom Aquino e Campo Verde. Durante três meses as lideranças do MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra: Valdir Gaúcho, Jair, Valdir Correa e Gervasio, fizeram o trabalho de base, com temas sobre como trabalhar no coletivo. Todas as pessoas vindas dos Municípios citados se reuniram em Rondonópolis, em marcha. No dia 19 de março de 1997, entramos no caminhão, sem saber para onde íamos. Tínhamos muita confiança no MST. A uma e pouco da manhã, chegamos à fazenda Jupia (área atual do assentamento Padre Josimo Tavares). Fizemos os barracos e aguardamos a proprietária, Dona Jupia. Esta tinha uma dívida alta de impostos e perdeu a fazenda na justiça. A fazenda estava arrendada para plantio de algodão, mas como este tinha caído de preço, os arrendatários se encontravam desanimados e esta terra estava improdutiva. Em cinco de maio de 1998 foi homologada na justiça com fins de reforma agrária e um ano depois foram sorteados os lotes. A demora se deu por causa das roças plantadas durante o período de acampamento. Esperou-se a colheita para efetuar a distribuição dos lotes. Das 800 famílias somente 120 ficaram. O assentamento recebeu o nome de Padre Josimo Tavares em homenagem ao mártir pela reforma agrária. No acampamento havia muita união, o trabalho era coletivo, a renda repartida de forma justa.

Hoje, a moradora acredita que não há união devido a venda dos lotes. Os novos moradores, segundo ela, não valorizam as organizações comunitárias, a união e muito menos o MST, pois não conhecem o movimento e não estiveram juntos na luta pela terra.

Portanto, não possui o mesmo enamoramento que a mesma ainda cultiva e certamente identificava nos companheiros.

Para compreender melhor como acontece esse fenômeno, descreve-se a narrativa de outra moradora do assentamento Padre Josimo Tavares, datada do final de 2007, obtido por ocasião da obtenção dos dados necessários para a pesquisa sobre migrações (Artigo 2). O relato demonstra, também, a importância da posse da terra (no caso deste assentamento) na reestruturação da subsistência das famílias do município e região,

“O assentamento comemorou em março o seu 10º aniversário. A moradora só conseguiu o seu lote em outubro de 2004, transferência de terceiros que por falecimento do chefe da família, desistiu do sonho pela terra, possibilitando a mesma realizar o seu. Ela veio de Minas Gerais e sua história reforça a narrativa dos entrevistados do assentamento, que moraram em diversas regiões antes de chegar ao local atual. Como o esposo havia estado na região anteriormente, ela se sentiu motivada pelo mesmo, pelo relato de fartura, da grande disponibilidade de alimento da região de Mato Grosso. Enfrentam o longo trajeto de 08 dias no “famoso” pau de arara, trazendo os dois filhos pequenos no colo. Dias difíceis, lembra ela.

Ao chegar à região os sofrimentos são muitos, trabalharam de meeiros, três dias por semana para garantir a subsistência imediata. Nas quartas feiras era para pagarem a gordura utilizada pela família, nas segundas feiras, para o gerente da fazenda, para pagarem o açúcar e café. Um dia por semana, aos sábados, também na área do próprio arrendatário, para garantir o leite dos filhos. Mas o leite era pouco, conta ela. As crianças tiveram diarreia e então aumentam os dias trabalhados para garantir mais leite, sobrando menos tempo para trabalhar na própria lavoura.

Veio a colheita, e foi feita a divisão do produto, uma porcentagem do que era colhido fica com a família, pouco, mas animador. Com esse pouco, perseveraram e conseguiram se organizar e no ano seguinte já produzia o suficiente para poderem se dedicar só a própria lavoura! O cultivo de arroz era a principal produção, garantia de auto-sustento para a família. Mais em 1979, a fazenda onde trabalhavam, em Naboreiro, município de Juscimeira, Estado

de Mato Grosso, abriu falência. Com 60 alqueires gradeados para plantar, qual não foi o prejuízo da família! O banco tomou todo o arroz, 900 sacos no secador, a família voltou a “estaca zero”, ficaram sem nada. Vão para a cidade de Rondonópolis, onde havia maior esperança de se conseguir trabalho. A história se repete, família de tradição camponesa, criada e nascida no meio rural, se sente obrigada a ir embora de seu “habitat”. Ir para a cidade onde a vida urbana não proporciona tranquilidade, pois a disputa para a subsistência era muito forte, exigia qualificação inexistente, pois a situação financeira sempre foi muito exígua. Com muita dificuldade, sem perder a esperança, buscaram alternativa para retornar ao campo.

No início de 2000, morando em uma vila ainda no município de Rondonópolis, são convidados para uma reunião para se juntar aos outros “sem terra” e montar acampamento, a fim de pressionar os órgãos públicos, estaduais e federais para que o projeto da reforma agrária saísse do papel.

A moradora entrevistada, esposo e os filhos entraram no acampamento no dia 09 de outubro de 2000, na fazenda Paulicéia. Eram cerca de 120 famílias repletas de esperança de retornar à terra. Vieram as dificuldades, as mobilizações, mas a família insiste, no sonho da terra própria. As mulheres ficavam nos acampamento, enquanto os homens trabalhavam de assalariados na cidade de Rondonópolis, para garantir o sustento da família. Foram quatro anos nessa luta, “embaixo da lona preta”. As notícias quando chegavam eram, hora de esperança, hora de decepção, mais não se deixavam abater. Assim realizaram o sonho de entrar, de novo, na terra, depois de muita humilhação, pressão psicológica, medo insegurança e muito mais.

Muitos desistiram da luta, inclusive os filhos dessa moradora, que não suportaram a pressão psicológica. Mas com a aquisição da terra vieram com ela, lutar na construção da subsistência da família, em um lote de 25 hectares, no município de São José do Povo. A luta foi difícil mas a alegria da conquista do sonho foi maior. Infelizmente a família não conseguiu sobreviver do que se produzia no lote, sendo que os filhos tiveram que trabalhar na cidade, de Rondonópolis para ajudarem na manutenção da família”.

Hoje, 2009, essa moradora vive, com o esposo e filhos no bairro Farias. Voltou para a periferia da cidade de Rondonópolis. A explicação que ela dá é esclarecedora. Sozinhos, ela e o esposo, adoentado, não conseguem se manter no lote, que em junho de 2008 venderam e

abandonaram o sonho da sobrevivência no campo. Vieram morar na cidade próxima aos filhos. É história que se repete no cotidiano do assentamento.

Os assentamentos ainda são alternativas e esperança de desenvolvimento para o Município. Segundo um funcionário da EMPAER – Empresa Mato-grossense de Projetos, Assistência e Extensão Rural do Município de São José do Povo, em junho de 2007,

[...] O assentamento trouxe mais perspectiva para o município, fixou as pessoas no campo, diminuiu o índice de desemprego, tirou pessoas sem perspectivas de vida da cidade. Hoje elas tiram a subsistência da terra, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos assentados, pela falta de uma política séria de produção e geração de renda.

É notório que os assentamentos trazem perspectivas para o assentado e a região que abrange, mas é desafiante a subsistência no lote. Pela pesquisa realizada a reforma agrária, na forma como tem sido implementada não responde às inquietações dos assentados, levando os mesmos depois de certo período de enamoramento, ao abandono do lote e retorno para a periferia da cidade.

Pelo que foi analisado nas respostas dos jovens e das famílias assentadas no assentamento Padre Josimo Tavares, uma justificativa para tal fato é o desequilíbrio dos fatores elencados como base, a Segurança alimentar, Educação, Saúde e o Lazer que antecede ao desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento que quando é fomentado por atores locais, aproveitando as potencialidades existentes no local, desenvolvendo a solidariedade e a cooperação na busca de maior bem estar próprio e para a comunidade, é definido como desenvolvimento local.

O Desenvolvimento Sustentável exige crescimento de base material, econômico, e social com ações de preservação ambiental. No assentamento a comunidade possui uma alimentação rica e variada, mais sem sustentabilidade e com grandes sacrifícios, portanto não configura segurança alimentar por tempo duradouro e quando há insegurança alimentar a preocupação maior é assegurar essa necessidade, antes de pensar em desenvolvimento.

Há dificuldade de apreender os conhecimentos, apesar da formação técnica ofertada,

devido à baixa escolaridade, portanto o assentamento não possui uma base em educação que possibilite o desenvolvimento. O único jeito de entrar é de forma oral ou demonstração. Existe uma série de fatores que mostram que o nível da educação tem uma relação direta com a produtividade, isso no nível de relação entre escolaridade e renda, quer no nível macro econômico, na importância do fator escolar, na explicação de níveis de taxa de crescimento econômico.

A questão da saúde é preocupante, pois um grande número de moradores do assentamento Padre Josimo Tavares possui dependentes de medicamentos químicos na família, e o acesso a esses medicamentos ou a médicos é difícil, devido à falta de condução no assentamento e das estradas precárias. O município também não possui estrutura para o atendimento a esses doentes. O lazer é restrito, o que dificulta as atividades de socialização, tanto na sede do município como no assentamento.

Como resultado da falha nos quatro fatores elencados como base, e conseqüente falta de perspectiva de desenvolvimento, surge outro fator preocupante, que é a juventude rural, que está “escapando” (SILVA & CEREDA, 2009), indo para a cidade em busca de possibilidades para continuar os estudos e/ou de trabalho remunerado. O envelhecimento da população, com a saída dos jovens da sede do município e dos assentamentos, gera a insegurança quanto ao futuro do município e especificamente dos assentamentos.

Portanto, apesar de se encontrar feliz com a vida no lote, o assentado não possui bem estar social, o município e o assentamento, na forma como estão organizados não favorece o desenvolvimento humano de seus moradores. Apesar de muito trabalho, gerando pouco tempo livre no lote, o que também compromete o desenvolvimento social, a comunidade não consegue se organizar, há desconfiança e falta de um relacionamento que favoreça esse vínculo, dificultando a organização que possibilitaria encontrar formas de comercializar o que se produz, e outras alternativas viáveis para a comunidade. Com relação a preocupação ecológica, para a comunidade o mais importante é garantir a subsistência imediata, mesmo que para isso seja necessário a produção extrativista, sem sustentabilidade, empobrecendo a região que já foi mais rica em recursos naturais, como o informado pelos entrevistados do assentamento e pelos pioneiros do município.

Na análise da formação do município, as informações obtidas permitiram a avaliação das

migrações de Jampucra, que participaram desse povoado. Essas migrações foram devidas, principalmente, a necessidade de Segurança Alimentar. A falta de abastecimento alimentar foi agravada por razões climáticas, mais já se anunciava em razão do uso indiscriminado dos recursos naturais. As dificuldades das famílias em garantir a subsistência alimentar no município de origem, fizeram com que as mesmas acreditassem e se encantassem com as promessas de novas perspectivas na atual região do Município. Entretanto, a falta de sustentabilidade continua a incentivar novas migrações.

A presença das Irmãs é um importante agregador junto aos assentados, contribuindo na organização social para chegar à sustentabilidade. A “Dando as Mãos”, Organização dos assentados e Empreendedores em Geral, organizada, gestada e acompanhada pelas irmãs, na preocupação com as lutas políticas e compromisso com a transformação social, mostra a necessidade do “agente de desenvolvimento”, no caso as Irmãs Catequistas franciscanas, para se aproximar da comunidade, entender seus problemas, e colaborar na organização. As ações das irmãs são identificadas como capazes de gerar confiança entre os participantes do projeto, o que se traduz em mais sustentabilidade. Mas a atuação ainda é pequena, frente a amplitude dos assentamentos e seus problemas. São poucas irmãs envolvidas no projeto, e a coordenação é formada por voluntários, que necessitam garantir a subsistência.

Frente ao exposto, surge que o questionamento sobre o futuro do município São José do Povo, MT, e do Assentamento Padre Josimo Tavares, pela análise realizada, não apresentam possibilidades atuais para “alavancar” o desenvolvimento local.

13 REFERENCIAS GERAIS

ALBERIONI, Francesco. *Enamoramento e amor*. 4. Edição Rocco, Rio de Janeiro, 1988, 107 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: Reforma Agrária* – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, José Eli (1999) – “Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – in GUEDES, Vicente G. F. e SILVEIRA, Miguel Ângelo – A agricultura familiar como base do desenvolvimento rural sustentável – EMBRAPA/CNPMA – Jaguariúna - SP

ALBUQUERQUE, Francisco de. *Desenvolvimento e fomento produtivo local para superar a pobreza*. Apresentado pelo autor no seminário de mesmo nome organizado pelo Fundo de Solidariedade e Investimento Social e pelo Ministério de Planejamento e Cooperação (FOSIS/MIDEPLAN), conjuntamente com o ILPES, realizado na sede da CEPAL em 12 e 13 de agosto de 1996.

AROCENA, José. *El desarrollo local: un desafío contemporâneo*. Universidad Católica del Uruguay, Taurus, 2001, p. 15-31. ÁVILA, Vicente Fideles de. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstração no currículo*. Brasília: Plano Editora, 2003, p. 35 e 36.

_____. *Cultura, Desenvolvimento Local, Solidariedade e Educação* <http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/> 2003, , p.35-36).

_____. *Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local*. **INTERAÇÕES, Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p.63-76, set. 2000.

_____. et ali. (org.) *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2.ed. Campo Grande:UCDB, 2000, p.68.

ALVES, Rubens. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 4. ed., 1983.

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RECREAÇÃO E LAZER. *Carta internacional de educação para o lazer*. Elaborada e aprovada no "SEMINÁRIO INTERNACIONAL da WLRA (World Leisure and Recreation Association) de Educação para o Lazer", Jerusalém –Israel. 2002. Disponível em: http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=195

BAPTISTA, Fernando Oliveira, *Declínio de um tempo longo*, in Brito, Joaquim Pais de, e outros (coord.), *O voo do arado*, Museu Nacional de Etnologia, 1996, Lisboa, pp. 35-75.

BARRETO, Ricardo Candea Sá; KHAN, Ahmad Saeed and LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. *Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE*. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2005, vol.43, n.2, pp. 225-247. ISSN 0103

BARRAL, Gilberto. *Práticas Reprodutivas e transformadoras na escola pública* ISSN: 1517-7238, vol. 6 nº 11,2º sem. 2005. Disponível em: e- revista. unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/download/884/749 – Pesquisado em: 01/10/2008

BELIK, W.; SILVA, J. G. da e TAKAGI, M. *Políticas de combate à fome no Brasil*. **São Paulo Perspec.**, v.15, n.4, p.119-129, 2001.

BEUREN, Ilse. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2003.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.

BOOG, Maria Cristina Faber, *Contribuições da educação nutricional à construção da segurança alimentar* SAÚDE REV., Piracicaba, 6(13): 17-23, 2004.

BRITO, F. 1994, *Minas Gerais no contexto das migrações*. In: Anais do SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, Diamantina, 1994, Diamantina, 20p.

BURITY, Joanildo A., *Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado*. Biblioteca virtual, consejo latino Americano de ciência sociales – CLACSO. Disponível em; <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan5.rtf>, Acesso em: 15 de

janeiro de 2009.

BUSS, P. M. *Health promotion and quality of life*. Ciência e saúde coletiva, v.5, n.1, p. 1, 2000.

CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDEIRA, Álvaro da C. Cooperativismo e Economia Solidária. Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/comissoes/resp_social/artigos/COOPERATIVISMO_ECONOMIA_SOLIDARIA.pdf> Acesso em: 03 abr. 2008.

CAMARANO, Ana Amélia & ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1999. Diretoria de Pesquisa do IPEA. Departamento de Economia e Procam/USP. Disponível em: http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf, Pesquisado em 23/09/09.

CARNEIRO, Maria José. *Juventude rural: projetos e valores*. In: ABRAMO, Helena Wendel; _____ *Pluriatividade da agricultura no Brasil: Uma reflexão crítica*. 2005. CPDA/UFRRJ, p. 16. Disponível em: http://www.cifers.t5.com.br/MJCarneiro_pluriatividade_nobrasil_critica.pdf. Pesquisado em: 02/08/09.

CAVALCANTE, Clóvis. *Celso Furtado e o mito desenvolvimento econômico*. Trabalhos para discussão n. 104/2001, março • 2001 <http://www.fundaj.gov.br/tpd/>

CARVALHO, César Moisés. Capítulo: *A Humanidade e o Fenômeno Religioso*. Mensageiro da Paz. Ano 79, nº1480, CPAD, Rio de Janeiro: Setembro de 2008, p.25.

CASTRO, J. 2003b, *A explosão demográfica e a fome no mundo*. In: CASTRO, A.M. de fome, um tema proibido. Cidade: Edição Civilização Brasileira, p. 256.

_____. 2003c, *Fome como força social: fome e paz* In: CASTRO, A.M. *de Fome, um tema proibido*. Cidade: Edição Civilização Brasileira p. 256.

_____. 2003a, “Geografia da fome”. In: CASTRO, A.M. de *Fome, um tema proibido*. Cidade: Edição Civilização Brasileira, p. 256.

COELHO, Júlia. *Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS*. Grupo de Pesquisa 13: Sócio

Economia Solidária e Desenvolvimento Local. XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. 2006.

COLOSSI, Nelson e ESTEVAM, Dimas de Oliveira. *Casas familiares rurais: uma alternativa para a formação de jovens agricultores*. Revista de Administração, v. 2, n. 3, (nov. 2003). Frederico Westphalen, Ed. URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; WANIEZ, Philippe and BRUSTLEIN, Violette. *Atlas dos beneficiários da reforma agrária*. *Estud. av.* [online]. 1997, vol.11, n.31, pp. 51-68. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141997000300004.

DELGADO, G.D; CONCEIÇÃO, J.C.P.R, OLIVEIRA, J.J; *Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Brasília, IPEA, 2005. DELLA FLORA, Ângela. *Representações sobre a juventude no projeto da Teologia da Libertação*. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia - Desigualdade, Diferença e Reconhecimento, 2007, Recife. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007.

DEMARCHI, Irma. *Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, 50 anos em Mato Grosso a serviço da vida e da esperança*. A tribuna, Rondonópolis-MT, março de 1997.

DIAMOND, J. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. **São Paulo: Record**, 2005. 685p

DURSTON, John. *Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa*. In: *Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latino americano*. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho 1994. Apud Carneiro, 1998.

ECONOMIA SOLIDÁRIA. ENTREVISTA COM POUL SINGER. *Estud. av.* [online]. 2008, vol.22, n.62 [cited 2010-01-09], pp. 289-314 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142008000100020.

ELIZALDE , Antonio. “*Satisfacción de necesidades humanas para una vida digna: línea de dignidad y necesidades humanas fundamentales*”, em Conosur Sustentable, Línea de

dignidad: desafíos sociales para la sustentabilidad, Programa Chile Sustentable, Santiago.. 2003.

_____. *Desarrollo a escala humana: conceptos y experiências*. Universidade bolivariana do Chile. **INTERAÇÕES, Revista Internacional de desenvolvimento local**, v.1, n. 1, p. 51-62, set. 2000.

FAVARO, Tomar. *O planeta urbano*. **Revista veja, São Paulo: Abril**, 2056, ano 41, n. 15, p.106-113, 16 de abril de 2008.

FOME ZERO, MDA busca aumentar a participação de agricultores no PAA, 2009. <http://www.fomezero.gov.br/noticias/mda-busca-aumentar-a-participacao-de-agricultores-no-paa>. Pesquisado em 17 de dezembro de 2009.

FORMA DE VIDA: *IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS*, Constituições gerais: sobre a Vida Apostólica, n. 29, 30, 32, 34, 35 e 37. Texto de uso interno, elaborado pela Irmãs Catequistas Franciscanas. Joenville, 25 de março de 1998.

FRANCA, Breno de Souza. *Energia, sociedade e recursos naturais em projeto de reforma agrária: Avaliação das condições de vida, possibilidades e dificuldades no Assentamento Iporá (Rio Preto da Eva e Itacoatiara - AM)*. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 3., 2000, Campinas. Proceedings online... Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022000000200036&lng=en&nrm=abn>. Access on: 24 Sep. 2009.

FROSSARD, Antonio Carlos. *Identidade do Jovem Rural Confrontando com Estereótipo de Jeca Tatu*. Um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I. Nova Friburgo - RJ, Brasil. Dezembro de 2003. Disponível em http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/393/1/frossard_2003.pdf, pesquisado em 11/09/09.

GAIGER, Luiz Inácio. *A economia solidária e o projeto de outra mundialização. Dados* [online]. 2004, vol.47, n.4, pp. 799-834. ISSN 0011-5258.

GEHLEN, Ivaldo. *Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo Perspec.* [online]. 2004, vol.18, n.2, pp. 95-103. ISSN 0102-8839. doi: 10.1590/S0102-88392004000200010.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GUÉRIN, Isabelle. (2005), *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo, Edições Loyola

GOETTERT, J.D. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. 2004. 466p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Geografia, 2004.

HART. JT. The inverse care law. *The Lancet* 1 (7696): 405-412, February 27, 1971.

HULKA, B. S. & WHEAT, J. R., 1985. Patterns of utilization: The patient perspective. *New England Journal of Medicine*, 23:438-460.

“IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”. 2008, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 14 agosto 2008.

“JAMPRUCA” 2007, Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jampruca>> . Acesso em: 14/08/2007.

JACOBI, Pedro. *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. *Cad. Pesqui.* [online]. 2003, n.118, pp. 189-206. ISSN 0100-1574. doi: 10.1590/S0100-15742003000100008.

JARA, Carlos Julio. *A sustentabilidade do desenvolvimento local*. Brasília: Instituto interamericano de cooperação para a agricultura (IICA): Recife: Secretária do planejamento do Estado do Pernambuco-Seplan, 1998. 316 p. Disponível em <http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=N8kqAAAAYAAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=sustentabilidade&ots=BPPdlW9tJU&sig=8eYce-FQBEdo6Bkg-rwCGFWEvRo#>

Pesquisado em 24/09/09.

KANTO, D. 2003, *Inanição*. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Osvaldo Cruz. p.01. (Boletim INFOSAÚDE).

LAVILLE, Jean Louis. (2006), “*Ação pública e economia: um quadro de análise*”, in França Filho A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TRABALHO ASSOCIATIVO *et al.*, *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

LE BOURLEGA, Cleonice Alexandre. *Mundo em rede e desenvolvimento local*. Texto utilizado nas aulas do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local, mestrado Acadêmico da UCDB - Universidade Católica Dom Bosco, 2008.

LEVIGARD, Yvonne Elsa e ROZEMBERG, Brani. *A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de "nervos" no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos*. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2004, vol.20, n.6, pp. 1515-1524.

LEMOS, Carolina Teles. *Função social das religiões nas sociedades socialistas e comunistas*. Disponível em: <http://universidadecg.blogspot.com/2008/03/religio-e-relaes-de-classe-13-aula.html>, acesso em 16 de janeiro de 2009.

LINHAS INSPIRADORAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS, Adotadas para o sexênio 2007-2012. Texto de uso interno, elaborado pela Irmãs Catequistas Franciscanas, outubro de 2007.

LOWY, Michael. *A teologia da Libertação acabou?* Teoria e Debate. Perseu. Abramo: São Paulo, ano 9, n. 31, Abr/mai/jun de 1996.

KANT, Emmanuel. *Réflexions sur L'Éducation*. Paris: J. Vrin, 1996.

MAIA, Daniel Henrique dos Santos; CATIN, Nayana Ferreira; BRAGA FILHO, Helio. *As alternativas propostas pela economia solidária, para o desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade e geração de renda*. 2006. Disponível em <http://www.redeamazoniasolidaria.org.br/modulo1economiasolidaria/> Consultado no dia 08 de janeiro de 2010.

MAGALHÃES, Antônio. *Ecologia no mundo: Pesquisa Desenvolvimento sustentável – Fundep Fundação de Desenvolvimento da pesquisa*, 2009. disponível em <http://www4.fundep.ufmg.br/homepage/cases/487.asp> Pesquisado em 12 de Janeiro de 2010.

MALHOTRA, N.K., *Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada*. Trad. MONTINGELLI, N. Jr. e FARIAS, A.A. de., 3ª edição, Porto Alegre, Bookmann, 2001. p. 720.

MALVEZZI, Roberto. *O incômodo Censo Agropecuário*. Disponível em <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3869/9/>, pesquisado em 27 de outubro de 2009.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996 (coleção Educação Física e Esporte.

Disponível em http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=vY0vcnQbqnMC&oi=fnd&pg=PA1&dq=lazer+MARCELLINO,+1996&ots=Xxw6uVIXNR&sig=X EmR7LSUUSoskoVu-n_8OfvkaI#v=onepage&q=lazer%20MARCELLINO%2C%201996&f=false. Pesquisado em 16 de janeiro de 2010.

MARTINS, R. O., *Desenvolvimento Local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida*. **INTERAÇÕES, Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 06, n.10, p. 109-118, março de 2005.

MATTEI, L. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, Abrangência e Limites Observados*. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, IV, 2001, Belém Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2001.

MEDRONHO, R. 2003, *O círculo vicioso da fome, desnutrição e doenças infecciosas*. Ministério da Saúde, Fundação Osvaldo Cruz. p.01. (Boletim INFOSAÚDE).

MELLO, Paulo Freire. *Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil*. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 592-610. ISSN 0103-4979. doi: 10.1590/S0103-49792008000300012.

MELLO, Paulo Freire. Rotatividade em assentamentos rurais. **Raízes**, Campina Grande, vol. 25, nºs 1 e 2, p. 55-64, jan./dez. 2006. Disponível em http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_173.pdf, pesquisado no dia 12 de janeiro de 2010.

MENDONÇA, Ricardo. *O paradoxo da miséria*. 2003 - Disponível em <http://pruebas.fnpi.org/premio/2003/finalistas/pdf/2003CSC1270p.pdf>, pesquisado no dia 02/08/09.

MENEZES NETO, Antônio Julio de. *As relações da igreja católica com os movimentos sociais do campo: a ética da teologia da libertação e o espírito do socialismo no MST*. UFMG – Brasil, 2006, p.07 disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/10%20GT%20Antonio%20Julio%20de%20Menezes%20Neto.pdf>, Acesso em 15 de janeiro de 2009.

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE JOÃO PAULO II PARA A CELEBRAÇÃO DO DIA

MUNDIAL DA PAZ, 1º DE JANEIRO DE 1999, disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_14121998_xxxii-world-day-for-peace_po.html, Acesso em 14 de janeiro de 2009.

MERHI, J.Y. s/d. *Os pioneiros de Rondonópolis*. Reverenciando o pioneirismo benemérito de José Salmen Hanze (Zé Turquinho). Rondonópolis, Gráfica União. 47 p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME – MDS. “Programa bolsa família”. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>. Acesso em 26/08/2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Educação Profissional. Referencias Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Área profissional: Lazer e Desenvolvimento social. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lazdesso.pdf>, pesquisado em 18/12/2009.

MORISSAWA, M. 2001, *A história da luta pela terra e o MST*. Editora Expressão Popular, São Paulo. 256p.

“O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO”. 2007, São José do Povo: Escola Municipal Sebastião Gomes de Carvalho. 20p.

PRADO JÚNIOR, C. 1999, *Formação do Brasil Contemporâneo*. Editora Brasiliense São Paulo, 390 p.

OLIVEIRA, Rosa de Souza. *Expectativas quanto ao trabalho: um estudo com jovens que vivem em assentamento rural no município de São Francisco do Pará*. Revista: Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 2, n. 4, jan./jun. 2007. 105

PAULI, Jandir. *O Poder nas Redes de Economia Solidária*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre. UFRGS, 2006.

PASQUIS, Richard; SILVA, Alessandra Valéria da; WEISS, Joseph; MACHADO, Luciana. “Reforma agrária” na amazônia: balanço e perspectivas Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005

PETRAS, James. *Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina*.

Stedile, João Pedro (org). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Lazer e estilo de vida*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 177 p.

PIRES, L. S. Élson. “*As lógicas territoriais do Desenvolvimento: Diversidades e Regulação*”. Revista Interações, Volume 08, Número 02, setembro de 2007 – Pág. 155 – 163.

PRIORIDADES, PROVINCIA SANTA TEREZA DO MENINO JESUS, da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, adotadas para o quadriênio, 2007 a 2010. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, da Província Santa Tereza do Menino Jesus, em dezembro de 2007.

PROJETO “*FÉRIAS DIFERENES*”, Província Santa Tereza do menino Jesus. Relatório de uso interno das atividades realizadas no ano de 2000, junto a assentados e acampados da região da Diocese de Rondonópolis.

PROJETO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA DO ASSENTAMENTO MÁRCIO PEREIRA – Escola Wellington Flaviano Coelho, Município de São José do Povo, MT, 2008.

RAMALHO, Cláudia. *Desafios para o Lazer como prática social cidadã*. Socialtec, 2008. Disponível em: http://www.socialtec.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=156:desafios-para-o-lazer-como-pratica-social-cidada&catid=37:cidadania&Itemid=2. Pesquisado em 05 de janeiro de 2010.

RATTNER, H. *Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: o mundo na encruzilhada da História*. 2002. Disponível em <<http://www.abdl.org.br/Rattner/inicio.htm>>

REDE AMAZÔNIA SOLIDÁRIA. *Formação de Agentes de Desenvolvimento Solidário*. Novos Laços Desenvolvendo a Amazônia. 2006. Disponível em <<http://www.redeamazoniasolidaria.org.br/modulo1economiasolidaria/historicodaeacosol.doc>> Acesso em 18 de novembro de 2006

RIBEIRO, Marlene. *Uma Educação Social faz sentido? Alguns Apontamentos*. FAGED/PPGEDU/UFRGS, 2004. Disponível em <http://www.ufrgs.br/tramse/perural/artigos/educacaosocial.rtf>. Pesquisado em 18/12/2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas*. 3. ed. São Paulo:

Atlas, 1999.

RÓSENO, José Ricardo. *Emater – MG*. www.emater.mg.gov.br, 2007 – Disponível

Em: <http://www.asbraer.org.br/Documentos/Biblioteca/emater%20mg%20%20jose>

[20icardo%20roseno.pdf](#), pesquisado no dia 20/08/08.

SACHS, Ignacy. *Brasil rural: da redescoberta à invenção*. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 75-82. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142001000300008.

_____. *Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de equeno porte no Brasil*, 2002, SEBRAE/UNDP, Brasília DF.

_____. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. *Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI*. *Ambient. soc.* [online]. 2004, vol.7, n.2, pp. 214-216. ISSN 1414-753X. doi: 10.1590/S1414-753X2004000200016

SANTOS, Manoel José dos. *Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável*. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 225-238. ISSN 0103-4014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. **São Paulo: Hucitec**, 1996, p. 79-81.

_____. *A natureza do espaço: o lugar e o cotidiano*. **São Paulo: Hucitec**, 1996, p. 251-262.

_____; ADELIA, Maria, (org). *Fim de século e globalização*. **São Paulo: Hucitec**, 1996, p. 131.

“SÃO JOSÉ DO POVO” 2008, Disponível em: http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/amm/dado_geral/mumain.asp Acesso em 20/08/2007

SILVA, Christian Luis da. *Desenvolvimento Sustentável - Um modelo analítico Integrado e adaptativo*. Vozes, Petrópolis, 2006, 176 p..

SILVA, M. E.; CEREDA P. M. *O povoamento do município de São José do Povo, MT, no contesto da segurança alimentar: um estudo de caso*. IN: COLOQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2, Campo Grande, 2007. **Anais...**, Campo Grande,

Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: **Geografia: conceitos e temas**. Iná Elias de Castro. **São Paulo: Bertrand**, 1995, p.84.

SOUZA, Rafaela Assis de e CARVALHO, Alysson Massote. *Programa de Saúde da Família e qualidade de vida: um olhar da Psicologia*. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2003, vol.8, n.3, pp. 515-523. ISSN 1413-294X.

SPOSITO, Marília Pontes. *Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação*. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999.

STÜLP, Cleto João. *José Gomes: Terceiro Bispo de Chapecó*. In Cândico, Edinei da Rosa (org.) *Proposta para uma Patrologia local: Personalidades da História da Igreja de Santa Catarina*. Cadernos Patrísticos, v.3, n.5 (maio 2008), Florianópolis, 2008, p.270.

TELESUR. *FAO adverte que 925 milhões de pessoas sofrem de fome no mundo*. **Pastoral da juventude Rural**. Disponível em: http://www.pjr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=60:fao-adverte-que-925-milhoes-de-pessoas-sofrem-de-fome-no-mundo&catid=40:imgprincipal, pesquisado em 01/10/2008.

VERGARA, S. C. Tipos de pesquisa em administração. **Cadernos EBAP**, FGB, Rio de Janeiro, n.52, jun./1990.

TRAVASSOS, Cláudia; VIACAVA, Francisco; FERNANDES, Cristiano; ALMEIDA, Célia Maria. *Desigualdades geográficas e sociais na utilização de serviços de saúde no Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1):133-149, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7085.pdf>. Pesquisado em 18/12/2009.

VALLA, Victor Vincent. *Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização*. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1999, vol.15, suppl.2, pp. S7-S14. ISSN 0102-311X. doi: 10.1590/S0102-311X1999000600002

VALANDRO, Ede Maria. *Em resposta ao clamor do povo... a Congregação das Irmãs*

Catequistas Franciscanas. Joenville, 02 de agosto de 1990.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005, 200p

YASBEK, M. C. *O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras*. **São Paulo Perspec.** , v.18, n.2, p.104-112, 2004.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e método*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman 2005. ISSN 0102-311X. doi: 10.1590/S0102-311X2004000600008.

WENNNBERG, JE. On patient need, equity, supplier-induced demand, and the need to assess the outcome of common. *Medical Care* 23(5):512-520. 1985.

14 - ANEXOS
QUESTIONÁRIOS

Anexo 1: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA LUDOVICO VIEIRA DE CAMARGO - SÃO JOSÉ DO POVO/MT.

1. Nome:.....

2. Série que estuda

2. Data e Local de nascimento

3. Local de moradia atual:.....

4. Onde morava anteriormente?

6. Mora a quanto tempo no local atual?.....

7. Sabe o motivo de sua família ter se mudado?

() Sim () Não

8. Você e sua família vivem...

() na zona rural () na zona urbana

9. Sua família possui terra na Zona Rural?

() Sim () Não

10. Como teve acesso ao lote?

() Comprou () Trocou () Herdou () Outra

11. Sua família participou na luta pela terra?

() Sim () Não

12. Na luta pela terra participou:

() ocupação () acampamento () outra_____

13. A origem de sua família é

() rural () urbana () rural mas mora na cidade () mora na periferia de cidade

14. Objetivo principal da propriedade

() produção para a manutenção da família () Lazer

() produção e manutenção da família e venda excedente

() outro _____

15. Quantas pessoas vivem da receita da propriedade (n. °) _____

16. Alguém da família possui vínculo empregatício?

() sim () Não

17. Se sim, quem?

() Pai () Mãe () Irmão () outros.....

18. Na sua opinião, qual é a situação da maioria dos assentados desta região?

() Muito boa () Boa () Mais ou Menos () Ruim () Muito ruim () Não sabe

19. Qual o melhor lugar para:

	Cidade	Campo	Igual
Cuidados médicos			
Estudo			
Moradia			
Diversão			
Compras para casa			
Relação com as pessoas			

20. O que gosta de fazer em seu tempo livre?

() Descansar () Visitar/receber amigos () Visitar/receber parentes () Ler

() Ver televisão () Ir à associação/cooperativa () Ir à igreja () Praticar esportes

() outros.....

21. Você tem parentes que vivem na região?

() Sim () Não

22. De que atividades você e sua família costumam participar aqui no município?.....

23. Seus pais estudaram até...

() ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo

() Ensino superior () Pós graduação () outros.....

24. Você deseja cursar o ensino superior?

() sim () não

25. Pretende continuar morando onde reside atualmente?

() Sim () não

24. Por quê?.....

25. Você gosta do local onde vive atualmente?

() sim () Não

26. Se Não, onde gostaria de viver?

27. Porque?

Anexo 2: QUESTIONÁRIO A SER APLICADO PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE (SEGURANÇA ALIMENTAR, SAÚDE, EDUCAÇÃO E LASER) NO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO - SÃO JOSÉ DO POVO/MT

A. IDENTIFICAÇÃO

1. Nome:.....
2. Lote:
3. Tempo na Propriedade:
4. Acesso ao lote () Compra () Troca () herdou () Outra qual?.....
5. Luta pela terra participou com: () ocupação () acampamento () movimento () Não participou ()
6. Se já participou, continua participando de movimentos sociais? () Não
() Sim, qual
7. A sua origem é () rural () urbana
8. De qual município? Além do município de origem morou em outro lugar antes de vir para o assentamento? Onde?.....
- 9 Objetivo principal da propriedade: () produção para a manutenção da família () Lazer
() produção e manutenção da família e venda excedente () outro Qual ?.....

B. DADOS SOBRE A FAMILIA

10. Composição Familiar

Nº	Nome	Estado Civil	Situação (filho, filha)	Idade	Escolaridade	Mora onde?

C. SEGURANÇA ALIMENTAR

11. Além da alimentação básica de arroz, feijão e a mandioca, nestes últimos 3 meses como você e sua família se alimentaram de:

Itens	Nunca	1 x /dia	1x /semana	1x /mês	Outras frequências
Carne Bovina					
Carne Suína					
Frango					
Ovo					
Leite					
Peixe					
Verduras /Legumes					
Frutas					
Frituras					
Macarrão					
Outros (*)					

(*) alimento não esta na lista:.....

12. Se não comeu ou comeu pouco algo considerado como básico ou da lista. Por quê?

() não gosta () não acha () caro demais () Outros

13. Nos últimos 3 meses faltou algum tipo de alimento que esta família está acostumada a consumir? () Sim () Não () Não sabe ou recusa responder

14. Se faltou algum tipo de alimento, por quê? () caro demais () faltou alimento
() religião () regime () outros.....

15. Se SIM. Com que frequência?

() Em quase todos os dias () Em apenas 1 ou 2 dias

() Apenas no final do mês

() Em alguns dias () Não sabe ou recusa responder

16. Você planta na sua propriedade? () Sim () Não
17. Se planta, o que? () Frutas () Verduras () Medicinais
Outros: O quê?
18. Possui horta em casa? () Sim () Não
19. Se sim, o que planta?
() Cheiro verde () Couve () Cebola () alho () Pimentão
() Temperos (alecrim, manjeriçã, manjerona etc..) () Alface () Pimenta
() Beterraba () Cenoura () Rabanetes () Abobrinha () Mandioca
() Cenoura () Medicinais () Outros.....
20. O que você faz com os produtos da horta? (**em percentagem**)
(%) Consumo próprio (%) Alimentação de animais
(%) Doação (%) Venda direta (para o consumidor)
(%) Venda indireta (quitanda, mercadinho, sacolão etc.)
(%) Atravessador (passa comprar)
(%) outras.....
21. Possui pomar (árvores frutíferas) em casa? () Sim () Não
22. Se possui, quais são as frutas desse pomar?
() manga () limão () acerola () laranja () mamão
() goiaba () carambola () banana () outros.....
24. O que você faz com os frutos? (**em percentagem**)
(%) Consumo próprio (%) Alimentação de animais (%) Doação
(%) Venda direta (para o consumidor) (%) Venda indireta (quitanda, mercadinho, sacolão, etc.) (%) Atravessador (passa comprar)
(%) outras.....
23. Citar um exemplo (APENAS UM) do que produz melhor na sua propriedade:.....
24. Quais as plantas típicas nesta região para as quais você conhece aproveitamento?
a) : b)
c).....
25. Tem alguma criação de animais? (vaca, porco, galinha/pato, cabrito etc.): () Sim () Não
26. Caso a resposta seja **sim**: Que tipo de criação?
() porco () galinha () galinha de angola
() boi/vaca () vaca leiteira () cabrito

codorna peru carneiro

Outros.....

27. O que você faz com os animais? **(em percentagem)**

(%) Consumo próprio (%) Alimentação de animais (%) Doação
 (%) Venda direta (para o consumidor) (%) Venda indireta (quitanda, mercadinho,
sacolão etc.) (%) Atravessador (passa comprar)

(%) outras.....

28. Quais os animais (bichos) nativos da região que poderiam ser aproveitados?

.....

29. Tem mata fechada perto da propriedade (reserva legal)?

sim Não não sabe responder

30. Você usa madeira da região em que mora? Sim Não

31. Se sim, para que você usa madeira da região em que mora? Construção Horta
 Cozinhar Encabar ferramentas Outros:.....

Usa bambu? sim Não em que ?

32. Falta madeira no local: Muito Um pouco Não falta

33. O que costuma fazer com o lixo?

descartar em terrenos baldios queimar

separação seletiva (para reciclagem) outros.....

34. O que faz com as garrafas PET

reutiliza vende joga fora outros.....

35. Onde faz a coleta de água para beber e cozinhar?

Poço água encanada da rua Córrego/rio na propriedade

Outro.....

36. Em alguma época do ano falta água?

sim não

37. Qual época? Verão Inverno Outro Qual:

.....

38. Desde que está nesta propriedade percebeu mudanças relacionadas com a quantidade de
animais e plantas típicas da região? sim não

39. Se sim, o que percebeu? Mudou muito Não mudou nada

Esta mais quente Chove menos Menos animais Menos árvores

Outro Qual:

40. Considerando o salário mínimo como R\$ 460,00 sua renda familiar é:

Menor que um salário mínimo 1 salário mínimo 2 salários

- mínimos () maior que 2 salários mínimos () Não sabe informar
41. Quantas pessoas vivem da produção da propriedade (n.º).....
42. Alguém na famílias possui vinculo empregatício? () Sim () Não
43. Quem? () Pai () Mãe () Pai e mãe () Irmão ()Outros Quais ?.....
44. Alguém da família costuma fazer “bicos” no próprio assentamento? () Sim () Não
45. Quem? () Pai () Mãe () Pai e mãe () Irmão ()Outros Quais ?.....

D.EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

46. Qual a distância da escola mais próxima do assentamento?.....
47. Algum adulto da casa voltou a estudar? () sim () não
48. Se sim, qual a maior dificuldade? () pouco tempo () distancia da escola () estrada ruins () professores () outros, Qual?
49. Algum adulto na casa gostaria de voltar a estudar? () sim () não
50. Se sim, o que gostaria de fazer?.....
51. Se sim, qual o motivo de não voltar? () pouco tempo () distancia da escola () estrada ruins () professores () outros Qual?.....
52. Se tem filhos jovens, quais as aspiração destes?
- a. Ir para a cidade:
- () para estudar, () para trabalhar () outros Qual?.....
- b. ficar no assentamento:
- () continuar o trabalho dos pais () Conquistar o próprio lote () Trabalhar fora () outros Qual?
53. O Sr. já fez algum curso de capacitação técnica? () Sim () Não

Tipo	Local	Instituição	Formação

--	--	--	--

E. SOCIABILIDADE/LAZER

54. Qual o percentual do tempo livre em relação ao tempo de trabalho no lote?

55. Possui parentes que vivem nesse assentamento? () Sim () Não

56. Possui tem compadres/comadres ou afilhados no assentamento? () Sim () Não

57. Que opções de lazer existem no assentamento?

() Descansar () Visitar/receber amigos () Visitar/receber parentes

() Ler () Ver televisão () Ir à associação/cooperativa () Ir à igreja

() Praticar esportes () Outros Qual?.....

58. Costuma realizar alguma dessas atividades? () Sim () Não

59. Se sim, com que frequência?

60. Costuma participar de atividade religiosa? () sim, qual? () Não

61. O que costuma fazer nas horas de folga ou e domingos?

() Descansa () Visita / receber amigos () Visita / receber parentes () Ler

62. Costuma receber visitas em sua residência? () Sim () Não.

63. Quem recebe com maior frequência? () Amigos do assentamento () Parentes

() Amigos de fora do assentamento () Outros Qual?

64. Confia (C) Confia muito (CM), pouco (CP), não confia (NC):

() Parentes () Amigos () vizinhos

65. Já teve algum conflito no assentamento? () Não () Sim Motivo:.....

66. Quanto a comunicação, como se comunica com os parentes, vizinhos , amigos....?

() Não comunica () Telefone fixo

() celular , quantos na família? () Outros qual?

67. qual meio de transporte existente no assentamento?

() Ônibus público () ônibus dos alunos () Outros

68. A família possui algum meio de transporte próprio? () bicicleta () animal ()
Moto

() Carro () outros, quais.....

F. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

69. Pertence ou pertenceu a alguma organização social:

() Sim. Qual?..... () Não

70. Participa das assembléias/reuniões dessas organizações?

() Sim. Qual?..... () Não

71. Se não, porque?.....

72. Além do INCRA, de que outras instituições você se lembra ou tem conhecimento, de
tenham participado na implantação do assentamento?.....

.....

73. E atualmente? Quais são as instituições que participam?

.....

74. Participa de mutirões no assentamento? () Não () Sim para que ?.....

75. Já se uniu com algum vizinho ou parente p/ o trabalho no lote?

() Não () Sim para que ?.....

G. 76. EQUIPAMENTOS SOCIAIS DO ASSENTAMENTO

Discriminação	Sim	Não
Energia Elétrica		
Água Encanada		
Área de Lazer		
Armazém		

Telefone		
Posto de saúde		
Escola		
Habilidades e profissionais		
Quem repara equipamentos		

H. SAÚDE

77. Tem alguém doente na família? () Sim () Não

78. Onde a família busca atendimento médico? () Na sede do município

() Em Rondonópolis () Outros Qual?.....

79. Onde geralmente é atendido? () SUS () particular () outros Qual?.....

80. Como costuma ser atendido? () bem () muito bem () mal () muito mal

81. Quais são os problemas de saúde mais comuns na região?

.....

82. Alguém da família depende de medicamentos químicos? () sim () não

83. Se depende, onde costuma compra-los? () Na sede do município

() Em Rondonópolis () Outros Qual?

84. qual parte do orçamento doméstico é gasto com medicamentos?

Recebe alguma informação sobre como prevenir doenças?

Sim () de quem?..... não ()

85. Alguém da residência faz uso de plantas medicinais? () sim () não

86. Se sim, cite pelo menos três tipos de plantas medicinais: a)

b) c)

87. Como essas plantas são adquiridas?

() compradas () doadas () plantadas () coletadas () outras

I. RELAÇÃO ENTRE A UNIDADE FAMILIAR E O ESTADO

88. Em sua opinião as pessoas vivem melhor: () Na cidade () No campo () é igual

89. Para ser bem sucedido na agricultura enumere 1 a 10

Investir constantemente na propriedade 1.....10 Diversificar a produção 1.....10 Ter boa formação técnica 1.....10 Sempre utilizar máquinas 1.....10 Ter uma renda extra à unidade de produção 1.....10 Se organizar com outros assentados 1.....10 Utilizar créditos sempre que possível 1.....10

90. Qual é a situação da maioria dos assentados desta região?

() Muito boa () Boa () Ruim () Muito ruim () Não sabe

91. Qual o melhor lugar para:

Discriminações	Cidade	Campo	Igual
Cuidar da saúde			
Estudar			
Morar			
Se divertir			
Relacionar-se com as pessoas			

92. Como o Sr. avalia a sua vida após a chegada ao assentamento?

() Muito boa () Boa () Ruim () Muito ruim () Não sabe

93. Já manteve contato com algum político, governante para dar sugestões, fazer um pedido para soluções dos problemas do assentamento? () Sim () Não

94. Sabe dizer o nome de um político em que votou ? () Sim () Não

95. A política atual do governo Federal para os assentados é: () Muito Favorável

() Relativamente Favorável () Relativamente Desfavorável () Muito Desfavorável

96. A atual política agrícola do governo Estadual para os assentados

() Favorece apenas certos grupos de agricultores () Trata todos os agricultores da mesma maneira

97. O futuro dos assentados depende () Dos Próprios Assentados () Do Governo

98. Como se sente agora - esta feliz () sim () não por que.....

99. Qual a sua expectativa, (sonho esperança) em relação ao futuro no assentamento?

.....
.....
.....

100. Em sua opinião, qual o problema mais serio do assentamento Padre Josimo?

.....
.....
.....

101. Você ou alguém de sua família já tentou mudar alguma coisa que considera que precisaria ser mudada?

.....
.....